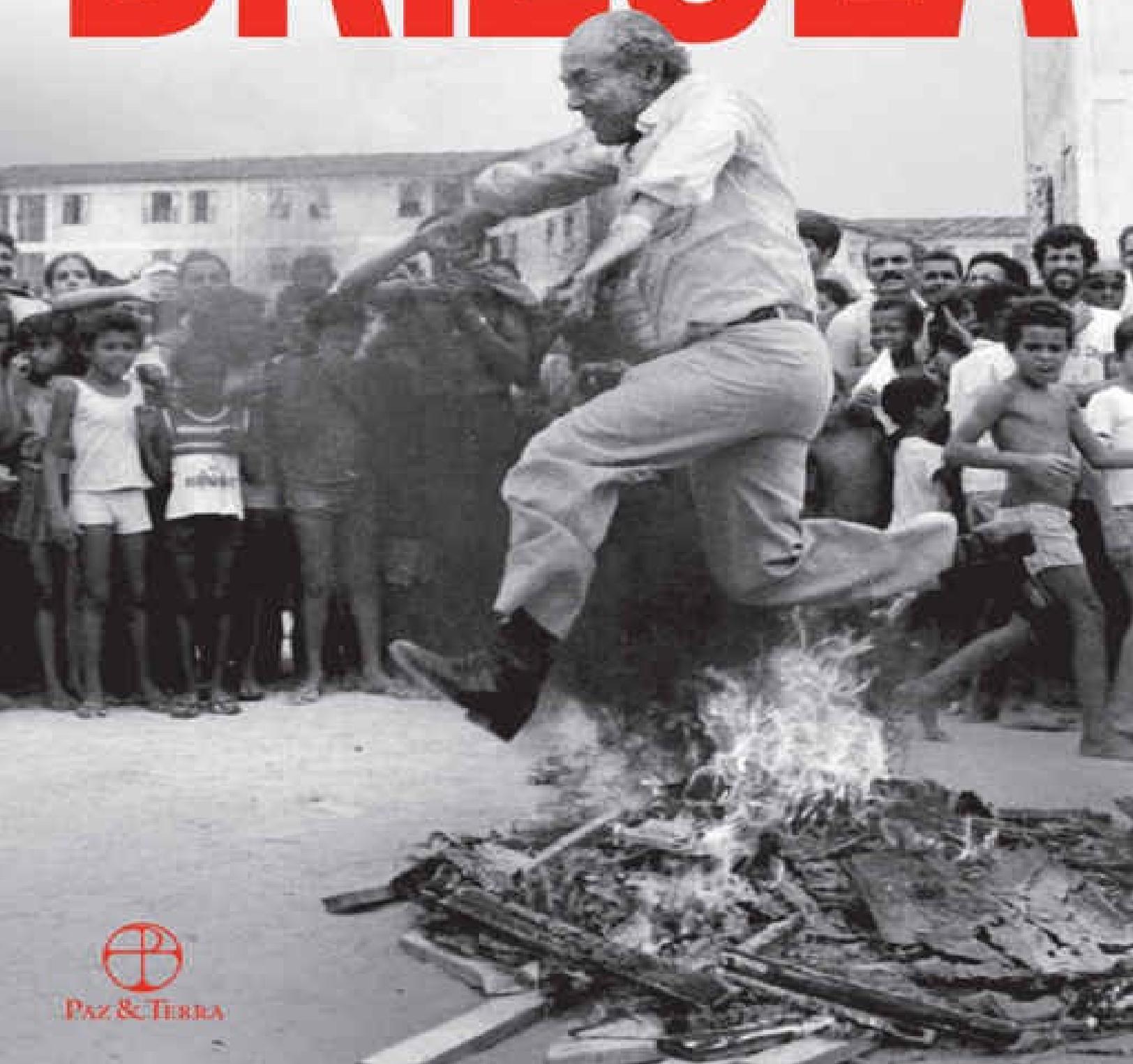


CLÓVIS BRIGAGÃO E TRAJANO RIBEIRO

BRIZOLA



PAZ & TERRA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.link](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



CLÓVIS BRIGAGÃO E TRAJANO RIBEIRO

BRIZOLA

1ª edição



PAZ & TERRA

São Paulo / Rio de Janeiro

2015

Copyright© Clóvis E. G. Brigagão e Trajano R.M. Ribeiro, 2015
representados por AMS Agenciamento Artístico, Cultural e Literário Ltda.

Revisão de original: Américo Freire

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA PAZ E TERRA. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de bancos de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copyright.

Editora Paz e Terra Ltda.
Rua do Paraíso, 139, 10º andar, conjunto 101 – Paraíso
São Paulo, SP – 04103000
<http://www.record.com.br>

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.
Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21)2585-2002

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B864b Brigagão, Clóvis, 1942-
Brizola [recurso eletrônico] / Clóvis Brigagão, Trajano Ribeiro. - 1. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2015.
recurso digital

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7753-333-6 (recurso eletrônico)

1. Brizola, Leonel, 1922-2004. 2. Políticos - Brasil - Biografia. 3. Brasil - Política e governo. 4. Livros eletrônicos. I. Ribeiro, Trajano. II. Título.

15-22819

CDD: 923.281
CDU: 929:32(81)

Produzido no Brasil
2015

“Nossos adversários pertencem a um mundo desesperado e só a violência e a crueldade podem mantê-los.

Porém, a consciência e o coração dos homens não aceitam a permanência dessas imposições.

Você e as outras personalidades que interpretam o futuro do Brasil encontrarão o caminho da unidade vitoriosa, da unidade sem exclusões, que permita o restabelecimento da liberdade e da dignidade para o grande povo irmão.”

Pablo Neruda¹

Nota

- ¹. Carta escrita pelo poeta chileno e Prêmio Nobel de Literatura, Pablo Neruda, a Leonel Brizola no começo do exílio deste no Uruguai, 1964, cf. “O Baú de Brizola”, série de reportagens de Dione Kuhn em *Zero Hora*, Porto Alegre, de 30 de outubro a 4 de novembro de 2005.

SUMÁRIO

Introdução

O segundo exílio, nos EUA e na Europa (1977-1979)

De volta à democracia: o tiro da ditadura saiu pela culatra

A expulsão do Uruguai: saindo pela tangente americana

A “chapa quente”

O realejo começa a tocar

Em Lisboa: o conagraçamento português

Os Cabildos Abiertos

Esquentando a chaleira do chimarrão

O Encontro e a *Carta de Lisboa*: o novo trabalhismo

O curto-circuito da comunicação no Brasil

A “cadeira vazia” do Brasil na Internacional Socialista

Encontros e reencontros com brasileiros no exílio

A volta e o encontro com o Brasil

Em Nova York: o teatro da transição autoritária à democracia

Voltando nas asas da Braniff

Entrando pela “Porteira da História”: São Borja

Desembarcando no Rio de Janeiro

Reorganizando o PTB

Cinzas e brasas: a perda da sigla PTB e o novo PDT

O povo fala em 1982: Brizola na cabeça

No ar, a Proconsult

Anexos

Carta de Lisboa

Lista de participantes da *Carta*

Resumo da história política de Brizola

Agradecimentos

Referências bibliográficas

Índice onomástico

Para Neusa Goulart Brizola (*in memoriam*)

Sobre a foto da capa

O fotógrafo Aguinaldo Ramos, autor da foto, então no *Jornal do Brasil*, nos conta:

“Um dia [do ano de 1982], saí da redação do JB com o repórter J. Paulo para acompanhar o então candidato a governador [Brizola] num roteiro pela Zona Norte da cidade. No começo da tarde estávamos no Conjunto Amarelinho, em Irajá, junto à avenida Brasil. As lideranças locais aproveitaram a promissora visita para fazer, além da luta pela reforma do conjunto, uma manifestação pela paz na comunidade, cercada de favelas. Promoveram a queima, em grande fogueira à frente do conjunto, das armas de plástico recolhidas das crianças. Brizola ganhou a honra de atear o fogo, o que fez com prática de gaúcho churrasqueiro. De repente, vira-se para o mais destacado cabo eleitoral local e pergunta: ‘Tens coragem de pular a fogueira, tchê?!... Então vai na frente que eu vou atrás!’

“Os assessores, até mesmo o futuro prefeito Marcelo Alencar, também na campanha, tentaram preservar o chefe. Nada adiantou, Brizola estava tranquilo e ia pular.

“Eu me preparei como pude... Busquei uma posição lateral, pus a 24 mm (a maior grande angular que tinha ali), me agachei, mantive o dedo no obturador. O líder local, com a maior desenvoltura, cumpriu sua parte. Acompanhei de rabo de olho, sem apertar, preocupado com Brizola, que podia nem esperar o salto do outro. Ou, refugar... Brizola tinha os olhos fixos na fogueira e um sorriso maroto no rosto. Com suas botinas de gaúcho exilado, camisa azul-clara de mangas arregaçadas, arredou um pouco a garotada, abriu uma roda, concentrou-se e, sem considerações, partiu! No meio do caminho, abriu os braços, parecia estar num voo acima de tudo. Aterrissou com perfeição, sem qualquer escorregão ou derrapagem.”

(Depoimento pessoal. “Brizola pula a fogueira”, Aguinaldo Ramos)

Introdução

“Toda memória é uma seleção recontada e, portanto, uma narrativa ficcional.”

Jorge Luis Borges

“Todo memorialista é um mentiroso.”

Nelson Rodrigues

Uniu-nos ao escrever estas memórias – não se trata de uma biografia – o fato de termos sido testemunhas e participantes da vida política – nada tranquila – de Leonel Brizola. A história começa a partir de sua expulsão do Uruguai, em 1977, principal motor desta empreitada político-literária. O que nos levou a este árduo e prolongado trabalho de pesquisa, entrevistas, organização de fotos e textos escritos e reescritos nos últimos sete anos foi o sentimento de lealdade e companheirismo à grande figura de Leonel Brizola.

Norteou-nos o desejo de desvendar a alma desse gaúcho que se tornou figura política, nacional e internacional, desde o seu segundo exílio nos EUA e na Europa, sua volta ao Brasil tão logo a anistia foi decretada em 1979, seus dois governos do Estado do Rio de Janeiro, suas candidaturas à Presidência, sua liderança política e suas idiossincrasias.

Buscamos, sem cessar, revelar a sua personalidade, através de seu “realejo” (com seus gestos típicos e estilo peculiar de comunicação), e as suas formas de conversar, muitas vezes elegantes, outras vezes sarcásticas e cheias de simbolismos. Seu discurso tinha origem em experiências “empíricas” e era calcado em fatos da natureza. Dessa base ele emitia suas convicções, opiniões e análises

políticas, nada convencionais, sobre o Brasil (“O Brasil é um país surrealista” era uma de suas frases favoritas).

Nenhum outro político brasileiro usou os meios de comunicação – da imprensa escrita à TV, pois ainda não eram de sua época as redes sociais, que ele teria utilizado fartamente – como Brizola em seus “tijolaços” (de 1984 a 1992), que se revelam um discurso político coerente e rico em análises de conjunturas, personalidades, mídias e situações políticas nacionais e internacionais. Verdadeira cartilha do trabalhismo renovador, os “tijolaços” de Brizola nortearam seus dois mandatos como governador do Rio e suas intervenções na política nacional – o seu “realejo” doutrinário.

Traçava perfis das personalidades mais destacadas da política brasileira – sem deixar de marcá-las com algum apelido jocoso e criativo. Acima de tudo, ele se mantinha coerente com seu profundo amor pelo povo que o elegeu prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, depois deputado estadual e federal (com a maior votação alcançada por um político brasileiro), duas vezes governador do Estado do Rio, além de líder do antigo e renovado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e, quando este lhe foi surrupiado, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Faltou-lhe apenas aquilo que mais desejava ser: presidente da República Federativa do Brasil. Injunções, percalços, embaraços e reservas políticas da elite brasileira constituíram objeções à sua projeção como chefe da nação.

Reunimos os principais lances de sua vida política, desde a expulsão do Uruguai, em 1977, até sua morte inopinada, em 2004, para a partir disso formular ideias e visões de sua personalidade marcante, absolutamente coerente com suas verdades e intuições – marcas que ficaram registradas na história do Brasil, onde ele viveu, militou e lutou por mais de 60 anos na vida política partidária. Era um soldado de seu próprio destino histórico e político.

Apesar do trabalho árduo e prolongado, foi uma grande satisfação podermos nos debruçar sobre a figura ímpar de Brizola, que se destacou no tabuleiro da política brasileira, a partir da década de 50, durante o processo político que culminou com o Golpe civil-militar de 1964.

O que mais chamou nossa atenção foi o fato de Brizola ter sido um trabalhista em tempo integral. Nada o impedia de promover e divulgar, sem diletantismo, suas ideias e políticas sobre a via do trabalhismo brasileiro, que, com o *Encontro de Lisboa* e a *Carta de Lisboa*, passou a ser chamado de “caminho brasileiro para o socialismo democrático”, expressão que ele mesmo cunhou e permanentemente lembrava aos seus velhos e novos companheiros. Certa vez, diante de Doutel de Andrade e de José Gomes Talarico, Brizola disse enfaticamente: “Nascemos e vamos ser enterrados trabalhistas.”

Estas são as nossas memórias. Com elas queremos contribuir para que o papel que Brizola desempenhou na política brasileira e na política internacional seja mais uma vez reconhecido. Inovador em suas administrações, convincente em suas pregações – pois era um grande e fluente orador –, Brizola permanece no inconsciente coletivo brasileiro. As histórias que coletamos, as lembranças dos mais velhos e dos mais jovens, – muitas vezes recolhidas em entrevistas informais, algumas concedidas até por email – constituem-se de material inédito e raro e que apresentam Brizola como um líder eminentemente preocupado com a libertação do Brasil, com sua autonomia e independência de qualquer ideologia e de qualquer poder internacional.

As críticas de que Brizola não “pensava” e de que não tinha uma estratégia política faziam parte do discurso de seus opositores, que tentaram diminuir sua importância e grandeza. Não era um nacionalista de meia-tigela, mas um político que pensava e se dedicava, em tempo integral, a dar sentido à sua amada nação, o Brasil. Verdadeiramente um patriota como já não se encontra mais!

Ao leitor, os nossos melhores votos de boa leitura.

O segundo exílio, nos EUA e na Europa (1977-1979)

De volta à democracia: o tiro da ditadura saiu pela culatra

Em 9 de maio de 1964, na primeira entrevista em solo uruguaio como exilado, Brizola afirmava que “especialistas americanos finalmente conseguiram o que queriam: a transformação do Exército Brasileiro em um grande corpo policial militar”. Acrescentou que lutava pelas reformas sociais por meios pacíficos, que não houvera resistência contra o Golpe militar porque “nós não éramos organizados para a violência” e que ele “nunca tinha sido um comunista, mas um nacionalista”. Finalmente, declarou que a imprensa americana os acusava (ele e o ex-presidente João Goulart) de formarem uma família oligárquica, “mas nós éramos apenas dois cunhados – muito menos do que os Kennedys”.²

Exilado, Leonel Brizola foi figura política marcante – algumas vezes decisiva – nos principais acontecimentos durante os 20 anos de ditadura militar. Na última vez, que resultou na sua expulsão pela ditadura uruguaia, foi pivô da luta política travada entre o general-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, que se decidira pela gradual abertura do regime, e seu ministro do Exército Sylvio Frota, posicionado na direção de maior endurecimento.

Isso não significa que o general Geisel tivesse simpatia por Brizola, ou este por Geisel. Porém, em seu governo no Rio Grande do Sul, Brizola trabalhara com Bernardo Geisel, irmão mais velho do general, que ocupara um lugar no gabinete – fazendo a ligação entre o gabinete civil e o militar. Bernardo Geisel também foi presidente da siderúrgica criada por Brizola, a Aços Finos Piratini.

A inesperada e inusitada manobra de Brizola – recorrendo ao governo de Jimmy Carter para um novo asilo em terras americanas – foi um acontecimento político de inegável repercussão no Brasil e em círculos políticos internacionais. Numa manhã do outono nova-iorquino de 1977, vindos no voo da Aerolíneas Argentinas,

Brizola e Neusa pousaram em solo americano, recebidos por jornalistas brasileiros, representantes do governo Carter e pelo professor Moniz Bandeira, que se deslocara de Washington para isso.

Ao encontrar-se com correspondentes de jornais brasileiros, Brizola definiu-se como social-democrata, ocidentalista e dissidente dos regimes militares. O casal partiu, então, para o tradicional e agradável Hotel Roosevelt, onde também se hospedava a tripulação da VARIG. Entre a avenida Madison e a rua 45, em Nova York, o casal passaria quatro meses na suíte 727. Depois de sua ida para Lisboa, em janeiro de 1978, e das viagens pelos EUA, pela Europa e América Latina, Brizola e Neusa voltaram ao Roosevelt em julho de 1979. Eles permaneceriam ali mais três meses, até o dia do retorno ao Brasil, em 5 de setembro de 1979, com Brizola já anistiado.



Na porta do Hotel Roosevelt, Neusa e Brizola em companhia do porteiro que se tornara amigo do casal. A foto foi tirada pela atriz Candice Bergen, então namorada de Tarso de Castro, jornalista gaúcho que trabalhava para o jornal *O Pasquim*.

Treze dias após sua chegada a Nova York, Brizola concedeu entrevista à conhecida rede radiofônica norte-americana, Voz da América. Foi direto ao ponto: a política de Direitos Humanos de Carter possibilitara a sua presença nos EUA. Antes de Carter ele não teria transposto as portas da embaixada americana em Montevideú. Seu livre trânsito nos EUA estava garantido pelo governo Carter.

A entrevista foi dada à jovem jornalista Marilena Miller, mais conhecida nos EUA como Mary Miller, e seria transmitida pela Voz da América. Marilena parecia não conhecer bem o entrevistado. Brizola a chamou e disse:

— Olha, menina, tens aí uma bomba em tua mão.

A matéria teve enorme repercussão, não só nos EUA, mas em todo o mundo.³

No dia 7 de novembro 1977, o jornalista Graham Hovey, do *New York Times*, escreveu artigo tecendo comentários com base na entrevista sobre a permanência de Brizola em solo norte-americano e sua repercussão nas relações bilaterais entre os dois países.⁴

O secretário de Relações para a América Latina, do Departamento de Estado, Terence Todman, informou a Brizola que ele poderia sair e entrar nos EUA sempre que fosse necessário. Brizola revelou, então, ter aceitado o convite do primeiro-ministro português, Mário Soares, para visitar Lisboa, como asilado político e com passaporte português.

Jimmy Carter viria ao Brasil em 29 de março de 1978 e, além do encontro difícil com o presidente Geisel, esteve com figuras da sociedade civil brasileira, como dom Paulo Evaristo Arns no Rio de Janeiro (Carter não incluiu São Paulo em sua visita). Realizou uma visita formal ao Congresso brasileiro e encontrou-se, em recepções oficiais e não oficiais, com figuras do MDB, embora não tenha tido encontros especiais com Ulysses Guimarães, então presidente deste partido.

O governo Carter estava abandonando a postura norte-americana de estimular governos militares e ditatoriais – em sua fase mais aguda da Guerra Fria – para acercar-se de movimentos, partidos e futuros governos democráticos.⁵

Façamos um parêntese que nos conta e nos aproxima de uma intuição do que viria a acontecer. Em 1977, o jornalista Mino Carta, que então trabalhava na revista *IstoÉ*, refletiu o clima imperante no Palácio do Planalto, em um diálogo com um “personagem muito importante”, que relatava os temores de certas áreas fardadas quanto às expectativas eleitorais no Rio Grande do Sul. A conversa entre o jornalista e o entrevistado abordava a possibilidade de eleições diretas para governador em 1978, com a vitória do MDB opositorista.

O interlocutor de Mino Carta revelava que, diante dessa situação, o provável candidato da oposição seria Pedro Simon. Mas as áreas verdes (militares) talvez não compartilhassem dessa opinião. Por trás de Simon, veriam inevitavelmente o fantasma de Leonel Brizola. E em hipótese alguma aceitariam a possibilidade de Brizola estar agindo à sombra de um governo emedebista no Rio Grande do Sul.

Para Mino Carta o sinal parecia evidente: *não haveria eleições diretas em 1978 e o Planalto, de fato, preparava um pacote político “que acabou desabando sobre*

nós em abril, dois meses depois da minha conversa planaltina”. Mino ouviu, então, a seguinte afirmação de seu interlocutor: “Hoje Brizola é a besta-fera e, no entanto, num prazo quem sabe mais curto do que se pode imaginar, ele poderá estar de volta, aceito até por aqueles que enxergam nele o pior inimigo.”⁶

Notas

2. “Brizola charges U.S. inspired coup” [“Brizola acusa os EUA de inspirarem o Golpe”], *The New York Times*, 10/5/1964. Disponível em: ProQuest Historical Newspapers New York Times (1851-2007) w/Index (1851-1993) < <http://search.proquest.com/hnpnewyorktimes>>.
3. Eunice de Oliveira, que trabalhou com o casal Brizola por cerca de 16 anos (em entrevista aos autores, Rio de Janeiro, 29/5/2011); e Marilena Miller (em entrevista aos autores, Rio de Janeiro, 6/7/2011).
4. Ver “U.S. Broadcast to Brazil Appears To Add to the Strains in Relations”, por Graham Hovey, especial para *The New York Times*, (1923-Current file); 7/11/1977; Disponível em: ProQuest Historical Newspapers New York Times (1851-2007) w/ Index (1851-1993) < <http://search.proquest.com/hnpnewyorktimes>>.
5. Cf. *Folha de S.Paulo*, 30/3/1978, e *O Estado de S.Paulo*, 30/3/1978.
6. Mino Carta. “Política – Em 77, o Planalto previa a volta”, *IstoÉ*, São Paulo, 12/9/1979, p. 3.

A expulsão do Uruguai: saindo pela tangente americana

O mês de julho de 1977 foi particularmente frio no Rio Grande do Sul. O vento gelado entrava pelo quebra-vento da caminhonete Caravan, que rodava noite adentro, sob chuva, em direção a Livramento, oeste do estado, onde cruzaria a fronteira para mais uma visita a Brizola na Fazenda La Manguera, em Durazno, Uruguai. Isaac Ajnhorn, Antonio Tabajara e Trajano Ribeiro eram acompanhados pelo incansável João Carlos Guaragna, íntimo colaborador de Brizola que, havia pouco, fora homenageado por trabalhistas e emedebistas que promoveram um churrasco no Uruguai – por sua centésima viagem a Montevideú. Dessa vez eles estavam dispostos a convencer Brizola a escrever um livro.

Entendiam ser uma forma de ele se reinserir no debate político nacional – que caíra numa mesmice, com o MDB ostentando discurso anódino para evitar o debate sobre questões nacionais. O partido limitava-se a tímidas bandeiras em torno da democratização, recusando, inclusive, uma postura mais efetiva sobre a anistia geral e irrestrita e sobre o retorno dos exilados.

Chegaram em La Manguera num sábado ensolarado e encontraram um Brizola bem-disposto e ávido por notícias. Já os esperava com o churrasco quase pronto. Passado o almoço, ainda em torno da mesa, Brizola, após alguns minutos em silêncio e com o olhar perdido, esfregou a mão no queixo e disse com ar de quem iria revelar algo surpreendente:

- Estou com vontade de testar essa política dos direitos humanos do Carter.
- E como será isso? — indagou Trajano.
- O senador Singer está me ajudando com esse assunto, amanhã ele deve vir aqui para conversarmos.

Olhou-os bem nos olhos esperando uma reação. Era do estilo dele jogar no ar assuntos que lhe interessavam, sobre os quais tinha dúvidas, ou, mesmo não atendo, que ele sabia serem polêmicos, mas que davam a impressão de serem questões gerais, longínquas. Essa era sua maneira de testar a receptividade de seu discurso, ou daquilo que ele chamava de *realejo*.⁷ Naquele momento seu cavalo de batalha era a anistia.

Ansiava por retornar logo ao Brasil, voltar à vida pública. Estava cansado do exílio. Certa vez, em outra visita que Trajano lhe fizera ele havia dito:

— Trajano, quando não é tempo de eleições, o pasto cresce aqui na minha porta.

Referia-se à romaria de políticos que o visitavam na véspera das eleições para tentar granjear votos do seu enorme eleitorado, principalmente no Rio Grande e no Rio de Janeiro e que depois, passado o pleito, desapareciam.

À noite eles se reuniram em volta da lareira. Brizola permanecia de pé, cruzando às vezes a sala ampla, e tecia comentários sobre o desempenho do único partido de oposição e de alguns de seus principais líderes. Estava descontente com a maneira tímida com que falavam da anistia. Cada um deles ponderou então sobre a necessidade de Brizola entrar no debate e sugeriram que escrevesse um livro. Ele os ouviu sem interromper.

As labaredas da lareira projetavam na parede a sombra de um Brizola enorme e irrequieto.

— É melhor não escrever livro — disse, erguendo as sobrancelhas e com um leve sorriso. — Olha, o Perón escreveu um livro, e depois... — E prosseguiu — vamos fazer assim: eu escrevo... umas cartas para o Seu Guaragna⁸ e vocês as reproduzem.

No dia seguinte, Brizola receberia a visita do senador Juan Adolfo Singer, ativo membro da Frente Ampla, oposição ao regime militar do Uruguai, e que mais tarde veio a perder seu mandato. Ficou muito amigo e tornou-se confidente de Brizola (além de terem feito negócios em fazendas) durante esses anos de exílio uruguaio. Singer mantinha muito boas relações com o novo governo de Carter e, certamente,

contribuiu para a decisão de Brizola de pedir asilo ao governo norte-americano, com base na política de direitos humanos da nova administração.⁹

No dia seguinte Isaac, Antonio e Trajano retornaram a Porto Alegre discutindo como poderiam viabilizar a reprodução e distribuição das cartas e sobre a repercussão que poderiam ter, sem imaginar o que o futuro os reservara para poucos dias depois.

Notas

7. O realejo é um instrumento musical híbrido muito antigo: órgão mecânico com tubos portáteis, automático, mais uma forma de piano, com uma manivela que faz soar um número de melodias predeterminado.

8. João Carlos Guaragna, *Brizola: a revoada do exílio*.

9. Entrevista com o senador Singer, via e-mail, em 26/8/2006 e 9/10/2006.

A “chapa quente”

O mês de agosto transcorreu sem maiores novidades e sem as cartas ao Seu Guaragna. Trajano estranhou o silêncio do governador, como o chamávamos desde que o conhecemos. Até que, em princípios de setembro, em meio ao jantar em sua casa, no Rio de Janeiro, o telefone tocou:

— É da casa do Sr. Trajano Ribeiro? Boa noite, aqui é Toufik Mattar. Estou falando de São Paulo... acabei de chegar de *allá* e o Chefe pediu-me que lhe dissesse que a chapa está quente e pede-lhe para mandar-lhe os meninos.

— Pois não. Temos problemas lá então?

— É... problemas.

— Está bem, eu levarei os guris até lá.¹⁰

Despediram-se. A conversa foi lacônica, como convinha naqueles dias. O Dr. Toufik Mattar era médico em São Paulo e acabara de chegar de uma visita a Montevideú, onde estivera com Brizola. Estava a par de tudo, mas não podia entrar em detalhes, por razões óbvias.

A expressão “chapa quente”, usual no Rio Grande, não deixava dúvidas de que Brizola tinha que sair do Uruguai. E às pressas. Todavia, as razões não estavam claras.

Certa ocasião, ele havia contado a Trajano que Jango, antes de viajar para a Europa, fora visitar a irmã, Neusa, e nessa oportunidade o relacionamento entre ele e Brizola, abalado desde os primeiros tempos de exílio, havia sido reatado. Esse episódio, carregado de emoção, ensejou uma longa conversa entre os dois estadistas exilados. Unidos por laços de família, identidades políticas, ideológicas e pela militância partidária, eles forjaram uma sólida amizade. Foram vítimas do ambiente de intrigas que invadiu a comunidade de exilados brasileiros no Uruguai, desde o Golpe de 64, e por 11 anos não se falaram.

Antes de sua viagem a Paris, Jango sentira saudades da irmã Neusa, esposa de Brizola, e fora ao seu encontro, em companhia de seu ajudante Maneco Leães. Chovia forte em Montevidéu e Jango decidiu ir até o apartamento da Rambla Armenia, onde o casal recebia o escritor Josué Guimarães, Hélio Fontoura e José Real, o Batoque.

Jango entrou, abraçou Neusa, cumprimentou os amigos e logo perguntou onde estava Brizola. Neusa mostrou-lhe o escritório. Jango bateu à porta e se deparou com Brizola, que o olhava fixamente. Abraçaram-se por um bom tempo e choraram. Refeitos da grande emoção, Jango contou-lhe os planos: estava decidido a voltar ao Brasil e criar um caso de dimensões internacionais; já não confiava no MDB.¹¹

Jango achava que, se dependesse dos políticos ligados ao MDB, ele e Brizola morreriam no exílio e a liderança emedebista estaria à vontade para fazer discursos laudatórios em seus enterros. Foi o último encontro entre os dois, e muito significou para eles, mas principalmente para Neusa, que era quem mais o desejava.

Nessa longa conversa, Jango advertiu Brizola sobre planos para eliminação de lideranças brasileiras de oposição ao regime militar, sobre os quais havia sido informado pelo serviço secreto cubano. Quanto a ele, depois da viagem à Europa, iria se fixar, com sua mulher Maria Thereza, na Argentina, limitando suas estadas no Uruguai. Os filhos estavam estudando na Europa; longe, portanto, da área de risco. De fato, quando voltou da viagem, Jango foi para sua estância em Mercedes, onde morreu, sem direito, naquele momento, a uma autópsia que revelasse a causa de sua morte súbita.

Nesse contexto é que se deu a articulação terrorista promovida pela Operação Condor, comandada por Pinochet, do Chile, pelos militares argentinos e uruguaios, com apoio, e algumas intervenções práticas, do governo militar brasileiro. A operação, que também era do conhecimento do governo americano, visava a vigiar os passos e até mesmo assassinar líderes políticos opositores – civis e militares – às ditaduras do Cone Sul. Brizola, embora publicamente nunca tenha se manifestado sobre a Operação Condor, que só veio ao conhecimento público anos

depois de sua expulsão do Uruguai, estava entre os alvos da operação do terror das ditaduras do Cone Sul em seus últimos suspiros.

Segundo o jornalista José Casado: “adormecem nos porões do Itamaraty, dos comandos militares e da Presidência documentos vitais para se entender a história das relações do Brasil com o Chile do general Augusto Pinochet”. De acordo com Casado, “o regime brasileiro se associou a quase todas as iniciativas relevantes para derrubar o governo civil de Salvador Allende”. Sobre a Operação Condor, o jornalista escreve que “a cooperação brasileira na [Operação] Condor foi, aparentemente, limitada”. “Há documentos indicando que o então general-presidente Ernesto Geisel refutou as gestões de Pinochet para uma associação ativa. Mas há, também, registros de casos em que militares brasileiros colaboraram no sequestro de opositores dos governos do Chile e da Argentina. Esses opositores permanecem como ‘desaparecidos’”.¹²

Portanto, “chapa quente” encerrava vários significados e circunstâncias que, finalmente, exigiam que Brizola se retirasse rapidamente do país que tão generosamente o acolhera e cujos governos sempre o admiraram e respeitaram, mesmo no período em que esteve confinado, por quase uma década, em Atlântida. Não raro, tomavam-no como conselheiro informal, situação que, com o advento da ditadura, experimentou um esfriamento, mas sem jamais descambar para o desrespeito a seus direitos de asilado político ou para ameaças à sua liberdade.

Após voo matinal, Trajano e os dois filhos de Brizola – João Otávio e José Vicente – desembarcaram em Porto Alegre para alguns contatos familiares e políticos. À noite, partiram de ônibus para Montevidéu. Chegaram em uma manhã de sol, temperatura agradável, típica da *primavera castellana*, com muita luminosidade e sem qualquer resquício de névoa, tempo adequado a comemorações.

O apartamento da Rambla Armenia, que logo estaria coalhado de gente, estava calmo. Brizola os recebeu com a cordialidade costumeira e, apesar da situação em que se encontrava, aparentava estar no controle, tomando as providências para minimizar os danos de uma retirada súbita e violenta, após tantos anos, sem sequer saber por qual motivo estava sendo expulso.

Era como uma árvore, com raízes profundas, que se arrancava impiedosamente. Afinal, mais da metade da vida de seus filhos fora vivida no

Uruguai e, àquela altura, até sua neta Laila, filha de Neusa Maria, já havia nascido. O patrimônio da família estava lá: Brizola trabalhara todos os dias desenvolvendo atividade intensa como criador de gado, produtor de leite e agricultor. Essa atividade não lhe era estranha, pois nascera em uma pequena propriedade rural, mas à qual só se dedicaria realmente após o exílio.

Brizola era um trabalhador e, desde a juventude, levantava-se cedo e varava as madrugadas na atividade política. Seu compadre e correligionário, Wilson Vargas, com quem muitas vezes rivalizou dentro do PTB, costumava dizer em Porto Alegre:

— Brizola sempre “me ganhou” porque acordava mais cedo. Quando eu chegava a algum reduto eleitoral ele já havia passado por lá e arrebanhado os votos.

A expulsão descortinava um horizonte de incertezas. Como seria agora? Teria de sobreviver em outro ambiente, onde quer que fosse – no Brasil, na Argentina, na Argélia, na Europa ou nos Estados Unidos. Por outro lado, abriam-se novas perspectivas de atuação no seu *habitat*, a política. Para onde quer que fosse, certamente teria oportunidade de voltar a atuar politicamente e influenciar a situação brasileira.

A reação de Brizola ao tomar conhecimento da instrução assinada pelo diretor-geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência do Uruguai, Vitor Castiglioni, de 15 de setembro de 1977, expulsando-o do país, foi a de que só poderia tratar-se de uma brincadeira... de mau gosto. Neusa, que recebeu a nota, recusou-se a assiná-la. Agora, diante desse dilema que parecia uma encruzilhada inesperada, o que fazer?

Os militares uruguaios deram-lhe cinco dias, ou 120 horas, para abandonar o país, sem dar satisfação sobre os reais motivos. A intimação afirmava que ele havia desrespeitado as obrigações de sua condição de exilado (outorgada em 2 de julho de 1964, 13 anos antes).

Em suas duas entrevistas concedidas já em Buenos Aires – para onde foi em 21 de setembro –, Brizola disse que não havia desenvolvido nenhuma atividade que configurasse violação das normas do asilo político e acrescentou:

— Mas se alguém, com tal medida, pretendeu me constranger ou humilhar, eu não me sinto atingido.

Indagado se mudaria seu pensamento político, respondeu:

— A própria vida é uma sucessão de revisões. Temos que revisar nossos atos, seja para modificar ou até para reafirmá-los.

E finalizou:

— Quando cheguei ao Uruguai estava de *marca quente* e nunca neguei que havia desenvolvido atividades políticas. Mas quando fui confinado na praia de Atlântida cheguei à conclusão de que já não havia mais condições para a realização de um trabalho político radical. Aquele foi um período de inspiração gaúcha, não era uma inspiração ideológica.¹³

Ele chegara a visitar a chancelaria uruguaia para saber sobre as acusações, mas não só não sensibilizou a ditadura militar uruguaia – que mantinha uma lua de mel com os militares brasileiros – com o drama familiar que vivia, como não recebeu nenhuma explicação clara. Nos bastidores, sabia-se que os militares uruguaiois estavam fortemente ligados ao ministro do Exército brasileiro, Sylvio Frota, que os pressionara pela expulsão de Brizola.

Pode-se imaginar a guerra de posições entre Geisel e seu ministro Frota em torno da sucessão presidencial da ditadura. Brizola tornou-se a principal peça do xadrez daquela disputa pelo poder no Brasil.¹⁴

Em seu livro, *Ideais traídos*, Frota afirma que não teve nada a ver com a expulsão de Brizola, mas alerta: “Como poderia o presidente Geisel (no início da crise da expulsão pensou-se que se Brizola voltasse ao Brasil Geisel o confinaria em Corumbá, como a ditadura fizera com Jânio anos atrás), general do Exército, chefe militar que merecera a confiança de seus colegas da Revolução para exercer o mais alto cargo político-administrativo do país, acoitar um homem odiado pelo Exército, visceralmente inimigo dos revolucionários e que acabara de ser expulso de uma nação irmã por ter desonrado compromissos assumidos?”¹⁵

Em outra parte, Frota relata: “Como já mencionei (em audiência com Geisel, no dia 20/7/77), declarei ao presidente não me responsabilizar pela integridade física de Brizola. Poucas horas depois, a informação de que eu me opunha à sua vinda, apesar de o presidente Geisel inclinar-se a permiti-la, já chegara aos [ouvidos] de Brizola, em Montevideú... Quem teria transmitido?... A comunicação a Brizola era nitidamente vantajosa à política do governo – mostrava o espírito liberalizante do

general Geisel, jogava sobre o ministro do Exército a inteira responsabilidade de uma recusa em receber o político cassado e, acima de tudo, angariava simpatias do grupo janguista.

“Engendrou-se, também, um motivo para justificar o meu suposto interesse em afastar Leonel Brizola do Uruguai: o ministro preparava um golpe para depor Geisel e duas guarnições do Rio Grande do Sul discordantes ameaçaram, então, convocar o político cassado [Brizola] para uma resistência.”¹⁶

Anos mais tarde, e pela primeira vez, Brizola identificou, em conversas reservadas com alguns amigos, sua expulsão como resultado de uma conversa do vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos com o então presidente do Uruguai, Aparício Mendes. Segundo ele, a conversa não teria atingido o objetivo, mas os uruguaios a interpretaram, diante da qualificação do interlocutor, como uma sugestão concreta.

Esse capítulo permanece ainda obscuro e intrincado, mas o fato marcante – com ou sem Frota e sua interferência junto aos militares uruguaios – e que provavelmente deve ter ocorrido, é que Brizola já tinha feito sua cabeça: preparou-se para testar a política de direitos humanos de Carter, buscando, com sua manobra política, chegar aos EUA com o a aprovação de asilo do próprio presidente americano – que não via com bons olhos as violações de direitos no Brasil – e, assim, dar o troco aos militares brasileiros.

Mas a realidade estava ali diante dos olhos, e o que fazer diante da expulsão? Ainda mais em um fim de semana, com as repartições públicas uruguaias fechadas? O nervosismo começou a dominar os auxiliares, entre eles, o escritor Josué Guimarães e o jornalista Tarso de Castro. Mas as providências começaram a ser pensadas.

Surgiu a ideia de ir para a Argélia e reunir-se com Miguel Arraes, conforme se pensara como primeira opção, com a oferta daquele governo para o novo exílio. Ou ir para Portugal, onde o novo governo socialista de Mário Soares havia manifestado sua vontade de oferecer-lhe passaporte e asilo político. Ou voltar ao Brasil, ainda que com as ameaças reais que poderiam vir dos militares.

Na tarde do dia 15 de setembro, Brizola pediu a Trajano que se dirigisse à embaixada brasileira e comunicasse sua intenção de retornar ao Brasil, o que

entendia ser um direito seu. Em companhia do amigo João Carlos Guaragna e do filho João Otávio Brizola, foram recebidos pelo embaixador brasileiro, que, ao ouvir que Brizola estava determinado a retornar ao Brasil, empalideceu. Não escondendo o nervosismo, solicitou a Trajano que aguardasse um telefonema na residência de Brizola até o meio-dia do dia seguinte. Ele precisava consultar o governo brasileiro.

Por volta de 12h15 do dia seguinte, Brizola observou:

— Eles não vão ligar, precisamos de uma resposta. Liga para lá e pergunta o que resolveram. Afinal de contas, estou sendo expulso e tenho o direito de voltar ao meu país. Não tenho sequer passaporte. O que estão querendo? Que me joguem na fronteira como um saco de *papas* [batatas]?

Os acontecimentos que se seguiram à sua expulsão do Uruguai podem, talvez, conferir a essa observação de Brizola um caráter quase premonitório. Sem passaporte, sem ter para onde ir, não seria de duvidar que os uruguaios o “despejassem” em Livramento ou em Quaraí, à sanha dos homens de Frota, que teria aí o pretexto que necessitava para fabricar uma crise e alegar razões de segurança nacional para sustar o processo de abertura do general Geisel.

Do outro lado do telefone, o primeiro-secretário não revelou a posição do governo brasileiro. Solicitou a Trajano que se dirigisse ao consulado brasileiro em Montevideu: o cônsul transmitiria as instruções devidas. O cônsul Fernando Fontoura, polidamente, informou a Trajano e a José Vicente Brizola, que o acompanhara, que se o governador Brizola entrasse em território brasileiro seria preso.

Brizola costumava contar aos seus colaboradores, principalmente nos primeiros tempos do novo exílio, que, após o impacto da expulsão, pegara sua caminhonete e dirigira-se a sua fazenda em Durazno para algumas providências. Retornando à tarde, ao passar em frente à embaixada dos EUA, teve um lampejo. Parou... entrou... e pediu para falar com o embaixador. Disse-lhe que se encontrava em uma situação de expulsão do país que lhe dera asilo, e que gostaria de pedir ao governo do presidente Carter, em razão da política de direitos humanos, que acolhesse a ele e a sua esposa, Neusa.

Brizola decidira que, caso recebesse o asilo do governo americano, só viajaria para Nova York pela VARIG, o que implicava necessariamente uma escala no Rio de

Janeiro. Trajano insinuou ao cônsul brasileiro:

— Tudo indica que o governo americano lhe dará asilo, e ele, se for esse o caso, viajará no voo da VARIG com escala necessária no Rio de Janeiro.

— Eu não recomendaria — disse o cônsul. — Se tocar o solo brasileiro será preso, ainda que não desça do avião. Há outros voos para Nova York que não são via Rio de Janeiro.

— Mas ele está decidido a tomar esse voo, via Rio — retrucou Trajano.

A conversa terminou ali. Brizola queria provocar uma reação do governo brasileiro que talvez o ajudasse a compreender o que estava se passando.

Trajano retornou à Rambla Armenia e relatou a Brizola o ocorrido. Pouco tempo depois chega ao apartamento um funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai com o *título de viaje* [título de viagem] para que Brizola pudesse sair do país. O governo uruguaio emitira o título de viagem, documento provisório fornecido, em circunstâncias especiais, a pessoas em situação de perda de cidadania.

Aquilo talvez fosse um sinal de que não haveria violência e que a ditadura uruguaia, ante a acolhida de Brizola pelo governo americano, abrandava suas atitudes, até então inspiradas pelas cumplicidades das ditaduras do Cone Sul e da Operação Condor, e outras que ainda poderão vir a ser reveladas.

O fato é que o funcionário inadvertidamente não providenciara documentos para que dona Neusa pudesse viajar acompanhando o marido. Brizola recusou-se a aceitar o documento se não fosse providenciado outro para sua mulher.

— Volte e diga a seus superiores que sem minha esposa eu não viajo, portanto eles que emitam um documento para ela.

O homenzinho prometeu voltar com o documento para Neusa. Mas a noite caiu e os documentos não chegaram.

Brizola decidiu então ir para a embaixada americana, depois de receber a informação de que os documentos seriam entregues lá. Realmente, já na embaixada, após meia hora, chegou o funcionário da chancelaria uruguaia e entregou os documentos. O encarregado da embaixada americana examinou-os atentamente, virou-se para o pequeno funcionário da chancelaria e disparou:

— Como os senhores emitem documentos com prazo de validade de apenas 24 horas? Volte e traga documentos com validade de trinta dias.

O pequeno homem girou sobre os calcanhares e sumiu. Uma hora depois retornava com novos documentos, válidos por trinta dias.

De volta à Rambla Armenia constatou-se que os acontecimentos haviam se precipitado. No meio da tarde, forças policiais uruguaianas cercaram o prédio de Brizola. Mantinham certa distância, mas sua prisão domiciliar foi comunicada. Ainda houve tempo para transmitir a Brizola as recomendações do cônsul brasileiro. Como a decisão de ir para os Estados Unidos já estava tomada, faltavam os documentos para viajar. Brizola e Neusa não tinham passaporte, negados pelo governo brasileiro.¹⁷

O tempo passando e nada de os documentos chegarem... Às cinco horas da tarde alguém bate à porta do apartamento. Era um policial comunicando que o prazo para Brizola deixar o país se esgotara.

— Mas não termina à meia-noite? — Trajano indagou.

— *No, señor, el plazo se termina con la caída del sol.*¹⁸

Tudo indicava que se preparava uma armadilha. O governo não fornecia os documentos de viagem e, ao mesmo tempo, a polícia comunicava que o prazo se esgotaria em poucas horas... “*con la caída del sol*”. Algo tinha que ser feito.

Brizola determinou, então, que, em companhia de Romeu Barleze, seu amigo e colaborador durante o exílio, Trajano fosse à embaixada americana e informasse o que estava ocorrendo ao então encarregado de negócios. O Sr. Archie Cheek estava substituindo o embaixador Larry Pezzulo, que havia viajado acompanhando o presidente uruguaio em visita ao presidente Carter, em Washington. Jimmy Carter recebia, como hóspedes, vários presidentes latino-americanos para a cerimônia de assinatura do novo Tratado do Canal de Panamá, conhecido como Tratado Torrijos-Carter, devolvendo o canal ao Estado do Panamá.

O Sr. Cheek havia chegado em Montevideú no final de agosto de 1977, e na primeira semana de setembro já estava com a incumbência de encaminhar o pedido de asilo de Brizola para os EUA.

É o próprio Sr. Cheek quem narra:

— A primeira vez que estive com o Sr. Trajano Ribeiro foi quando ele veio à embaixada para me informar que a situação do Brizola havia piorado. Ofereci, então, enviar o carro da embaixada ao prédio da Rambla Armenia: o carro entraria na garagem, recolheria os Brizola e voltaria à embaixada, sem riscos para a segurança do casal, uma vez que a polícia uruguaia não interceptaria carro diplomático, ainda mais dos Estados Unidos. De fato, logo depois, a guarda marinha [os *Marines*] da embaixada ligou para dizer que os Brizola, suas malas e tudo mais estavam no saguão da Embaixada.

Imaginem que cena histórica!

O Sr. Cheek diz:

— Então fiz o que era necessário: que o casal ficasse em segurança, sob a guarda do governo dos EUA, para que partissem, em paz, do Uruguai, com trânsito em Buenos Aires até a chegada aos Estados Unidos, em Nova York. Era uma tarefa diplomática nada simples!¹⁹

E continua:

— O caso de Brizola apresentou problemas especiais para mim, como chefe da missão. Primeiro, a regra estabelecida pela política externa dos EUA era e ainda é a de que não damos asilo nas embaixadas no exterior. Mas podemos dar ‘refúgio temporário’ em casos em que se acredite que a pessoa esteja sendo procurada ou perseguida injusta ou ilegalmente, e que seus direitos humanos básicos estejam sendo violados, caso seja feito prisioneiro.

“Quando o meu pessoal de segurança e inteligência confirmou que tipos suspeitos seguiam os Brizola e estavam ‘de olho’ no interior da embaixada, concluí que os Brizola estavam sendo, definitivamente, perseguidos. E, dado o bem conhecido registro de violações de direitos humanos da política no governo militar uruguaio de 1977 (como o do Brasil, da Argentina e do Chile), havia óbvio perigo para eles se fossem agarrados por esse pessoal. Então, concedi-lhes o ‘refúgio temporário’ na embaixada e, só aí, orientei a Casa Branca em Washington.

Mr. Cheek comenta ainda que:

— O próximo problema era como colocá-los dentro dos Estados Unidos, tarefa nada fácil (muito mais naquela época), devido a nossos complexos regulamentos e leis de imigração. Os EUA não concedem asilo político a pessoas enquanto elas

estiverem em outro país. Primeiro, têm que entrar nos EUA legalmente com um visto (ou uma “custódia pré-arranjada”) e, uma vez lá dentro, solicitar à Imigração americana o status de “refugiado político”, que lhes permite ficar, temporariamente, enquanto o pedido estiver sendo julgado (leva meses), e então permanentemente, se aprovado.



Brizola e Neusa, no aeroporto de Carrasco, em Montevideu, Uruguai, 23/9/1977.

“Para conceder um visto de ‘visita temporária’ dos EUA para os Brizola, eles teriam que ter um documento de viagem válido para além da data da estada temporária nos EUA. Foi isso que pensei quando insisti que o Ministério das Relações Exteriores uruguaio desse a eles *titulos de viaje* válidos por trinta dias, o que consegui. A próxima exigência para conceder-lhes o visto dos EUA era a de que eles tivessem um outro destino além do ‘visto temporário’. Desde que eles foram expulsos do Uruguai e, obviamente, não poderiam retornar ao Brasil e a Argentina estava fora de questão, isso se revelou um problema real.

“Recordo-me, e a memória torna-se vaga sobre aqueles detalhes, ter solucionado o problema com apoio do Departamento de Estado, obtendo do Governo de Portugal a confirmação oficial de que Brizola e Neusa seriam recebidos com passaporte português, oferecido pelo governo de Mário Soares, e lá permaneceriam depois de ter se esgotado o prazo do refúgio temporário dado pelos EUA. Faltaria, no entanto, o último detalhe para que o asilo fosse concluído:

eliminar o nome de Leonel Brizola da relação de pessoas impedidas de entrar nos EUA, existente no aeroporto internacional John Kennedy, em Nova York. E isso foi feito.²⁰

No aeroporto de Montevideú, Brizola entrou na fila de embarque para Buenos Aires como todos os demais passageiros. A diferença é que uma pequena multidão formou-se em torno do casal. Não apenas companheiros do Brasil que haviam acorrido a Montevideú para com ele solidarizar-se, mas também uruguaiois que não escondiam sua admiração pelo líder brasileiro a quem se acostumaram a abrigar e que agora percebiam estar sendo maltratado por seu governo.

Tal movimentação incomodou os policiais uruguaiois, que não tardaram em intervir, tentando afastar Brizola. Advertiram para que ele embarcasse logo. Brizola afastou a mão de um dos policiais com voz alterada:

— Não se atreva. Eu já comandei mais de 30 mil homens, ponha-se no seu lugar.

Os próprios colegas do policial encarregaram-se de tirá-lo da situação em que se metera. A tensão momentânea dissipou-se e Brizola embarcou com Neusa para Buenos Aires.

Com a decisão de viajar a Nova York via Buenos Aires, surgiu outra preocupação. É que o Hotel Liberty, onde ficariam hospedados à espera do voo, no dia seguinte, para Nova York, era o mesmo onde havia pouco tempo dois políticos uruguaiois tinham sido sequestrados e assassinados. Mas o Sr. Cheek, diante da apreensão, foi incisivo:

— Não se preocupem, nós estaremos lá. Para garantir-lhes trânsito seguro por Buenos Aires, nossa embaixada ali (muito ativa nas lutas pelos direitos humanos) não desgrudará os olhos de Brizola e Neusa, durante o trânsito deles do aeroporto de Ezeiza para Nova York, pela Aerolíneas Argentinas.

“Tudo funcionou bem e eles puderam fazer isso de maneira segura e com liberdade!²¹ — conclui o Sr. Cheek.

Percebia-se que o diplomata americano, amigo e colaborador diante daquela situação, tinha respeito por aquele a quem estava garantindo o direito de asilo e cuja segurança era agora de sua responsabilidade.

Quer dizer, a decisão do Sr. Cheek revela sua pessoal e intransferível responsabilidade de decidir pela entrada de Brizola no território americano. Foi um

caso político de grande importância. Por esse contexto, entende-se por que Brizola foi a figura central e de primeira linha nas negociações com o regime militar, e que levaram, paulatina e seguramente, à anistia e à reforma partidária. Brizola, sem dúvida, passou a ser a principal figura que desmancharia o monopólio das Forças Armadas no comando político brasileiro, pondo fim ao monopólio – composto por Arena e MDB – nascido da ditadura e levantando as brasas cobertas pelas cinzas da ditadura sobre o grande espectro de político regional, nacional e internacional que foi.

As experiências nos EUA e na Europa foram muito bem captadas pelo sentido político internacional, contribuindo para a sua participação e liderança no seio da Internacional Socialista – o que jamais se repetiu na política brasileira até agora – e para sua inclusão como figura política entre chefes de Estado, presidentes e primeiros-ministros – tanto nos EUA como em Portugal –, através e com o apoio do Partido Socialista Português e de Mário Soares, particularmente.

Este é o palco para a inserção de Brizola no cenário e nas atividades políticas democráticas, com o PTB. Isso não significa que ele tenha deixado de lado as amplas discussões e conversações – pessoais (direta ou indiretamente) e políticas – com o comando ditatorial dos militares na atividade política brasileira. Durante seis anos (em 1977 e de 1982 a 1986) de observações mútuas e comportamentos políticos mal resolvidos, Brizola manteve algum tipo de negociação política com o governo americano, em especial com o próprio presidente Carter, como veremos adiante. Mas naquela época pensávamos que nacionalizar duas grandes companhias norte-americanas no final dos anos 50 significava entrar na “lista negra” dos EUA e não mais pisar em solo americano. Como, então, passados 20 anos, o governo americano veio a conceder-lhe visto como asilado?

As explicações que o Sr. Cheek nos deu pareceram claras a respeito da vontade do governo Carter em conceder a Brizola o que faria a qualquer outro cidadão que estivesse sendo violentado em seus direitos humanos. Achamos que, por gratidão ou por sua visão política mais madura e conciliatória, Brizola, desde então, jamais proferiu críticas diretas aos EUA como governo, referindo-se, indiretamente e em diversas circunstâncias, ao que ele chamava de “perdas internacionais” através do

poder das multinacionais, principalmente as norte-americanas, mas também das alemãs, francesas e britânicas.

Em resumo, o Sr. Cheek responde às nossas perguntas:

— *Eu tomei a decisão pessoalmente, a de conceder ‘refúgio temporário’ na Embaixada americana.* Só então informei à Casa Branca – era sexta-feira e o Departamento de Estado estava fechado – de que eles já se encontravam aqui em nossa Embaixada. Em seguida, todas as minhas ações foram no sentido de dar assistência aos Brizola, para que partissem do Uruguai e fossem para os EUA de maneira segura, e esses passos foram coordenados juntamente com a Casa Branca em Washington. [...]

“A burocracia e o aparato de poder do governo americano não queriam, exatamente, dar boas-vindas a Brizola, mas, consistente com a política de direitos humanos do presidente Carter, nós estendemos a ele a mesma assistência para proteger direitos humanos básicos que teríamos dado a qualquer outra vítima da opressão. Suas críticas e ações anteriores aos EUA, quando era governador, não pesaram em nossa decisão. Ela foi baseada na questão dos direitos humanos, não em uma questão política. [...]

“Não tenho provas concretas, mas, pessoalmente, creio que os militares do governo do Brasil estavam por trás da expulsão de Brizola do Uruguai. O governo do Uruguai era uma ditadura militar, embora mais moderada do que as ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. Diferente de seus vizinhos, eles raramente torturavam pessoas ou ‘desapareciam’ com elas, como testemunharam seus seiscentos prisioneiros políticos, sob condições toleráveis e observação da Cruz Vermelha. O governo do Uruguai tolerou a presença de Brizola por 13 anos, o que indicava que ele não era percebido como ameaça. No entanto, os militares argentinos haviam tido sucesso ao pressionar o governo uruguaio a expulsar ou devolver ‘subversivos’ que tivessem se refugiado no Uruguai. Penso que os militares brasileiros, no caso de Brizola, fizeram o mesmo, e os milicos do governo do Uruguai, como um dever, saudaram e obedeceram.

“Meu conhecimento de Brizola veio, inicialmente, de meus estudos universitários, durante o final dos anos 60 e início dos 70. Mas a minha relação com Brizola é baseada em experiência pessoal. De 1967 a 1969, o Departamento de

Estado ‘emprestou-me’ para o U.S. Peace Corps [Corpo da Paz], como diretor-executivo [*deputy director*] do programa no Brasil. Ajudei e geri o maior e mais bem-sucedido programa do Peace Corps no mundo, com cerca de 1.400 voluntários, que serviram em todos os estados do Brasil, exceto no Rio Grande do Sul. Por que não no Rio Grande do Sul? Bem, Leonel Brizola, enquanto governador do Rio Grande do Sul, no início dos anos 60, havia expulsado os Voluntários da Paz, por considerá-los ‘agentes do imperialismo e da CIA’. Nós ainda vivíamos com aquela acusação quando servi no Peace Corps, no Brasil, entre 1967 e 1969, mas, afortunadamente, milhões de brasileiros generosamente ajudados pelos Voluntários por alguns anos, compreenderam que aquela acusação de Brizola estava errada. Ele reconheceu isso e atribuía esse ambiente de Guerra Fria à constante tensão internacional. Agora, iria conhecer e praticar como inserir melhor o Brasil no cenário internacional. Ser ator e não coadjuvante.”

Finalmente, o Sr. Cheek concluiu:

— Tive, ao longo de meus 36 anos de carreira, como profissional diplomata no Serviço Estrangeiro dos EUA, de dar ajuda, talvez salvar a vida, dando a mão aos Brizola em Montevideú, em setembro de 1977: é disso que eu mais me orgulho. Era uma chance não para mencionar a proteção aos direitos humanos, mas torná-los um fato concreto, realizá-los, e isso foi feito.²²

E, finalmente, é o próprio Brizola que, em seu depoimento à Comissão Externa da Câmara dos Deputados²³ (destinada a esclarecer as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart), rememora os fatos que culminaram em sua expulsão do Uruguai e sua ida para os Estados Unidos:

— Quando lá estava [no Uruguai], eu não tinha muita ideia de que estávamos dentro de um processo que envolvia todos nós. Na época em que fui expulso, por exemplo, eu não estava exercendo atividade política nenhuma. Não entendia o porquê. Aquilo era uma vingança pessoal. Por muito tempo, cultivei a impressão, dada uma informação e outra, de que fui expulso daquele país por pressão da área do Geisel ou da área do ministro do Exército daquele tempo, Sr. Sylvio Frota.

“Talvez tivessem receio de que pudesse haver entendimento entre mim, que estava no Uruguai, e o então governador do Rio Grande do Sul, recentemente falecido, Synval Guazzelli, invocando, talvez, o que ocorrera em 1961, e que dali

pudesse surgir uma reação, com essa soma de forças, contra um ou contra outro. No caso, teria sido a área do Sr. Sylvio Frota que teria insistido junto aos militares uruguaio para me expulsar, na atividade que desenvolviam preparando outro golpe contra o governante discricionário do momento, para não dizer um ditador de turno, o Sr. Ernesto Geisel.

“Como fui para os Estados Unidos, acolhendo-me na política que desenvolvia o presidente Carter – até surpreso com aquele atendimento, com o acolhimento que lá recebi, convivendo com muitas pessoas –, eu, de certa forma, aceitava essa interpretação.

“Hoje, de longe, somando mais informações, chego à conclusão de que absolutamente não foi isso o que ocorreu. Eu estava ali na mesma situação de outros latino-americanos que demarcavam toda uma época e foram objeto de um processo de repressão que atingia personalidades e simples quadros da resistência a esse conjunto de ditaduras. Hoje estou absolutamente convencido de que *uma voz me surgiu ali, naquela hora em que ingressava na embaixada americana*.

“Quando expirava aquele prazo [das 120 horas] dado pelo regime militar uruguaio, fomos informados pela embaixada americana de que devíamos nos deslocar para lá, eu, a minha família, os meus amigos, quem eu quisesse levar. E estávamos ali cercados por várias caminhonetes do exército uruguaio. Eu até perguntei: ‘Como vou passar por esse cerco?’ Responderam: ‘Não vai ocorrer nada; nós estamos aí também.’ Foi a resposta que recebemos da embaixada [dos EUA].

“Não sabíamos, mas tivemos a informação de que havia um entrelaçamento desses regimes. Logo que chegamos lá, pudemos sentir uma estreita ligação entre autoridades norte-americanas e de alguns outros países que se prestavam a esse tipo de cooperação.

“Confesso que, quando me decidi a ir, fui sozinho à embaixada americana. Foi um arroubo! Eu pensava: quero colocar à prova essa política de direitos humanos do presidente dos Estados Unidos. Quero saber. Ele está falando tanto de direitos humanos, e eu, por exemplo, sinto-me ferido nos meus. Estou sendo expulso deste país de maneira injusta. Como pode um país que tem tratados em matéria de direito de asilo expulsar alguém que não está fazendo nada? Vou consultar o

presidente dos Estados Unidos, diante do que estou sofrendo, sobre se me recebe em seu país. Era com essa intenção, palavra de honra.

“Chegando lá, fui recebido por uma moça, porteira ou telefonista, meio uruguaia, meio americana: ‘O senhor quer falar com o embaixador?’ E eu meio barbudo... Ela pediu minha identidade, minha cédula. Eu dei minha carteira, estava ali exilado... Ela olhou, olhou, pediu que esperasse um momento e chamou um funcionário.

“Veio um jovem atencioso [Archie Cheek, encarregado de Negócios da Embaixada dos EUA em Montevideú, na ausência do embaixador]. Pensei: ‘este deve ser um elemento da CIA, que, sem mais nem menos, vem me receber.’ O rapaz chegou e disse: ‘Sr. Brizola, o senhor quer passar ao meu gabinete?’ ‘Perfeitamente’, respondi. Continuou o funcionário: ‘O senhor é conhecido.’ E eu, cá comigo: claro que o senhor me conhece! A gente sempre pensa que é muito conhecido. Então, ele disse: ‘Quando eu estava na universidade, nós tínhamos um clube latino-americano. Naquele tempo, falava-se muito no senhor, que o senhor gostava de expropriar empresa americana.’ Eu disse: ‘É verdade.’

“Ele foi muito amável. Conversamos, tomamos um cafezinho, e por fim ele me perguntou: ‘O senhor quer mesmo ir para os Estados Unidos?’ Respondi: ‘Olha, até há pouco tempo eu não admitia essa possibilidade, mas quero ir.’ O rapaz me ofereceu uma revista e, após alguns momentos, disse: ‘Fui tratar do assunto com as autoridades americanas, na ausência do embaixador. Na segunda-feira nós lhe damos uma resposta.’ Isso aconteceu numa sexta-feira. Na segunda-feira, deram-me a resposta mesmo.

“Soube depois que minha sorte foi isso ter acontecido na sexta-feira, porque o assunto foi direto à Casa Branca, já que o Departamento de Estado estava fechado. Na Casa Branca, foi levado diretamente à consideração do presidente Carter, que não teve dúvida, seguindo sua política; era esse seu pensamento, sua maneira de ser. O assunto praticamente pulou o Departamento de Estado. Caso fosse numa segunda-feira – soube depois; brasilianistas me disseram –, o Departamento de Estado iria complicar de tal maneira meu pedido que seria muito difícil ir para lá.

Esse episódio revela em toda a sua complexidade o caráter das relações que o governo dos Estados Unidos mantinha com as ditaduras militares do Cone Sul.

Também denuncia que se estava esgotando o seu apoio incondicional aos regimes que ajudara a implantar e que, por várias razões, já não atendiam mais aos seus interesses. Não demoraria para que todos fossem levados pelo sopro dos novos ventos que vinham da Casa Branca, sob a bandeira politicamente correta dos direitos humanos empunhada pelo presidente Carter.

Notas

10. Os “guris” eram os filhos de Brizola e Neusa: José Vicente, Neusa Maria e João Otávio, este último residindo, na ocasião, na casa de Trajano e Maria Ribeiro.
11. *Perfis Parlamentares, Leonel de Moura Brizola*, p 101.
12. Ver artigo de José Casado, *O Globo*, 12/12/2006. Ver também Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*.
13. Gaúcha pela tradição de lutas, pugnas e guerras partidárias, entre maragatos e chimangos, ao longo da história do Rio Grande do Sul. *Perfis Parlamentares, Leonel de Moura Brizola*, p. 100.
14. Ver as análises de Elio Gaspari em *A Ditadura Derrotada* sobre o processo de abertura da dupla Geisel-Golbery, e em *A Ditadura Encurralada* sobre a crise de 1975.
15. Sylvio Frota, *Ideais traídos*, capítulo 41 – “A tentativa de retorno de Brizola”, p. 487-88.
16. *Ibidem*, p. 491-492.
17. Até mesmo na ditadura de Pinochet os exilados mantiveram seus passaportes, como cidadãos chilenos. Na ditadura brasileira, os exilados perderam seus passaportes, sua cidadania e andavam como párias com todo tipo de documentos, ora da ONU, ora de algum país que lhes concedesse o *laissez-passez*, vistos limitados, ou, em raras exceções (como em Portugal após 25 de abril), documentos de residência e cidadania (com bilhete de identidade, com apoio do governo de Mário Soares).
18. “Não, senhor, o prazo termina com o pôr do sol.”
19. Depoimento do Sr. Archie Cheek – de Kansas City, EUA –, aos autores, via e-mail, 3/9/2007.
20. Entrevista com Sr. Cheek, via e-mail, 3/9/2007.
21. *Ibidem*, 2007.
22. Entrevista com Mr. Cheek, via e-mail, 3/9/2007.
23. Depoimento de Leonel Brizola à Comissão Externa, Câmara dos Deputados, Relatório Final, Coordenação de Publicações, Brasília, 6/6/2000, p. 69-96.

O realejo começa a tocar

O regime militar brasileiro dava sinais de esgotamento. A nação clamava por reconciliação. O povo brasileiro ansiava por liberdade e queria escolher, livremente, seus dirigentes, eliminando o ódio da vida pública brasileira que já se arrastava por 14 anos ininterruptos. A anistia ampla, geral e irrestrita era o caminho para o reencontro da sociedade brasileira com seu destino. Alguns políticos, no entanto, pareciam acomodados com a situação e não estavam comprometidos com a luta pela anistia.

Esse era o discurso recorrente de Brizola desde que desembarcou em Nova York até sua volta ao Brasil em 1979. Era seu realejo tocando o momento histórico: ideias expressas em linguagem cheia de parábolas e metáforas que abrangiam uma posição acerca da conjuntura política do momento, na qual ele estava inserido. Brizola tinha o hábito de falar a seu interlocutor como se estivesse proferindo uma conferência ou discurso. Observava a reação do interlocutor, que atuava como um verdadeiro *sparring*. Seus colaboradores se acostumaram com essa preleção. Depois, ele mesmo indagava: “Não te parece?” Atento, ouvia as observações dos ouvintes – como nos *Cabildos Abiertos* – e procedia, eventualmente, a modificações, repetindo o mesmo pensamento incontáveis vezes, em várias oportunidades, para jornalistas, políticos, amigos ou colaboradores. Se a conjuntura mudava, mudava o realejo.

Naquele outubro de 1977, o que Brizola tocava poderia resumir-se em uma só palavra, ou melhor, em uma só melodia: Anistia. Já instalado no Hotel Roosevelt, impôs-se uma disciplina de trabalho diário, que incluía a leitura dos jornais do Brasil trazidos todos os dias pela tripulação da VARIG, que também lhe brindava com erva-mate, charque, feijão e outras iguarias, vindas, muitas vezes, a pedido de amigos do Brasil. Muitos comandantes antigos da VARIG eram seus velhos

conhecidos e o alimentavam com informações e opiniões sobre a vida e a situação brasileira.

Brizola tinha relação afetiva e histórica com a VARIG, que apoiou desde seus primórdios. Em companhia de João Goulart foi, primeiro, à presença do presidente Vargas e, depois, à do presidente Juan Domingo Perón, em Buenos Aires, pedir autorização para que a VARIG iniciasse voos regulares para a Argentina. Em reconhecimento pelo apoio, ganhou passe livre que somente o seu fundador, Ruben Berta, possuía igual. Durante seu período no exílio nunca fez uso do passe. Durante seu primeiro governo do Estado do Rio de Janeiro, seus colaboradores em missões – como o professor Brigagão, secretário executivo das Relações Internacionais do PTB/PDT e do governo – sempre viajavam de primeira classe para o exterior. Passagens que lhe eram obsequiadas pela VARIG. Mas o próprio Brizola jamais aproveitou o privilégio de usar o cartão que lhe havia sido dado pelo presidente da VARIG, Ruben Berta.

Instalado no apartamento, com uma sala que serviria de escritório, passou a usar, fartamente, o telefone internacional, que após anos de exílio e confinamento, era como um brinquedo para ele. Quando, após solicitar, através da mesa central do Hotel, o número de algum amigo ou correligionário em um distante município gaúcho, e a telefonista internacional lhe dizia “*Just a moment, please*”, Brizola parecia uma criança diante daquele brinquedo que o colocava, em segundos, em contato com a voz de seu interlocutor, do outro lado do Atlântico.

Além disso, era preciso tomar providências relativas à súbita saída do Uruguai e aos negócios que lá deixara, agora a cargo do filho mais velho, José Vicente. Brizola estava com dificuldades de crédito nos bancos.²⁴ Novos contatos com políticos brasileiros que o visitavam passaram a ser cada vez mais frequentes. Com a já grande colônia brasileira em Nova York, Brizola retomava contato mais próximo, conversava com quem o procurava, ouvia, falava, comentava e tocava seu realejo.

Nesse período teve início uma verdadeira romaria de políticos brasileiros buscando contatos, especialmente políticos do MDB gaúcho, com profundas raízes trabalhistas. O PTB fora a matriz originária do MDB gaúcho, à qual se agregaram, posteriormente, políticos de pensamento liberal oriundos, principalmente, do Partido Libertador (PL).

Esses quadros sentiam-se atraídos por sua liderança. Alguns dispostos a segui-lo, fosse qual fosse o rumo que tomasse em termos partidários; outros mais cautelosos queriam ouvi-lo, gostavam da conversa, mas não chegavam a se comprometer com a causa de Brizola. Os mais novos sentiam-se inseguros em abandonar o MDB, com o predicado de ligação orgânica, embora o pai ou o avô tivessem pertencido ao PTB.

Nota

²⁴ Entrevista a Tarso de Castro, em Nova York. *Enfim*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 12/9/79.

Em Lisboa: o conagraçamento português

Foto: Editora Abril



Ao centro, Leonel Brizola, e, à esquerda, Miguel Arraes durante conferência de imprensa do Comitê Pró-Anistia Geral do Brasil (ver p. 54) em Lisboa, em 25/1/1978.

No dia de seu aniversário de 56 anos, em 22 de janeiro de 1978, Brizola e Neusa – que, por ter nascido em 20 de janeiro, também comemorava o seu – desembarcaram em Lisboa, com passaportes dados pelo então primeiro-ministro Mário Soares.

O líder do PS acabara de formar o II Governo, através de acordo com o Centro Democrático Social (CDS), partido de direita liderado por Freitas do Amaral. Soares encontrava-se em sua casa de Sintra quando, por volta das três da manhã, tocou o telefone.

Do outro lado da linha, de Londres, o jornalista brasileiro, ex-deputado federal cassado pela ditadura, Hermano Alves, indagou a Mário Soares se ele já sabia da expulsão de Brizola do Uruguai e contou-lhe a história. Brizola necessitava de passaporte e, então, Hermano perguntou a Mário Soares se ele poderia fornecer-lhe um.

— Imediatamente, obviamente — respondeu-lhe Mário Soares, ainda meio sonolento.

Daí em diante, e durante toda a sua permanência na Europa até sua volta ao Brasil, Mário Soares foi o principal amigo, apoiador e articulador da entrada do trabalhismo brasileiro na cadeira “ainda vazia” da Internacional Socialista. Ele relatou a Brigagão que, na manhã seguinte, ainda não havia lido os jornais quando recebeu telefonema da Presidência da República:

— Era o general Ramalho Eanes, com voz um bocado estranha, dizendo que havia acabado de saber pela imprensa que “o senhor concedeu um passaporte ao Brizola”. Foi então que me lembrei da conversa da madrugada com o Hermano Alves — recorda Mário Soares. — O general Eanes disse mais: “Eu sou o Presidente da República, sou o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e sou, ainda por cima, o Presidente da Revolução, e o senhor, o primeiro-ministro, não me diz uma coisa dessas.” Respondi: “Eu não disse porque, primeiramente, não me lembrei; em segundo lugar, fui apanhado de surpresa, de madrugada, mas o senhor não precisa ficar irritado.” Ele me disse que estava irritado porque eu não havia falado nada a ele. Quando retornei a Lisboa, ele estava mais calmo e percebeu que não havia motivo para criar uma crise por causa disso. [Mário Soares chegou a pensar em pedir demissão como primeiro-ministro...]

Quando conheceu Brizola, Soares simpatizou com ele à primeira vista. Levou-o para um restaurante de frutos do mar, pois pensou que, como ele tinha vindo do Uruguai, gostaria de prová-los. É ele quem conta:

— Durante o almoço, percebi que ele não estava muito entusiasmado com a comida e perguntei se ele não gostava de frutos do mar. Ele me respondeu que sim, mas que preferia comer um bom churrasco. Disse-lhe que seria difícil encontrar algo assim em Portugal: nós temos porco, cabrito, mas churrasco de carne (como no Brasil, na Argentina e no Uruguai) não era nossa especialidade. Ele me disse

algo que nunca mais me esqueci: “Sabe, Dr. Mário, eu olho para esse mar que vocês têm aqui, um mar bonito, imenso, e penso aqui comigo: quanta terra desperdiçada.”²⁵

Grato a essa hospitalidade do governo socialista de Mário Soares, Brizola declarou ao chegar em Lisboa:

— Embora não desejasse, naquele momento, apontar caminhos ou iniciativas, todos que se opunham há tantos anos à atual situação no nosso país continuavam buscando a normalização da vida brasileira.²⁶

Escusando-se de analisar as próximas eleições no Brasil (as de 1978), saiu-se com a alegação de que 14 anos de exílio o impediam de estar completamente atualizado sobre a situação política brasileira.

Em ambiente democrático como quem “se aproxima de casa”, Brizola manifestou-se dizendo que, “embora o atual regime tivesse extinguido o PTB, ele nunca deixou de existir porque faz parte da nossa realidade” e que tinha em mente a reestruturação de um partido com raízes históricas que poderia ser um denominador comum para todas as expressões jovens, mas essencialmente seria a expressão das bases populares. Para ele, sua ida à Europa “adquiria significado político bem vincado”: procurar ouvir os partidos europeus sobre o possível apoio à reformulação do PTB, em caso de súbito regresso ao Brasil.

O primeiro sinal de emoção ocorreu na chegada de Brizola ao aeroporto de Lisboa (Portela), na manhã de 22 de janeiro de 1978. Foi comovente o longo abraço de Brizola e Arraes (radicado em Argel), que fora até lá especialmente para receber o amigo e companheiro de exílio, de quem ficara separado por 14 anos, por causa da ditadura brasileira.

O segundo momento de muita emoção foi o seu conagraçamento com a comunidade de exilados políticos em Lisboa, em jantar realizado num restaurante típico lisboeta, na mesma noite de sua chegada, em comemoração a seu aniversário e o de Neusa. Praticamente todos os exilados brasileiros que viviam em Portugal (principalmente em Lisboa e no Porto) lá estavam, e a presença do líder Miguel Arraes era símbolo marcante dessa comunhão.

Além do próprio Mário Soares, ali estavam vários amigos portugueses prestando sua solidariedade – eles que foram exilados no Brasil –, com grande

significado político para todos.

A terceira e destacada manifestação desse conagraçamento foi a entrevista coletiva dada na sede da Comissão Pró-Anistia Geral no Brasil em 25 de janeiro.²⁷

A comissão em apoio à anistia no Brasil reunia vários agrupamentos políticos e personalidades portuguesas. Faziam parte da comissão: frei Beto Domingues, o diretor adjunto do *Diário de Lisboa* Fernando Piteira Santos, além de personalidades públicas como Antonio Reis, Carlos Lage e Nuno Teotônio Pereira, todos afinados no mesmo propósito.

Com o auditório lotado, tendo ao lado Miguel Arraes, Brizola respondeu às perguntas dos jornalistas em tom calmo e conciliatório. Sua convicção era a de que sua pessoa não seria obstáculo para qualquer normalização na vida política brasileira e admitiu a hipótese de, se fosse o caso, “abandonar a vida pública”, para que os setores mais direitistas não temessem sua presença.

— Entendemos que não será fácil para muitos brasileiros encarar com espírito de generosidade essas tarefas. Mas estou convencido de que somos insuspeitos quando dizemos que essa é a nossa posição, pois nós somos os perseguidos. Lutamos por um “desarmamento” de espíritos. Novos ventos estão soprando na América Latina [...], muitos brasileiros têm feito contatos na Europa e voltam reconfortados.²⁸

Classificando-se como uma espécie de sobrevivente de um período muito complexo das relações entre os EUA e a América Latina, afirmou que só seria possível restaurar a vida brasileira num clima saudável, de verdadeira distinção. Só assim haveria estabilidade.

— Enquanto houver desconfiança, máquinas de espionagem, envenenamento de espíritos, brasileiros “bons e maus”, nada será possível.

Relembrou que o pai do então presidente João Batista Figueiredo [Euclides Figueiredo] também estivera no exílio, e fora anistiado por Getúlio Vargas. Outros governantes que hoje estão em postos de comando foram anistiados por JK:

— A tradição brasileira é a do exílio e da anistia. — E finalizou: — Minha situação individual é bastante difícil, pois são inúmeros os processos políticos e não se sabe bem quais os que estão em curso e os que já foram julgados à revelia: tenho uma pena que ronda a 50 anos de prisão (*nenhuma por corrupção*) e

existem pedidos para aplicação de outras sentenças que me dariam mais de 200 anos aproximadamente.

Desde o Golpe de 1964, seus autores vasculharam todas as contas correspondentes a todos os cargos administrativos e legislativos exercidos por Brizola (prefeito, deputado estadual no Rio Grande do Sul, secretário estadual de Obras daquele estado, prefeito de Porto Alegre, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, governador deste estado e deputado federal pelo Rio de Janeiro) à procura de irregularidades e nada foi encontrado.²⁹

Sobre o futuro do PTB, Brizola afirmou que novos passos somente deveriam ser dados quando houvesse franquias que possibilitassem uma ação livre e a reorganização partidária. Em resposta à pergunta sobre seus objetivos na Europa, respondeu que o PTB, em sua ação antes de 1964, era próximo, em muitos aspectos, da social-democracia e dos socialistas europeus e admitiu possibilidades de vínculos futuros. Por sua vez, Miguel Arraes deu grande importância a Portugal como apoio à oposição brasileira:

— Aqui há uma grande experiência nesse sentido.

“A base de apoio aos antifascistas brasileiros é grande em muitos países. Mas é em Portugal que ela é mais importante. Aqui podem ser divulgados documentos e informações que, apesar do abrandamento da censura, ainda não são levados ao conhecimento de certos segmentos, já que eram endereçados majoritariamente para o público das instituições das três forças armadas e, é claro, pensava-se falar ao povo.³⁰

Recordemos. A Revolução dos Cravos dos capitães, de 25 de abril de 1974, além das drásticas mudanças no regime que sustentava o último império europeu, encerrou as guerras coloniais nas novas nações africanas independentes e fez confluir para Portugal uma onda de exilados brasileiros espalhados pelos quatro cantos do mundo. Foi a revolução mais pacífica que ocorreu na história recente.

Um caso expressa bem sua natureza. Durante a madrugada do dia 25 de abril, a Guarda Nacional Republicana (GNR), de Lisboa, cercava o quartel da própria GNR, onde ainda se encontravam autoridades remanescentes do regime fascista, inclusive o então presidente-almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, o primeiro-ministro Marcelo Caetano e alguns ministros de alta posição. Depois da

Revolução dos Cravos, a maioria se exilou no Brasil. Mas, tensos, soldados da GNR não deixavam ninguém passar para dentro do quartel. Menos ainda, saírem os que estavam lá dentro! Era um empurra-empurra daqui e dali.

Um câmara de um canal de TV alemã forçou a barreira para dar seu furo de reportagem e, aí, ouviu de um soldado português, calmo, mas resoluto:

— Ó pá, deixe-nos fazer a revolução em paz, pá!

As facilidades fraternas trazidas pela democratização, a língua e a camaradagem das novas forças políticas portuguesas foram os ingredientes encontrados pelos exilados brasileiros para se sentirem em casa, revigorando a vida de traumas e dificuldades, mas também de realizações, que todo exílio representa.³¹

Após os dois primeiros anos de grande e intensa mobilização de massas, dos grupos dos capitães de Abril, do Partido Socialista, do Partido Comunista e de outros tantos agrupamentos da esquerda portuguesa, os brasileiros, diante de sinais de que a ditadura abrandava-se e seguia o caminho da lenta, segura e gradual abertura, passaram a pensar na possibilidade de voltar ao Brasil.

Cerca de cem brasileiros davam aulas em várias universidades portuguesas, trabalhavam e modernizavam serviços (imprensa, editoras, publicidade etc.) e, ainda, outras atividades profissionais – muitos deles com a garantia da dupla cidadania. Representavam o leque dos matizes ideológicos da esquerda exilada. Muitos vinham da luta armada ao regime militar. Ali estava, agora mais presente, o líder Miguel Arraes e também o jornalista Márcio Moreira Alves, ambos associados ao MDB. Comunistas, os da luta armada, socialistas e democratas radicais independentes buscavam repensar, criticamente, a trajetória de suas lutas e, agora, as próximas alternativas.

Nesse ambiente democrático português, políticos brasileiros, principalmente de oposição do MDB, passavam por Lisboa: senadores como Fernando Henrique Cardoso, Marcos Freire, Severo Gomes, Paulo Brossard, assim como Almino Afonso e outros tantos deputados ouviam e buscavam cativar o seu “novo eleitorado”. Procuravam inteirar-se das tendências políticas portuguesas, reconhecer o terreno dos exilados brasileiros e transmitir-lhes, com análises e informações, o que estava se passando no saudoso Brasil.

Um pequeno grupo de brasileiros alinhava-se com o moderado Partido Socialista de Mário Soares e algumas ideias começaram a surgir sobre a “cadeira vazia” que pudesse ser ocupada pelo Brasil na Internacional Socialista.

Assim que desceram em Lisboa, Brizola e Neusa foram para o Hotel das Janelas Verdes. Antigo mosteiro, hotel simples, porém bastante confortável, ficava ao lado da antiga morada de Eça de Queiroz, incorporada também ao hotel. Em frente, o mais tradicional dos museus de Portugal, o Museu das Janelas Verdes.

O alvoroço logo se estabeleceu: romarias de jornalistas, de velhos e novos amigos, de seus familiares e de exilados de outros países visitavam os Brizola continuamente. Grupos políticos começaram a se formar, uns pró, outros contra Brizola, com a ideia de recriar o trabalhismo, fora do MDB e com uma cara renovada. Reuniões eram cada vez mais frequentes, debates acalorados revelavam que a presença do “Centauro dos Pampas” em solo português demarcava terreno.

Com seu discurso contagiante e irreverente, sua verve semântica gaúcha, iniciava uma nova jornada, arrebanhando adeptos, tocando seu incansável, insistente e paciente realejo. Embora usasse metáforas, dava a entender que era vigiado por agentes do governo brasileiro. Adotou então o hábito de conversar com seus interlocutores dando longas caminhadas.

Desde Nova York e agora em Lisboa, convidava seu interlocutor para um passeio que, geralmente, durava um bom tempo, às vezes horas. Foi assim que procedeu em suas pacientes e longas conversas com o líder Miguel Arraes, em Lisboa.

Tentava atraí-lo para a ideia de reorganizar o trabalhismo, de unir os que estavam no exílio, incluindo os jovens que haviam, pela luta armada, combatido a ditadura. Queria retomar o fio da história... Arraes não se alinhava com o mesmo projeto, ainda mais com a visão de Brizola de buscar aliança com a Internacional Socialista, da qual era crítico, pois a considerava negativamente revisionista.

Antes de decolar de Lisboa para Hamburgo, para o primeiro encontro com a Internacional Socialista, Brizola dissera a Trajano Ribeiro:

— Arraes é homem de frente, não é um homem de partido e com ele não podemos contar.

Exauridos por tantas discussões teóricas sobre os caminhos da revolução brasileira, o pessoal da luta armada iria encontrar em Brizola, através do recurso

da história oral, as raízes fincadas em solo brasileiro. Passou a conquistar os exilados: sabia cativá-los persuasivamente contando-lhes a estória que eles não sabiam.

O pessoal da luta armada teorizava muito e no início dessa aproximação o preconceito e as visões simplistas foram consideráveis, mas, pouco a pouco, acabaram sendo superados. A grande maioria já havia adquirido alguma experiência na Europa e sabia como os partidos socialistas e sociais democratas funcionavam.

Alguns já haviam estabelecido contatos com o Partido Socialista Português, tornando-se amigos de Mário Soares e de seu filho, futuro prefeito de Lisboa, João Soares. Nesse contexto, Brizola buscava aproximar-se do pessoal da luta armada e, a partir de suas estórias, foi conquistando e cativando, “comendo pelas beiradas”, mas ouvindo também os “novos barbudinhos”, abrindo diálogo, e, nesse entendimento muito rico e muito maduro, as conversas avançavam. Daí floresceu a convergência política.

O que fez com que o pessoal da luta armada aceitasse e passasse a gostar do discurso de Brizola foi o fato de todo mundo, naquela altura, estar revendo suas concepções... e as aproximações foram se firmando. Havia alguns que pensavam em ir para o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo fundado por Lula e seus companheiros. Mas com relação à concepção de luta de classes, pelo menos naquele momento, praticamente todo o pessoal em Lisboa (o Grupo de Lisboa) já havia revisto as ideias leninistas – os fins justificam os meios – e seu legado do centralismo democrático. Brizola se interessava cada vez mais por aqueles jovens.

Mário Osawa e Maria do Carmo contaram que, na volta deles ao Brasil, foram visitar, em São Paulo, o pai de Mário, de origem japonesa, já bem mais velho. Na conversa ele disse: “O Brizola fala para o coração da gente.”³² Carlos Fayal, da antiga ALN e que se fixara em Estocolmo, sentia essa proximidade, através do diálogo e do respeito à figura de Brizola. Afirmava que Brizola, por ter barrado, com o Movimento da Legalidade de 1961, o golpe contra Jango – e lutar pelas reformas de base – era o que os da luta armada esperavam de um líder no contexto da abertura brasileira.³³

A ilusão das “reformas na marra” havia passado e, agora, ele defendia a reforma através dos mecanismos da democracia, como fim, e destacava o seu compromisso com a renovação do trabalhismo brasileiro.³⁴

Dois grupos se distinguiam entre o pessoal da luta armada: o originário da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, do capitão Lamarca) e o da Aliança Libertadora Nacional (ALN, de Carlos Marighella). No primeiro grupo do VPR: Maria do Carmo Brito, Mário Osawa (Mário Japa), Almir Dutton – o médico que coordenou a operação plástica de Carlos Lamarca em 1969 e morreu aos 71 anos no Rio, em 27 de maio de 2005 –, Carlos Minc, Alfredo Sirkis, Maurício Paiva, Edmauro Goetsert, capitão Altair Campos, Derly Carvalho (em Lisboa) e Fernando Perrone (Paris). Da ALN, em Estocolmo, Suécia: Carlos de Lyra Fayal e Tania Fayal; em Lisboa: Domingos Fernandes, Moema São Thiago, Georges Michel Sobrinho, Cícero Vianna e Ronaldo Dutra Machado (falecido).³⁵ Muito poucos, entre os brasileiros, não participaram dessas conversas iniciais, mas até mesmo alguns do Partido Comunista Brasileiro apareciam e, com frequência, debatiam suas ideias.

Vale a pena fazer aqui algumas observações. Aqueles que se aproximaram de Brizola não tinham clareza sobre qual era a sua atual posição política. Depois do genial lance de asilar-se nos EUA e, a seguir, em Portugal, com o apoio de Mário Soares, perguntavam-se como andaria a cabeça e a coerência do “Caudilho”. Continuava ele envolvido com a linguagem e com os métodos radicais, teria passado por mudanças, adquirido nova posição que pudesse identificá-lo com o socialismo democrático e com a social-democracia?

Aí começam as reuniões, a princípio informais, e, a seguir, com dia e hora marcados, para discutir o que pensar e fazer diante da provável abertura da ditadura, da possibilidade da anistia e da reorganização político-partidária do país. Surgiram as primeiras trocas de opiniões entre muitos dos exilados brasileiros. Parecia que ambos, Brizola e o Grupo de Lisboa, queriam encontrar uma filosofia política que atualizasse as bases do trabalhismo brasileiro, agora em um mais amplo contexto internacional.

A democracia foi, definitivamente, incorporada, não mais como tática ou instrumento para criar a manipulação política autoritária. Não. Democracia como fim em si mesma e ponto. Claro, com a visão profundamente enraizada na vida

social brasileira, que é o primeiro fulcro. As relações políticas com a Internacional Socialista deveriam ser estabelecidas.

Houve debate a respeito, tolerando-se críticas (e preconceitos) e a maioria foi favorável a que Brizola sentasse na cadeira vazia da Internacional Socialista à espera da representação brasileira. Foi um misto de senso de oportunidade e garantia de participar de um foro político internacional, extremamente plural. Mesmo sem grande força política, em termos do poder real, a IS exercia muita influência, não só na Europa, mas em centenas de partidos políticos (membros, observadores etc.): Ásia, Américas e África. Havia também aliados espalhados pela Rússia, Oriente Médio e através de movimentos e associações civis (com agenda de direitos humanos, paz e segurança, trabalho, gênero, desenvolvimento sustentável, energia renovável etc.).

Concretizava-se um diálogo rico, proveitoso, em torno da troca de ideias sobre o retorno do trabalhismo à realidade brasileira após o período da ditadura. Sóbrio, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, da geração que havia saído do Brasil em 1964 e rompido com o Partido Comunista Brasileiro, passou a conversar mais com aquela geração que tinha lutado com armas no Brasil nos anos 70. A convivência, até mesmo casual, fez brotar a confiança entre as duas gerações que se autocriticavam a respeito da herança stalinista, bem como os laços afetivos pessoais criados no ambiente de tolerância da democracia portuguesa.

O professor Pedro Celso e sua mulher, a professora Valentina Rocha, eram vizinhos, no bairro da Estrela, em Lisboa, do apartamento em que moravam, entre outros, Carlos Minc, Alfredo Sirkis e Maurício Paiva. Passaram a encontrar-se e, a partir daí, a desenvolver diálogo fraterno e tolerante em relação às suas posições político-ideológicas anteriores, o de um comunista do PCB e os da luta armada. Essa convivência foi muito importante para se criar um ambiente favorável à convergência sobre a via democrática do socialismo, através do trabalhismo brasileiro. Houve, de fato, uma coincidência feliz que serviu de ponte para a indispensável convergência com o projeto de Brizola. Depois de encontros casuais, Pedro Celso deixou-se cativar por Brizola:

— Professor, eu queria que o senhor escrevesse essas coisas que está me dizendo...³⁶

O desejo foi levado a sério e o próprio Pedro Celso preparou, em dez páginas, suas reflexões sobre o futuro do PTB e o papel de Brizola no Brasil democrático, agora contextualizado pelo panorama das forças políticas internacionais. O fato é que Brizola apegou-se à pessoa e ao documento, aplicando as ideias aos seus novos interesses e visões políticas. Passou a usar aquelas reflexões com fartura, reconhecendo publicamente a autoria. Durante todo o período que restou da permanência de Brizola em Lisboa (1978-79), ele conversava com Pedro Celso sobre as viagens, os políticos que deveria procurar e que relação deveria assumir diante da Internacional Socialista – assunto tratado com cautela no documento.

Durante toda a sua vida, Brizola sempre foi cultuador de intelectuais, acadêmicos – seus professores, como gostava de chamá-los, privada e publicamente. Como em todas as relações humanas, especialmente nas que envolvem política e poder, há os dois lados da moeda. Por sua tradição e trajetória, Brizola considerava-se, e o era, um empírico, e seus voos estratégicos sobre política e governo nasciam de suas “experiências de campo”, iniciadas nos anos 40 e que seguiram até sua morte, em 2004. Ele buscava a aproximação com os “professores” para deles se sentir familiar e próximo ao conhecimento e pensamento da grande Política.

Com esse saber ele podia fazer uso de ideias e alçar seus voos e planos mais altos, mas a partir de suas experiências políticas dentro da história política do Brasil. Ele se dedicava em tempo integral a absorver tudo que seus consultores de filosofia política podiam lhe oferecer.

Ao mesmo tempo, mantinha uma relação às vezes ambígua e nem sempre tranquila com eles. De memória: Paulo Schiling, seu mais próximo colaborador da fase anterior ao Golpe de 1964; Franklin de Oliveira, intelectual refinado, que escreveu o clássico *Morte da memória nacional*, publicado pela Civilização Brasileira em 1967, trabalhou com Brizola antes de 1964, e com o Dr. Roberto Marinho durante o regime militar, e depois de sua volta do exílio novamente colaborou esporadicamente com Brizola; Moniz Bandeira, historiador, que durante o período do novo exílio de Brizola manteve-se muito próximo a ele, articulando muitos contatos com a Internacional Socialista e alguns colaboradores americanos de Carter; Darcy Ribeiro, principalmente durante o período do primeiro e do

segundo governos de Brizola no estado do Rio de Janeiro (1983-87 e 1991-1995); Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, em todo o período de Lisboa (1978-1979) e no período do primeiro governo Brizola (1983-1987); Mangabeira Unger, nos contatos com Brizola em Nova York e em Harvard, no período após a volta de Brizola do exílio, em períodos intermitentes.

Para os “professores”, era como se a política viva viesse até eles, os cobrindo de pensamentos, de sonhos e, quando possível, de realizações, que mesclavam dons pessoais e intelectuais, além de cada uma de suas visões políticas. Todos foram arrastados a essa corrente do poder e as razões dessa travessia são inúmeras. Mas o gosto e a percepção de fazer história, de poder “contar” na hora das decisões – das pequenas às grandes – são alimentos indisfarçáveis da noção de estar junto – ou os antecipando – dos acontecimentos da vida e do poder político.

Compartilhar o poder é algo manifestamente glorioso, seja publicamente ou pela influência e intimidade pessoal com o líder! Sem dúvida havia encantamento e diálogos muito abertos, francos e pessoais com todos, numa reciprocidade de capacidades nessa relação entre o “Príncipe da Política” e os intelectuais.

Notas

²⁵ Em entrevista a Clóvis Brigagão, Fundação Mário Soares, Lisboa, 23 de outubro de 2004.

²⁶ *Diário de Lisboa*, 23/1/1978, cópia arquivo Fundação Mário Soares.

²⁷ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 26/1/1978.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ No Rio Grande do Sul, onde Brizola foi de prefeito a governador, não há vestígios de sua passagem, como se tivesse havido um expurgo completo de seu nome. Na Assembleia Legislativa não se encontra sinal dos relatórios dos quatro anos de seu governo, embora o engenheiro Augusto de Castro, chefe de seu Gabinete de Planejamento, garanta que entregou pessoalmente dois jogos desses relatórios, um à biblioteca e outro ao deputado Pedro Simon. *O Rio Grande semanal*, 6-12/9/1979, p. 11.

³⁰ *Diário de Lisboa*, Leonel Brizola no Comitê Pró-Anistia no Brasil, Lisboa, 26/1/1978. Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves (e, talvez, com outros colaboradores em Lisboa e em Paris), inclusive Clóvis Brigagão escreviam e enviavam para militares um boletim – no qual se denunciavam torturas –, além de pequenos artigos sobre a conjuntura econômica e social do Brasil.

³¹ Ver os dois volumes de *Memórias do Exílio – Brasil 1964-19??*. (volume I: De muitos caminhos; volume II: Memórias das Mulheres do Exílio). O projeto *Memórias do Exílio*, um dos raros documentos-memórias sobre o exílio: projeto coletivo, dirigido por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Rubem César Fernandes e Jovelino Ramos, sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré e com a colaboração de Clóvis Brigagão (que fazia as entrevistas e os textos) e de Marcos Arruda, exilado e que militou intensamente contra a ditadura quando viveu em Washington. O volume II foi dirigido e editado por Albertina de O. Costa, Maria Teresa Porciúncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima.

³² Entrevista com Maria do Carmo Britto e Mário Osawa (Mário Japa), Rio de Janeiro, em 2/11/2005.

³³ Entrevista com Carlos Fayal, Rio de Janeiro, em 15/11/2005.

³⁴ Mário Osawa, Maria do Carmo e Carlos Fayal, todos eles, durante a entrevista, se emocionaram ao reconstituir aquela jornada de Lisboa e depois as pugnâncias, o retraimento e até mesmo a saída do PDT. Imagino que hoje no PDT haja muito poucos do Encontro de Lisboa, e isso é uma lástima.

³⁵ Todos iniciaram seu namoro com o PTB e alguns passaram a fazer parte dos quadros trabalhistas, tanto no período da reorganização do PTB até sob a sigla do PDT, e depois foram saindo para outras formas de se fazer política.

³⁶ Em Nova York Pedro Celso foi casualmente, com sua mulher Valentina Rocha, entrevistar Neusa Brizola para volume II do livro *Memórias do Exílio: Memórias das Mulheres do Exílio*. Foram apresentados a Brizola, que se encontrava com seu fiel amigo e companheiro Cibilis Viana, que acabara de chegar do Brasil trazendo-lhe notícias. Pedro Celso sentiu-se embaraçado diante daquela conversa entre os dois baluartes do trabalhismo. Já em Lisboa, os dois casais foram passear por Sintra, onde se comia um excelente carneiro ensopado. Durante a viagem, Pedro e Valentina viram Brizola, encantado e emocionado, mostrar a Neusa os

carneiros nos campos cercanos a Sintra! Depoimento de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti a Brigagão, Rio de Janeiro, 20/1/2006.

Os Cabildos Abiertos

O passo seguinte àquele primeiro momento de reuniões e convergências políticas foi instaurar nos salões do subsolo do Hotel Flórida os *Cabildos Abiertos*. Durante a colonização espanhola na América Latina, os *Cabildos* representavam uma instituição ibérica de longa data, composta por representantes de vizinhos ricos de uma cidade que compravam os cargos e se renovavam através de cooptação. Mas os *Cabildos Abiertos* a que nos referimos vêm do processo de independência do Uruguai, com participação ampla da vizinhança, de base popular, em que se debatiam todos os assuntos de interesse da população, como em uma assembleia popular.³⁷ Em Lisboa, os *Cabildos* tornaram-se efervescentes.

A participação, em número e intensidade, crescia e tudo era debatido exaustivamente: a política brasileira, o exílio, a volta com a anistia, os novos compromissos do trabalhismo que o próprio Brizola estimulava. Os novos “barbudinhos” socialistas democráticos à brasileira dissecavam, às vezes com doses impiedosas de críticas ao antigo PTB, as razões do Golpe de 1964, a história da luta armada e os sonhos de um Brasil socialista democrático. As reuniões varavam a madrugada, num entra e sai, para recarregar as baterias e dar mais ímpeto às discussões.

Tornaram-se aulas vividas da realidade histórica e das lutas populares brasileiras e, infelizmente, sem registro histórico. Com o andar das dezenas de *Cabildos Abiertos*, começava a ter forma a convergência do trabalhismo pré-1964 – de Getúlio, Pasqualini, Jango e do próprio Brizola – com a esquerda que se formava pelo grupo da luta armada, agora em vias de democratização, e por independentes da esquerda democrática. Nessa mirabolante construção aberta, confluía o trabalhismo para o novo projeto político partidário, que começou a ser chamado de “caminho brasileiro para o socialismo democrático”.

As discussões iam se afunilando sobre temas mais atuais: como seria a anistia, a volta ao Brasil, que condições, que perspectivas e (duras) realidades iriam todos enfrentar? O PTB de Brizola – e com ele a associação de práticas fisiológicas então representadas por Ivete Vargas e por velhas estruturas peleguistas – seria o caudal renovado, socialista democrático, com as idiossincrasias, nuances e os matizes brasileiros? Naquele laboratório de histórias e reconsiderações, de ambos os lados, os ideais manifestavam-se com muito mais força e pareciam empolgar muito mais que a realidade com a qual todos ali iriam, logo mais, se defrontar no Brasil.³⁸

Caravanas de velhos trabalhistas chegavam a Lisboa, aumentando a curiosidade entre os exilados sobre aquela sigla, sua história e seus personagens. Ao mesmo tempo, os que vinham do Brasil encantavam-se com aqueles jovens idealistas, alguns há mais de dez anos fora do Brasil, relatando suas peripécias e andanças pela América Latina, África, Estados Unidos e países europeus, mantendo o ideal, agora em torno da redemocratização do Brasil.

Um de seus interlocutores nesse início de Lisboa foi o exilado brasileiro Alfredo Sirkis, banido e condenado à prisão perpétua pelos militares. Sirkis lembra-se de ter feito um passeio à costa portuguesa (Sezimbra), a fim de encontrar um hotel para que Brizola se hospedasse por alguns dias com a família. Pouco a pouco, a conversa foi na direção da análise da situação da Guerra Fria. Repentinamente, Brizola descreveu, com convicção, duas situações que pareceram a Sirkis completamente estapafúrdias para aquela época:

— Estávamos em 1978, e Brizola prognosticou, com inabalável certeza, o desmoronamento da URSS e a reunificação da Alemanha, que só viria a ocorrer uma década mais tarde, no final dos anos 80 e início dos 90. E aí ele falou com aquelas suas elaborações típicas.

Sirkis nos conta ainda:

— Em 1978, no pós-Vietnã, o poder militar soviético estava no seu auge, com os movimentos de libertação avançando na África, a revolução sandinista em marcha, a estagflação nos EUA e a hegemonia econômica do Japão eram tidas como certas. Não passava pela cabeça de nenhum analista internacional a possibilidade de uma reunificação da Alemanha ou o colapso da URSS.

“Pois, Brizola, ali, junto à costa portuguesa, uma década antes de qualquer líder político mundial, diagnosticou o colapso da União Soviética, a reunificação das duas Alemanhas, além de afirmar sobre a sinuca de bico que seria para o Brasil a globalização e a hegemonia do neoliberalismo.³⁹

E, certamente, incluiria elucubrações sobre “as perdas internacionais”, sua marca registrada!

Brizola referia-se ao que ele chamava de “perdas internacionais”, desde os anos de seu governo no Rio Grande do Sul, e depois, mais radicalmente, entre 1961-67, quando deixa a ideia e a formação para a luta armada, das guerrilhas, para assumir a luta política contra a ditadura.

Suas elucubrações eram sobre as estruturas do mundo financeiro, do comércio internacional e da atuação das multinacionais sobre países como o Brasil – ainda denominados países do Terceiro Mundo; depois, em desenvolvimento; e agora, emergentes. Até muito recentemente éramos bastante subordinados às regras de Bretton Woods, às regras financeiras multilaterais (do FMI, principalmente), e era como se as perdas desencadeassem um processo, em “cadeias econômicas”, que, ao fim e ao cabo, prejudicavam a independência econômica dos países.

“Perdas internacionais” representavam a perda de um bom naco da soberania e das riquezas do país. Brizola tinha essa intuição, ao mesmo tempo nacionalista (na melhor tradição da defesa dos interesses nacionais) e internacionalista, que se incorporaria à sua estratégia sob o manto da Internacional Socialista. E fazia sentido! Por isso não entendemos por que economistas, jornalistas econômicos e políticos e a mídia em geral tratam com tanta ironia e zombaria essa conceituação, como visão estratégica das perdas internacionais.

Com Brizola em Lisboa, a imprensa brasileira começou a ver nele uma referência alternativa da política nacional. Ironicamente, a ditadura revelou mais uma vez sua incompetência e acabou promovendo a presença de Brizola na Europa, nos EUA, na América Latina e na África, onde passaria, então, a pregar a reestruturação do PTB.

Para os novatos, que começavam a ouvi-lo, o PTB era sua alma gêmea e confundia-se com sua própria vida. No entanto, a ideia de reunificar o PTB era vista pelo MDB como divisionista na luta pela anistia: afirmava-se, primeiro, que a

anistia deveria ser conquistada com todos à frente do MDB, e, só então, se devia pensar em reorganização partidária.

Já para Brizola e seu novo grupo, a anistia passava, necessariamente, pela recriação dos partidos políticos, e como o MDB era tão somente uma frente de vários segmentos políticos partidários, seria mais que natural que anistia e reorganização partidária marchassem juntas. Seria vital para a nova luta política no Brasil o renascimento do PTB. Brizola achava que o MDB deveria – pelo menos aqueles que decidissem assim – vir para o PTB e não o contrário. Queria desde já puxar os trabalhistas de volta à casa...

Aqui vale a pena relembrar o último encontro do ex-presidente João Goulart com Brizola, ainda no Uruguai, em casa dos Brizola. Jango disse-lhe:

— Brizola, nós não vamos voltar pelas mãos do MDB, vamos voltar pelas mãos dos militares e o nosso projeto político não coincide com o deles [MDB].

Essa era uma conversa recorrente de Brizola conosco. Cabe aqui fazer uma breve digressão. Por tradição, com a anistia e a reorganização partidária, João Goulart, vivo e de volta ao Brasil, assumiria o papel de líder maior do PTB e, caso houvesse eleições gerais, seria ele o candidato natural do trabalhismo à Presidência da República com toda a oposição das elites conservadoras e dos militares. Com sua morte, a bandeira trabalhista passou a ser sustentada por Leonel Brizola. Isso explica sua ida para os EUA, depois para Portugal e sua entrada na Internacional Socialista.

Notas

37. Consulta ao ex-senador uruguaio Juan Adolfo Singer, que foi grande amigo de Brizola, via e-mail, em 26/8/2006, 9/10/2006 e 21/3/2007.

38. Infelizmente, não houve gravação ou registro impresso desses memoráveis *Cabildos Abiertos* realizados nos salões do Hotel Flórida. A descrição aqui é demasiadamente sucinta para revelar toda a riqueza desse período de um ano e meio cujo resultado será a realização do Encontro de Lisboa.

39. Cf. depoimento de Alfredo Sirkis, Rio de Janeiro, em 21/6/2006.

Esquentando a chaleira do chimarrão

Não se podia mais perder tempo nem esperar pelo calendário da abertura do regime militar. A mobilização para a reorganização do trabalhismo tornara-se urgente. De Lisboa, Brizola continuava a usar e a abusar do telefone internacional e convocava os companheiros, de dentro e fora do Brasil, para a nova jornada.

Rapidamente, Trajano Ribeiro viajou a Nova York e recebeu o seguinte recado de Brizola: “Está na hora de mostrar a nossa cara e peço que você escreva um relatório sobre a situação no Brasil.” Trajano preparou o relatório. Nele, afirmava que o MDB se acomodava como partido consentido e se ocupava apenas com o dia a dia da política brasileira. À anistia o partido dava pouca ênfase, embora o tema fosse parte de seu programa. Como guarda-chuva da oposição, o MDB não tinha uma política que contemplasse as grandes questões das reformas nacionais. Concluía que não fazia parte de seu ideário o ressurgimento de partidos políticos definidos ideologicamente, como o PTB.

Na sequência, Brizola disse que era a hora de procurar Doutel de Andrade, Cibilis Viana, Darcy Ribeiro e outros amigos trabalhistas, a fim de dar início à organização do PTB. A corrente trabalhista foi se alargando e uma pessoa foi chamando outra, como no caso de Marcelo Alencar e do pessoal do antigo PTB do Estado do Rio de Janeiro. Brizola ponderou então com Trajano que era necessário instalar o Partido: “Precisamos de um local, não há religião sem igreja.”

Assim foi que, na avenida Nilo Peçanha, 155 (Edifício Nilomex), no Rio de Janeiro, instalou-se a Comissão Provisória Reorganizadora do PTB, composta por Doutel de Andrade, Trajano Ribeiro, Cibilis Viana, Eduardo Chuahy e Moniz Bandeira, constituída sob a orientação de Brizola, e onde se concentraria o trabalho de reorganização do partido – presidido por Doutel de Andrade, até o retorno de Brizola ao país.

Grupos e tendências organizaram-se em torno do projeto de recriação do PTB liderado por Brizola. Regionalmente, foram três os estados em que a articulação se firmou com maior força. No Rio de Janeiro, com os mais importantes líderes do extinto PTB, remanescentes do governo Goulart e novos adeptos, formaram-se os primeiros agrupamentos. No Rio Grande do Sul o grupo constituía-se por trabalhistas históricos cassados e pela ala trabalhista do MDB; em São Paulo formaram-se dois grupos, e, finalmente, em Brasília, inicialmente houve adesão de quatro deputados federais.

Quem deu o pontapé inicial, no Rio de Janeiro, foi Darcy Ribeiro. Cassado, mas de volta ao país, ele iniciou o debate na Bienal do Livro (1978), defendendo a reorganização do PTB “como forma de os trabalhadores retomarem suas conquistas perdidas em 1964”. Disse que iria encarar as críticas de intelectuais paulistas sobre a volta do populismo, “pois era o governo de Jango, chamado de populista, que estava realizando reforma agrária”. Darcy chamou de esquerdistas as correntes do pensamento brasileiro que combatiam a volta do trabalhismo.⁴⁰ Nesse abrir de horizontes e conforme revelou o *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1979 uma pesquisa de opinião registrava que, na reformulação do quadro partidário nacional, um partido de tendência trabalhista seria aquele que congregaria o maior número de adeptos.

Por sugestão de Eduardo Chuahy, Trajano procurou Carmen Cenira Leite de Castro, antiga militante da luta armada que reunia em sua casa um grupo de jovens de esquerda em busca de alternativas para a militância. Já na primeira reunião Trajano iria perceber as dificuldades de recrutamento do grupo para a causa trabalhista, tal a animosidade contra Brizola e seus conceitos dogmáticos.

Trajano fez, então, mais duas tentativas e finalmente desistiu, contentando-se com a adesão de Carmen Cenira, Antonio César Amaral, César Behs, Anisio Khader, Luis Henrique Ferreira e Celso Frazão. Carmen Cenira passou a atuar com a Comissão Nacional e participou ativamente da organização do Seminário Trabalhista do Rio de Janeiro. Mais tarde, com o retorno de Brizola, veio a ocupar o cargo de secretária do Diretório Regional, e nele permaneceu até sua morte. César Behs participou do Encontro de Lisboa, mas posteriormente abandonou a militância política. Os demais são filiados ao PDT até hoje.

Carmen Cenira recrutou o deputado José Mauricio Linhares, que, juntamente com Brandão Monteiro (eleito deputado federal em 1982 e depois nomeado secretário de Transportes do governo de Brizola no Rio), o advogado Ivan Senra Peçanha (em seu escritório da rua Araújo Porto Alegre o grupo se reunia com frequência) e o deputado cassado Lysâneas Maciel consideravam-se à esquerda da Comissão Provisória. Eles então criaram o Centro de Mobilização Popular do PTB, de “tradição revolucionária” e de esquerda radical cristã e que acabou sendo desativado por ordem de Brizola.

Gessy Sarmiento, Paulo Ribeiro e Osório Vargas (três brizolistas históricos) fundaram a Associação de Auxílio aos Exilados, que funcionava no escritório de Osório, na Cinelândia, também frequentado por Cibilis Viana e Wilson Fadul, mas “aí veio a anistia e superou tudo e cada um tomou seu rumo”.

Um terceiro grupo formou-se ao redor do ex-deputado cassado Baby Bocaiúva Cunha (líder do PTB na Câmara no governo Goulart), que mantinha certa expectativa não muito consagradora da reorganização imediata do PTB, até porque era alinhado ao MDB de Chagas Freitas, do qual fazia parte Waldir Pires (ex-procurador-geral do governo Jango), o ex-deputado Paiva Muniz e outros ex-colaboradores do presidente Jango, ligados a Brizola, como Cibilis da Rocha Viana, que era membro da Comissão Nacional Provisória do PTB e mantinha boas relações com todos os grupos.

Bocaiúva Cunha funcionava como um avalista de candidatos de esquerda na chapa do MDB, garantindo a presença de candidatos comunistas na legenda emedebista. Nas eleições de 1978, Trajano Ribeiro foi procurado por Alexandre Farah e José Colagrossi Filho, dispostos a participar da reorganização do PTB. Queixaram-se de que os trabalhistas estavam sendo barrados na legenda do MDB, enquanto outros pretendentes de esquerda eram acolhidos. Aparentemente tratava-se de impedir a formação da bancada trabalhista que reforçaria o ressurgimento do PTB e atribuíam a Bocaiúva essa omissão.

O empresário trabalhista José Colagrossi, deputado federal cassado pelo AI-5, ajudava financeiramente a empreitada de reorganização do PTB. Ligado a Doutel de Andrade, logo no primeiro contato tornou-se entusiasta da ideia de reorganizar o PTB sob a liderança de Brizola. Ele se manteria ao lado de Brizola, sendo seu

futuro secretário no governo do Rio. Após mal-entendidos e intrigas palacianas, pediu demissão. Em 1986 filiou-se ao PMDB, tendo sido secretário de Relações Governamentais e presidente da Fundação Leão XIII no governo Moreira Franco.

Também o então prefeito de Niterói, Moreira Franco, do MDB, ligado ao senador Amaral Peixoto, apoiava a reorganização do PTB, colaborando igualmente com apoio financeiro. Pensava em articular-se com Brizola na volta deste ao Brasil e, quando da realização do I Seminário Trabalhista do Rio de Janeiro, ofereceu a cidade de Niterói para sediá-lo.⁴¹

O Rio funcionaria como a central de mobilização. Organizada a Comissão Provisória, a arregimentação passou a contar com a base de ex-cassados, como sargentos, antigos trabalhistas (de lembrança: João de Deus, Ruth Pardal, Alzira Leite) e do grupo ligado ao deputado Edson Khair, como o jornalista Ary Ahmed. Novos contatos foram feitos com ex-ministros de Jango: Armando Monteiro Filho (de Pernambuco), Wilson Fadul (ex-ministro da Saúde de Jango), Almino Afonso (ex-líder do PTB do governo Jango e que acabou permanecendo no MDB) e Bocaiúva Cunha.

Organizada a estrutura física do PTB, ainda não havia o projeto de registro oficial, que só foi pautado mais tarde. A ex-deputada Ivete Vargas foi contatada pela Comissão e se integrou ao projeto de reorganização. Desde o início ela tinha suas próprias ideias de como reorganizar o trabalhismo, segundo seu figurino. Trajano Ribeiro fazia contato com ela, pois havia certa incompatibilidade, devido aos resquícios do passado trabalhista, entre ela e Doutel de Andrade.⁴²

Para acionar o esquema do forte e tradicional PTB gaúcho, Trajano Ribeiro viajou a Porto Alegre. De início, não obteve sucesso com as lideranças tradicionais (que estavam todas no MDB). Por sugestão do advogado Isaac Ajnhorn contatou o deputado cassado Matheus Schmidt. Ligaram para Brizola, em Nova York, e ele deu ânimo a Schmidt (não fez parte da cúpula antiga do PTB no Rio Grande do Sul), que concordou logo com o projeto da renovação. O jurista Otávio Caruso da Rocha (filho do ex-primeiro-ministro de Jango, Francisco Brochado da Rocha) foi outro a ser procurado. Trajano Ribeiro informou a Otávio:

— O Brizola pediu para convocares uma reunião dos trabalhistas no Rio Grande do Sul.

— Ele pediu ou mandou? — perguntou Otávio.

— Ele pediu, Otávio, que tu convoques a reunião dos trabalhistas.

— Mas eu preciso saber se ele pediu ou se mandou, porque se ele pediu é porque não devo convocar. Se ele mandou, é diferente, tenho que convocar.

Trajano Ribeiro então lhe disse:

— Vamos tirar a dúvida já.

Ligou para Brizola e passou o telefone para Otávio Caruso:

— Mas, professor, o senhor tem que convocar a reunião — disse-lhe diretamente Brizola.

E foi Otávio Caruso da Rocha quem coordenou os trabalhistas de 17 municípios gaúchos para discutir a reorganização do PTB.

Na primeira reunião dos trabalhistas em Porto Alegre, a última em que compareceu o mais velho de todos, João Caruso, estavam presentes Sereno Chaise (compadre de Brizola e ex-prefeito de Porto Alegre), o deputado Lidovino Fanton, o ex-deputado cassado Armando Temperani Pereira (que fora da Frente Parlamentar Nacionalista), o ex-deputado Nei Ortiz Borges, Matheus Schmidt, José Fidelis Ramos Coelho, Otávio Caruso da Rocha e Trajano Ribeiro. Temperani Pereira disse que não pretendia participar do projeto de reorganização do PTB, pois não via viabilidade em um projeto nacional do partido. Para ele, a então famosa Comissão Trilateral já tinha traçado o destino do poder no mudo e cabia ao Brasil uma posição subalterna.⁴³

Em São Paulo, sempre à margem do núcleo dominante trabalhista, estavam dois outros grupos: o do ex-deputado José Barbosa, fundador do PTB em 1945, tendo sua ficha assinada pelo ex-presidente Vargas, preconizando algo nebuloso em torno de um neotrabalhismo, adaptado às novas condições; e o grupo liderado pela ex-deputada Ivete Vargas, que especulava como manobrar para ter de dividir o meio de campo com seus adversários, como Doutel de Andrade, Almino Afonso e o próprio Brizola.

Os dois grupos trabalhistas de São Paulo – que por causa da presença de Ivete Vargas sofreram as críticas dos intelectuais paulistas ao populismo trabalhista – tinham severa restrição aos grupos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que os acusavam de pretender oferecer a legenda trabalhista de presente ao governo

militar. Ivete não explicava por que não se unia ao grupo do Rio, e menos ainda ao grupo do Rio Grande do Sul, onde havia maior campo de ação para reorganizar o PTB.

Tão logo a rolha da garrafa começou a sair de seu gargalo autoritário, a ex-deputada Ivete Vargas manifestou-se pelo ressurgimento do PTB e enfatizou: em seu grupo não integraria o ministro Golbery do Couto e Silva, mas o ex-governador Brizola, que, mesmo sem ter voltado ao Brasil, estaria no movimento.⁴⁴

Almino Afonso, ex-ministro do Trabalho de Jango, também movimentou-se a favor da reorganização do PTB. Em reunião na residência do ex-deputado federal Bocaiúva Cunha, no Rio de Janeiro, da qual participava a filha do ex-presidente JK, Márcia Kubitschek, Almino diria ser “um soldado a mais na luta pela criação de um novo partido de base trabalhista”. Quanto ao futuro partido, teria que guardar pouca identidade com o extinto PTB se quisesse acompanhar a nova realidade brasileira, mas que “a carta-testamento de Getúlio Vargas seria a principal plataforma”.

Revelou que acreditava na importância da volta de Brizola, mas que este não deveria retornar “na condição de dono da ideia do renascimento do trabalhismo”.⁴⁵ Também estavam presentes nesta reunião: Darcy Ribeiro, Doutel e Ligia Doutel de Andrade, Cibilis Viana, Waldir Pires, Wilson Fadul, Raul Riff, Oswaldo Aranha Filho, Aarão Steinbruch, Sérgio Magalhães, Álvaro Fernandes, Badger da Silveira, os deputados federais emedebistas, Marcelo Cerqueira, Marcelo Medeiros, Emanuel Waisman e Ário Teodoro, e os deputados estaduais Jorge Roberto Silveira e Fernando Leandro.

Com a definição das reformas baixadas pelo general Geisel sobre a formação de novos partidos, o projeto foi considerado de grande importância pelos extrabalhistas. Mas, de qualquer forma, queriam aguardar a regulamentação para saber se o PTB poderia ser criado mediante o apoio de 5% do eleitorado nacional ou de 3% distribuídos entre nove estados. Ivete retrucou e negou que houvesse dualidade para a reorganização do PTB e que o partido não deveria ser dessa ou daquela pessoa, referindo-se ao ex-ministro Almino Afonso, que teria sido incumbido de liderar a reestruturação da legenda.

O fato é que o único elo de possível união dessas correntes e movimentos trabalhistas, com a morte de Jango, era Leonel Brizola, nome que todos faziam questão de mencionar como avalista político e líder.

Começava, então, a fase de organização dos Encontros Trabalhistas. Entre 6 e 7 de janeiro de 1979, liderado por um grupo de trabalhistas, ainda dentro dos limites legais do MDB, realizou-se o I Seminário de Estudos Políticos, em Esteio, Rio Grande do Sul.⁴⁶ O encontro, semiclandestino por razões óbvias, aconteceu na Casa de Formação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, em que cada participante tinha seu próprio mapa para que soubesse como chegar seguro ao local.

Entre os setenta integrantes, inspirados pela mensagem transmitida por Brizola de que “a água de chaleira do chimarrão começa a aquecer de baixo para cima”,⁴⁷ estavam Matheus Schmidt; os deputados federais Getúlio Dias e Nadir Rossetti; o deputado estadual Aldo Pinto; o integrante do Diretório Regional do MDB/RS Carlos Franco; Índio Vargas; o escritor Josué Guimarães; o professor Joaquim José Felizardo; Mila Cauduro (líder do Movimento pela Anistia); Jair Calixto (histórico líder da reforma agrária no Rio Grande do Sul); João Carlos Guaragna (outro histórico trabalhista e grande amigo de Brizola); o historiador Miguel Bodea (que viria a desempenhar intensa atividade na área das relações internacionais do PTB e do PDT, falecido prematuramente); o advogado Isaac Ajhorn (também falecido), integrante do grupo de jovens ex-líderes estudantis que, periodicamente, visitava Brizola no Uruguai.

Também foram ativos participantes o jovem advogado, militante e político Carlos Araújo (mais tarde, candidato à Prefeitura de Porto Alegre), sua então esposa Dilma Rousseff (eleita presidenta do Brasil em 2010 e reeleita em 2014); Danilo e Ione Groff, entre muitos outros. Brigagão e Trajano viajaram especialmente de Nova York e Rio de Janeiro, respectivamente, para participar do Seminário de Esteio. Ali foi aprovada a criação da Associação de Estudos e Debates do PTB, pioneira no Brasil e cujo presidente foi a figura líder, muito humana e ética, do deputado federal Matheus Schmidt.



Brizola, Trajano Ribeiro e Jair Calixto. Organização do PDT no Rio Grande do Sul.

A criação da Associação era um esforço para incrementar a organização do PTB, que encontrava resistência entre os chamados quadros históricos do trabalhismo, que balançavam entre a vontade de reentrar no PTB e a de permanecer na estrutura emedebista, que crescera à sombra do autoritarismo de 1964. Era o mesmo que ocorria no Rio de Janeiro, onde trabalhistas históricos adotaram essa postura de “corpo mole” diante da reorganização trabalhista, reforçando inicialmente a consolidação do PMDB.

O Seminário de Esteio debateu cinco pontos que expressavam a visão dos que ali participavam: (1) o trabalhismo era uma realidade social e política do Brasil (confirmada inclusive por pesquisas publicadas pela imprensa); (2) caberia ao MDB

mobilizar-se pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela reorganização pluripartidária, pontos de seu programa; (3) a reorganização partidária e a formação dos novos partidos não viriam cindir a frente de oposição ao regime, mas sim reforçá-la; (4) propugnar pelos ideais trabalhistas, desde a carta-testamento de Getúlio Vargas até as novas lutas pela democracia, contra o capital espoliativo e pela defesa dos oprimidos; e (5) lutar pela reorganização do PTB, com caráter nacional, popular e democrático.

O segundo encontro veio logo depois. Por exigência de oposicionistas gaúchos, cerca de duzentas pessoas reuniram-se em 19 de fevereiro de 1979, em Osório, para avaliação da existência da forte ala trabalhista do MDB. Como foi dito na ocasião: “já não se pode arrolhar uma garrafa de fermento”. O Encontro foi dirigido por Pedro Simon, presidente regional do MDB, no Rio Grande do Sul. Estavam presentes o então senador Paulo Brossard, vários deputados federais, inclusive o presidente do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta, o deputado Alceu Collares, parlamentares estaduais, prefeitos, vereadores e líderes municipais. Grande número de ex-cassados participava, além de partidários de duas facções – uma delas defendia a imediata reestruturação do PTB – dentro da ala trabalhista.

Segundo o deputado federal Magnus Guimarães, era preciso haver definição do MDB: esclarecer suas metas nas regras do jogo político: ou como partido ou, ao contrário, como frente de oposições. Deveria, portanto, propiciar acolhida a todas as correntes político-filosóficas como sementes de futuros partidos. Sucessivos oradores afirmaram ser unânime o crescimento trabalhista em todo o estado. O setor jovem do MDB era favorável à estruturação de um partido para acolher o seu futuro líder, Leonel Brizola. A outra tendência, liderada por Pedro Simon, preferia não tocar no assunto sobre a futura criação do PTB. Sim, Lula deu palestra no Encontro sobre o novo sindicalismo, e Simon disse ter a obrigação de esperar a volta de quatro ex-cassados que haviam ido a Lisboa a fim de debater o assunto com o senhor Brizola.⁴⁸

O terceiro encontro nasceu no Rio de Janeiro, por iniciativa de membros da Comissão Nacional Provisória. Havia resistências. Doutel de Andrade tinha dúvidas sobre a oportunidade e o sucesso do evento, temendo uma repercussão negativa no caso de um fracasso de público. Inicialmente, o encontro seria

realizado em Niterói, apoiado pelo então jovem prefeito Wellington Moreira Franco, eleito pelo MDB e que se dispunha a apoiar a sua realização. Moreira Franco e o capitão Eduardo Chuahy organizaram o PTB em Niterói, e o prefeito desta cidade defendia, junto ao senador Amaral Peixoto, do MDB, e os seus (como o senador Saturnino Braga), que fossem todos refundar o PTB, juntamente com Brizola e seu grupo.

Houve interferências de Bocaiúva Cunha e do pessoal do antigo PTB do Estado do Rio de Janeiro, que achavam que a presença do prefeito niteroiense iria reforçar o lado amaralista no PTB. O senador Amaral Peixoto não tinha muita simpatia pelo temperamento de Brizola, durante a época do governo de Jango, mas também não tinha restrição.

Alzira Vargas tinha restrições a Brizola, mais por questão geracional. Ela, Maneco Vargas (filho de Getúlio) e Jango eram da mesma geração e tinham uma ligação afetiva, e Alzira achava que Brizola tinha sido o responsável pela tragédia de Jango. Mas, afinal, eles estiveram, no passado, muitas vezes com Brizola, e teriam condições de se juntar a ele em um projeto partidário.

Era o grupo do Bocaiúva Cunha, do Paiva Muniz, do Ário Teodoro, do Álvaro Fernandes e do Badger da Silveira que fazia forte oposição ao senador Amaral Peixoto e procurava afastar Brizola do senador. Brizola, por sua vez, tinha restrições a esse grupo porque este não era muito afinado com o ex-governador Roberto Silveira, pai de Jorge Roberto Silveira, que viria para o PTB de Brizola e que permanece até hoje no PDT, várias vezes prefeito de Niterói.

O grupo do antigo estado do Rio teve muito mais ligações com Jango e seu governo, mas Brizola tinha que contar com eles para sobreviver, pois, naturalmente, poderiam e iriam caminhar para o PTB de Ivete, como ocorreu, com a exceção de Jorge Roberto Silveira.

Percebia-se o temor de alguns membros da Comissão Nacional Provisória em partir para grandes mobilizações e gestos mais ousados e vigorosos. Preferiam articulações sigilosas com lideranças, sem a cobertura da imprensa, que já tinha bastante liberdade para opinar sobre o processo da nova organização partidária.

Foi então criado um Núcleo de Organização do Encontro, do qual participaram ativamente Trajano Ribeiro, Ary Ahmed, Carmem Cenira, Adalberto Ribeiro, Alzira

Leite, Ruth Pardal e Eduardo Chuahy. Doutel, então, convenceu-se da coerência da iniciativa. Em reunião definitiva sobre o assunto, Trajano deixou claro que o Encontro ocorreria mesmo que a Comissão Nacional não apoiasse.

Graças à gestão do trabalhista histórico José Gomes Talarico junto ao presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, as portas da ABI – tradicional trincheira da democracia – foram abertas para a inauguração, em 22 de março de 1979, do I Encontro dos Trabalhistas Brasileiros. Feita a lista com centenas de nomes, em um esforço surpreendente, os convites foram entregues de porta em porta.

Durante dois dias, mais de quatrocentas pessoas passaram pelo auditório da ABI e participaram dos debates, que giraram em torno das propostas de reorganização imediata do PTB e do futuro do trabalhismo com a proximidade da volta de Brizola ao Brasil. Gilberto Mestrinho, do antigo PTB do Amazonas, em longo pronunciamento, abriu o Seminário Trabalhista e emprestou seu apoio à reorganização do PTB. Moreira Franco acabou não comparecendo e o advogado Marcelo Cerqueira chegou até a porta do auditório com ar surpreso: convidado por Trajano Ribeiro a entrar e participar, agradeceu e retirou-se.⁴⁹

No início de março de 1979, os diversos grupos foram tomando posição para reforçar a ideia de se organizar o PTB com vistas à elaboração de seu programa e à nova estrutura de direção partidária.

De Nova York, Brizola enviou mensagem, via telefone, aos participantes, reafirmando a necessidade da reorganização do PTB através desses seminários, que deveriam ocorrer em todo o país com a finalidade de auscultar e colher opiniões em meio às bases populares a respeito do programa e da estrutura do partido.

Ao mesmo tempo, numa mobilização incansável, em vários lugares do Brasil onde houvesse pessoas e grupos do extinto PTB, começavam a surgir seminários, encontros e grupos de estudos. Até mesmo em São Paulo, historicamente difícil para a implantação trabalhista, o movimento de reestruturação do PTB renovava-se com a publicação dos *Cadernos Trabalhistas*, em cujas páginas foram impressos artigos sobre o trabalhismo e seus valores, com propostas sobre o desenvolvimento institucional, econômico e social do Brasil e da situação internacional, impulsionada pelos economistas Márcio (casado com Ana Luiza Viana, irmã da

Márcia, ambas militantes de esquerda e filhas de Cibilis Viana) e Márcia Cibilis Viana. Toda essa movimentação no Brasil iria desaguar no Encontro de Lisboa, reunindo o amplo arco de trabalhistas históricos, novos quadros e exilados, de vários matizes, em torno da liderança de Brizola.

O mês de abril de 1979 chegara, assim como em 1964 viera o Golpe. Sob forte pressão, pressa e uma articulada gestão de crise, a Comissão Provisória – formada por Doutel de Andrade, presidente, Darcy Ribeiro, Cibilis Viana, Trajano Ribeiro, Eduardo Chuahy e Moniz Bandeira – registrou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 10 de abril de 1979 (datado em Brasília, 9 de abril de 1979), o Partido Trabalhista Brasileiro, integrado por 109 pessoas.

Seu objetivo era claro: garantir a posse da sigla para evitar que outros grupos assumissem a dianteira pelo registro do trabalhismo. Trajano Ribeiro, em nome do Doutel e do próprio Brizola, consultou então o professor de Direito Constitucional, Dr. Adalberto Ribeiro, sobre a chance de fundar um novo partido, com o nome, a sigla e os símbolos do velho PTB.

Estudioso, o Dr. Adalberto Ribeiro meteu a mão na massa (com a colaboração do Dr. Gustavo Tepedino) e concluiu: não havia impedimento legal para o registro. Os partidos anteriores a 1964 haviam sido extintos pelo Ato Institucional nº 2 (27/11/1965), e o Ato Complementar nº 4 (25/1/1965) proibia a utilização de nome, legenda, sigla e símbolos dos partidos dissolvidos pelo Ato nº 2 (que extinguiu os partidos nascidos em 1945 num espectro democrático, e engendrara o bipartidarismo, com Arena e MDB).

Com o advento da Emenda Constitucional nº 11 (13/11/1978), decretada por Geisel, que alterava a Constituição militar de 1967, “o dispositivo que proíbe que um partido tenha a mesma sigla de um partido extinto, no caso o PTB, perdia a validade”.⁵⁰

No início de 1979 foi divulgado que o PTB estava sendo criado. O passo seguinte foi o de requerer seu registro no Supremo Tribunal Eleitoral. Previa-se que o grupo comandado por Ivete também tentaria registrar a mesma sigla e, portanto, era preciso presteza. Mas vamos passo a passo. Diante da possibilidade de Ivete chegar ao Tribunal primeiro, Brizola pediu ao seu grupo que requeresse imediatamente o registro do PTB, de acordo com a legislação em vigor.

O registro exigia a apresentação ao TSE de um conjunto de documentos constituído por estatuto, programa e manifesto, que deveria ser acompanhado pela relação de no mínimo 111 assinaturas de apoiadores, além da relação dos membros da Comissão Nacional Provisória. Darcy Ribeiro encarregou-se de preparar o programa e, em menos de 24 horas, tinha elaborado a peça introdutória que daria entrada no TSE. Coube a Doutel escrever o manifesto, e a Trajano Ribeiro e Adalberto Ribeiro, o estatuto. Chamada por Doutel de “Operação Entebbe”⁵¹ a ação contemplava pegar de surpresa tanto o governo quanto a Ivete.

Doutel convocou um datilógrafo catarinense, Pedro Dietrich, que se encontrava no Rio de Janeiro. À noite, por volta das oito horas, parte da Comissão Provisória (Doutel, Eduardo Chauhy), com a presença de Carmen Cenira, reuniu-se na residência de Trajano Ribeiro, em torno de uma velha máquina portátil Royal, que pertencera ao pai de Trajano. Tudo precisava ser revisado e assinado, a petição de registro redigida, e depois tudo deveria ser levado a Brasília. Carlos Franco chegara de Porto Alegre trazendo dezenas de assinaturas.

O datilógrafo batia na máquina com espantosa velocidade. Os documentos eram ditados e por volta das 11 horas chegou o deputado federal José Maurício Linhares, pronto para assiná-los e, ao amanhecer do outro dia, partir para Brasília com os responsáveis por levar o registro do PTB: ele seria o primeiro deputado federal a filiar-se a esse partido.

Alta madrugada, Doutel, bem ao seu estilo, dirigiu-se à esposa, Lígia Doutel de Andrade e, em tom jocoso, indagou:

— Liginha, o que é que nós estamos fazendo aqui? Isto é uma loucura!

Em seguida voltou-se para o datilógrafo e o advertiu:

— Se você não correr com isso vamos perder o bonde da história!

Às sete horas da manhã do dia 10 de abril, Trajano, Adalberto Ribeiro e o deputado José Maurício embarcaram para Brasília com a missão de realizar o sonho de Brizola: reorganizar oficialmente o trabalhismo. Em Brasília foram recebidos com euforia pelos deputados Getúlio Dias, Lidovino Fanton, Eloy Lenzi e Alceu Collares, todos do Rio Grande do Sul.

Em Brasília, o Dr. Adalberto Ribeiro verificou que o TSE havia aprovado nova regulamentação sobre as regras constitucionais para a criação, organização e

registro de partidos políticos. Ele chegou a cogitar com o então deputado Lidovino Fanton, do Rio Grande do Sul, que se desistisse do pedido anterior e fosse feito um novo. Mas veio o encorajamento e a influência da declaração do então presidente do TSE, Leitão de Abreu, para que se prosseguisse o pedido em tramitação. Leitão, tanto naquele momento como depois, como Figueiredo, preferia o Brizola à Ivete.

Mas a dúvida persistia: qual a regra que o TSE adotaria em caso da requisição da propriedade de dois títulos? O primeiro a fazer o registro levaria a sigla. O PTB liderado por Brizola havia chegado primeiro e este fato deveria prevalecer. Mas o pedido acabou sendo indeferido por estar em desacordo com a nova resolução do TSE.

Brizola e Doutel de Andrade decidiram, então, procurar a orientação do ministro Evandro Lins e Silva. O grande jurista e criminalista explicou não ser esta sua área e sugeriu que eles procurassem o advogado Sepúlveda Pertence, sócio do escritório de Victor Nunes Leal. Tudo em boas mãos. Em Brasília, Adalberto Ribeiro conversou com Sepúlveda Pertence, que concordou em ajudar, mas não poderia assumir o caso formalmente, uma vez que o ministro Pedro Gordilho, relator do processo do PTB no TSE, era sócio do mesmo escritório. O ato foi aceito. Logo à chegada de Brizola ao Brasil, em setembro de 1979, o TSE indeferiu o pedido de registro do PTB, sem recurso ao STF. À época, foi geral o sentimento de que Sepúlveda Pertence havia perdido o prazo por descuido; o que levou à pergunta de Brizola: “A quem Sepúlveda pertence?”⁵²

Revisemos rapidamente a história. Em declarações ao jornalista Flamarion Mossri, do *Jornal do Brasil*, Ivete acusou o “Sr. Leonel Brizola de pretender, realmente, aproximar-se do ministro Golbery do Couto e Silva, tendo solicitado a ela, amiga pessoal de longa data do chefe do Gabinete Civil da Presidência, que realizasse gestões e revelasse sua intenção de criar um novo PTB para ‘implodir’ o MDB”.

Ela acrescentou que Brizola lhe pedira para conseguir do general Golbery a indicação de um elemento da confiança dele para uma conversa franca e reservada no exterior, em Lisboa ou Nova York. Nesse entendimento, Brizola revelaria seu pensamento político, suas intenções de atuar novamente na política brasileira e suas ideias sobre os problemas nacionais.⁵³

Ivete revelou que conversara a respeito, pelo telefone e pessoalmente, com Golbery. A resposta de Golbery, segundo ela, fora: “Brizola poderia regressar quando desejasse, mas ao desembarcar seria preso, viesse com quem viesse, com a netinha no colo, acompanhado de líderes políticos de muitos países e de dezenas de jornalistas estrangeiros.” Ivete passara quase um mês, com o marido, o filho e a mãe, com a família Brizola em Nova York e o assunto dominante fora a reorganização do PTB.

As ideias não combinavam. Ela pretendia indicar, em cada estado, um nome de liderança trabalhista como coordenador dos trabalhos. Brizola, segundo Ivete, queria instituir com o PTB uma frente nacional das esquerdas (com a exclusão do Partidão), o que deixou Ivete intrigada. Brizola não tinha intenção de entregar a ela a direção do PTB, mas sim ao ex-líder petebista Doutel de Andrade. Ela discordou da escolha por não ver capacidade política de liderança em Doutel, nem nos demais coordenadores do PTB de Brizola, como Darcy Ribeiro ou Almino Afonso. E cansou de repetir o que teria ouvido do ex-governador pelo Amazonas, Gilberto Mestrinho – integrante da Comissão Executiva Provisória da facção de Ivete: “Esperava um elefante e encontrei um gafanhoto.”

Em Brasília, para registrar o seu PTB, ela não negou suas antigas relações de amizade com o ministro Golbery e suas ligações com o deputado arenista Rafael Baldacci (SP). Ela havia indicado Baldacci para ingressar no PTB, mas Brizola havia vetado seu nome por ser arenista e conhecido por ter ligações diretas com Golbery.⁵⁴ Brizola ficara convencido de que Ivete estava executando um projeto governista e encerrou suas conversas com o grupo dela.

Brizola contra-atacou em entrevista por telefone ao jornal *O Globo*. Desmentiu Ivete sobre sua intenção de provocar a implosão do MDB em troca de seu retorno, mas não havia se surpreendido com isto, já que nos últimos 15 anos de exílio muitos haviam deturpado suas palavras.

— Ela, aqui, é que falou muito sobre ele [Golbery] ressaltando suas amplas ligações. Nenhum mal nisso. Quanto aos seus oferecimentos, reiterarei que vivíamos o momento de abertura democrática e de que não devíamos nos negar a nenhum tipo de diálogo, com a condição de que fossem encontros públicos que a imprensa possa noticiar.

“Ela deveria superar seus ressentimentos em benefício da unidade da causa trabalhista. Nunca pensamos em excluí-la, ela que queria excluir todos os que não se subordinassem aos seus esquemas domésticos. A volta do PTB não tem e não pode ter sentido de divisão das oposições. Nossa oposição é antagônica a tudo que se fez nesses 15 anos. É essencialmente antagônica.

Brizola usa o exemplo do trabalhista histórico José Gomes Talarico, que não constava do manifesto de lançamento do partido:

— O Talarico me disse ontem, por telefone, estar solidário com a nossa iniciativa. O nome de muita gente não está em função da necessidade de se tomar uma decisão rápida... é apenas o primeiro passo e abriremos um grande debate e desenvolveremos os mais amplos entendimentos necessários.⁵⁵

Esses entendimentos seriam junto aos trabalhistas históricos, às novas e antigas lideranças sindicais e, especialmente, aos valores das novas gerações com relação a outras correntes afins (como cristãs de esquerda e de outras orientações socialistas). Quanto ao PCB, afirmou ser “natural que não tenhamos nada a ver com ele: tem sua própria organização e seria muito construtivo que reconquistasse sua legalidade, para evitar confusões e o ‘centrismo’”. Com relação ao MDB, por ele designado de “frente”, afirmou:

— Enquanto o PTB não existir plenamente e legalmente seremos uma corrente do MDB. Quando alcançarmos a existência legal, faremos, certamente, coligação com o (P)MDB e com outras correntes democráticas e de oposição que deverão surgir.⁵⁶

Ivete retrucou e prometeu acelerar o registro no TSE em Brasília. Disse considerar seu grupo como o de maior representatividade nacional e que, ao contrário do PTB encabeçado por Doutel – que registrara primeiro o PTB junto ao TSE, sem comparecer ao Diário Oficial para que fossem publicados os documentos exigidos por lei –, ela decidira primeiro publicar toda a documentação referente ao PTB para depois providenciar seu registro na Justiça Eleitoral. Sozinha, ela seguiu para as oficinas da Imprensa Oficial, em Brasília, já com o *Diário Oficial*, que circularia na manhã seguinte, praticamente composto.

Dramática e sabe-se lá com que ajuda, encontrou-se com o diretor-geral do *D.O.*, professor Otaciano Nogueira, que decidiu aceitar o material para publicação. Com a

publicação no *Diário Oficial*, o grupo de Ivete passou a informar que o seu PTB havia sido criado.⁵⁷ Lutero Vargas, membro da Comissão Provisória do PTB-Ivete, acreditava na fusão dos dois grupos em torno de uma mesma sigla, e Brizola, em conversa com ele, apelara para o sentimento de unidade.

Enquanto isso, o presidente do TSE, ministro Leitão de Abreu, designava o ministro Pedro Gordilho para relator do pedido de registro do PTB-Brizola. Gordilho teve direito de não levar, de imediato, o processo a julgamento, mas a tendência era a de que ele daria prosseguimento normal ao caso. Houve pedido ao TSE para que houvesse suspensão do julgamento até que fosse editada a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que iria criar os requisitos para a organização e o funcionamento dos novos partidos. Assim, a sigla não pertencia nem a Brizola nem a Ivete, pois o TSE só concederia registro com a apresentação completa da documentação exigida.

Também não havia a figura de registro provisório e nem qualquer norma que assegurasse a quem primeiro requeresse o uso de determinada legenda. A posse da sigla dependeria da ação de cada grupo, da organização imediata de um completo processo, munido de todos os documentos exigidos na lei. No pedido de registro encaminhado ao TSE, o PTB-Brizola pediu a paralisação do processo até que a nova lei fosse feita, reformando a Lei Orgânica dos Partidos existente e reduzindo, substancialmente, as exigências para criação de novo partido.

O pedido de registro encontrava-se, portanto, à margem da lei. Do lado do grupo liderado por Brizola, ninguém respondia às constantes críticas feitas por Ivete, como tática para que ela se cansasse. A preocupação de Brizola, Doutel e Darcy Ribeiro era a de atrair o ex-ministro Almino Afonso e, então, dar por encerrada qualquer composição com o grupo de Ivete. Mas Almino não compareceu!

No momento mesmo em que o Palácio do Planalto encaminhava à imprensa oficial os autógrafos da lei da reforma partidária, assinados pelo presidente, general João Figueiredo, um procurador do futuro PTB-Brizola entregou no TSE os documentos exigidos para fundação do partido: manifesto, programa de ação e estatuto. Deputados comprometidos com a formação do PTB-Brizola mantinham plantão no TSE 24 horas por dia. No instante em que os documentos pudessem ser

recebidos, seus representantes estariam na cabeça da fila. Os plantonistas já tinham embaixo do braço os três documentos e com o número mínimo de parlamentares: 48 congressistas representando as duas casas do Congresso.

Nessa mesma ocasião, o senador Franco Montoro (MDB-SP) divulgou a carta que havia recebido de Brizola. Nela, o líder trabalhista destacou dois motivos. Em primeiro lugar, realçou o relacionamento cordial e franco, identificando em Montoro ideias e ação com o trabalhismo brasileiro. Segundo, reportou a declaração pública subscrita pela maioria dos senadores do MDB e da qual Montoro era um dos principais articuladores. Brizola disse que havia sintonia entre eles na defesa da democratização do país, na defesa dos interesses nacionais e dos direitos do povo, especialmente da grande maioria marginalizada, como essência das preocupações.

Brizola encorajou e propôs a Montoro e aos senadores um diálogo amplo e reflexão conjunta sobre as alternativas viáveis de construção do futuro democrático do Brasil, caminho indispensável para que o povo brasileiro conseguisse equacionar e resolver seus problemas e decidir soberanamente seus destinos. Desse encontro esperava alcançar resultados convergentes e positivos.⁵⁸

Enquanto isso a novela política prosseguia. Ivete considerava irrelevante o parecer do procurador-geral eleitoral, Firmino Ferreira Paz, que opinara pelo arquivamento do pedido de registro provisório do PTB por ela encabeçado. Declarando-se sufocada pelo noticiário, acusou Brizola de manter um dispositivo para fornecer noticiário à imprensa, como a nota publicada por *O Globo*, de 14 de dezembro de 1979. Na nota, o deputado Joel Ferreira, presidente do MDB da Amazônia, e o ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, da Comissão Provisória do PTB-Ivete, estariam mudando para o partido de Brizola.⁵⁹

Mesmo rompidos, Ivete conversou por telefone com Brizola. Ela disse que pretendia acionar uma comissão encarregada para a formação do PTB. Saiu pedindo a seus membros que reunissem assinaturas suficientes para efeito de registro de um novo partido político no Brasil. A ideia era registrar o PTB na Justiça Eleitoral até novembro de 1979 para que aqueles que fossem disputar as eleições municipais de 1980 tivessem tempo necessário de filiação partidária, como exigia a Lei. Segundo Ivete, Brizola estava convencido do sucesso do trabalho de recriação

do PTB. Ela informou que, por sugestão dele, escolhera a dedo a comissão nacional para organizar o novo partido, embora reconhecesse que, legalmente, nenhuma comissão pudesse ser criada.

A Comissão foi então formada por dez ex-integrantes do PTB. Apenas um não fora cassado, o Sr. Lutero Vargas. Os outros nove eram: Doutel de Andrade (SC), Gilberto Mestrinho (AM), Chagas Rodrigues (PI), Oswaldo Lima Filho (PE), João Herculino (MG), Dante Pelacani (ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhos da Indústria, CNTI), José Gomes Talarico (RJ), Ivete Vargas (SP) e um nome do Rio Grande do Sul que seria indicado por Brizola. Pelacani teria a função de articular com Luis Inácio Lula da Silva a fusão entre o PTB e o Partido dos Trabalhadores que Lula criaria logo a seguir.

Brizola teria ainda sugerido que Ivete fosse a representante de São Paulo e Doutel de Andrade o do Sul, e que ambos reunissem outros trabalhistas para estudar a reformulação do PTB. “Pensei numa Comissão Ampla, representando todo o país.” Não tinha sentido ele desautorizar a formação da Comissão e menos ainda a divulgação de que ele iria ingressar no MDB, desmentida, logo a seguir, por Doutel de Andrade. A Comissão teria o objetivo de manter contatos com o Poder Judiciário em busca de orientação sobre como proceder para registrar o partido até novembro de 1979, a fim de participar das eleições municipais de 1980.

Na Câmara o agito se propagava. O deputado Getúlio Dias (MDB-RS) avisou que Brizola estaria voltando em abril de 1979, com ou sem *habeas corpus*, criando fato político. Sua volta significaria articular antigas forças trabalhistas em torno do novo PTB. Mário Covas, ex-líder do MDB na Câmara, opinou que a ida de Ulysses Guimarães à Europa para ouvir Arraes e Brizola seria decorrência lógica do trabalho que vinha realizando em torno de manter o MDB unido, e que Brizola deveria ingressar no MDB e criar ali uma tendência trabalhista.

Brizola, de Lisboa, replicou: não autorizara nem Doutel, nem Ivete, a formar qualquer Comissão. Garantiu que se filiaria ao MDB logo que a situação política no Brasil lhe permitisse voltar.

São jogos de cena e de bastidores na incansável luta por liderança e, principalmente, por poder, no caminho do Brasil rumo à democracia. Quanto à posição em relação ao MDB, Brizola atacou “a companheira” Ivete:

— Ela emitiu seu ponto de vista pessoal. O meu ponto de vista é outro. Não há conflitos entre a unidade e a continuidade do MDB e a nossa presença nele, e o ressurgimento do PTB. Nós, trabalhistas, estamos dentro do MDB como uma corrente evoluindo para o posterior renascimento autônomo do partido.

Comentando acusações que teriam sido pronunciadas pelo deputado Magnus Guimarães contra o ex-deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) de, em conluio com Miguel Arraes e com Luís Carlos Prestes, tramar um impedimento à sua volta ao Brasil, Brizola disse que estaria conversando com Arraes na Europa e que o parlamentar não era seu porta-voz autorizado.

Em Lisboa, em junho de 1979, Brizola reuniu-se com Almino Afonso e com o ex-deputado Neiva Moreira, exilado no México. Brizola e Neiva afirmaram que o entendimento entre os três era total. Já para Almino houve divergência: ele e Brizola concordavam quanto à necessidade de fortalecer as oposições, com a participação de correntes progressistas dispostas a buscar uma sociedade socialista, mas Brizola denominara essa corrente de PTB, enquanto Almino:

— Eu, porém, prefiro não me ater a nomes, por enquanto. Nomes e siglas só se devem definir, creio, após uma Assembleia Constituinte.

Almino afirmou não ter qualquer notícia sobre a viagem programada por Ulysses Guimarães para encontrar-se com Brizola e Arraes na Europa. Já o senador amazonense do MDB, Evandro Carreira, teceu críticas a esta viagem:

— Não se justifica que o presidente do partido ande desesperado com um possível esfacelamento do MDB, pois a criação de novas agremiações não representa prejuízo para a Oposição.⁶⁰

Cabe aqui um breve, porém precioso parêntese. Um dos mais interessantes diagnósticos sobre a conjuntura política daquele momento partiu da figura, política e humana, de Doutel de Andrade, ex-líder do PTB na Câmara no governo Goulart e, de volta, o principal articulador no Brasil da reorganização do PTB junto com Brizola. Viu-se, de pronto, constrangido diante do clima que apontava para tensões emocionais entre lideranças políticas e “que, certamente, iriam prejudicar a unidade da Oposição, sem deixar de predicar pela reorganização de novos partidos”.

Doutel, municiado de eloquente retórica política, com suas peripécias verbais impagáveis, argumentos e malabarismos de linguagem, sempre surpreendia seus interlocutores. Dava um toque original à esfera da atividade política. Geralmente irônico, atirava finíssimas e calibradas farpas para todos os lados, mantinha uma incrível memória sobre acontecimentos da vida brasileira. Assim, elevou sua prédica e deu o tom:

— Tudo consistirá no exercício simultâneo e equilibrado dessas duas linhas de atuação. Não data de agora a ideia de recomposição do movimento trabalhista brasileiro. [...] Estão em curso tratativas e medidas tanto a nível prático quanto a nível teórico, com vistas à consecução daquele objetivo. Segundo alguns, o governo estaria interessado na formação do PTB para dividir o MDB. Mas o PTB coloca-se muito acima dos interesses do regime de exceção vigente no País. No que me diz respeito, pessoalmente, não serei manipulado por quem quer que seja. Entendo que nas atuais circunstâncias da vida brasileira a reorganização do trabalhismo não deve e não pode provocar fraturas no MDB.

“Por isso mesmo, nós, trabalhistas, temos tido cuidados e cautelas nesse sentido. Temos suficiente experiência e maturidade para saber a hora exata em que o PTB deve ressurgir como força [...] na forma de um instrumento a mais de luta pela restauração das instituições democráticas brasileiras.

Perguntado pela hora exata, respondeu com aquela sua forma politicamente abrangente, universal:

— Entendo que o momento está a reclamar o aprofundamento das nossas diligências, dos nossos estudos e das nossas reflexões, entre as quais se colocam aquela de ordem legal mais diretamente ligada à constituição de partidos.

“O assunto da espera pela regulamentação do artigo constitucional sobre reorganização aponta para a legitimidade e autonomia. Esse assunto não é relevante para nós, na medida em que não nos colocamos a reboque do governo, esperando que ele conceda ou deixe de conceder espaço legal à reorganização da vida partidária nacional. Sejam quais forem os óbices à nossa frente, estamos decididos a enfrentá-los, independentemente do que possam pensar os donos do poder no Brasil.⁶¹

Fechado o parêntese, sigamos em frente... Toda essa movimentação no Brasil em torno do ressurgimento do PTB iria desaguar no Encontro de Lisboa, reunindo o arco de trabalhistas históricos, novos quadros que saíam do MDB e o pessoal que se reunia no exílio ao redor de Brizola.

Notas

40. *O Globo*, 18/8/1978.

41. O então prefeito de Niterói manteve contatos seguidos com Brizola, através de Clóvis Brigagão, e naquela fase inicial ajudou a organizar o PTB em Niterói, oferecendo a Secretaria de Educação do município ao ex-deputado Álvaro Fernandes, antigo líder do PTB na Assembleia Legislativa. Entrevista de Moreira Franco, Rio de Janeiro, 21/8/2005.

42. Doutel nos contou uma história sobre a “venda” da sigla do PTB em São Paulo. Jango pediu-lhe que comparecesse à Convenção e impedisse essa transação. Quando chegou lá, Doutel pediu a palavra, em nome de Jango e da Direção Nacional do PTB, para que a Convenção fosse cancelada. Além disso, ele pediu, ao pé do ouvido, que Ivete desmaiasse a fim de causar o impedimento da Convenção. Ela “desmaiou” e assim ficou suspensa a transferência do controle do PTB paulista para outras mãos sujas.

43. A Comissão Trilateral foi iniciativa dos líderes norte-americanos, europeus e japoneses. A Trilateral, como ficou conhecida, oferecia ao mundo a perspectiva do Ocidente desenvolvido, em torno da ideia da democracia, do mercado livre e do anticomunismo, numa versão *light* da política internacional à época da Guerra Fria.

44. *O Globo*, 31/10/1978.

45. *Jornal do Brasil*, 21/1/1979.

46. Tivemos acesso aos documentos originais cedidos por Matheus Schmidt, com o mapa do lugar, a lista dos participantes e o Documento de Conclusão.

47. Brizola transmitiu sua mensagem diretamente de Paris, onde se encontrava articulando a reorganização do trabalhismo.

48. *Jornal do Brasil*, 21/2/1979.

49. A presidência do Encontro ficou com Doutel de Andrade e a secretaria com Trajano Ribeiro.

50. Entrevista com Dr. Adalberto Ribeiro, Rio de Janeiro, 19/4/2008, e nota de esclarecimento enviada em 19/5/2008 por e-mail.

51. Operação Entebbe foi a que Israel preparou para invadir o aeroporto da capital de Uganda e que resultou na queda de Idi Amin Dada.

52. Sepúlveda Pertence era então secretário-geral da OAB, sobrecarregado com o projeto da anistia e em campanha para a presidência da OAB.

53. Ver *Jornal do Brasil*, 13/4/1979. Pode-se aqui levantar a seguinte hipótese: No final do exílio, entre julho e setembro de 1979, em Nova York, Brizola e o então secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho (e conselheiro do governo Figueiredo) mantiveram seguidas conversas privadas sobre o processo de anistia e a reorganização partidária. Durante bom tempo, após a anistia, Thales Ramalho, extinto o bipartidarismo, chegou a aproximar-se do PTB de Brizola, mas acabou indo, inicialmente, para o PP de Tancredo e, com o fim do PP, voltou-se para o PMDB. Ver capítulo “Em Nova York: o teatro da transição autoritária à democracia” para mais detalhes sobre esse episódio.

54. Certa vez, Golbery, indagado por um deputado que pretendia entrar para o PTB (de Brizola ou de Ivete), recebeu a seguinte resposta: “Em qualquer um, vão terminar todos juntos”, cf. coluna de Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 13/4/1979.

55. *O Globo*, 14/12/1979.

56. *Ibidem*.

57. No Diário Oficial impresso constam 150 assinaturas de engenheiros, advogados, carpinteiros, pilotos, ajudantes de caminhão, jornalistas e técnicos de computação entre outros. Da Comissão Executiva faziam parte, além de Ivete Vargas, Lutero Vargas (filho de Getúlio Vargas, mas que depois vem a se compor com Brizola), Gilberto Mestrinho (depois vai para o PMDB), Cândida Ivete Vargas, Julio Rocha Xavier, Álvaro Fernandes e Jonas Bahiense. No entanto, o registro ainda não havia sido sacralizado no TSE.

58. *Jornal do Brasil*, 22/11/1979.

59. *O Globo*, 14/12/1979.

60. *O Globo*, 20/2/1979.

61. *Jornal do Brasil*, 22/11/1979.

O Encontro e a *Carta de Lisboa*: o novo trabalhismo

Durante todo o primeiro semestre de 1979, Brizola e seus colaboradores planejaram a organização do Encontro de Lisboa – Encontro entre os Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio – que ocorreria entre 15 e 17 de junho 1979.⁶² Cento e quarenta trabalhistas do Brasil e do exterior (Europa, EUA, México e África), reunidos na sede do Partido Socialista Português, no Largo do Rato, examinaram o quadro político brasileiro e internacional juntamente com o projeto de reviver o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O único problema na entrada de exilados oriundos de várias partes foi o que ocorreu com o ex-líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Vindo do México, foi impedido de desembarcar no aeroporto da Portela (Lisboa) pelas autoridades portuguesas. O argumento: não possuía documentos consulares necessários. Permaneceu ali 18 horas até que o Ministério da Administração Interna do governo português do primeiro-ministro Mário Soares o liberou e ele pôde desembarcar e participar do Encontro.

Foram convidados observadores do Partido Socialista Português (PSP), do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), do Partido Socialista do Chile (PSC), da Ação Democrática (AD), da Venezuela, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México, da Frente Sandinista de Nicarágua, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), além da representante do Secretariado Geral da IS, a brasileira Vera Mathias.⁶³

Brizola fez o que pôde para que Miguel Arraes participasse na condição de observador, até porque, não se tratando de um congresso partidário, e sim de um Encontro, ele poderia expressar sua posição e sua presença seria muito positiva,

mas Arraes não pôde comparecer em razão da cirurgia de sua esposa, Madalena Arraes. Na recepção que Mário Soares ofereceu aos participantes do Encontro, no Hotel Avis, na primeira noite, praticamente todo o corpo diplomático estava presente, à exceção da União Soviética, dos Estados Unidos e, claro, do Brasil, o que representou um reconhecimento internacional ao Encontro e seu significado político: o relançamento do PTB.

O Encontro de Lisboa ocorreria no contexto da conjuntura política brasileira que, desde 1977, aos trancos e barrancos, caminhava na direção da reformulação do quadro partidário. O Encontro passou a ser visto com grande expectativa pela imprensa e pelos meios políticos e ficou registrado como marco na história política brasileira. Em maio de 1979, o ministro da Justiça, Petrônio Portela, enviara ao Congresso projeto de lei extinguindo a Arena e o MDB.

Segundo o prazo estabelecido pelo projeto para pôr fim ao bipartidarismo – que a ditadura havia criado –, isso aconteceria em outubro do mesmo ano. Portanto, é nesse contexto que o Encontro de Lisboa se realiza: afirmação do PTB como partido aglutinador das novas forças democráticas surgidas no período da resistência à ditadura e instrumento para reinstalar as liberdades fundamentais da sociedade brasileira.⁶⁴

Durante três dias catárticos e de extrema riqueza, o Encontro deu vazão a todos os que, de forma pluralista, queriam expressar suas opiniões sobre a tarefa de reorganizar o trabalhismo. Nacionalismos, socialismos e liberalismos à esquerda debateram vários aspectos político-ideológicos dos anos 60, 70 e 80, e os debates foram acalorados e francos: um verdadeiro curso de ciência política na prática.

Brizola salientou que o Encontro era o mais aberto, com livre acesso e sem preocupações de observação. “Se ali estivessem agentes de órgãos de segurança, que ficassem à vontade, pois o Encontro nada tinha a esconder, e que registrassem e gravassem os pronunciamentos e debates”, o que, provavelmente, deve ter sido feito.

Foram indicados e aprovados pelo plenário os coordenadores das 12 comissões: Theotônio dos Santos, José Gomes Talarico, Neusa Brizola, Cibilis Viana, Clóvis Brigagão, Hélio Fontoura, Carlos Minc, José Thiago Sintra, José Carlos Mendes, Domingos Fernandes, José Maria Rabelo e Alex Souza. Cada comissão tinha seu

relator e as reuniões entravam noite adentro para que os resultados fossem submetidos ao Plenário no dia seguinte.

O Encontro dividiu-se em dois espaços. O público, com a Assembleia aberta a pronunciamentos sobre temas, dos mais gerais aos mais específicos, diante do panorama internacional, da situação política e econômica do Brasil, da perspectiva e das razões para o relançamento do trabalhismo. O segundo espaço, fechado, composto por 12 comissões a fim de se examinar 17 temas.

Diferentes concepções foram se delineando: o que seria o novo partido a partir do Encontro? Era possível ver ali o Grupo de Lisboa e o Grupo do México disputando modelos do que viria a ser o projeto partidário. O horizonte abria-se para algo mais moderno ou radical? Fechar questões sobre pontos polêmicos poderia levar a impasses na definição do programa final. Em grande medida, a experiência internacional dos grupos que se alinhavam com a ideia de um partido socialista democrático influenciou essa abertura ao mundo.

O próprio Brizola teve a sensibilidade para abrir-se às novas plataformas e soube, em sua linguagem peculiar, traduzir essas experiências dos Grupos de Lisboa, do México e dos que tinham vindo do Brasil – principalmente os do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Brizola escutava e parecia dar provas do quanto estava diferente desde que chegara a Lisboa no início de 1978. Será que já estava com a “cabeça feita” sobre o que pretendia imprimir?

A posição mais moderada e reformadora foi conquistando o plenário. A exposição de Brizola incluía três temas: 1) a Nação Brasileira e a nossa nacionalidade; 2) a Liberdade e a Democracia; e 3) o Povo Brasileiro e o Estado democrático. Inicialmente a assembleia centrou-se no debate que diria se o socialismo era democrático ou não, e, a cada discurso, evidenciava-se que não havia outra perspectiva a não ser a via reformista e democrática.

Acalorados debates revelavam as divisões sobre concepções doutrinárias: socialismo, socialismo democrático ou democracia socialista e social-democracia, anistia e posicionamento em relação aos trabalhadores. De um lado, o próprio Brizola e o Grupo de Lisboa, liderado por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Do outro, o Grupo do México, com Neiva Moreira, Theotônio dos Santos, Francisco Julião, Beatriz Bissio e Vânia Bambirra, juntamente com José Gomes Talarico e Moniz

Bandeira. Uma terceira posição reunia Doutel de Andrade, Trajano Ribeiro e Darcy Ribeiro.

Em dois temas, Brizola pautou a posição dominante do Encontro. Em relação à social-democracia, afirmou que, no passado, o PTB tivera posição convergente com os parlamentos da social-democracia, mas somente o Congresso do PTB (a ser convocado quando da volta ao Brasil) seria o lugar adequado para definir as características do novo trabalhismo, suas afinidades com os partidos socialistas democráticos e social-democratas, embora a inspiração devesse ser, sempre, a realidade brasileira.

Quanto ao tema das relações entre o Brasil e os EUA, referiu-se a elas da maneira mais natural: com a presidência de Carter surgiram mudanças significativas na política oficial dos EUA. Ele dava crédito de confiança: no futuro as relações seriam seguidas como as que agora Carter defendia e que o autoritarismo (brasileiro) não tinha base de legitimidade para criar novos termos desse relacionamento com os EUA.

A segunda comissão do Encontro, com 17 membros, tratou da organização do PTB e foi a que mais subsídios recebeu. Com vigor, debateu-se ser explícito ou não o termo socialismo democrático, assim como se sairia dali definição *à la brasileira* do trabalhismo. Novamente, duas posições se confrontaram. O Grupo de Lisboa sugeriu a imediata formação de um núcleo nacional de articulação do PTB, com setores estaduais, municipais e de base (bairros, fábricas, empresas e universidades), paralelo ao grupo parlamentar para a formação de comissões de mobilização e arregimentação.

O Grupo do México apresentou anteprojeto para imediata organização do PTB com diretrizes provisórias de ação até a realização do Congresso no Brasil. Contra as duas propostas, Doutel de Andrade e Trajano Ribeiro sustentaram que o Encontro de Lisboa representava pequena parcela dos trabalhistas, e que, portanto, não deveria concretizar qualquer estrutura no exterior. A maioria absoluta da comissão aprovou o termo socialismo democrático, contra o voto do coordenador José Gomes Talarico, discutido em Plenário por Neiva Moreira, Francisco Julião, Theotônio dos Santos e Paulo Timm, o que provocou novos debates e reformulações.⁶⁵

Constituída a comissão dos sete que iria elaborar a *Carta de Lisboa*, o equilíbrio manteve-se entre moderados e radicais. O professor Pedro Celso Cavalcanti indicado redator da Carta lutou para não se afastar dos princípios que, em tese, correspondiam àquilo que o próprio Brizola pensava. Finalmente, os resultados foram aprovados por unanimidade pelo plenário do Encontro. Os que pretenderam incluir ideias e propostas mais radicais, do nacionalismo ao socialismo, não chegaram a empolgar o público presente.

Entre as duas posições que se confrontavam, o papel de Darcy Ribeiro na Comissão – e mesmo no plenário – foi de importância crucial, como mediador ativo. Deputados federais e estaduais presentes, como Getúlio Dias, Magnus Guimarães, José Maurício, Lysâneas Maciel, Genival Tourinho, Antonio Morais, J. G. de Araújo Jorge, entre outros, apresentaram um dossiê distribuído no Plenário e intervieram nas primeiras sessões.

Na primeira reunião de trabalho, Moniz Bandeira fez reparos ao dossiê manifestando-se contra a formação do partido pela via parlamentar (com 42 deputados federais e 7 senadores). Defendeu a sua constituição pela subscrição popular como o processo democrático e legítimo. A maioria do Plenário fechou a favor da subscrição popular. Numa segunda reunião de trabalho, presidida por Darcy Ribeiro, houve um depoimento dramático e muito crítico feito por Derly Carvalho (exilado que passou pelo Chile, Argentina e França), que havia perdido dois irmãos na luta contra a repressão.

Neste depoimento, Derly Carvalho mencionou, contraditoriamente, a preservação do MDB como instrumento de unidade das oposições, pendente de revisão e do que o sistema iria deliberar sobre reformulação político-partidária. Considerou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) uma iniciativa que refletia o desencanto e as desilusões da classe operária em relação aos partidos que existiram até aquele momento e expressou simpatia pelo PTB de cunho nitidamente socialista.

Afinal, os 12 relatórios das Comissões convergiram com os que presidiram e secretariaram o Encontro e com a Comissão de Redação da *Carta de Lisboa*: a confluência balizou as várias posições em seus pontos programáticos.

Também os delegados do Rio Grande do Sul tiveram papel singular e acompanharam as ideias que germinavam na elaboração da *Carta*. Com eles obteve-se a maioria na comissão: o importante era ter a unidade do projeto de recriar o PTB e não sair dali rachado... No final do terceiro dia fez-se a leitura do Comunicado Final do Encontro de Lisboa, a *Carta de Lisboa*, que passou a ser o que orientaria o futuro do trabalhismo brasileiro.⁶⁶ Aprovada por unanimidade, ela não só foi novidade em termos de programa partidário como teve repercussão que ninguém esperava. Passou, então, a ser uma espécie de guia nas reuniões que teriam início no Brasil.

Sucintamente, a *Carta* revela três compromissos:

- 1) reconduzir o Brasil à institucionalidade democrática;
- 2) levantar as bandeiras do Trabalhismo para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve; e
- 3) reverter as diretrizes da Política Econômica, a fim de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especificamente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação.

Em seguida, a *Carta de Lisboa* lista quatro prioridades:

- 1) salvar milhões de crianças abandonadas, condenadas à delinquência, bem como meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os 18 anos de idade, analfabetos e descrentes de sua Pátria;
- 2) buscar formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e índios, que sofrem discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira;
- 3) dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados os seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e
- 4) fazer com que todos os brasileiros assumam a causa do trabalhador do Norte e do Nordeste, espoliados tanto por sua economia local obsoleta, como por um

colonialismo interno exercido de forma escorchantes pelas unidades mais ricas da Federação e do próprio Governo Federal.

No final, no plano da ação política, duas tarefas aos trabalhistas:

1) a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita de todos os patriotas perseguidos por sua resistência à ditadura; e

2) a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efetivará no Brasil quando da reimplantação da liberdade de organização partidária e o povo eleger a Assembleia Nacional Constituinte.

Do purismo de ideias e concepções políticas às formas mais pragmáticas e reais, o Encontro de Lisboa e a *Carta* foram exercícios de acertos e acordos, ajustes e contrariedades, ansiedades de “ismos” e, inevitavelmente, de disputas de egos. Mas, acima de tudo, foi a afirmação de uma posição política com identidade própria cuja base seria a democracia e o forte apelo a uma nova vida para o povo brasileiro.

Mas, afinal, o que não é um debate político, ainda mais naquele contexto do Encontro, em 1979, senão enfrentamentos, conflitos de ideias e de personalidades e acomodações para se chegar o mais próximo possível da realidade dos fatos históricos? E, diga-se de passagem, as interpretações dos fatos da realidade têm a sua própria teia – a condição de se abordar uma ou qualquer realidade – onde se afirmam juízos de valor, critérios e, mais importante, crenças e convicções.

Tudo isso foi passado a limpo, e o Encontro e a *Carta* trouxeram à luz o esboço do projeto político que teria lugar a milhares de quilômetros de Lisboa: o Brasil, saindo de uma longa ditadura a caminho de uma nascente democracia.

No Brasil, o Encontro e a *Carta de Lisboa* tiveram ampla repercussão nas páginas dos jornais do Rio, de São Paulo, de Porto Alegre e de várias outras capitais, chamando a atenção pelo seu teor. Já não era somente o MDB que iria pautar as notícias e matérias da imprensa, mas também a *Carta de Lisboa*, que passava a indicar as novas ideias e programas para o Brasil.

Notas

⁶². Clóvis Brigagão foi o secretário-executivo do Encontro de Lisboa; Georges Michel Sobrinho, encarregado da hospitalidade; Moema São Thiago, Irineu

⁶³. Ver anexa a lista de participantes do Encontro de Lisboa. Ver entrevista do jornal *O Trabalhismo* com Matheus Schmidt, “O PTB deu um salto ideológico”, Porto Alegre, ano 1, n. 2, 21 a 27 de junho de 1979.

⁶⁴. Ver o artigo publicado por Carlos Minc no *Diário de Lisboa*, “O Encontro do PTB em Lisboa”, Lisboa, 9/6/1979.

⁶⁵. Devemos às “Notas e Registros de José Gomes Talarico”, Rio de Janeiro, junho de 1985, 54 páginas, boa parte das informações sobre o desenrolar do Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio.

⁶⁶. De memória, a Comissão foi constituída por cinco pessoas: Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (relator), Darcy Ribeiro, Benedito Cerqueira, Lysâneas Maciel e Hélio Fontoura.

O curto-circuito da comunicação no Brasil

O emocionante conagraçamento dos trabalhistas em Lisboa estava chegando ao fim. No entanto, surgiu um inesperado entrevero político a partir da entrevista coletiva à imprensa, marcada para o dia 18 de junho, segunda-feira, na sede do PS, no Largo do Rato. Na discussão sobre o futuro programa do PTB, Brizola fizera duas intervenções (gravadas em fitas) sobre as Forças Armadas.

Na primeira, em 15 de junho de 1979, afirmava que “nós devemos ver as Forças Armadas como entidades permanentes e que têm as suas funções estabelecidas pelo povo brasileiro em suas instituições” e que “a nossa autoridade moral e a do povo brasileiro está em considerá-las em conjunto, em suas funções, em suas atribuições e fazer com que o povo, a sociedade civil, possa influir e orientar de tal modo que se estabeleça uma real formação democrática nas nossas Forças Armadas, afastando-se de todas as formas da chamada linha do golpismo”.

A segunda intervenção, de 16 de junho de 1979: “O próprio problema das Forças Armadas [...] eu não me preocupo com elas. Parece mentira. Conosco têm sido as Forças Armadas um pouco uma história de amor e de ódio, de ódio e de amor. Eu tenho certeza que a nossa proposta vai ganhar terreno, terreno amplo, dentro das Forças Armadas. Vamos abominar o golpismo. E vamos criar a nossa autoridade à base dos princípios, vamos ficar com os princípios, porque o golpismo é mau companheiro.”⁶⁷

Aos fatos. Em entrevista coletiva à imprensa, conduzida pelo porta-voz do Encontro de Lisboa, jornalista Flávio Tavares, a Agência Nacional de Notícias Portuguesa (ANOP) distribuiu aos seus clientes, entre os quais agências internacionais, como a United Press Information (UPI), noticiário relativo ao Encontro dos Trabalhistas a partir de informações colhidas em conversas com elementos do gabinete de imprensa daquele encontro.⁶⁸ O correspondente da UPI

em Lisboa, Sr. Sandy Sloop, redigiu na sessão de encerramento do Encontro de Lisboa texto atribuindo a Brizola a seguinte declaração: “Uma vez restaurada a democracia, os militares não representarão grande preocupação, pois uma organização popular através de um partido prestigioso e forte os disciplinará.”

A bomba explodiu do outro lado do Atlântico. O então ministro do Exército de Figueiredo, general Walter Pires, reagiu de imediato com pronunciamento: “Falece autoridade para ditar normas disciplinadoras a nossas instituições militares, a um evadido de 1964, que, às vésperas do Movimento de 31 de Março, pregou ostensivamente a subversão e a indisciplina no seio das Forças Armadas, incitando subordinados contra superiores.”

Seguiu-se nota do ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, e entrevista do ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos. Ambos repeliram a declaração atribuída ao ex-governador Brizola. Na entrevista, o ministro Délio Jardim afirmou que “nem as declarações infelizes do senhor Leonel Brizola nem a nota do ministro do Exército iriam interferir no projeto de anistia do governo, nem mesmo no que se refere à anistia para o senhor Brizola”.⁶⁹

Observa-se nas palavras do ministro da Aeronáutica uma posição e um tom um tanto diferentes das notas dos ministros do Exército e da Marinha, desvinculando-se da nota do ministro Walter Pires. Outras reações pipocaram no cenário nacional. No Congresso, em nome da liderança do MDB, houve manifestação de apoio a Brizola, depois que o presidente do partido e líderes efetivos – Ulysses Guimarães, Paulo Brossard e Freitas Nobre – negaram-se a comentar a nota do general Walter Pires.⁷⁰

Para o então ministro da Justiça, Petrônio Portela, a nota do ministro do Exército foi concludente, incisiva e direta e, no caso de verdadeiras as críticas de Brizola, a resposta não poderia ter sido outra; além disso, as notas dos ministros militares não tinham nada a ver com o projeto de anistia, que teria o seu cronograma respeitado, devendo ser encaminhado ao Congresso proximamente (como foi no dia 27). O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, reagiu à suposta frase de Brizola, elogiando as notas militares e advertindo que o governo deveria avaliar, antes de dar anistia, o desencadeamento de fatos que podem ocorrer após a chegada do ex-governador Leonel Brizola.

O governador de Pernambuco, Marco Maciel, já com sua raposice incurável, manifestou a opinião de que “o ministro do Exército deixou evidente a posição da instituição que chefia contra ataques que em nada contribuem para o êxito do projeto de aperfeiçoamento político-institucional”, enquanto o ministro da Previdência Social, o gaúcho Jair Soares, disse que o ex-governador gaúcho, ao criticar a oposição e os militares “está colaborando com a iniciativa do governo” e “enquanto não sair o projeto da anistia, juridicamente, o Brizola não existe, daí porque suas críticas às Forças Armadas não serão levadas em conta, caso o governo decida anistiá-lo”.

O então presidente da Arena de São Paulo, Cláudio Lembo, estava convicto que, apesar de algumas frases soltas no ar, sem nenhum embasamento, o país continuaria aperfeiçoando a democracia. O presidente da Arena, José Sarney, que mais tarde viria a ser presidente da República, reforçou a solidariedade às Forças Armadas, afirmando que elas tinham o apoio do povo, do partido de sua bancada e que as declarações do ex-governador Brizola “realmente foram de extrema infelicidade, *além de representarem agressão gratuita às Forças Armadas, que estão totalmente afastadas da política, entregues aos seus afazeres constitucionais sob a chefia do presidente da República*” [ênfase nossa].

O imbróglio estava criado e, por pouco, o processo político de abertura e, particularmente, o projeto político de Brizola, não foram prejudicados. Notificado da irritação dos militares, Brizola imediatamente transmitiu declaração de quatro linhas em que afirmava que a nota oficial do ministro do Exército “era lamentavelmente baseada em um equívoco”. Em Lisboa, Brizola, acompanhado de sua esposa Neusa, de Doutel de Andrade, presidente da Comissão Provisória de Reorganização do PTB, e de Clóvis Brigagão, varou a madrugada em tensa e intensa corrida para encontrar aquela frase que lhe fora atribuída, de como estava disposto a “disciplinar” as Forças Armadas. Todas as fitas foram ouvidas e as duas intervenções sobre as Forças Armadas, passadas e repassadas, para que se resolvesse afinal todo o episódio e o equívoco, resultado da interpretação produzida pela imprensa no final do encontro dos trabalhistas. Em carta dirigida a Roberto Marinho, diretor e redator-chefe de *O Globo*, Brizola pediu a publicação de um comunicado no qual esclarecia a improcedência das afirmações que lhe

havia sido atribuídas a respeito das Forças Armadas. Primeiro foram solicitados esclarecimentos à UPI e à ANOP. O primeiro documento é a cópia em inglês da resposta do correspondente da UPI em Lisboa, Sandy Sloop, acompanhada de tradução, em que ele afirma ter se referido “erroneamente” sobre a reunião, reconhecendo que Brizola “nunca fez as declarações” contidas no despacho, “nem na conferência nem fora dela”.

Sandy Sloop atribuiu o erro a uma interpretação/tradução do texto transmitido pela agência portuguesa ANOP.⁷¹ O segundo documento é cópia da carta do presidente do Conselho de Gerência da ANOP: reconhece, a bem da verdade, que a “redação da notícia não é correta”, e apresenta desculpas formais: “Nunca o governador Leonel Brizola nos fez tal comentário, nem mesmo particularmente, durante a realização do encontro de trabalhistas em Lisboa. E nem tais comentários surgiram no âmbito deste encontro.”⁷² Seria o fim do suspense e da “crise política” que poderia ter colocado em risco o processo da anistia para a qual o Encontro de Lisboa e o próprio Brizola representavam apoio incondicional.

Apesar do mal-estar causado por esse curto-circuito na comunicação final do Encontro com os círculos – particularmente militares – do governo Figueiredo, ninguém dali fez qualquer comentário sobre a reunião dos trabalhistas. Mas na área da oposição, do MDB, o Encontro criou certa agitação, com vozes acusando Brizola de estar fazendo o jogo do governo para acabar com o bipartidarismo e de com a criação de novos partidos, esvaziar e implodir o MDB. A maioria, reunida em torno de seu presidente Ulysses Guimarães, desencadeou campanha para fazer frente aos “desígnios desviacionistas” do governo para salvar a unidade do MDB.

Para o ministro Petrônio Portela, era pensamento do governo que o fim do bipartidarismo seria a consequência lógica da anistia a ser declarada em breve, como ocorreria dois meses mais tarde. Acreditava o governo que, com o fim do bipartidarismo, surgiria uma maioria de apoio ao governo abrangendo até os liberais. Ao contrário, privada de temas que uniam os que lutavam pela anistia, o direito à greve, o direito de associação, o fim da censura, a oposição aglutinada em torno do MDB iria procurar novos caminhos de modelos de sociedade, questões econômicas e sociais, e a sua divisão seria inevitável.

O debate interno do MDB seria inelutável; Ulysses Guimarães já pressentia esse ambiente de mudança e tinha o cuidado de não romper com o líder do trabalhismo que no Encontro de Lisboa o criticara de querer monopolizar a oposição. Ali em Lisboa estiveram 11 deputados federais e três deputados estaduais do MDB (sendo um deputado federal da Arena) que passaram a apoiar – além de alguns dirigentes sindicais – o projeto de reorganização do PTB. Durante o Encontro, Brizola manifestou-se a respeito da posição dos comunistas e disse ser conveniente que eles pudessem se expressar livremente, através de seu partido, já que se “ocultavam” dentro do MDB, em razão da proibição da ditadura de ter sua vida legal.

Para amenizar o clima de tensão provocado pelo curto-circuito entre Lisboa e Brasília, registramos aqui três histórias pitorescas, bem ao estilo de Brizola.

No início de fevereiro de 1979, ocorreu um novíssimo fato político internacional no Oriente Médio. O aiatolá Khomeini acabara de instalar no Irã a sua Revolução Islâmica. Ao ler as notícias dos novos acontecimentos, Brizola, junto com seu fiel escudeiro, Michel Sobrinho, escreveu, ali no Hotel Flórida, um telegrama de congratulações para o aiatolá saudando a nova Revolução. Mas Brizola fez questão de pedir a Michel para passar o telegrama bem longe do hotel, pois o professor Pedro Celso Cavalcanti poderia ficar sabendo e o teria impedido de saudar o novo regime, que iria acabar por violar direitos humanos e tornar-se uma ditadura teocrática.

Para evitar que Pedro Celso soubesse da intenção de Brizola, Michel foi até a longínqua estação ferroviária de Santa Apolônia – a mais de 10 quilômetros do Hotel Flórida – e enviou o telegrama.

Passados alguns dias, chega ao Hotel Flórida a resposta endereçada a Brizola do próprio Khomeini, com palavras de agradecimento e expressando solidariedade à situação de exílio de Brizola, que passou um bom tempo lendo as palavras do aiatolá e, então, virou-se para Michel e perguntou:

— Mas, Michel, como é que o Khomeini sabia que eu estava aqui no Hotel Flórida?⁷³

Uma segunda anedota. Quase no final da estada em Lisboa, Brizola pediu a Michel que ele alugasse um bom carro, pois queria levar Neusa a um restaurante

nos Restauradores, onde os dois poderiam comer uma boa carne assada e celebrar os bons tempos de Lisboa. Seria a despedida do casal de Lisboa. Michel alugou uma Brasília e a estacionou bem diante da porta do Hotel Flórida, com o pisca-pisca ligado, à espera do casal. Michel pensava que ele iria dirigir e levar o casal até o restaurante.

Assim que Brizola chegou, insistiu que ele mesmo iria dirigir. Tomou a direção, acionou o motor e saiu dirigindo a Brasília, com os pisca-piscas ligados, pelas tortuosas e históricas ruas de Lisboa.

A terceira anedota, menos pitoresca que as anteriores, reflete uma situação bastante embaraçosa. Vamos a ela.

Já quase no final dos tempos de Lisboa, Brizola e Neusa passaram algum tempo morando no apartamento de Pedro Celso e Valentina, na Estrela. Moniz Bandeira escrevia no Rio o livro *Brizola e o Trabalhismo* e aproveitou a viagem de Darcy Ribeiro a Lisboa para entregar o primeiro texto para o exame de Brizola, mas o casal estava em viagem e Darcy deixou o pacote na casa de Márcio Moreira Alves.

O médico paulista exilado, David Lerer, que passara um bom tempo em Angola durante a guerra civil, voltou para Lisboa e foi morar na casa de Márcio. Márcio abriu o pacote, leu o texto e mostrou a Lerer, que o deixou dentro de seu carro, um Ford Fiesta. Certo dia, Lerer passou pela casa de Pedro para levar Brizola até o Largo do Rato, onde estava a sede do Partido Socialista Português. Assim que se acomodou dentro do carro, Brizola olhou para baixo e viu um pacote descansando na rede para guardar objetos, observou mais de perto e verificou que era o texto do livro, com a sigla MB (Moniz Bandeira). Pegou-o e indagou a Lerer:

— O que é isso, Lerer? Como esse texto do livro do Moniz veio parar aqui em seu carro?

Lerer então contou que fora Márcio quem havia deixado ali uns dias antes para que ele o lesse. Brizola ficou uma fera e pediu que voltassem e fossem direto para a casa do Márcio, e no trajeto não parou de esbravejar contra o que achava uma atitude descortês por ter aberto o pacote, lido o texto do livro e deixado no carro do Lerer: queria pedir satisfação a Márcio.

Mas Márcio, da janela de sua morada, viu Brizola chegando com Lerer, pressentiu o ar zangado do Brizola e não os atendeu. Tocaram a campainha muitas

vezes e ninguém veio à porta. Voltaram para o Largo do Rato. Brizola disse a Lerer que iria telefonar para Márcio e pedir-lhe explicações, fulo da vida.

Na manhã seguinte, ao ir à sala, viu que havia um bilhete por baixo da porta de entrada a ele endereçado. Pegou o envelope, abriu-o e leu: era um bilhete do Márcio se desculpando pela descortesia e elogiando o livro de Moniz Bandeira...

Notas

67. Transcrição das gravações do Encontro de Lisboa; ver *Jornal do Brasil*, “A nota do ex-governador”, 22/6/1979, e *O Globo*, “O comunicado do ex-governador”, 22/6/1979.

68. Cf. ANOP em carta à Brizola, cf. *Jornal do Brasil*, 30/6/1979.

69. *O Globo*, “Forças Armadas repelem insolência de Leonel Brizola”, 21/6/79. Cf. *O Globo*, 22/6/1979.

70. Cf. *Jornal do Brasil*, 21/6/1979.

71. A nota recebida pela ANOP fora repassada pela assessoria de imprensa do Encontro de Lisboa.

72. No registro de Clóvis Brigagão, o único que acabou sendo punido foi o correspondente da UPI em Lisboa, Sandy Sloop, que perdeu o cargo. Clóvis não se recorda se também o gerente ou outro funcionário da ANOP sofreu algum tipo de penalidade funcional, mas acredita que não.

73. Anedota passada aos autores por Michel Jorge Sobrinho, Brasília, 1/11/2009.

A “cadeira vazia” do Brasil na Internacional Socialista

Durante o regime militar, tudo que cheirasse à política internacional podia ser considerado subversão. Se ao internacional adicionava-se socialista ou comunista, aí então, o pau comia, prisões eram certas, acompanhadas de torturas e mortes. No caso da Internacional Socialista (IS), conhecida também como a II Internacional, a história é pouco conhecida no Brasil. Originalmente, fora constituída em 1889 por partidos operários independentes e com relações flexíveis entre si.

Com a Revolução Bolchevique, de 1917, o movimento operário dividiu-se definitivamente: comunismo de um lado, social-democracia ou socialismo democrático de outro. Lenin, tão logo tomou o poder na União Soviética, criou a Internacional Comunista, que viria a ser a mãe de todos os conhecidos Partidos Comunistas, inclusive do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Reformatada em 1923, em Hamburgo, a IS iria sofrer nova divisão com os dramáticos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Passada a tempestade nazifascista, ela foi reconstruída em Frankfurt (1951), reinaugurando nova agenda: apoiar os partidos social-democratas, majoritariamente europeus. Nos anos 70, foi decisivo seu apoio aos socialistas que se restabeleceram nos escombros das ditaduras, como em Portugal com Salazar e na Espanha com Franco, abrindo caminhos para as novas lideranças, a de Mário Soares e a de Felipe González.

Até 1976, a IS praticamente não teve envolvimento regular com a América Latina. A partir de quando Willy Brandt (nascido Herbert Ernst Karl Fraham), ex-chanceler da Alemanha (1969-74), Prêmio Nobel da Paz (1971) e criador da *Ostpolitik* – relaxamento com o Leste comunista – foi eleito presidente no XIII Congresso da IS, Genebra (26-28/11/1976), a IS nunca mais seria a mesma.

Willy Brandt, com sua larga visão, entendia que o mundo ficava, cada vez mais, interdependente e conectado e que as lutas democráticas seriam decisivas em

todas as partes. Convidado pelo Banco Mundial em 1977, Willy Brandt presidiu a Comissão Independente para Questões de Desenvolvimento Internacional, cujo relatório final foi entregue em 1980, conhecido como *Relatório Norte-Sul* ou *Relatório Brandt*. Re ler o *Relatório* é refazer os caminhos da política internacional dos anos 80 até praticamente os dias atuais. São temas e políticas internacionais – com diagnósticos e recomendações – que ainda afetam grande parte das pessoas no mundo.

Nele, Brandt apontava para os problemas do século XXI. Mas os ouvidos estavam atentos quase que exclusivamente para o conflito entre as duas grandes potências, EUA e União Soviética. Foram poucos os que ouviram suas advertências para o perigo explosivo gerado pela discrepância entre países ricos e pobres. Não era a única causa do problema, mas contribuiu para o aumento, inclusive, do terrorismo, instrumentalizado pelo fundamentalismo religioso.

Além disso, a América Latina, deixada à sua própria sorte e como área de influência dominada pelos norte-americanos – à exceção de Cuba, pró-União Soviética – deveria merecer tratamento especial. Dentro de seus limites passaria a ser influenciada pela concepção e prática democráticas da Internacional Socialista.⁷⁴

No Brasil, a história dos partidos políticos e suas relações internacionais terá, ainda, de ser escrita.⁷⁵ Na esfera da IS, desde os anos 50, já se tentava abrir contatos com partidos políticos brasileiros.⁷⁶ Nos arquivos do excelente Instituto Internacional de História Social (IIHS), em Amsterdã, existe correspondência do secretário-geral da IS, desde 1962, com maior intensidade em 1963: conjunto de correspondência com lideranças do Partido Socialista Brasileiro e, especialmente, com o Partido Trabalhista Brasileiro.

O secretário-geral da IS da época, o inglês Albert Carthy, escreveu ao então deputado Almino Afonso (líder do PTB na Câmara dos Deputados), ao professor Alberto Guerreiro Ramos (como suplente, substituiria Leonel Brizola na Câmara dos Deputados quando este foi cassado; o próprio Guerreiro Ramos logo depois também seria cassado, indo viver nos EUA) e ao Pelópidas Silveira, ex-vice-governador de Pernambuco e então prefeito de Recife, do Partido Socialista Brasileiro.⁷⁷

Da documentação encontrada no IIHS há uma lista de importantes contatos no Brasil redigida pela IS, em janeiro de 1963: Pelópidas Silveira (prefeito de Recife, PSB), Freitas Nobre (vice-prefeito de São Paulo, PSB), Aurélio Viana (senador pelo antigo estado da Guanabara, pela coligação PSB/PTB), Agostinho Rito (ex-secretário-geral do PSB e da secretaria da presidência da Petrobras), Vamberto Lopes de Moraes (Sudene, PE, PSB), Febus Gikovate (presidente do PSB de São Paulo), João Chakian (líder da Juventude Socialista do PSB, São Paulo) e Cleo Bernardo (presidente do PSB no Pará e deputado na Câmara dos Deputados).

Da lista do PTB: Leonel Brizola (deputado eleito pelo Rio de Janeiro), Almino Afonso (líder do PTB na Câmara dos Deputados, Amazonas), Guerreiro Ramos (sociólogo, suplente de deputado federal pelo PTB, Rio de Janeiro); três ministros do governo Goulart: Hermes Lima (ministro das Relações Exteriores, PSB), João Mangabeira (ministro da Justiça, PSB) e San Tiago Dantas (ministro da Fazenda, PTB). As cartas são dirigidas, uma para Almino Afonso (s.d., 1963), duas para Alberto Guerreiro Ramos (28/11/63 e 6/12/63) e uma para Pelópidas Silveira (31/1/63).

Há também uma carta assinada pelo deputado trabalhista inglês John B. Hynd para David Ennals, Departamento Internacional do Partido Trabalhista, da Grã-Bretanha (com cópia para o secretário-geral da IS, Albert Carthy). O assunto refere-se à viagem de deputados trabalhistas da Grã-Bretanha (e de países escandinavos) a Brasília para participarem da Conferência Interparlamentar encerrada em novembro de 1963. Na ocasião foram mantidos contatos com representantes do PTB com objetivo de estabelecer linha de ação parlamentar no plano internacional e defender teses políticas comuns pela ação parlamentar.

A tônica: abrir canais regulares de contatos, programar mecanismos de cooperação, compartilhar visões comuns para solução dos problemas presentes e futuros do Brasil e da América Latina. Em particular, incentivar os dois partidos a ingressarem na Internacional Socialista, resguardando as características e o modo de pensar dos trabalhistas e dos socialistas brasileiros com os partidos socialistas e social-democratas europeus da IS.

Conclusões dessa inusitada correspondência internacional:

(a) Havia grande motivação para estreitar os laços entre a IS e os partidos populares brasileiros (PTB e PSB);

(b) Dava-se ênfase à associação, na condição de partidos observadores, entre a IS e os dois partidos, mencionando que outros partidos similares (como a Ação Democrática da Venezuela) estavam na mesma situação;

c) Ficou acertado que, em março de 1964, a IS credenciaria um representante da secretaria-geral com a missão especial de vir ao Brasil para estreitar os laços... mas o Golpe Militar de 1964 paralisaria a execução do plano de ação.

Alguns anos antes, Brizola, como prefeito de Porto Alegre, visitou Willy Brandt, então prefeito eleito de Berlim, e os dois mantiveram estreito contato, analisando o contexto internacional referente ao Brasil, à América Latina, aos Estados Unidos e à Europa. Brandt confirmou, ainda, que eles se encontraram quando Brizola estava no exílio, no Uruguai.⁷⁸

Os novos contatos, pelo menos com o Brasil, só foram retomados 15 anos mais tarde, diante da visão global da IS/Willy Brandt, da nova conjuntura internacional – principalmente nos Estados Unidos, com o presidente Carter e sua política de direitos humanos – e do momento político brasileiro, a partir da expulsão de Brizola do Uruguai.⁷⁹

Nos arquivos da IS no IHS/Amsterdã, Clóvis Brigagão encontrou correspondências entre a cúpula da IS com altos membros do governo Carter. Nelas, pode-se verificar o interesse do governo Carter para que a IS participasse e influenciasse o processo de redemocratização na América Latina. A partir de meados da década de 70, a Internacional Socialista intensificou suas missões (Mário Soares, Felipe González, representação de Olof Palme, primeiro-ministro da Suécia), além de ter promovido encontros, congressos etc. por toda a região. Ampliou seus contatos com partidos políticos que se tornariam associados à IS (observadores, consultivos e membros plenos).

Líderes latino-americanos tornam-se futuros presidentes de países governados pelos partidos ligados à IS, como Raúl Alfonsín (Argentina), Alan García (Peru), César Borgia (Equador) e alguns outros (da América Central e Caribe) que tiveram apoio, direto ou indireto, da Internacional Socialista. A exceção, que não estava no programa, foi Leonel Brizola, que não chegou à Presidência do Brasil.

No caso do foro da IS havia, de parte de nossos partidos políticos, falta de conhecimento ou interesse político e ideológico. Para o MDB, a aliança política de

oposição permitida pela ditadura, a IS era considerada irrelevante. Até então não havia, praticamente, nenhuma articulação política a fim de se estabelecer contato – e muito menos associação. Para alguns políticos opositores a palavra socialista seria, automaticamente, confundida pelos militares como comunista.

Para outros, o Brasil não deveria ter nenhum interesse nessa associação com “revisionistas” sociais-democratas europeus, bem como do resto do mundo. Aquela cadeia era percebida como ideia fora do lugar, distante – quando não estranha – e irrealista!



Brizola e Olof Palme no gabinete do primeiro-ministro sueco.

No Brasil, com a Guerra Fria instalada e a Doutrina de Segurança Nacional em vigor, considerava-se proibida qualquer associação às organizações político-partidárias internacionais. Os alvos eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vinculado a Moscou, ou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em sua relação com a China de Mao Tsé-tung.

Durante esse período, como já observamos, o PTB não mantinha vínculos com a Internacional Socialista, embora houvesse troca de correspondência entre dirigentes da IS e líderes trabalhistas, desde os anos 60. Comparativamente, o extinto PDC (Partido Democrata Cristão) também não mantinha vínculos formais com a Internacional Democrata Cristã (hoje Internacional do Centro Democrático). Aliás, ambas, a IS e a IDC/ICD, tiveram sua origem na tradição alemã.

No período da ditadura, a vinculação de qualquer partido político brasileiro com organizações políticas internacionais era considerada crime contra a segurança nacional. No entanto, vários partidos socialistas e sociais-democratas de outros países latino-americanos (como o Partido Socialista Uruguaio, um dos mais antigos do continente, e o Partido Socialista Chileno) mantiveram seus vínculos com a IS, mesmo durante a ditadura naqueles países.

Brizola, logo ao chegar a Lisboa, declarou que o trabalhismo brasileiro tinha afinidades com os partidos sociais-democratas europeus e que ele iria buscar contatos com essas lideranças. Era um ato arriscado, mas chegara o momento de agarrar a oportunidade e “pegar o trem” que passava. Era hora de sentar na cadeira vazia. Suas conversas com Mário Soares e com o PS português seguiram essa linha de raciocínio, até que a oportunidade pôde, enfim, ser concretizada.

Alguns dias após sua chegada, em almoço na casa de Mário Soares, em Sintra, o assunto foi finalmente abordado e a convergência, criada. Brizola passaria a frequentar as reuniões dos socialistas europeus – que ampliava a ação política além do Velho Continente – na condição de observador e líder nacional do PTB, que se reorganizava.⁸⁰

Mário Soares diz que, dos líderes socialistas europeus, o que mais gostava de Brizola era realmente Willy Brandt.

— Os outros tinham alguma reserva em razão da imagem de comandante que Brizola mantinha. Mitterrand nunca gostou muito de Brizola, o Partido Socialista francês tinha, inicialmente, resistência; também o Felipe González tinha certa resistência. Eu [Mário Soares] por diversas vezes lhe disse: “Ó Brizola, você tem que atualizar seu vocabulário”. Ele me pediu dois passaportes: um para suas viagens pela Europa e América Latina e o segundo para visitar o Leste Europeu: não queria que soubessem para onde iria e o que faria.

Mas Brizola, durante sua permanência na Europa, não pisou no então território europeu sob o controle da antiga URSS.

De Lisboa e com passagens por Nova York, entre 1978 e 1979, Brizola viajou incansavelmente. Era mesmo admirável a sua resistência, fôlego e sentimento de estar cumprindo, agora mais adulto e maduro, sessentão, sua responsabilidade histórica de reconduzir o trabalhismo a serviço de seu país. Dupla jornada: manter

contatos, ter encontros e realizar entendimentos com líderes e dirigentes europeus da Internacional Socialista e, ao mesmo tempo, reencontrar velhos companheiros e conhecer novos exilados, sempre com seu realejo a tiracolo.

Instalado em Nova York, Brizola iniciou os primeiros contatos com os líderes dos partidos que compunham a Internacional Socialista. Seu primeiro interlocutor foi o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira. Brizola havia passado de suas primeiras notas do realejo, sobre a Anistia, a entoar as notas da reorganização do trabalhismo.⁸¹

Ele havia pedido a Trajano que indicasse alguém que pudesse assessorá-lo e que falasse inglês e alemão. Pediu que também procurasse Franklin de Oliveira, que havia trabalhado com ele no Rio Grande do Sul e agora era assessor do Dr. Roberto Marinho nas Organizações Globo. Acreditava que alguém pudesse intermediar a vinda de Franklin (sempre acentuando o *lin* com força do acento agudo) para Nova York, sem prejuízo de seu salário naquela empresa. Categoricamente, afirmava que seria por pouco tempo. Trajano procurou um amigo comum para falar com o Dr. Roberto Marinho e o próprio Franklin de Oliveira. Mas este já não era mais aquele que inflamava a plateia estudantil dos anos 60.

Fisicamente não mudara muito, mas o espírito era de um guerreiro retirado e sem grande ânimo para encetar nova marcha.

— Não posso — dizia, como que tentando convencer a si mesmo do absurdo que seria àquela altura repetir o que fizera 15 anos antes. — Eu caí uma vez nessa conversa do Brizola de apenas alguns meses. Foi assim que ele me convenceu a ir para o Rio Grande. Acabei ficando lá por dois anos. Custei a reorganizar a minha vida, tenho por ele profunda admiração e respeito, mas não há a menor hipótese de eu aceitar o convite. Fico honrado, mas não posso aceitar.

O amigo comum saíra com esta:

— Não há a menor possibilidade de o Dr. Roberto liberar o Franklin para ir a Nova York. O Brizola está louco. Ele tem que entender que o tempo dele já passou. Ele não tem mais a importância que justificaria um gesto desses do Dr. Roberto.

Em parte ele tinha razão, pois dificilmente Roberto Marinho enviaria Franklin para assessorar Brizola em Nova York, mas se enganava quanto à atualidade do

personagem político Brizola e de sua importância na política brasileira nas próximas duas décadas e meia até sua morte.

O recado foi transmitido ao Sr. Guaragna, no Rio Grande do Sul. Havia a necessidade de enviar a Nova York um colaborador que falasse inglês e alemão e que pudesse permanecer alguns meses acompanhando Brizola em seus contatos europeus. A escolha recaiu sobre o cientista político Miguel Bodea, jovem de origem alemã, que já vivera na Europa, afinado politicamente com o pensamento trabalhista e estudioso das lutas sindicais e trabalhistas no Brasil desde os primórdios da industrialização no século XIX.

A dificuldade seria custear a ida de Bodea para Portugal. O amigo comum José Newton Machado, dirigente do MDB e ligado ao deputado Pedro Simon, presidente do MDB-RS, levou Trajano até a praia Rainha do Mar para que este solicitasse o apoio do deputado à ida de Miguel Bodea para acompanhar Brizola.

Pedro Simon foi cordial, com seu inseparável cachimbo. Indagou sobre o novo exílio de Brizola, seu estado de ânimo e sua saúde. Depois de escutar o pedido disse que iria apoiar a viagem de Bodea. Aproveitou a ocasião para tecer comentários elogiosos sobre o papel de Brizola na política gaúcha, sobre seu governo realizador e sobre os fatos que determinaram o exílio dos melhores quadros políticos do país.

Virou-se, então, para Trajano e falou:

— Diga ao Dr. Brizola que eu estou aqui guardando a trincheira; eu sou um político de quarta linha e só cheguei à posição que ocupo hoje porque foram cassando, cassando...

Modéstia do então deputado. Na verdade, todo político um dia esteve na quarta linha e são poucos os que chegam às primeiras fileiras. Pedro Simon foi um deles e até hoje se mantém como um dos principais líderes do Rio Grande do Sul, com expressiva projeção nacional.

Entrada na Internacional Socialista

De posse de seu passaporte português, Brizola foi recebido oficialmente pela IS na reunião de Hamburgo, em fevereiro de 1978, menos de um mês após o seu

desembarque no continente europeu. Nessa ocasião, além de Neusa, viajou o casal Trajano Ribeiro e Maria Ribeiro Goulart, sobrinha de Neusa, que havia pedido sua presença na viagem. Foram para Hamburgo via Transportes Aéreos Portugueses (TAP) até Frankfurt, onde tomaram o voo da Lufthansa para Hamburgo. O aeroporto de Frankfurt estava ostensivamente guardado por tropas armadas com fuzis e metralhadoras – dispositivo dissuasório para qualquer tentativa do grupo Baader-Meinhoff –, mesmo assim ao grupo não pareceu muito estranho a não ser por se tratar de um aeroporto europeu e não latino-americano. Brizola observou:

— Pelo visto, tá preto o olho da gateada por aqui. — Expressão sulista usada para definir uma situação crítica.

Em Hamburgo, Brizola hospedou-se no mesmo hotel onde se realizaria a reunião da Internacional Socialista. Durante toda a viagem, bem ao seu estilo, ele simulava o pronunciamento que faria e os diálogos que teria com Willy Brandt. Ele achava importante que os europeus compreendessem o Brasil, suas peculiaridades, e também a América Latina; queria saber o que seria e o que não seria possível aplicar em nosso país das experiências europeias do pós-guerra, especialmente as desenvolvidas pelos partidos socialistas europeus, nas recentes experiências portuguesa e espanhola.

Esses exercícios se estenderam noite adentro e ainda no dia seguinte no café da manhã, dia da abertura da reunião da IS. Brizola era alguém que os europeus identificavam como a mais importante liderança latino-americana naquele momento. Sua passagem por Nova York e o destaque que as mídias brasileira e estrangeira deram ao fato não passaram despercebidos pelas lideranças europeias, quanto mais não fosse pelo valor estratégico para a expansão dos interesses europeus que a América Latina, e particularmente o Brasil, passava a representar, quinhentos anos após a primeira e vitoriosa incursão.

Basta um lançar de olhos sobre o atual panorama econômico brasileiro para se identificar a presença europeia marcante – e em alguns setores preponderante – na economia brasileira: energia elétrica, transportes, comunicações, turismo e siderurgia, para citar apenas os mais notórios. Isso talvez explique o entusiasmo com que Brizola foi acolhido no foro da Internacional Socialista, naquele momento impregnado pelos ideais libertários que embalaram a Revolução dos Cravos e a

retomada da democracia na Espanha. Isso sem falar da queda, em estilo dominó, de cada uma das ditaduras implantadas meticulosamente pelos interesses dos Estados Unidos desde o Panamá até o Uruguai, passando pelo Chile de Pinochet, pela Argentina dos milhares de desaparecidos e do Brasil. O Paraguai, infelizmente, permaneceu sob as botas do ditador Stroessner por um tempo ainda longo.

Não escapava às lideranças da IS a trajetória nacionalista de Brizola e sua posição crítica, particularmente em relação à presença predatória de capitais americanos no Brasil, o que o levou a nacionalizar, nos anos 50/60, quando governara o Rio Grande do Sul, nada menos que dois gigantes norte-americanos, a ITT e a Bond and Share. Na verdade, a entrada, naquela manhã ensolarada de Hamburgo, de Brizola no enorme salão onde se reunia a nova Europa – completamente refeita da tragédia por que passara 35 anos antes – significava um reencontro entre a velha mãe e sua filha América, afastadas durante décadas.

Para Brizola era finalmente a possibilidade de falar ao mundo e ao Brasil do alto de uma das mais respeitadas e prestigiosas tribunas, consagrado pelas principais lideranças do mundo. Ali ele estava não como um simples dirigente partidário burocrático, mas como líder de enorme parcela do povo brasileiro, como guardião de um projeto de nação, socialista e democrático, em consonância com o ideário da Internacional Socialista, da qual não tardaria em se tornar um dos vice-presidentes. Mário Soares foi quem o respaldou nessa entrada junto à comunidade social-democrata internacional. Seu primeiro pronunciamento foi sobre a realidade política e o panorama social e econômico brasileiro.⁸²

Da primeira vez que estive na Alemanha, como todo turista em Hamburgo, naturalmente visitou St. Pauli, o bairro da prostituição, que na Alemanha assume um aspecto completamente distinto dos equivalentes no Brasil. Lá a prostituição foi legalizada em 1950. As mulheres exibem-se bem trajadas, em vitrines, como se fossem mercadorias em uma loja de departamentos. Algumas ostentam grandes piteiras, em pose de estátua. Outras se fazem acompanhar de *poodles* compenetrados em sua função publicitária. Um verdadeiro horror para os sentimentos e os pontos de vista dos direitos humanos, das mulheres e dos homens de então e, ainda mais, agora.

O bairro é composto quase que somente de casas. As ruas, impecavelmente limpas, não denunciam a atividade que ali se desenvolve, com a presença das mulheres nas vitrines. Cabarés e boates apresentam shows variados. Brizola, na noite do encerramento da reunião da Internacional, anunciou para Neusa, Trajano e Maria o programa turístico:

— Vamos jantar e depois vamos a St. Pauli assistir a um show.

Todos concordaram e ele ficou satisfeito.

Sua presença na reunião da IS fora bem-sucedida. Foi saudado por diversos líderes socialistas em suas intervenções, especialmente por Willy Brandt e Mário Soares, seu anfitrião em Portugal, que o chamava de Camarada Brizola. Fez, como sempre, um pronunciamento longo e, mesmo assim, agradou a audiência. Foi acolhido e festejado. Estava feliz e queria agora dar atenção à família e demonstrar algum conhecimento do lugar.

Queria talvez reviver a experiência do jovem e recém-vitorioso prefeito de Porto Alegre, que, 20 anos antes, estivera ali e que na ocasião não imaginara retornar, especialmente como exilado, pavimentando com cuidado seu caminho de volta ao Brasil.

Lá estavam os quatro, representando duas gerações, assistindo a um espetáculo que, visivelmente, não era o que Brizola imaginava proporcionar aos seus acompanhantes. Tratava-se de um show erótico, com um casal de atores completamente nus que se embolavam no palco, ao som de uma música sugestiva, numa coreografia escandalosa para a geração de Brizola, mas nem tanto para a de Trajano e a de Maria, protagonistas da revolução dos padrões comportamentais de 1968.

Brizola começou a inquietar-se na cadeira. Subitamente observou:

— No meu tempo não era assim. Isto está brabo. — E em seguida exclamou: — Não dá. Isto não dá. É melhor sairmos, vamos a outro lugar.

Quando eles se retiravam, encontraram Peña Gómez, o líder socialista da República Dominicana que chegava com outro grupo de amigos. Eles o cumprimentaram rapidamente e deixaram St. Pauli.

A primavera de 1979 chegara. Brizola, mais uma vez, foi convidado para participar da reunião da IS em Estoril, com seu famoso cassino e seus turistas.

Então pediu a Uchoa (professor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti) que escrevesse um trabalho para seu pronunciamento na manhã seguinte. Todos se hospedaram no hotel da reunião da IS. À noite convocou Trajano e leu o excelente texto escrito por Pedro Celso em voz alta – como se estivesse ensaiando seu pronunciamento. Terminada a leitura perguntou:

— Que tal?

— Achei excelente, está conciso, sem prejuízo dos temas importantes como as identidades programáticas, a questão da democracia e o trabalhismo como caminho brasileiro para socialismo democrático.

— É, gostei do texto — replicou Brizola —, vamos ver como me saio amanhã.



Brizola em reunião da IS, com o líder Willy Brandt, primeiro-ministro da Áustria; Bruno Kreisky, o líder do Partido Trabalhista de Israel; Shimon Peres; Bettino Craxi, primeiro-ministro da Itália, do PSI, entre outros.

Na manhã seguinte, após o café em companhia de Mário Soares, se dirigiram ao salão da reunião. Pedro Celso e Trajano sentaram-se atrás da cadeira de Brizola. Abertos os trabalhos, foi dada a palavra ao representante Guillermo Ungo, da Frente Farabundo Martí de El Salvador, que falou por mais de 40 minutos. A seguir, o presidente da sessão passou a palavra a Brizola. Pausadamente, Brizola ensaiou uma análise da conjuntura brasileira, entremeando alusões históricas com fatos recentes da política do país. Pedro Celso e Trajano entenderam ser uma introdução e que logo Brizola lançaria mão do texto previamente preparado.

Mas o tempo foi passando, passando, as imagens e metáforas se sucedendo, até que, transcorrida meia hora, nada do texto escrito apareceu. Aí aconteceu outro episódio a ser registrado: o presidente da Mesa enviou a Brizola um bilhete alertando-o de que seu tempo se esgotara. Brizola ignorou o bilhete e seguiu seu discurso... Mais dez minutos e o presidente o interrompeu, em espanhol:

— *Señor Brizola, lamento, su tiempo está agotado, por favor concluya su ponencia.*⁸³

Lentamente, Brizola reinicia seu discurso:

— Eu venho de um país, pequenino, lá do sul da América, um país sem muita relevância e que não merece ser ouvido nesta reunião. Diante desta responsabilidade, eu peço licença para me retirar, Senhor Presidente. — E levantou-se para sair. Em pânico, o presidente da sessão se esforçou:

— *Por favor, camarada Brizola, no entienda mal mis palabras. Usted tiene el tiempo que quiera para concluir su ponencia, además su presencia para nosotros es muy importante, como el gran país que usted representa.*⁸⁴

Brizola voltou a sentar-se, meio contrariado, mas retomou seu discurso, logo concluído.

Irritados com aquela situação constrangedora que, por pouco, não resultara num rompimento de Brizola com a Internacional Socialista, Pedro Celso e Trajano partiram imediatamente para Lisboa. Trajano retornou a Estoril na manhã seguinte, e Brizola, ao vê-lo, disparou rindo:

— Foram para a boemia, não?

— Não, governador, tínhamos uns problemas para resolver em Lisboa.

— E o professor?

— Não virá, governador.

Dois dias depois, Pedro Celso reencontrou Brizola no hall do Hotel Flórida e eles conversaram como se nada tivesse acontecido, embora ambos estivessem constrangidos.

Em outra ocasião, Brizola, acompanhado de Darcy Ribeiro, fora convidado por Felipe González para participar de um importantíssimo Congresso do PSOE (o XXVIII, em 19 de maio de 1979) em que ficou legitimada a liderança dos “filipistas” contra marxistas e outras correntes mais à esquerda. Felipe González ouviu, calado, muitas críticas, algumas severas, contra ele e sua liderança. E, no final, pediu desculpas e ganhou o apoio do PSOE.

Quando voltou do XXVIII Congresso do PSOE, Brizola disse ter ficado, ao mesmo tempo, espantado e admirado com o debate no interior do PSOE, durante o qual o termo marxista fora suprimido e a liderança de Felipe González contestada. E em seguida com a autocrítica do próprio diante do Congresso repleto, foi reconduzido à liderança e à direção do PSOE por mais algumas décadas.

Nesse contexto de namoro com a IS, Brizola teve um marcante encontro secreto – não divulgado pela imprensa – com o presidente da IS, Willy Brandt, na Suíça. Brandt planejava visitar o Brasil e pediu a Brizola que o colocasse a par da situação política brasileira, da política de Geisel, do projeto de anistia e da reorganização partidária. Novamente, Pedro Celso Cavalcanti foi convocado por Brizola para preparar um documento a fim de que Brandt, caso quisesse, fizesse uso dele durante a planejada visita ao Brasil, que não ocorreria em razão de sua saúde, que se tornara frágil.⁸⁵ Em algumas entrevistas dadas a jornais brasileiros, entre 1979 e 1980, Brandt fala abertamente de sua aproximação com Leonel Brizola, mencionando o PTB, sem, contudo, deixar de citar líderes opositores do MDB.

Inicialmente, em 1º de junho de 1979, em entrevista a um grupo de jornalistas brasileiros que visitava a República Federal da Alemanha, Brandt disse ter conhecimento de que o ex-governador gaúcho Leonel Brizola estava tentando reorganizar o seu partido (PTB).⁸⁶ Respondendo sobre seu contato com Brizola, Brandt disse:

— Não tenho visto Brizola nos últimos meses. Já o conheço há muitos anos, quando eu era prefeito de Berlim Ocidental e ele, então prefeito de Porto Alegre, me visitou.

“Soube depois que pretende reconstituir seu partido a partir de Lisboa, mas é um processo em que não me imiscuo porque não quero interferir em assuntos internos do Brasil. Mas acompanhamos com grande interesse o processo de liberalização e, espero, de democratização, porque consideramos o Brasil um importante parceiro futuro na cooperação internacional.”⁸⁷

Outra história inesquecível desse período foi a reunião – poder-se-ia dizer, secreta – na Suécia, já diante do máximo do inverno sueco, início de 1979. O então chanceler Bruno Kreisky, austríaco e judeu, propôs que a Organização de Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat, entrasse na IS na condição de observador, com a oposição clara de Shimon Peres, líder dos trabalhistas israelenses.

Mário Soares havia convidado Brizola a participar, como observador, daquela reunião, e Clóvis Brigagão o acompanhou como assessor e intérprete para o inglês, principalmente. Brigagão costumava resumir bem as falas de Brizola, mas este

achava que Clóvis não dava todas as palavras que estavam sendo ditas. E o Brigagão lhe respondia que o inglês é uma língua que reduz muito as frases, mesmo assim sentia-se que Brizola não ficava satisfeito com a explicação. Naquele clima de inverno sueco, o ambiente era demasiadamente tenso. Alguns eram partidários da ideia de se aceitar a entrada da OLP, inclusive Willy Brandt, que presidia a reunião com Kreisky. Outros, como o PS francês de François Mitterrand, não estavam tão firmes em se alinhar com a proposta. Arafat encontrava-se hospedado no mesmo local, mas fora do plenário da reunião, esperando o momento propício para ser convidado a entrar no salão e, como observador, ser homenageado pela cúpula da IS.

A discussão seguia seu curso, uns a favor, outros contra a OLP e Arafat. Durante um intervalo para o café e o descanso necessário, dentro daquele ambiente demasiadamente crítico, Shimon Peres e seus companheiros vieram conversar com Brizola e saudá-lo de forma amigável e até efusiva. Clóvis fez a tradução resumida da conversa para Brizola e parecia que eles estavam em um ambiente fraterno. No final da tarde, todos já bastante esgotados e sem que se chegasse a uma conclusão sobre a entrada ou não da OLP na IS, Brizola, subitamente, levantou a mão e pediu a palavra.

Clóvis lembra-se de ter ficado arrepiado e de ter lhe soprado uma frase:

— Governador Brizola, esse assunto não é...

Mas ele já iniciara sua prosa... Partiu da constatação de que o fenômeno do terrorismo de grupos deveria, sim, ser totalmente condenado e alongava seu discurso – com a tradução de sentido geral e curta que lhe desagradava – com comparações e casos... Até que, passados mais de dez minutos, destacou que havia também que se condenar o terrorismo de Estado, referindo-se ao caso de Israel...

A reação foi instantânea... o grupo dos trabalhistas israelenses, liderado por Shimon Peres, levantou-se de suas cadeiras, abrindo as portas do salão, batendo-as com força e retirando-se do plenário... Alguns membros de outros partidos movimentaram-se pela sala. Bruno Kreisky, que comandava a reunião na mesa central, viu-se diante de uma situação descontrolada. Instalou-se uma confusão e a reunião não mais voltou a ter ordem. A dispersão foi, pouco a pouco, se alastrando

e o final foi melancólico, sem que se aprovasse qualquer resolução. Brigagão apenas sussurrou no ouvido de Brizola:

— Governador, esse assunto não era para nosso calibre...

E ele, resposta pronta:

— Mas temos que nos posicionar sobre todos os assuntos que nos interessam.

Além da história sobre a OLP, toda a movimentação internacional do trabalhismo brasileiro sempre foi marcada por características singulares. Na Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL), por exemplo, tanto a presença de Brizola como as posições do PDT eram ouvidas com muita consideração. O presidente da COPPPAL, senador Carvajal Moreno, do PRI, sempre dava a Brizola distinção ímpar; suas opiniões, em geral, eram consideradas como definitivas para o conjunto da atuação dos demais partidos ligados à IS no cenário latino-americano.

Algumas histórias – pelo menos no período em que Brigagão tocou a área de Relações Internacionais, no primeiro período do PDT – podem ser consideradas interessantes, quando não pitorescas.

Certa vez, o Comitê da IS para a América Latina convocou reunião deliberativa sobre a ação que a FSLN (Frente Nacional de Libertação Sandinista, da Nicarágua) movia contra o Estado da Costa Rica (e seu partido no governo, o Partido de Libertação Nacional, PLN) na Corte Internacional de Justiça, devido à histórica situação de a Costa Rica apoiar a ação dos contras dentro do seu território.

Lá estavam políticos europeus ligados a partidos-membros da IS, dirigentes da própria IS, representantes de partidos afins da América Latina, e observadores, como os sandinistas. A discussão toda marchava no sentido crítico à posição da Costa Rica e do PLN contra os sandinistas. No café da manhã, antes da reunião, um cubano foi até a mesa de Brigagão para “conversar” sobre a posição do PDT e de Brizola, que, segundo ele insistia, certamente seria favorável à FSLN.

Ao ouvir as razões dos participantes contra a Costa Rica, chegou a vez do Brigagão opinar. Desenvolveu o seguinte raciocínio: primeiro, a IS não era o foro apropriado para examinar tal ação entre um partido observador da IS e um Estado, e que, portanto, tal debate ou discussão deveria ser realizado em outro foro mais adequado; segundo, que o Partido de Libertação Nacional (PLN-Costa Rica), além de

ser um dos primeiros partidos da IS na América Latina, era membro efetivo, enquanto a FSLN era observador e, portanto, não tinha o mesmo poder de deliberação no âmbito da IS; e terceiro, pediu aos participantes que encerrassem a discussão e passassem a outros assuntos da agenda da reunião.

Claro, houve reações imediatas, e o ex-presidente da Venezuela, Andrés Pérez, coordenador da mesa do debate, chegou a gaguejar ao tentar restabelecer a discussão. Mas o ambiente já havia sido modificado pela posição de Clóvis, e praticamente todos os demais partidos, da América Latina e da Europa, também passaram a opinar favoráveis a esta visão.

A sessão terminou ali. O cubano logo veio até o Clóvis, bravo, o acusando de traidor e ameaçando passar uma mensagem ao Brizola, reportando aquela posição, que não seria a mesma dele. Na chegada ao Brasil, Brizola esperava pelo Clóvis no aeroporto do Rio com o Gessy Sarmiento, e logo contou-lhe que fora informado sobre a reunião, mas que o cumprimentava pela posição, que ele também teria tomado.

Em outra ocasião, o homem forte do Panamá, general Omar Torrijos, que assinara os dois novos tratados do Canal do Panamá com o governo Carter, conhecidos como os Tratados Torrijos-Carter (1977), restituindo a zona do Canal à soberania do Panamá, anunciara as primeiras eleições legislativas – depois de 12 anos – para que seu PRD (Partido Revolucionário Democrático) ganhasse força. O PRD convidou então observadores da IS para acompanhar as eleições legislativas em curso em agosto de 1980.

Como representante internacional do PDT foi o Clóvis. Ele se integrou ao grupo de observadores, composto pela ex-presidente da Bolívia, Sra. Lidia Gueiler (1979-1980), por um político do Equador (que provavelmente também fora presidente do país), pelo senador chileno Anselmo Sule e por outro político do México (PRI). Na manhã do dia eleitoral, eles foram recebidos pelo general Omar Torrijos, que discursou sobre a importância daquelas eleições para seu país e também sobre a importância de ter ali o grupo de observadores.

Muito bem. A missão daquele grupo era viajar por determinadas regiões observando as eleições, sua lisura. Os observadores partiram para o aeroporto: lá estava um aviãozinho bem pequeno. As seis pessoas (com o piloto) ficaram

bastante apertadas e muito desconfortáveis. Depois de voarem durante uns 30 minutos, o piloto anunciou que entrariam em uma zona de turbulência – a estação do ano era de frequentes tempestades, como de costume nos países da América Central – e todos ali ficaram atentos. De fato, houve turbulência pela frente – e possivelmente também por trás, pois o aviãozinho perdeu completamente o controle e ficou a voar errático até que... foi arremetido e caiu justo em um campo sem árvores... de plantação de batatas!

A não ser por escoriações sem grande gravidade, o aviãozinho ficou ali plantado com as batatas que entravam em suas asas e, o grupo, depois de muito tempo à espera de socorro do governo, voltou à Ciudad de Panamá sem ter “observado” qualquer processo e muito menos qualquer zona eleitoral. À noite, o general Torrijos os convidou para uma reunião, um jantar, pediu desculpas pela queda do aviãozinho. O constrangimento era notório entre todos.

Numa noite de 1980, Brizola chama o Clóvis e diz ser necessário realizar uma “missão especial”, pois só a ele poderia pedir algo de tamanha confiança. Mas não lhe disse claramente do que se tratava, embora contasse uma história transfigurada, segundo a qual um nome conhecido da mídia brasileira teria enviado um mensageiro para o exterior e tal pessoa fora presa por agentes federais... O mandante teria lavado as mãos, ou melhor, colgado o telefone quando seu mensageiro pedia-lhe socorro.

Clóvis deveria chegar à Jamaica antes do comício final da campanha eleitoral, decisiva para o representante do Partido Nacional do Povo (PNP), liderado pelo socialista Michael Manley, e que ocorreria dali a alguns dias.⁸⁸ No aeroporto do Galeão, de terno e gravata, nervoso e preocupado, ele acabou comprando um pacote de cinco quilos de café brasileiro para presentear Michael Manley. Desceu no vigiadíssimo aeroporto de Miami sentindo calafrios... Passou pelo controle e, a seguir, tomou o avião da Air Jamaica, chegando pouco menos de duas horas mais tarde no aeroporto de Kingston, carregando a sua maleta com a mensagem e a caixa de café.

Lá estava a sua espera a equipe de Manley. Foram direto para residência deste, uma casa ao estilo inglês colonial. Em uma sala ampla e elegante, Clóvis entregou a ele o recado do Brizola e, imediatamente, fez o gesto de mostrar-lhe a caixa de

café trazida do Brasil... Caíram todos na gargalhada, inclusive Manley: não passara pela cabeça de Clóvis que a Jamaica produz um bom café... Seria o mesmo que um visitante ir a Minas e levar a algum amigo um queijo de... Minas...

Passado o vexame, foi para o hotel, descansou um pouco, e no início da noite o apanharam para acompanhar Manley ao comício final da campanha, marcado por extrema violência entre gangues. O lugar era espantosamente pobre, um bairro popular com o nome de Cidade Espanhola (Spanish Town), uma grande massa, muitos rastafáris, com um aparente clima de festa... certamente esquentada pelo rum jamaicano.

Com algumas horas de atraso o comício começou. E a tensão também. Após os discursos de vários candidatos, chegou a vez de Manley: ele acusava seu adversário e seu grupo pela violência; um candidato a deputado pelo seu partido trabalhista havia sido assassinado, sua viúva encontrava-se ali, bem próxima a Brigagão, e iria discursar. Nesse clima quente, repentinamente, começa um pavoroso tiroteio vindo não se sabe de onde... tiroteio forte, tiros de revólver... abaixa aqui, corre dali... os seguranças de Manley pegam o Clóvis e o colocam direto no carro do Manley. Ele pede que o levem direto ao hotel, onde não conseguiria dormir, pensando naquele tiroteio e no risco que havia corrido.

Logo de manhã Brigagão liga para seu contato, que veio apanhá-lo no hotel e insistiu para que fossem a um bar do aeroporto, onde lhe ofereceu um rum servido com leite... pavoroso... Brizola, junto com Gessy Sarmiento, esperava por ele, pela segunda vez, no aeroporto, e quando ele contou a história do café e do tiroteio os dois riram muito. Brizola só queria informações e saber se a Jamaica era maior ou menor que o estado do Rio. Mas Brigagão insistia:

— Mas, governador, o tiroteio foi feio e eu estava ali no palanque!

Com o regresso de Brizola ao Brasil, a associação com a IS continuou prosperando. Logo após a perda da sigla do PTB, seu sucessor, o Partido Democrático Trabalhista, tomou uma decisão pioneira na área internacional. De fato, o PTB oficialmente não participou da IS. Com a perda da sigla em 1980 – embora Brizola usasse o PTB em suas reuniões na IS, somente com o PDT foi que as relações tornaram-se oficiais.

Primeiramente, criou-se o Grupo para Relações Internacionais, dentro da Comissão Nacional Provisória, e mais tarde a Secretaria de Relações Internacionais. O Grupo foi criado em reunião no dia 20 de agosto de 1980, tendo como convidados o professor Nielsen Pires (Nova York), Maurício Paiva (Minas Gerais) e Beno Burmann (Ijuí, RS). O mapa do Grupo ficou assim dividido: América Latina – Francisco Julião e Theotônio dos Santos –; Europa do Leste – Theotônio dos Santos –; Europa ocidental – Pedro Celso Cavalcanti, Bocaiúva Cunha e Moniz Bandeira –; África e Oriente Médio – Abdias do Nascimento e Neiva Moreira –; Estados Unidos, Canadá, Ásia e Igrejas – Herbert de Souza (Betinho); Lysâneas Maciel e Clóvis Brigagão. Relações Internacionais Sindicais: Benedito Cerqueira. Foi aprovada a indicação de Clóvis Brigagão como secretário-executivo de Relações Internacionais do PDT.

Como registro, foram secretários de Relações Internacionais: Clóvis Brigagão, Miguel Bodea, Roberto D'Ávila, Bocaiúva Cunha, Luiz Alfredo Salomão, Arnaldo Mourthé, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e o atualmente deputado federal Vieira da Cunha (RS). O PDT foi pioneiro no Brasil em manter, sem interrupção, a Secretaria Executiva de Relações Internacionais, com laços com a IS, assim como com o seu Comitê para a América Latina e Caribe, com a COPPPAL e com outros fóruns políticos partidários internacionais, inclusive agora com o Partido Comunista Chinês (PCC).

Desde o período de 1978 até a morte de Brizola, em 2004, suas relações e as do PDT com a IS foram marcadas por presença constante. Sempre havia motivação e intensa participação, nas várias instâncias da IS: congressos, reuniões do conselho, do bureau, reuniões temáticas etc. Além da constante presença de Brizola, compareciam altos integrantes do Diretório e da Executiva Nacional, que, aliás, elegiam os secretários de Relações Internacionais.

Frequentavam a IS deputados e senadores do PDT, sindicalistas e representantes de movimentos sociais trabalhistas – negros, mulheres, índios. Os discursos de Brizola – que não deixava quase nunca de meter a sua “colherada”, como dizia – eram longos e com riqueza de análises. Para a opinião dos europeus, além de não serem curtos, não eram, principalmente, muito objetivos. Mas todos o

ouviam com respeito e admiração – até mesmo pelo seu característico estilo discursivo –, e também com grande simpatia.

Houve pelo menos uma situação em que Willy Brandt reclamou de Brizola pelo tempo que gastara, além do previsto, em seu discurso sobre a situação política e econômica brasileira. Mas sempre causavam espanto suas análises políticas, sobre temas nacionais e internacionais; seu estilo pessoal e sua abordagem, floreada e irônica, sempre contando casos concretos. Em quase todos esses momentos, o PDT levava seus documentos sobre posições da agenda da discussão, que eram distribuídos durante os debates dentro da IS.

O processo de maior aproximação do PDT com a IS seguiu roteiro normal. Na reunião de Viena, em 1985, o Bureau da IS decidiu recomendar ao Congresso o pedido do partido para tornar-se membro consultivo. Em Lima, Peru (20-23 junho de 1986), o XVII Congresso confirmou o status consultivo do PDT. Finalmente, será no XVIII Congresso, em Estocolmo (20-22 junho de 1989), que o Presidium decidirá mudar o status do PDT de membro consultivo para o de membro pleno.⁸⁹

Desde seus primeiros contatos com a IS, Brizola afirmava que todos os partidos políticos brasileiros, de cunho socialista democrático e os sociais-democratas, deveriam se associar a ela. O presidente Mário Soares, em sua entrevista, foi enfático quando afirmou como Brizola tinha a generosidade de nunca fazer oposição a outros partidos brasileiros que quisessem ou viessem a se associar à IS. “Brizola era um homem de grande abertura política.” Ele não mantinha nenhum espírito exclusivista e dizia que, quanto mais partidos políticos brasileiros estivessem na IS, mais o Brasil ganharia com esse canal e foro para ampliar suas demandas internacionais.

Seminário da posse

Nos dias 12 e 13 de março de 1983, durante a posse como governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Brizola transformou a data em uma demonstração de força política internacional e organizou um amplo seminário internacional, no Othon Palace Hotel, cujo tema era “Socialismo, Democracia e Soberania na América

Latina”. Eram dezenas de delegações do Brasil e do exterior, da Europa, dos EUA, da América Latina, da África e da Ásia.

O professor Darcy Ribeiro, então vice-governador e presidente do Instituto Alberto Pasqualini, promotor do evento, abriu o seminário discursando sobre o tema principal. Alguns destaques presentes que falaram durante a reunião: Joe Eldridge, diretor do WOLA (Washington Office on Latin America); Pendukeni Iakue Kaulinge, representante da SWAPO (South West Africa’s People Organization); Uwe Holtz, deputado do SPD-Alemanha Federal (ainda não havia sido derrubado o Muro de Berlim); o representante da FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente); senador Pompeyo Márquez, do MAS (Movimiento al Socialismo) da Venezuela; general Leonidas Rodríguez, do PSR (Partido Socialista Revolucionário), do Peru; Berta Torrijos, representante de Omar Torrijos, presidente do Panamá; Anselmo Sule, futuro senador pelo PRC (Partido Radical do Chile); Carlos Andrés Pérez, presidente da Venezuela por duas vezes e líder da AD (Acción Democrática) e vice-presidente da IS; e Juan Prats, da Comissão Executiva do Partido Socialista Operário da Espanha (PSOE).

De Portugal veio uma delegação de altíssimo nível, encabeçada por Manuel Tito de Moraes, vice-presidente da Assembleia da República de Portugal, representando o primeiro-ministro Mário Soares; Amandio Silva, da Comissão Nacional do PSP; o historiador Paulo de Castro, ex-conselheiro cultural da Embaixada de Portugal no Brasil; Jacintho Rego de Almeida, escritor e representante do governo português na Embaixada de Portugal no Brasil; e Jaime Conde, delegado do Instituto de Emigração no Rio de Janeiro – os três últimos residentes no Rio de Janeiro e integrantes do núcleo do PS. Além destes, vieram Beliti Besotri, dirigente do Partido Socialista da Itália, que apoiou integralmente a entrada de Brizola na IS; Elizabeth Burgos, esposa de Régis Debray e diretora da Casa da América Latina em Paris; o secretário internacional do PS francês, Jacques Huntzinger; professor José Pedro Cardoso, o mais antigo líder do Partido Socialista do Uruguai; Obregon Cano, ex-governador de Córdoba e do movimento peronista da Argentina; Guillermo Ungo, fundador e líder do MNR (Movimiento Nacional Revolucionário) e, mais tarde, líder da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador; Juan Ferreira Aldunarte, grande amigo de Brizola e da Convergência Democrática do Uruguai;

Ruben Barrios, líder do Partido Independentista de Porto Rico; Hortensia Allende, viúva de Salvador Allende, do Chile; o ministro da Educação da República de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco, do Comitê Central, e Rui Trigueiros, do Comitê de Zona do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe); Valeriano Ferrão, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, da FRELIMO, de Moçambique; o cônsul-geral no Rio de Janeiro da Guiné-Bissau, Jair Sebastião dos Santos; e o embaixador de Angola em Cuba, João Baptista.

Também houve exposições feitas por representantes do PDT: senador Saturnino Braga; professor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti; professor Theotônio dos Santos; professor Moniz Bandeira; Miguel Bodea, representante do ILDES-Fundação Friedrich Ebert; Mila Cauduro, do Movimento Pró-Anistia; e deputado Neiva Moreira. Ainda dentro das comemorações da posse de Brizola houve uma importante conferência na OAB-RJ (14/3/1983), feita pelo procurador da República dos EUA no governo Carter, Ramsey Clark, que falou sobre os Direitos Humanos e o Estado de Direito.

O seminário, que poderia ser encarado como mera estratégia de valorização da solidariedade com Brizola, revelou-se uma importante reunião internacional, com uma inesquecível sessão de encerramento, tão empolgante foi o clima de unidade daquelas forças políticas que ali estavam representadas, cantando o Hino Nacional de pé.⁹⁰

Em seu discurso de encerramento, Brizola escolheu três figuras para simbolizar os que o apoiaram no exílio e então no Brasil: Willy Brandt (“E falando dele, estou a falar de outros grandes amigos da Europa, como, e principalmente, Mário Soares, como também Felipe González e Olof Palme”); fez referência elogiosa a Carlos Andrés Pérez, da AD da Venezuela, e a Gustavo Carvajal Moreno, ex-presidente do PRI do México e secretário-geral da COPPPAL.

Passados quatro meses, entre 19 e 21 de agosto de 1983, realizou-se a primeira reunião da Internacional Socialista em território brasileiro, a segunda reunião do Comitê da IS para a América Latina e o Caribe.⁹¹ Estiveram presentes o coordenador do Comitê, Peña Gómez, da República Dominicana; o secretário-geral da IS, Pentti Vaananen (da Finlândia), e seu assistente chileno, Luís Ayala. O tema da reunião era Socialismo Democrático, a América Latina e o Caribe. Eram mais de 50

delegados de 17 partidos da IS e outros 13 partidos observadores, além da organização da Internacional Socialista para as Mulheres.

O PDT foi representado por Leonel Brizola, Doutel de Andrade, Matheus Schmidt, Bocaiúva Cunha, Neiva Moreira, Dilma Rousseff, Luís Henrique Lima, José Miguel Bodea e o secretário-executivo de Relações Internacionais, Clóvis Brigagão. Pelo PMDB, estavam presentes o economista Celso Furtado, o editor e secretário internacional do PMDB, Fernando Gasparian, o governador Miguel Arraes e o deputado estadual pelo Rio de Janeiro, José Augusto Ribeiro, representando o prefeito de Niterói, Moreira Franco.

Pelo PT estavam o deputado estadual Liszt Vieira, o deputado federal Lysâneas Maciel e o secretário-geral do PT e sociólogo, Francisco Weffort. Entre os observadores estavam os jornalistas Carlos Castello Branco (do *Jornal do Brasil*), Newton Rodrigues (da *Folha de S.Paulo*), Fernando Pedreira (também do *Jornal do Brasil*), Newton Carlos (da TV Bandeirantes), Jânio de Freitas (da *Folha de S.Paulo*) e o escritor Eric Nepomuceno.

Brizola expressou “a oportunidade da reunião, quando o país entrava em uma nova era e que o socialismo democrático na América Latina assumia uma nova e mais significativa dimensão”. No final, saiu a *Declaração do Rio de Janeiro*, apontando o fato do fim dos regimes militares e o fortalecimento da luta pela democracia na região.⁹²

A grande oportunidade da IS de entrar no panorama político-partidário no Brasil surgiu com a Reunião do Bureau da IS, entre 1 e 2 de outubro de 1984, no Rio, sobre o tema Paz e Democracia na América Latina e Caribe. Praticamente, e pela primeira vez no Brasil, reuniam-se cerca de duzentos delegados de cinquenta países, com os principais líderes internacionais: Willy Brandt (presidente da IS), François Mitterrand (presidente da França), Mário Soares (primeiro-ministro de Portugal), Felipe González (presidente do Conselho de Ministros da Espanha) e muitos outros líderes internacionais, com presença maciça dos partidos políticos latino-americanos e do Caribe.⁹³

Um dos assuntos de destaque apresentado pelo presidente da IS, Willy Brandt, foi o esforço dedicado pelos socialistas no sentido de unir as forças políticas que se combatiam na Nicarágua, cujo governo era liderado pelos sandinistas.

Infelizmente, as negociações no interior da reunião do Bureau não tiveram êxito, mas evidenciaram o esforço feito pela IS a respeito das negociações políticas em um país marcado pelo radicalismo.

Também foram debatidos outros temas da conjuntura: a crise da democracia na América Central e da dívida externa; a luta pela democracia nos países da América Latina, principalmente dos principais partidos oposicionistas brasileiros (PDT, PMDB e PT), que relataram a situação política interna do país nesse reinício do processo de democratização.



François Mitterrand no Cantagalo.

Houve um episódio que vale a pena revelar aqui, pois mistura humor negro e política, e ocorreu durante a preparação que antecedeu a reunião do Bureau da IS no Rio em outubro. Era normal nos procedimentos da IS o envio, ao país hospedeiro de alguma reunião, de um time precursor para observar todos os detalhes (acomodação, lugar do encontro, logística e segurança etc.).

Brigagão acumulava o cargo de secretário executivo de Relações Internacionais do PDT, que organizaria a reunião, e assessor de Relações Internacionais do Governo do Estado, que apoiaria a logística necessária para receber os líderes da IS e de seus partidos associados. Muito bem.

Em abril de 1984 chega ao Rio, sete meses antes da data da reunião, o time precursor da IS. Foram, eles e Brigagão, então, visitar o Hotel Cassino Atlântico (no final da Av. Atlântica, hoje Sofitel) para obter informações sobre as acomodações para os hóspedes e para os serviços de comunicação, auditório, preços etc. O gerente os conduziu com extrema amabilidade – ora, como poderia ser diferente

diante de uma reunião com trezentas pessoas e altos dirigentes políticos internacionais? – por todo o hotel, e os precursores da IS ficaram encantados e pareciam de acordo com tudo.

No final, antes da partida, o gerente os avisou que, na mesma hora em que seria aberta a reunião da IS, ao lado, no auditório contíguo, haveria reunião de generais das Forças Armadas dos EUA, comemorando data festiva castrense, no Rio de Janeiro. No mesmo hotel e no mesmo horário!

Brigagão comunicou imediatamente o fato a Cibilis Viana, que deveria ter transmitido o recado ao Brizola, numa cadeia de comando, para que eles decidissem a respeito da conveniência de ter simultaneamente uma abertura de líderes socialistas e outra de generais das Forças Armadas dos EUA: não parecia ser uma combinação muito agradável, para dizer o mínimo. A informação foi transmitida, mas nada foi informado a este respeito ao Brigagão, e o processo de organização continuou. Passado algum tempo, volta ao Rio o mesmo time de precursores da IS e informa a Brizola sobre a inconveniência da data, diante daquela simultaneidade das duas reuniões.

O hotel teria que dar um jeitinho para que a reunião dos militares norte-americanos passasse para outra data, ou a reunião do Bureau da IS não iria ocorrer mais no Rio de Janeiro. A novidade da notícia deixou Brizola muito nervoso.

Com suas características típicas de chefe político, mandou chamar o Clóvis ao Palácio das Laranjeiras, contou-lhe um episódio de seu passado pessoal – em que teria sido demitido por alguma razão no Rio Grande do Sul – e, diante de seu exemplar caso pessoal, demitiu-o dos dois cargos que ele ocupava, no PDT e no governo do Estado.

Para o seu lugar foi nomeada como coordenadora técnica da reunião a chefe do cerimonial do Palácio Guanabara, embaixatriz Elizabeth Vieira de Mello. Com todo o seu charme, ela permanecia de olho na disputa pelos convites às cerimônias que Brizola ofereceria para os convidados da reunião, inclusive com a presença do Dr. Ulysses Guimarães, Dr. Tancredo Neves do PMDB e outros líderes de partidos políticos brasileiros.⁹⁴

Para fechar esse circuito de encontros internacionais, Brizola se fez presente na reunião convocada pelo Partido Democrata dos Estados Unidos, para a qual foram

convidados vários líderes democráticos do continente e de países da Europa a fim de discutir o andamento das diversas situações da implantação da democracia.⁹⁵

Em seu segundo governo do Estado do Rio de Janeiro, Brizola aproveitou a onda da futura Conferência Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) para hospedar duas reuniões do Comitê de Meio Ambiente da IS. A primeira, em 21 de novembro de 1991, cobriu as questões que seriam discutidas na Rio-92, para colocar na agenda ambiental as questões relacionadas à região da América Latina e do Caribe.

Em 1992, entre 8 e 11 de junho, durante a realização da Rio-92 da ONU, Brizola também hospedou novamente o Comitê do Meio Ambiente da IS, com a presença de dezenas de ministros do Meio Ambiente de governos de partidos associados, além de especialistas que analisaram as relações entre o meio ambiente, guerra, injustiça, pobreza e destruição dos recursos naturais.⁹⁶

Com os governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, Brizola levantou uma questão de ordem na IS. Criticou FHC por ter traído os seus ideais (crítica à desnacionalização do patrimônio e às “perdas internacionais”), e por isso dificultou a entrada do PSDB na Internacional, se é que o PSDB desejou mesmo se associar à IS alguma vez. Ainda durante a ditadura, tanto FHC quanto Serra não queriam aproximação com a IS. Achavam que no Brasil (da ditadura) a IS seria confundida com os comunistas e os militares iriam vetar. Para Mário Soares, “a razão era outra”. Como ele disse:

— De início, efetivamente, não queriam. Anos depois, quiseram. Os tucanos, não sabemos bem por que razão, ainda não perceberam a importância e a amplitude da IS, ou, então, por que não acreditam na sua validade para a política internacional no mundo de hoje? ⁹⁷

Em 2002, Bizola apoiou a candidatura do presidente Lula ao 2º turno. Logo em seguida, iniciou movimento de críticas à política econômica e social do PT como antissociais e antinacionalistas. Dois anos depois, em documento intitulado *O PDT e o governo Lula* apontou os propósitos da política econômica e social, colocando-as em oposição e explicando seus motivos. Levado para o debate dentro da IS, mostrava-se desiludido com Lula e seu governo.⁹⁸

Após a saída do francês Pierre Mauroy, a IS foi presidida pelo então ex-primeiro-ministro de Portugal, do PS português, António Guterres. Brizola apoiara Guterres e parece ter tido papel destacado, pedindo votos aos partidos latino-americanos – e também por gratidão ao PS português – para sua eleição à presidência da organização. Guterres passou a aproximar-se de Lula e expressou o interesse da IS em ter em suas fileiras, como membro, o PT. Embora nada impedisse essa aproximação, o método empregado parece não ter sido feito com transparência.

A escolha da realização do XXIII Congresso da IS em solo paulista deve ter sido parte dessa estratégia, reunindo-se inclusive com o PT para preparar o encontro. Zeloso e sentindo que não havia sido ouvido, Brizola discordou dessa conduta. Que o único partido brasileiro, membro pleno, e ele próprio, com 18 anos de estrada na IS, como vice-presidente, não tivessem sido consultados previamente era atitude lamentável.

Havia aquela empolgação com a eleição de Lula, com o operário que chegara à Presidência do Brasil, e isso tudo era muito natural e positivo, mas também havia certa tendência dentro da IS de aproximação à posição do governo Bush em relação à guerra contra o terrorismo, à invasão do Iraque e mesmo a um considerável alinhamento ao neoliberalismo. Ele discordava. Brizola passou a se distanciar da posição da presidência da IS pela forma como estava sendo encaminhada a aproximação com Lula e o PT com a política americana.

Fato singular ocorreu na reunião do Presidium da IS, no dia anterior à realização do Congresso em São Paulo (27-28/10/2003). O Movimento das Mulheres da IS reclamara de sua baixa representatividade na cúpula e reivindicava um lugar no Presidium. A candidata era a mexicana Margarida Zapata, presidente do Movimento das Mulheres da América Latina. Brizola aproveitou a ocasião para um lance político típico: galante e cavalheiro, renunciou ao seu cargo de vice-presidente para ceder o lugar à representante Margarida Zapata. Com luva de pelica, expressava seu descontentamento com a presidência da IS.

O secretário-geral da IS, o chileno Luís Ayala, com quem Brizola e o PDT mantiveram excelentes relações desde sempre, veio visitar Brizola em seu apartamento da avenida Atlântica e dissipar o clima de constrangimento. A partir daí o conflito foi amenizado e o clima tenso passou.⁹⁹ Ainda assim, à reunião do

Conselho da IS em Madri, em fevereiro de 2004, o PT enviaria dois representantes, sindicalistas, que viviam na Europa.

O então secretário de Relações Internacionais do PDT, Arnaldo Mourthé, levou o documento aprovado pelo Diretório Nacional criticando a política do governo Lula. Reinou alvoroço e dividiram-se as opiniões durante a reunião. Brizola parecia continuar melindrado com a forma de aproximação da IS ao PT: e o PT até hoje não faz parte da IS!

Para terminar, no 22º Congresso da IS, em São Paulo, Brizola, após sua renúncia e o gesto inusitado, foi eleito como um dos 14 presidentes honorários, e como tal ficaria até sua morte. Em comunicado à imprensa (25/6/2004), os socialistas renderam homenagem à memória de Brizola, acentuando que ele fora um “fiel seguidor da IS e de seus ideais e durante 18 anos desempenhou um papel ativo e de compromisso dentro da organização, servindo como um de seus vice-presidentes por 14 anos. Como membro do Presidium da IS, era uma presença familiar em qualquer parte do mundo onde ela se reunira, contribuindo com sua voz e sua visão para o trabalho da Internacional”.¹⁰⁰

Durante a Rio-92 – Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Brizola reuniu no Rio de Janeiro, em junho de 1992, o Comitê do Meio Ambiente da IS que trouxe dezenas de líderes e dirigentes partidários da IS e pôde ter seu desempenho expresso em várias intervenções sobre as condições do desenvolvimento. A foto abaixo revela um jantar no qual Brizola agradeceu aos dirigentes da IS e do PDT – naquele ambiente que já lhe era tão familiar –, constituindo mais uma de suas intervenções – como naquele momento da Rio-92 – para ampliar sua integração e solidariedade ao movimento socialista, encabeçado pela IS.

Brizola participou ativamente, ainda no exílio e no pós-exílio, da COPPPAL. Em suas conversas com dirigentes do Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano, Brizola insistia para que os partidos políticos latino-americanos tivessem seu próprio foro, como meio de comunicação e divulgação das ideias que estavam nas agendas políticas internacional e regional.

Assim nasceu a COPPPAL, que contou com o apoio principal do PRI e acabou agrupando 56 partidos de trinta países da região: partidos democráticos,

nacionalistas, socialistas e anti-imperialistas com o intuito de impulsionar a democracia na região.

Em sua primeira reunião – que ocorreu em Oaxaca (México), entre 10 e 12 de outubro de 1979, da qual participaram 22 partidos de 14 países – o intenso debate resultou no Documento de Oaxaca. Nele estava firmada a vocação da unidade latino-americana pela via da não intervenção e pela decisão soberana dos povos a projetar seu desenvolvimento com justiça social que eliminasse a exploração e a desigualdade.



Reunião do Comitê do Meio Ambiente da Internacional Socialista, com Brizola, Trajano Ribeiro e outros dirigentes da IS e do PDT, em junho de 1992.

Sua primeira coordenação ficou integrada pelo senador mexicano do PRI, Gustavo Garvajal Moreno, seu presidente, e seis vice-presidentes: Leonel Brizola, do PDT; Tomás Borge, ministro do Interior da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Nicarágua; Michael Manley, Partido Nacional do Povo, Jamaica; Daniel Oduber, Partido de Libertação Nacional, Costa Rica; Víctor Paz Estenssoro, Movimento Nacionalista Revolucionário, Bolívia; José Francisco Peña Gómez, Partido Revolucionário Dominicano, República Dominicana. Praticamente todos ligados à Internacional Socialista e que iriam atuar nos próximos anos em toda a região.¹⁰¹

Notas

74. Entrevista com o secretário-geral da IS, Luís Ayala, Londres, Maritime House, 12 de outubro de 2004. Graças a ele obtivemos não só informações, mas reflexões sobre a IS e a América Latina, além de documentos e fotos que enriqueceram estas nossas memórias.

75. O embaixador Paulo Roberto de Almeida trata sobre o tema com certa regularidade. Ver também tese de doutorado do prof. Gilberto M. A. Rodrigues, *Política Externa Federativa*, principalmente o capítulo 4.1, “A transição democrática internacionalizada: a política externa federativa do Estado do Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola (1983-85)”, p. 104-124.

76. Em seu livro *João Goulart – Uma Biografia*, o historiador Jorge Ferreira afirma que na X Convenção em 1957 o PTB decidiu convocar para 1958 o I Congresso Mundial Trabalhista, “com convidados do Labour Party inglês e de partidos trabalhistas e socialistas de diversos países”, p. 185.

77. Sobre essa visita dos deputados ingleses e da IS a Brasília, ver coluna de Maurítônio Meira: “Partidos trabalhistas do mundo terão frente única de atuação”. Brasília Informa. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 1962.

78. Cf. entrevista de W. Brandt à correspondente Graça Magalhães, do jornal *O Globo*, 23/9/1984.

79. Este tema será objeto, em futuro próximo, de outro livro sobre a IS – *A IS Vai à América Latina* –, com a participação de membros do PS Português, da Espanha e da Suécia.

80. Em sua entrevista a Clóvis Brigagão, Fundação Mário Soares, Lisboa, 23/10/2004.

81. Moniz Bandeira, *Brizola e o Trabalhismo* e sua entrevista a Trajano Ribeiro, por escrito [manuscrito], em 22/10/2009.

82. Esse seu discurso, de improviso, será então transformado em seu primeiro artigo “Brazil – a democratic future?”, *Socialist Affairs*, Londres, no. 2/79, março-abril, 1979, p. 37-38. Clóvis Brigagão escreveria o artigo como ghost writer.

83. “Senhor Brizola, lamento, seu tempo está esgotado, por favor, conclua seu discurso”.

84. “Por favor, camarada Brizola, não entenda mal minhas palavras. Você tem o tempo que precisar para concluir sua exposição, afinal para nós sua presença é tão importante quanto o país que o senhor representa”.

85. Em entrevista a Carlos Struwe, páginas amarelas, revista *Veja*, 6 de agosto de 1980, Brandt disse: “Quanto à viagem deste ano (1980), tive de cancelá-la por motivos de saúde: o médico proibiu-me de viajar de avião. Não tenho data certa ainda.” Mesmo assim, Pedro Celso Cavalcanti pôde reconhecer, na entrevista dada por W. Brandt ao *Estado de S. Paulo*, um parágrafo inteiro do documento que ele havia preparado a pedido do Brizola.

86. Cf. Fredy Krause, enviado especial, *O Estado de S. Paulo*, 2/6/1979.

87. *Ibidem*.

88. Manley, economista atuante dentro da IS (formado na Inglaterra), tinha sido primeiro-ministro entre 1972 e 1980, com reformas econômicas e política externa mais alinhada aos governos da IS, apoio a Cuba e oposição aos EUA. Nas eleições de 1980 ele concorreu a novo cargo de primeiro-ministro, disputando com o adversário

Edward Seagan – do Partido Trabalhista da Jamaica (JLP), fortemente apoiado pelos EUA e alinhado ao governo de Ronald Reagan –, que acabou derrotando Manley.

89. O Comitê Financeiro e Administrativo da IS, que se ocupa das candidaturas a membros, recomendou ao Bureau que continuasse a manter contato com o PMDB, então o partido do governo Sarney, como membro consultivo. Ver *Socialist Affairs*, abril de 1985, p. 35. Para a decisão sobre membro pleno, disponível em <www.socialistinternational.org>, acesso em: 27/3/2007.

90. Ver Relatório sobre a Participação da Delegação do Partido Socialista de Portugal escrito por Amandio Silva, Arquivo Fundação Mário Soares, Lisboa, Portugal no. 00744.003-im.42.

91. O Comitê da IS para a América Latina e o Caribe foi formalmente integrado à IS, em reunião do Bureau da IS, Lisboa, 1979. O Comitê foi formado por Francisco Peña Gómez (Santo Domingo, como presidente); Héctor Oqueli (de El Salvador, mais tarde assassinado em sua missão à Guatemala, por grupos ilegais), como secretário executivo, além de quatro vice-presidentes com sua sede em Santo Domingo, República Dominicana.

92. Documentos da 2ª. Reunião do Comitê da IS para a América Latina, cf. *Socialist Affairs*, Londres, 1/1984, p. 18-19 em posse do autor [CB].

93. A lista de participantes reunia partidos políticos do Brasil, da Argentina, Aruba, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Chipre, Costa Rica, Dinamarca, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Honduras, Irlanda, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Holanda, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, República Federal da Alemanha, Santa Lúcia, Senegal, Uruguai e Venezuela, além de organizações fraternas (das Mulheres, dos Jovens) e outras representações associadas.

94. Ver matéria publicada na revista *Afinal*, de 2/10/1984. Brigagão ficaria fora de atividade do PDT durante quase um ano, quando finalmente seria chamado para substituir a embaixatriz Elizabeth Vieira de Mello, que havia cometido, na opinião do próprio Brizola, uma interferência que daria mais destaque ao Itamaraty do que a ele durante a visita do presidente Mitterrand ao Rio de Janeiro. Brigagão passou um ano e meio como chefe de cerimonial. Embora não sendo um especialista em operações cerimoniais, realizou muitas mudanças e reformas no pequeno Itamaraty do governo do Estado do Rio de Janeiro. Mário Soares e sua equipe do PS português foram os que o convidaram para passar uma tarde na Reunião do Bureau da IS no Cassino Atlântico, onde ele se encontrou com muitos amigos da IS.

95. Ver coluna de Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 23/4/1987.

96. Ver *SI News*, no. 4/1991 e no. 2/1992.

97. Entrevista a Clóvis Brigagão, Fundação Mário Soares, Lisboa, 23/10/2004.

98. O documento “O PDT e o governo Lula”, preparado pelo então secretário de Relações Internacionais do PDT, Arnaldo Mourthé, foi aprovado pelo Diretório Nacional, em reunião de 12/12/2003, por 147 votos a favor e 3 contra, com a declaração de independência ao governo Lula e postura crítica aos projetos e ações que estavam em desacordo com os princípios trabalhistas. Ver em *Cadernos de Textos 1*, Fundação Leonel Brizola –Alberto Pasqualini, p. 55-72.

99. Arnaldo Mourthé, em entrevista a Clóvis Brigagão, 23/5/2007.

100. Em <www.socialistinternational.org>, 20/2/2006.

¹⁰¹. Documento “Reunión de Partidos Políticos Latinoamericanos (Reunião de Oaxaca)”, 10-12/10/79, em posse de Clóvis Brigagão. Ver também Copppal, <www.copppal.org.mx/Institu-2.htm>.

Encontros e reencontros com brasileiros no exílio

Na Europa, os exilados concentravam-se principalmente em Paris e, depois da Revolução dos Cravos, em Lisboa e no Porto. Alguns foram parar na Alemanha, que apoiava, principalmente depois do golpe de Pinochet no Chile, os que desejavam ali viver (Arthur Jose Poerner, o próprio Moniz Bandeira e Jaime Rodrigues). Um pequeno mas significativo grupo foi para a Suécia, governada então por Olof Palme (Mauricio Dias David e Beatriz David, Carlos Fayal e Tania Fayal, Fernando Gabeira, Glória Ferreira, entre outros).

Feita a trajetória de aproximação com a IS, Brizola queria agora encontrar os velhos e os novos amigos brasileiros. Terminada a reunião da IS em Hamburgo, a primeira etapa foi partir para Colônia, na Alemanha e depois para Roterdã, Holanda. Além de Trajano Ribeiro e sua esposa, Maria Ribeiro, acompanhava-os o professor Moniz Bandeira. A estada em Colônia foi breve, e logo partiu-se de trem para Roterdã, para contatos com o Partido Trabalhista Holandês e com os brasileiros que por lá viviam.

Logo ao chegar à gare de Colônia, os passageiros já estavam embarcando, e quando o grupo brasileiro se aproximou com as malas, um homem magro e agitado, cruzando e descruzando os braços no ar, em sinal de interdição, gritava “*Reserviet! Reserviet!*” (Reservado! Reservado!). O vagão encontrava-se lotado de crianças escolares, uniformizadas. Brizola e os acompanhantes mostraram os bilhetes. Havia algum engano, mas não havia tempo para desfazê-lo. Eram cerca de 16 horas, o trem partiria imediatamente e, desafiando o professor alemão, eles embarcaram.

Foi ocupada a cabine com quatro meninos, curiosos para saber de onde eles vinham. Quando entenderam que eram brasileiros, ensaiaram um batuque e disseram “Amazon, Amazon”, surpreendendo-os com o conhecimento que

naquela idade já possuíam do Brasil e com a alegria que demonstraram pelo contato com habitantes de um país para eles mágico, e até então só presentes nas páginas de seus livros escolares. Já naquela idade estudavam latim e nessa língua conseguiram uma comunicação precária, mediante a formulação penosa de algumas frases, que exigiam grande esforço de memória e consultas deles ao professor, na cabine ao lado.

Brizola queria fazer anotações e ler alguns documentos. Por isso, eles buscaram um vagão mais sossegado e conseguiram um lugar em outro carro, longe do burburinho dos estudantes. Chegaram a Roterdã noite fechada. Quando foram tomar o táxi, Brizola deu-se conta que esquecera a máquina de escrever portátil no trem. Ele já havia deixado a gare, mas a pequena máquina de escrever, tão cara a Brizola, estava no setor de achados e perdidos da estação e logo foi recuperada.

Em Roterdã todos se hospedaram no Hotel da Paz: prédio antigo, simples e modesto, mas bem-cuidado e com quartos amplos, mobiliados com austeridade quase monástica. Logo na manhã seguinte Brizola foi procurado por Paulo Medeiros, exilado, que vivia com a mulher e os filhos em um bairro operário de Roterdã.

Paulo articulou os contatos com dirigentes do Partido Holandês do Trabalho (PvdA9), incluindo uma reunião com o então primeiro-ministro Joop Den Uyl, na Haia, que deu todas as demonstrações de respeito e apoio a Brizola. A rainha Beatriz homenageou-o colocando um barco de seu uso particular à disposição de Brizola e seus acompanhantes para um passeio, guiado por um solícito funcionário, numa manhã fria e excepcionalmente ensolarada, em que parecia navegar dentro da tela de um quadro impressionista holandês.

À noite Brizola recebeu no hotel a visita do ex-deputado cassado, o pernambucano Maurílio Ferreira Lima, exilado na Argélia. Ele viajara a Roterdã com seu irmão Bruno Ferreira Lima, candidato a deputado nas eleições daquele ano. Brizola recebeu-os no átrio do hotel, onde havia um sofá e algumas poltronas, dispostos de modo a formar um ambiente à parte, em frente ao balcão da recepção. Depois das costumeiras análises da conjuntura internacional, a conversa enveredou para a situação no Brasil. Encostado ao balcão da recepção, um homem

de estatura mediana, tez cobreada, ostentando discreto bigode, prestava atenção no diálogo que se desenrolava a poucos passos.

Destacava-se a voz do ex-deputado, sonora e com acentuado sotaque regional. Maurílio passou a uma análise da situação nas forças armadas brasileiras, nas quais se detectavam sinais claros de descontentamento com o que ocorria no país. Alguns setores recusavam-se a aceitar qualquer relaxamento das medidas de segurança e muito menos reformas políticas que implicassem a possibilidade de retorno dos militares aos quartéis, anistia, reorganização partidária. Por outro lado, havia a decisão do general Ernesto Geisel de insistir em uma abertura controlada do regime, aliada a uma política interna e externa com forte conotação nacionalista – inclusive com grande ênfase na retomada da política nuclear iniciada por Vargas ainda em 1950.

À medida que falava, o tom de voz do ex-deputado se elevava. No balcão da recepção o homem de bigode interessava-se cada vez mais pela conversa. A essa altura, Trajano pediu licença para interromper Maurílio e sugeriu que a conversa continuasse em local mais reservado. Eles subiram ao apartamento dos irmãos, que estavam hospedados no mesmo hotel. Quando se dirigiam ao elevador, Trajano disse ao governador:

— Estavam nos observando.

— Quem? — ele perguntou.

— Um homem encostado no balcão da recepção, que certamente é brasileiro.

— Como é que tu sabes que é brasileiro?

— Pela pinta — respondeu Trajano.

— Não é possível — replicou Brizola. — Tu estás vendo “guampa em cabeça de égua”.

Trajano foi até o recepcionista e perguntou-lhe se o homem que estivera algum tempo encostado ao balcão era brasileiro, e o holandês confirmou. Voltou ao grupo em frente ao elevador:

— É brasileiro, governador.

— Mas onde ele está?

— Entrou naquela sala.

Trajano apontou para uma sala ao lado do salão de recepção, onde o homem acabara de entrar. Brizola dirigiu-se a passos largos para lá. Trajano e os Ferreira Lima o seguiram. Era uma sala de estar, onde um grupo assistia a televisão. Trajano mostrou a Brizola o homem. Para seu espanto e dos irmãos pernambucanos, Brizola dirigiu-se ao indivíduo, sentado numa poltrona, postando-se à sua frente:

— Boa noite.

— Boa noite.

— Brasileiro?

— Sim, sou brasileiro.

— Passeando?

— Não, trabalhando. Na verdade, fazendo um curso.

— E o amigo trabalha em quê?

— Eu sou da Marinha do Brasil.

Refazendo-se do impacto da surpreendente resposta, Brizola disparou:

— Eu sou Leonel Brizola e lhe desejo sucesso na sua missão. Boa noite.

Sem comentar mais o assunto, subiram ao apartamento dos Ferreira Lima, e a conversa estendeu-se por horas. Maurílio, quando retornou ao país, engajou-se no projeto de construção do novo Partido Trabalhista Brasileiro que Brizola logo iniciaria.

Brizola seguiu com Neusa para Amsterdã; Trajano e Maria voaram para Paris – para preparar a chegada deles, dois dias depois. Chegaram ao Hotel de La Paix, o que no Brasil seria um “três estrelas”, com pouca estrutura e acomodações simples. A recepção era pequena, com balcão à esquerda da entrada e um bar à direita, num pequeno salão com mesas. Tratava-se de um hotel tradicional, situado no boulevard du Montparnasse na esquina com o boulevard Raspail.

Para a surpresa deles, o porteiro, recepcionista e gerente de plantão era brasileiro. João Pedro de Barros Cassal, crítico de cinema, havia sido colega de turma de Trajano no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.¹⁰² Este informou Cassal sobre a chegada, em dois dias, de Brizola ao hotel e pediu sua interferência de modo a criar condições para que ele pudesse receber exilados brasileiros em Paris, que certamente acorreriam ao hotel.

Na manhã seguinte, o gerente-geral do hotel prontificou-se a tomar as providências necessárias para que Brizola pudesse receber seus visitantes, inclusive uma sala para contatos reservados. Trajano alertou que o movimento seria muito grande. O homem não titubeou:

— Estamos preparados.

No dia seguinte à chegada de Brizola, o bar do hotel havia se transformado quase numa assembleia permanente. Cassal desabafou:

— Eu não podia imaginar, eu não podia imaginar.

O interesse que a presença de Brizola despertava entre os exilados refletia a necessidade dos que, longe do país, viam nele um elo com o Brasil, que os militares haviam tentado suprimir da História. Alguém que os antecederia na luta, no caso dos mais jovens, como Sidnei de Miguel, ou José Carlos Mendes, que estivera na mesma trincheira, no caso dos mais velhos, como José Maria Rabelo, capitão Altair e Fernando Perrone.

Por outro lado Brizola representava a possibilidade de, novamente, retomar a luta, agora com uma referência nítida e de enorme peso político, em outro quadro histórico e dentro de uma perspectiva democrática. Em Paris isso era mais perceptível, em razão do grande número de exilados que lá residia. Brizola era o denominador comum, e por ter defendido, durante algum tempo, a resistência armada à instauração da ditadura, era respeitado pelos jovens que haviam participado em diversas organizações da luta armada.

Foram inúmeras as reuniões em Paris, e não raro Brizola se fazia acompanhar de mais de um companheiro que fazia as vezes de intérprete, como foi na reunião com a secretária de Relações Internacionais do Partido Socialista Francês, para a qual designou Moniz Bandeira, Sidnei de Miguel e Trajano Ribeiro, que intervinham alternadamente, ora traduzindo, ora vertendo, conforme ele solicitava. Longe de ser um capricho, Brizola com isso impedia o destaque de qualquer sentimento de disputa de prestígio entre seus novos seguidores, todos experientes e envolvidos na política desde os tempos de luta no Brasil e igualmente durante o penoso exílio.

Em uma noite parisiense, após negociações com o jornalista Roberto D'Ávila, então na TV Manchete, que mantinha, desde Paris, o programa *Conexão*

Internacional (dirigido por Fernando Barbosa Lima), Brizola concedeu sua primeira entrevista a um meio de comunicação de massa brasileiro. Pisando em ovos, cauteloso, mas firme, aproveitou bem aquele momento e fez pausada autocrítica em relação ao episódio de sua agressão, lá nos anos 60, ao David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, no aeroporto Santos Dumont, em razão dos artigos daquele jornalista que o atacava sistematicamente.

No mais, a entrevista serviu para Brizola tocar afinadamente seu realejo para o público brasileiro. Para comemorar aquela sua primeira entrevista, convidou-nos para jantar em um restaurante parisiense, regado a excelente vinho francês.

Brizola retoma os contatos com Miguel Arraes. O realejo da reorganização do trabalhismo começa a ser adotado e encontra boa acolhida entre inúmeros exilados, tanto dos que ali viviam como os que para lá se deslocaram para encontrar com ele, que não parava e trabalhava 12 horas ao dia, sem deixar de atender a todos os brasileiros que o procurassem. E os contagiava com seu otimismo sobre o futuro do Brasil. Miguel Arraes, porém, continuava irredutível na tese de unidade das oposições em torno do MDB.

Brizola evitou, durante todo o tempo em Paris, encontros coletivos com os exilados, porque achava ser contraproducente. Naquele momento, não contribuiria para uni-los em torno de um projeto comum. Não lhe escaparam as divergências entre eles, que não raro se transformavam em discórdia e relacionamentos conflituosos. Tais divergências tinham raízes diversas, muitas originadas ainda no Brasil, quando da militância nas várias organizações clandestinas de combate à ditadura, outras nascidas já no exílio.

Deixando Paris para trás, Brizola, Neusa, Maria e Trajano Ribeiro seguiram para Genebra. A estada em Paris fora coroada de êxito. Ali era onde mais divergências se verificavam entre os exilados, em alguns casos chegando a inimizades pessoais. Brizola fora acolhido com simpatia, cativara a muitos e seu realejo da anistia fora bem recebido. Firmara sua liderança junto a um grupo de exilados e, pelo menos, não havia uma oposição ostensiva que o questionasse ou lhe recusasse apoio. O terreno estava preparado para a futura sementeira da reorganização do trabalhismo, com a adesão desse grupo de exilados em Paris.

Em Genebra, Brizola foi ao encontro de Lysâneas Maciel, o jovem deputado cassado que se rebelara contra o regime no Brasil e em consequência perdera o mandato, exilando-se voluntariamente na Suíça. Lysâneas, presbiteriano, tinha vínculos com o pensamento cristão de esquerda, nutrindo simpatia pela Teologia da Libertação, e proclamava a necessidade de organizar-se a oposição ao regime em torno da opção pelos excluídos.

Chegaram a Genebra numa manhã cinzenta e se instalaram em um hotel bem mais confortável e moderno que o do boulevard Raspail, previamente reservado por Lysâneas. À tarde, Brizola e o ex-deputado tiveram uma longa conversa a sós. Brizola nada comentou com Trajano a respeito da conversa, mas, meses depois, ele pôde concluir que não havia absorvido ainda a tese da reorganização dos partidos, porque, ao encontrar casualmente com Lysâneas (quando este retornou ao Brasil) no Rio, na esquina da avenida Rio Branco com Nilo Peçanha, o provocou:

— Então, Lysâneas, o homem está empenhado na reorganização do trabalhismo, o que você está pensando a respeito?

— Estou pensando... creio que você deve vestir essa camiseta.

— A camiseta apenas não, vesti o uniforme completo, e já estou em campo, mas você pode ajudar na articulação, tem liderança, uma palavra sua aglutina e orienta.

— É, vou pensar.

Na verdade, Lysâneas somente se integraria realmente ao esforço de organização do PTB quando do retorno de Brizola ao Brasil, mais de um ano e meio depois do encontro em Genebra. E em Genebra deu-se por encerrada a peripécia internacional de Brizola pela Europa.

De volta a Lisboa, Trajano continuaria ali de prontidão. Almoçando num restaurante na avenida da Liberdade, Brizola fez uma longa digressão sobre a viagem, seus momentos mais importantes, a boa acolhida na Internacional Socialista, a solidariedade dos diversos partidos europeus; analisou pessoas, suas opiniões, às vezes o que esperava delas, para finalmente concluir:

— Creio que não nos resta outra alternativa senão reorganizarmos nosso partido. Retomar o fio da História que eles tentaram cortar. Fora do nosso partido não há caminho para nós.

Essa marcha foi interrompida pela violência e o arbítrio. O PTB era o maior partido brasileiro no Congresso quando veio o Golpe, a maior bancada. Brizola continua:

— Agora sinto que se abre o horizonte para nós. O MDB está esgotado, é árvore que já deu frutos, nós temos só dois caminhos: ficar na geleia geral que é o MDB ou buscar a nossa identidade, retomar as nossas lutas, com os nossos mártires nos inspirando. O PTB é o partido com maior número de cassados, presos, exilados e mortos. O Dr. Getúlio e o Jango foram sacrificados pela causa do nosso povo trabalhador.

Brizola não se sentia com o direito de ocupar uma posição cômoda e de abrir mão do patrimônio histórico, de se acomodar no MDB. Ele afirmava que tinha de honrar essa herança política e oferecer ao povo trabalhador uma alternativa a tudo aquilo que estava ali. Trajano ficou pensando se aquele discurso era um novo realejo que estava sendo testado. Logo veio a explicação. A voz saía-lhe do peito com um misto de alegria quase infantil e entusiasmo, como se diante dele fosse assumindo contornos um sonho havia muito escondido em algum canto, e que agora, ainda sob o impacto das experiências que vivera durante a longa viagem que acabara de fazer, ele acreditava ser possível retomar.

— Olha, tu tens que procurar algumas pessoas. Vais ter que trabalhar muito. Eu vou te dar alguns nomes. Transmite tudo o que tu viste aqui e o que nós estamos pensando. — Brizola sempre usava o plural majestático, nunca a primeira pessoa, quando se referia a si próprio. — Olha, vais ter que andar, vais ter que ir ao Rio Grande. Tu vais ver que aos poucos as pessoas vão se juntando, se organizando. Tens que procurar os troncos guarda-fogo¹⁰³ e vais ver que basta um pequeno sopro e a chama do nosso partido vai se erguer de novo em labaredas.

Naquele momento, Trajano entendeu o longo discurso político que Brizola havia feito para justificar a reorganização do PTB. Era a mensagem que ele queria que Trajano transmitisse aos que o mandava procurar. Era uma aula, e mais que isto: uma missão.

Em dezembro de 1978, Brizola, com o total apoio do Partido Socialista Sueco, através do contato da figura de Pierre Schori, então secretário de Relações Internacionais e amigo pessoal do primeiro-ministro Olof Palme, convocou grande

e diversificada reunião para debater os caminhos do Brasil: O Brasil no Limiar da Década dos Oitenta. O local escolhido era a Escola de Treinamento Sindical sueca e para lá se encaminhou quase uma centena de convidados – do Brasil, dos EUA, do México e de vários países da Europa.



Reunião na sede do sindicato sueco com centenas de brasileiros, exilados e vindos do Brasil para o Encontro, patrocinado pelo Partido Social Democrata sueco, com Brizola, e tendo como anfitrião Pierre Schori, Secretário Internacional do PSD da Suécia (dezembro 1978/janeiro 1979).

Durante dois dias, todos passaram por uma verdadeira sabatina coletiva, incluindo uma peça de teatro encenada por brasileiros, como a que fez o papel de atriz, Glória Ferreira, e um sueco, como uma paródia da situação do exílio. Ali estavam representantes de praticamente toda a oposição brasileira: exilados, deputados federais e estaduais, políticos, sindicalistas, representantes e figuras da sociedade, como Gerardo Mello Mourão. Dos EUA viera o então exilado, e que viria a ser do PDT, Abdias do Nascimento.

Foi uma reconstituição dos *Cabildos Abiertos*, em que todos se expressaram, trocaram ideias – nem sempre de forma civilizada –, posições sobre a situação internacional, o que estava ocorrendo no Brasil, e sobre a reorganização partidária. Difícil imaginar algum outro cenário no exílio de tal diversidade e pluralidade de representação política brasileira.

Sua visita ao México – cujo governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) o apoiava – era, ao mesmo tempo, uma forma de agradecimento a essa solidariedade e à ocasião, muito prazerosa para reunir-se com o grupo de brasileiros que ali viviam exilados. O México mantinha a longa tradição de acolhimento aos exilados latino-americanos.¹⁰⁴

Em março de 1979, Brizola iria reencontrar-se com o seu velho e fiel amigo Neiva Moreira, e sua esposa Beatriz Bissio; o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião; Herbert de Souza, o Betinho, que havia participado das conjuras junto com Brizola, desde o Uruguai; Maria Nakano, esposa do Betinho; o economista e também militante socialista Theotônio dos Santos; assim como Vânia Bambirra e o cientista político José Thiago Sintra.¹⁰⁵

O encontro com o grupo do México, no Hotel Cassino de La Selva, em Cuernavaca, contou com o apoio do Partido Revolucionário Institucional (PRI), especialmente do governador de Morelos, e com a presença do escritor Gabriel García Márquez. A discussão acabou encaminhando-se na direção, exposta por vezes entre o grupo, de que Brizola deveria retomar o projeto revolucionário e ser o Fidel Castro brasileiro.

Brizola deu voltas e voltas no seu raciocínio para, então, negar que aquele fosse seu propósito e destino. Comentou mais tarde com Clóvis que ficara irritado com

aquela comparação e insinuação, e que seu projeto de volta ao Brasil jamais seria o de retomar o caminho da revolução, mas, sim, o de travar a luta democrática.

Na verdade o chamado Grupo do México mantinha uma linha ideológica típica do terceiro-mundismo. Os exilados que estavam na Europa vivenciavam a experiência social-democrata estreante em Portugal e na Espanha. Eles também tiveram a oportunidade de acompanhar a experiência de Mitterrand, na França, bem como a de Olof Palme, na Suécia. Nos demais países nórdicos e na Alemanha, muitos vivenciaram a política do ex-primeiro-ministro Willy Brandt, da *Ostpolitik*, e revisavam muitas posições em relação à revolução no Brasil e as perspectivas da luta pela redemocratização e pós-redemocratização.

Em Nova York Brizola iniciou contatos com o cientista político, radicado nos EUA e professor na Universidade de Harvard, Mangabeira Unger. Após ter apostado no MDB e orientado sua liderança para um novo programa, Mangabeira teve em Brizola um novo interlocutor para a defesa de suas teses. Por duas vezes, e em companhia de Brigagão, Brizola deslocou-se a Boston, além de tê-lo recebido em Nova York.

O professor Mangabeira Unger o acolheu em seu escritório, de estilo clássico, onde não havia cadeiras ou sofás para se sentar. O diálogo era ao estilo peripatético, de pé, caminhando em círculos, com paredes cobertas de quadros com pinturas de São Sebastião. Nessas ocasiões, o professor Mangabeira apresentava a Brizola suas visões e panoramas programáticos sobre o Brasil, bem diferentes dos debates feitos tanto pelo grupo de Lisboa, quanto pelo Grupo do México.

Seu discurso eloquente mesclava o otimismo metafísico com o idealismo pragmático: altamente sofisticado do ponto de vista filosófico e da ciência política, mas a realidade, lá longe, distante. Em uma das visitas que fizeram ao professor Mangabeira Unger,¹⁰⁶ este, após dar seus visionários conselhos, convidou Brizola e Clóvis para almoçar em restaurante *health food* (comida natural, saudável) de Boston. Brizola fingiu engolir aquelas saladas e pratos leves (lights) com certa ansiedade. Findo o saudabilíssimo repasto, despediu-se do professor e, no caminho para o aeroporto para voltar a Nova York, pediu que Clóvis consultasse o taxista sobre um restaurante com boa carne, onde ele se fartou...

Outra figura muito interessante era o diplomata Márcio do Rego Monteiro. Afastado do Itamaraty por suas posições políticas, tornou-se funcionário da ONU, atuando no Departamento de Descolonização. Márcio era um tipo brilhante, além de ter uma gostosa e envolvente gargalhada, com aquela verve brasileira de grande estilo, com excelente formação sobre questões de desenvolvimento político internacional. Brizola sempre o consultava, encontrava-se com ele muitas vezes e buscava nas opiniões dele, as quais eram coincidentes com as suas, inspiração teórica para suas ideias políticas empíricas.

Para um encontro com plateia seleta em Washington, no âmbito do Programa de Estudos Latino-americanos, dirigido por Riordan Roett, na Universidade Johns Hopkins, Brizola quis experimentar o trem-bala, que levava cerca de três horas e meia entre Nova York e a capital americana. Durante essa viagem, foi a primeira vez que Brigagão ouviu dele uma versão romanceada de sua vida e de suas peripécias, comentando trivialidades engraçadas sobre pessoas, suas atitudes, virtudes e farsas políticas.

Em Washington, falou durante um bom par de horas àquela plateia de americanos – nem sempre crédula no Brizola democrata – e de muitos brasileiros, estudantes e profissionais empregados em organismos internacionais. Houve um debate muito direto e inquieto sobre os projetos da vida política brasileira, e Brizola tocava solenemente seu realejo sobre a anistia, sua volta e, principalmente, sobre a reorganização do trabalhismo brasileiro.

À noite ele participou de um jantar em um excelente restaurante das melhores carnes, aprovadas com louvor e regozijo. O grupo era formado por brasileiros que, em sua maioria, trabalhavam em organismos multilaterais, em Washington – entre eles o que seria mais tarde ministro da Cultura de Itamar Franco, Aluísio Pimenta. Presente também estava o hoje senador pelo PDT, Cristovam Buarque. O pernoite foi na residência do então jornalista e correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Washington, Antonio Pimenta Neves, hoje acusado do brutal assassinato de sua ex-namorada e jornalista Sandra Gomide (2000).

No quarto da casa dos Neves, Brizola roncava fortemente, enquanto Brigagão, que tem sono leve, passou a noite a pensar no destino a que estava ligado... No dia seguinte, ainda cedo, Brizola comentou com o anfitrião que precisava voltar para

Nova York, onde tinha compromisso. Clóvis e ele tomaram o café e depois o táxi para o aeroporto, mas no meio do caminho Brizola mostrou a pequena caixa de fósforos com o endereço do restaurante da noite anterior, e para lá foram. Mais uma vez, ele se fartou com as melhores carnes – com o corte americano que lhe chamava a atenção – e um excelente vinho tinto, aliás, a única bebida que Brizola tomava em ocasiões especiais.

Uma nova vertente do trabalhismo também ali nascia. Abdias do Nascimento, exilado em Buffalo, ao norte do estado de Nova York, lecionava estudos afro-brasileiros e volta e meia vinha a Nova York para saborear suas delícias e militar pelo fim da discriminação racial contra a população negra no Brasil. A primeira vez que Abdias encontrou-se com Brizola foi logo após a chegada deste ao Hotel Roosevelt. Abdias e sua esposa, Elisa Larkin do Nascimento, foram recepcionados pelo próprio Brizola, que fez questão de preparar e servir-lhes um bom e quente café com leite. Conversou com Abdias sobre o assunto da discriminação racial no Brasil, ouviu-o atentamente, e em sua cabeça foi sedimentando as noções que para ele eram novidades sobre o caráter racista das desigualdades econômicas existentes no Brasil.

Brizola guardava ainda a visão mais tradicional da questão da desigualdade, em que dominava o caráter socioeconômico, sem que a questão racial fosse incluída. Num segundo encontro, em 1979, juntou-se a Abdias a nova liderança negra no Rio, Lélia Gonzalez. Atravessaram a noite discutindo o significado do trabalho do negro na construção da nação, e foi aí que Brizola entendeu melhor o assunto: o negro, pelo seu trabalho escravo, exploradamente gratuito – portanto, sem o salário que pudesse justificar a sua mais-valia –, era o grande construtor dos bens de produção do Brasil Colônia e do Brasil Império.

Mesmo no Brasil República o negro continuava a ser discriminado racialmente, além da discriminação econômica vivida por todos os pobres. E foi ali que a questão negra entrou na agenda principal do trabalhismo. Sua importância, agora entendida por Brizola, foi, então, abordada, inicialmente na *Carta de Lisboa* e, mais tarde, incorporada como política pública, em seu primeiro governo, com três Secretarias de Estado voltadas para a população negra no Rio de Janeiro.

Outra área que o interessava e lhe dava prazer, e sobre a qual podia debater, era a dos brasilianistas. Eles estavam sempre à disposição de Brizola e faziam elucubradas análises e recomendações sobre as relações entre o Brasil e os EUA. Brizola os ouvia, pacientemente e com respeito, às vezes com certa ironia fina, e ao fazer suas análises sobre o Brasil deixava alguns brasilianistas puros de cabelo em pé.



Reunião, em casa de Kathryn Taverna, em Nova York, em maio de 1979, entre Brizola e Abdias Nascimento sobre a situação do negro no Brasil. Na cabeceira da mesa, à esquerda, Abdias Nascimento, ao seu lado Leonel Brizola, ao fundo, sentadas no sofá, Neusa Brizola e Marieta Dalmas (viúva do poeta negro León Damas, da Guiana Francesa), à mesa, à direita, José Almino Alencar, Clóvis Brigagão e, de costas, a militante negra Lélia Gonzalez. Em meio a cigarros e vinho californiano de garrafão, as discussões foram ainda mais calorosas.



Na mesma reunião, a líder negra Lélia Gonzalez, falecida em 1994.

Após a preleção com os brasilianistas, Brizola comentava com sorriso irônico:
— O Brasil é verdadeiramente um país surrealista.

Recordamos aqui o grande espírito de colaboração que foi Brady Tyson. Inquieto, sincero e agradável, mantinha contatos com o governo Carter e assessorava Andrew Young, então embaixador de Carter na ONU. Brady teve importante papel na equação da vinda de Brizola para os EUA, e junto com Andrew Young mantinha-se informado sobre a presença de Brizola em Nova York, preocupando-se com a solução que o regime militar buscava para o reencontro de todos os brasileiros.¹⁰⁷

Durante toda a sua viagem pela Europa, Estados Unidos e América Latina, Brizola teve seus passos vigiados. Certa vez, um diplomata que nutria grande admiração por ele propôs, por meio de um intermediário, um encontro em sua residência em Paris. Brizola pediu que Trajano o acompanhasse porque do encontro talvez resultasse algum desdobramento que requeresse providências no

Brasil. No dia e hora marcados eles se dirigiram ao endereço indicado. Era no quinto andar de um prédio antigo, sem portaria.

Subiram ao apartamento e nem bem Brizola e o anfitrião haviam iniciado uma conversa genérica sobre o Brasil e suas relações com a Europa, percebeu-se claramente um ruído na porta. O apartamento era pequeno e a porta dava diretamente na saleta onde o diplomata os recebia. Trajano fez-lhes um sinal, indicando que alguém estava espreitando. Brizola e o dono da casa precipitaram-se, abrindo-a. Não conseguiram ver ninguém, mas ouviram passos em correria, escada abaixo. Brizola comentou:

— Eles não descansam, estão sempre de olho.

O diplomata demonstrava claramente sua preocupação em manter a iniciativa em sigilo, reiterando várias vezes que havia estreita vigilância exercida pelos serviços de informações, mas que se dispunha a correr riscos para, como pudesse, contribuir para a reabertura política do país e a anistia, que entendia absolutamente necessária e urgente. Segundo ele, muitos colegas seus compartilhavam desse pensamento e igualmente nutriam grande admiração por Brizola, embora, predominantemente, o Itamaraty fosse uma casa conservadora.

Numa tarde ensolarada em Paris, ainda com alguma neve pelas calçadas, acompanhavam Brizola, o professor Moniz Bandeira, Trajano Ribeiro e mais quatro companheiros. Haviam saído de uma reunião e resolveram entrar em um café para conversar e comer alguma coisa. Nem bem se acomodaram, entra um sujeito, toma uma mesa próxima e abre um jornal. De onde Moniz estava sentado podia-se observar, claramente, o interesse do homem nas conversas. Moniz chamou a atenção de Trajano, que passou a observar. Este alertou os demais. A conversa passou a versar sobre amenidades. O homem firme. Eles pagaram a conta e se retiraram.

Trajano e Moniz Bandeira deixaram o grupo seguir na frente, atravessaram a rua e ficaram observando: em menos de um minuto o homem saiu ao encalço do grupo. Cremos que em Paris o serviço de informações brasileiro era mais ativo, em razão da maior quantidade de exilados e a maior importância política de alguns. Mas em Lisboa o controle não era menor, e muitos exilados alertavam para o fato. Brizola, embora fizesse questão de minimizar esse problema, não se descuidava, e,

como já relatado, sempre que tinha algum assunto que requeria maior reserva a tratar com seu interlocutor, empreendia longas caminhadas pelas ruas de Lisboa, como já fazia em Nova York.

Hoje, com os dados que temos a respeito do serviço de informações ligado ao Itamaraty (CIEEX), com a função específica de vigiar os exilados, além de outras mais condenáveis, muitos episódios, que muitas vezes nos pareciam fruto da nossa imaginação e de alguns companheiros, encontram explicação inquestionável para justificar nossas preocupações de então. A existência do Serviço Secreto do Itamaraty foi relatada em reportagem do jornalista Cláudio Dantas Sequeira, que informava sobre o plano do Itamaraty de busca externa.¹⁰⁸

Diplomatas brasileiros perseguiram opositores da ditadura por meio de um poderoso sistema de inteligência, criado e operado pela cúpula do Ministério das Relações Exteriores. O *Correio Braziliense* desvendava um mistério de quatro décadas. Um rígido código de honra, uma portaria ultrassecreta e seguidas ações de desinformação garantiram que até hoje permanecesse desconhecido da sociedade um dos segredos mais bem guardados da ditadura: de 1966 até 1985, o Itamaraty operou um poderoso serviço de inteligência, tendo como modelos o MI6 britânico e sua versão norte-americana, a CIA.

Naquele período, os punhos de renda da diplomacia do Barão do Rio Branco ganharam abotoaduras de chumbo. Diplomatas de vários escalões foram recrutados para compor o chamado Centro de Informações do Exterior (CIEEX) – que, agora se sabe, foi a primeira agência criada sob o guarda-chuva do Sistema Nacional de Informação (SNI), o aparato de repressão política usado para sustentar o regime militar.

O *Correio* obteve acesso exclusivo ao arquivo secreto do CIEEX, um acervo com mais de 20 mil páginas de informes produzidos ao longo de 19 anos. Depois de quatro meses analisando cada documento, seu grau de confiabilidade e nível de distribuição, foi possível concluir que nunca houve refúgio seguro para os brasileiros contrários ao Golpe de 64. Banidos ou exilados, eles foram monitorados a cada passo, conversa, transação ou viagem ao exterior. A malha de agentes e informantes operada pelo Itamaraty se estendeu para além da América Latina, alcançando o Velho Continente, a antiga União Soviética e o norte da África.

Dentre os brasileiros que foram alvo do CIEEX estão lideranças políticas, militares rebeldes, guerrilheiros, estudantes e pessoas comuns que se opunham à ditadura militar.

Para citar alguns exemplos, foram monitorados exaustivamente o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola, os deputados Miguel Arraes, Neiva Moreira, Márcio Moreira Alves, o ex-ministro e fundador da UnB, Darcy Ribeiro. Também o ex-almirante Cândido Aragão e o ex-coronel Jefferson Cardim. Os intelectuais Antônio Callado, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. E até o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A análise do arquivo do CIEEX revela ainda que a perseguição política da diplomacia não se restringia aos brasileiros. Seus agentes também perseguiram os estrangeiros contrários ao regime em seus próprios países, em flagrante violação do direito internacional e do princípio de soberania – tão caro à tradição do Itamaraty. Também foram alvos políticos, empresários e até diplomatas de países socialistas ou comunistas em missão oficial dentro do território brasileiro. Para o CIEEX, a espionagem não era uma atividade meramente operacional.

Ela se inscrevia num contexto político mais complexo e, geralmente, alheio à compreensão da maioria dos agentes do SNI. Tal visão era potencializada pela vasta cultura geral e a rígida hierarquia – que prescinde de uniformes e patentes – próprias aos diplomatas. Em seu profissionalismo de servidores públicos, os membros que integraram o serviço secreto do Itamaraty acreditavam ocupar um patamar superior ao dos demais espões da ditadura, uma verdadeira elite dentro do sistema de informação.¹⁰⁹

Notas

¹⁰². João Pedro era neto do líder republicano João de Barros Cassal, que chegou a presidir no Rio Grande do Sul o “Governicho”, por alguns meses, entre novembro de 1891 e junho de 1892, como membro do Partido Republicano Rio-grandense, ancestral em linha direta do trabalhismo gaúcho.

¹⁰³. *Tronco guarda-fogo* é um pedaço de tronco de árvore que o gaúcho põe no fogo do galpão nas estâncias, onde esquentam a água para o chimarrão e assam a carne, e que, mesmo depois que o fogo é apagado à noite, ele permanece em brasa sob as cinzas. Basta, no dia seguinte, colocar alguns gravetos sobre ele e soprar para se reacender com força.

¹⁰⁴. Brizola não só teve contatos, mas recebeu significativo apoio e a solidariedade (além da amizade) do então embaixador do México na ONU (1978-1985), que romperia mais tarde com o PRI e fundaria o Partido Revolucionário Democrático (PRD), o embaixador Muñoz Ledo (Porfirio Alejandro Muñoz Ledo y Lazo de la Vega).

¹⁰⁵. O deputado Neiva Moreira dá sua versão sobre o encontro em Cuernavaca, sem mencionar, certamente por esquecimento involuntário, a presença do autor, Clóvis Brigagão, durante todo o encontro, cf. seu livro *O pilão da madrugada*, p. 414.

¹⁰⁶. Nos momentos em que Clóvis e Brizola se encontraram com Mangabeira, Vivaldo Barbosa, que estudava Direito ali em Boston, nunca dispunha de tempo para encontrar-se com Brizola, apesar da insistência de Clóvis, que havia sido seu colega nos tempos universitários dos anos 60. Somente anos mais tarde é que Vivaldo Barbosa, com a entrada de Saturnino no PDT, e apresentado, por Clóvis, a Brizola em seu apartamento, tornou-se brizolista convicto...

¹⁰⁷. Brady Tyson era ministro da Igreja Metodista e passou algum tempo no Brasil durante os anos 60. Foi diplomata da administração Carter e do *staff* do embaixador dos EUA, Andrew Young, na ONU, e ainda professor da American University, vindo a falecer aos 75 anos. Entre outros brasilianistas, os queridos Ralph Della Cava, Patrick Hughes, Joan Dassin e a senhora Fay Haussman, da Columbia University, amável e excelente pessoa, sempre à disposição para ajudar sobre qualquer necessidade, e Robert Pastor, assessor internacional de Jimmy Carter e que muito apoiou a estada de Brizola nos EUA, professor da Universidade de Maryland, nos EUA, falecido.

¹⁰⁸. *Correio Braziliense*, Brasília, 23/7/2007.

¹⁰⁹. Tal reportagem integra a denúncia enviada pelo Instituto João Goulart e familiares do ex-presidente João Goulart ao procurador-geral da República, na qual requerem a abertura de inquérito para esclarecer a provável eliminação do mandatário deposto pelo Golpe de 1964, em face de novas provas, documentais e testemunhais, trazidas à luz. Da documentação apresentada ao chefe do Ministério Público Federal, concluiu-se que a ideia macabra era eliminar não apenas o presidente João Goulart, mas também o governador Leonel Brizola. Em 2013, a família conseguiu que o corpo do ex-presidente João Goulart fosse exumado.

A volta e o encontro com o Brasil

Em Nova York: o teatro da transição autoritária à democracia

Após a bonança do ambiente de Lisboa e a festa produzida pelo Encontro dos Trabalhistas Brasileiros com os Trabalhistas no Exílio, já era hora de arrumar as malas e pôr em ordem os pacotes e documentos de um ano e meio de EUA e de Europa. Era o momento de agradecer aos anfitriões portugueses e colocar ponto final nas últimas conversas com os novos trabalhistas. E, então, baldear-se novamente para Nova York, hospedando-se no mesmo Hotel Roosevelt. Esse período, limitado no tempo, que vai de julho a setembro de 1979, guarda significados importantes para o retorno definitivo ao Brasil sob as condições da política de abertura e da anistia.

Retomar o diálogo com políticos que continuavam a chegar do Brasil, trabalhistas e do MDB (entre eles, o Dr. Tancredo Neves e o senador Pedro Simon), e, principalmente, atualizar-se sobre o processo político aberto pelo novo presidente, general João Figueiredo.

Dois políticos merecem referência especial como parte da trama do novo jogo da abertura política: Petrônio Portela, ministro da Justiça de Figueiredo, por quem passariam os projetos que desembocariam na anistia política, na reforma partidária e, particularmente, na volta de Brizola; e Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, um exímio articulador dos bastidores, servindo, ao mesmo tempo, ao MDB, como seu secretário-geral, e ao projeto de reforma executado pelo governo Geisel, com apoio de Golbery e de Petrônio Portela.

O objetivo era destravar os empecilhos e desarmar os espíritos mais renitentes e duros, dos dois lados, mais do lado do regime do que da oposição. Ambos os políticos tiveram diálogos e entendimentos com Brizola; Thales Ramalho, diretamente, e Petrônio Portela, indiretamente.

Politicamente significativas e em circunstâncias muito especiais foram suas constantes visitas a Thales Ramalho. Elas ocorriam, geralmente, no final da tarde, quando Brizola e seu assessor Clóvis Brigagão caminhavam, após longo dia de trabalho, por um bom trecho da Park Avenue. Em uma dessas caminhadas, Brizola deu uma parada e, com gestos largos e olhar incisivo, voltou-se para Clóvis e disse:

— Professor, quanto estás a ganhar?

— Bom, o governador sabe quanto, pois dos 5 mil dólares que temos, o senhor tem 4 e eu mil dólares para cobrir as despesas de alimentação, gastos para me sustentar, viagens etc.

Então Brizola disse, sem nenhuma cerimônia:

— Ah, professor, então temos que dividir esse seu dinheiro, metade, metade!

E fez o gesto de uma mão sobre a metade da outra para significar a divisão meio a meio. Sem acreditar no que ouvira, Brigagão ficou pensativo alguns segundos e então lhe disse:

— Não, governador, eu não tenho condições de dividir o que ganho trabalhando (acentuando *tra-ba-lhan-do*) para a reorganização do trabalhismo (acentuando pausadamente *tra-ba-lhis-mo*).

E assim seguiram a caminhada em direção ao apartamento de Thales Ramalho, num silêncio incômodo.

Nesse *tour* eles passavam por prédios gigantescos – entre os quais aqueles que sediavam a ITT e a ATT, nacionalizada por Brizola durante seu governo no Rio Grande do Sul, e aí embicavam em direção a uma rua perpendicular. Diante da porta do edifício de Thales Ramalho, Brizola se despedia e proferia algumas palavras para justificar por que ele preferia encontrar-se a sós com o político brasileiro.

Thales Ramalho havia sofrido um terrível acidente automobilístico nos arredores de Recife. Viera para Nova York a fim de submeter-se a cirurgias e receber o que havia de melhor em termos de tratamento e recuperação médico-cirúrgica. Pernambucano, de fala mansa e bem pausada, foi um político daqueles que sabia ouvir, muito afável e amigo dos amigos.

Ali estavam reunidos dois estilos, duas trajetórias, dois enigmas da política brasileira, que por caminhos bem diferentes, como que por acaso, encontravam-se

na Big Apple, naqueles anos finais da década de 70. Nova York não tinha nada de tolerância zero com o crime: era um banguê-banguê terrível, uma cidade em que o problema de ordem pública dominava o ambiente e as pessoas.

Para Brigagão, a curiosidade sobre aqueles encontros, que duraram três meses (aproximadamente uns 15 a 20 encontros), nesse final de exílio, era enorme: o que estariam tratando aqueles dois personagens, tão distintos na maneira de fazer política como nas características pessoais? Uma, duas, às vezes, três horas encerrados naquele apartamento sem estilo definido, onde a única testemunha era a esposa de Thales Ramalho, dona Helena Ramalho.

Quando, mais tarde, Clóvis e Brizola se reencontravam, Brizola falava sobre assuntos gerais que teria tratado com Thales Ramalho, mas nunca pontuou situações concretas oriundas daquele conluio, nem jamais indicou pistas reais sobre a conversa e as possibilidades de algum tipo de entendimento, através de seu interlocutor, com o governo Figueiredo.

Brigagão imaginou telefonemas para o Brasil, entre Ramalho e, quem sabe, Petrônio Portella. Teria, porventura, algum telefonema sido dado a Golbery, o homem todo-poderoso, à sombra, e chefe da Casa Civil de Figueiredo? Condições para a volta, que tipo de anistia, que garantias e liberdade para a reorganização partidária? O que representariam o MDB/PMDB, o PTB, o PT e o PCB no novo e surpreendente processo político? E o novo partido do governo, o PDS?

Que lugar ocuparia Brizola nessa intrincada mesa do xadrez político nos episódios pós-anistia? Ele, de fato, seria o líder de referência para chegar à Presidência, ápice do desejo de todo grande político? Eu especulava sobre o significado de tantas conversas com aquele homem habilidoso, que, ao mesmo tempo, servia ao MDB – como seu secretário-geral – e tornara-se homem de confiança do novo governo militar, que desenhava a anistia e a reorganização dos partidos políticos.

Apenas na última visita que fez a Thales Ramalho, Brizola fez o convite para que Clóvis o acompanhasse, e a conversa, que não demorou muito, transcorreu sob um clima ameno e de trivialidades formais. José Almino Alencar, filho de Miguel Arraes, que vivia em Nova York, também esteve presente no apartamento de Thales Ramalho acompanhando Brizola.

Segundo Elio Gaspari, Thales Ramalho aparece como articulador importante e defensor da conciliação. Em maio de 1975, articulou com o marechal Cordeiro de Farias uma longa conversa entre o general Golbery do Couto e Silva (ministro chefe da Casa Civil do presidente Geisel) e o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, cujo tema central foi o processo de redemocratização do país. Era o que Thales Ramalho fazia com Brizola, teatro de conciliação.¹¹⁰

Seria possível que esses dois políticos profissionais tivessem passado todos esses encontros falando e, quem sabe, tomando cafezinho ou até mesmo e, comedidamente, algum bom vinho – se é que a situação de Thales Ramalho permitia alguma bebida alcoólica – comentando fatos pitorescos da vida de cada um?

Mas é bem mais provável que ali a comunicação e a articulação política tenham sido estabelecidas com maestria, cada um negociando o que tinha de direito e responsabilidades políticas, seus limites e espaço de liberdade, por seu papel, pela liturgia de poder e pela representação política naquele momento histórico da vida brasileira. É bem provável que, ali, um capítulo singular da história tenha sido escrito, e é quase certo, lamentavelmente, que permaneceu sem registro!

Clóvis Brigagão visualizou alguns diálogos entre os dois personagens como se fora um teatro de costumes político, cada qual representando excelentemente seu papel: o primeiro, Thales, moderado por natureza; o outro, Brizola, apressado, por necessidade dos novos tempos; um, pernambucano, o outro, gaúcho; um, que estava no poder, o outro, que queria chegar a ele... e ainda guardava a ansiedade do exílio em relação à volta e ao seu papel nessa nova história.

Um que negaceava, por temperamento e por ordem das circunstâncias e do projeto do governo, ainda militar, que se abria sob o signo da segurança, aquilo que, para o outro, também por temperamento e por acreditar em sua missão política, era uma situação de urgência – embora não pudesse manifestar essa pressa, como um teste para sua paciência, nesse jogo em que os limites de cada lance poderiam ser perigosos, fatais, e, assim, os dois prolongavam esses exercícios, metódicos, com ênfases para cada jogada e para cada decisão, num alinhavo repleto de frases, gestos, insinuações, possibilidades de acerto... ou impasse... mas sem recuo sobre o que estava ali sendo representado.

Para nós, não há dúvida sobre o fato de que Brizola representava o último obstáculo para a concessão da anistia. Na ata secreta do CSN (Conselho de Segurança Nacional), em reunião de junho de 1978 – um ano antes do envio ao Congresso Nacional –, o general João Figueiredo abre a discussão dentro do governo Geisel sobre o assunto. A Lei da anistia foi assinada em 28 de agosto de 1979. Segundo Rubens Valente, jornalista da *Folha de S.Paulo*, “a proposta que passou no Congresso, onde o governo tinha maioria, refletia a posição de Geisel que ficou registrada na ata”.¹¹¹

O presidente convocou a reunião do CSN para discutir o projeto pelo qual iria extinguir os Atos Institucionais baixados pela ditadura entre 1964 e 1969, as principais medidas persecutórias do regime. A ata do CSN demonstra como a discussão sobre a anistia era complicada no seio do governo. Geisel, segundo a reportagem, disse aos membros do CSN (entre eles, Golbery do Couto e Silva, ministro chefe da Casa Civil; Armando Falcão, ministro da Justiça; e Mário Henrique Simonsen, ministro da Fazenda):

— A anistia é inoportuna, porque eles continuam a conspirar; eles continuam a querer subverter, continuam a agitar. [...]

“Eu [Geisel] acho que há muitos Atos que vamos ter que rever. [...]

“Eu não vou rever um Ato em que o Exército expulsou ou botou para fora um general comunista. Pode ser que algum dia se faça essa campanha de anistia política. E veja bem, se nós pusermos [*sic*] isto, nós estamos indiretamente encampando esta campanha de anistia que está aí pelo país afora. Eu preferi não dizer nada sobre isso para não acender nenhuma esperança. Como está, não há esperança. Se eu estabelecer que os Atos ‘serão revistos’, de acordo com lei de iniciativa do Poder Executivo, estou abrindo uma porta muito larga para todos estes que estão querendo forçar um clima de anistia, afirmando que o Brasil foi de anistia etc.

O projeto de anistia encaminhado ao Congresso em 1979 deixou a cargo da administração federal, por meio de conselhos de avaliação, decidir sobre o retorno dos servidores atingidos pelos Atos. O chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Mário Paglioli de Lucena, manifestou sua preocupação quanto a perder o controle

“sobre o processo de extinção dos Atos” e que isso fosse aproveitado para criar a anistia “ampla” no Brasil.

— Qual a segurança que temos de que esta proposta passe tranquilamente no Congresso, sem acréscimos, com vistas a anistia ampla e irrestrita — indagou Paglioli a Geisel.

O presidente respondeu que era “um problema que realmente existe”, mas que tinha um plano, sobre o qual pediu “sigilo”, que consistia em retirar do Congresso, em último caso, a proposta do governo sobre os Atos.¹¹²

Às vésperas da aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso, que resgataria a cidadania de milhares de exilados brasileiros, presos, torturados e perseguidos pela ditadura, desembarcaram em Nova York a grande raposa da política brasileira, Tancredo Neves, e o senador gaúcho, de origem trabalhista, Pedro Simon, ambos no MDB. Sobre o Dr. Tancredo, Brizola guardava na memória episódios que culminariam no suicídio de Getúlio: Tancredo era o ministro da Justiça e quem Brizola considerava ter “traído” o Dr. Getúlio.

Nos episódios de 1961, após a renúncia de Jânio e o impedimento feito ao vice-presidente João Goulart pelos militares, Brizola conduziu o Movimento da Legalidade pela posse de Jango. Para ele, a ida de Tancredo ao Uruguai para encontrar-se com Jango, antes de sua descida em Porto Alegre, tivera o objetivo de manipular Jango para que aceitasse a via do parlamentarismo. Portanto, em Nova York, Brizola não estava muito disposto a conversar sobre o futuro do Brasil pós-ditadura com quem ele conhecia de outros tempos. Nesse ambiente de desconforto, Neusa teve papel decisivo.

Ela apenas disse, com toda a sua calma e delicadeza, como costumava tratar Brizola na intimidade:

— Queridinho, você vai receber, sim, o Dr. Tancredo.



Foto de Brizola com Tancredo e Pedro Simon em Nova York, entre julho e setembro de 1979.

E assim Brizola recebeu o Dr. Tancredo. A conversa alongou-se por praticamente dois dias inteiros, com caminhadas, almoço, jantar em uma sala do Roosevelt, no próprio apartamento, conversa cheia de evasões e generalidades, cada um deles reinventando sua própria forma de “ocultar” ao seu interlocutor, como se as posições fossem coincidentes, embora as sutilezas garantissem, principalmente, para cada um deles, a divergência expressa nas palavras que os dois políticos encontram no centro do alvo, cada um convencido de que a parada estava ganha. Ao lado dos dois líderes, o jovem senador Pedro Simon, que na ocasião dissera que, findo o bipartidarismo, estaria no PTB ao lado de Brizola, ouvia a sabedoria política

dessas duas especiais raposas políticas brasileiras. Era outra versão do teatro das negociações que Brizola tivera com Thales Ramalho e agora revivia com o Dr. Tancredo e o jovem senador gaúcho Pedro Simon. O MDB e, depois, o PMDB, eram pedras no caminho do líder do trabalhismo.



Despedida de Nova York. Equipe em torno da mesa de trabalho. Da esquerda para a direita, Alex Souza (íntimo colaborador de Brizola e de Neusa, assim como sua esposa Eunice de Oliveira), Clóvis Brigagão, Leonel Brizola e José Carlos Mendes; à direita o jornalista Ricardo Kotscho (*IstoÉ*) e o fotógrafo Carlos Contursi. Setembro de 1979, dias antes da volta ao Brasil.

Notas

¹¹⁰. Ver Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*, p. 89-91.

¹¹¹. Cf. Rubens Valente, “Ata revela veto de Geisel à anistia ampla”, *Folha de S.Paulo*, 29/9/2009, p. A8.

¹¹². *Ibidem*. Cf. Rubens Valente, “Ata revela veto de Geisel à anistia ampla”, *Folha de S.Paulo*, 29/9/2009, p. A8.

Voltando nas asas da Braniff

“Eu ainda não adquiri bem a consciência de que eu vou regressar, vou pisar de novo o chão de minha pátria... voltar ao nosso ambiente. Eu só vou adquirir consciência, acho, quando chegar lá. Quando encontrar as caras conhecidas, os abraços, quando ouvir aquele linguajar, aquele português brasileiro. Só terei consciência disso depois de dormir uma noite no Brasil. Há de ser muito agradável acordar no Brasil.”

Leonel Brizola¹¹³

LEONEL BRIZOLA

N. York, 30 de agosto de 1979

Senhor Consul Geral do Brasil em
New York

=====

Venho solicitar a V. S. a concessão de um passaporte, dado que a Lei da Anistia já foi promulgada e publicada no Brasil.

Solicito, ainda, à V. S. consultar, se necessário, o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, sobre a possibilidade de dispensar-me de maiores exigências quanto a documentação, dado que estou há mais de 15 anos vivendo no exílio.

Qualquer solução ou resposta pode ser transmitida através do portador, Prof. Clovis Brigagão ou, então, diretamente, ao Hotel Roosevelt, onde estou hospedado com minha família.

Saudações,


ENG. LEONEL BRIZOLA

Entre a data de aprovação da anistia, a reconquista do passaporte brasileiro e a volta, houve a angustiante semana de preparações, despedidas e apreensões. Saindo de Nova York, na noite do dia 5 de setembro, no último voo da Braniff, em um DC-8 azul-marinho, para a América do Sul, o trajeto incluía pequena parada em Washington, pouso para abastecimento na Cidade do Panamá, terceira parada em Lima, quarta em La Paz, já de madrugada, e chegada em Assunção, Paraguai, na manhã do dia 6 de setembro. Foi uma viagem inesquecível e dramática.

A data da viagem de volta fora resultado de cálculo: Brizola e sua caravana chegariam em São Borja no dia 7 de setembro, data da Independência do Brasil. O grupo era composto pelo casal, os filhos Neusa Maria e João Otávio, Hélio Fontoura,

Carlos Contursi, Alex Souza, José Carlos Mendes, o jornalista da *IstoÉ*, Ricardo Kotscho, o fotógrafo *freelancer* Domingos e Clóvis Brigagão.¹¹⁴

De Nova York – onde vários brasileiros, asilados ou não, foram despedir-se no aeroporto John F. Kennedy –, o voo seguiu até Washington. Ali, após ter liberado os passageiros para descerem no aeroporto para o *free shopping*, passados 10 minutos, o comandante, nervoso, alertou os passageiros, pelo alto-falante, que o avião deveria levantar voo imediatamente antes que uma tempestade – o furacão Davis – pudesse impedir a decolagem.

E lá ficaram, no Aeroporto Internacional Dulles, de Washington, cinco pessoas da comitiva: Neusa Maria e João Otávio, Alex Souza, Ricardo Kotscho e o fotógrafo Domingos, que tinham ido às compras. O avião partiu. Mas o furacão avançava e os pegou em cheio, e todos passaram a sofrer os inconvenientes dos ventos fortes, da torrente de chuva grossa, da pesada tempestade, que parecia impedir o avião – de quatro turbinas com suas hélices – de movimentar-se para adiante, sacolejando, sacolejando forte e abruptamente. Durante as mais de três horas do trecho Washington–Cidade do Panamá, o voo foi uma sucessão de vômitos, quedas abruptas e descontrole emocional.

Na parada no aeroporto de Tocumen, no Panamá, Brizola foi até o comandante e exigiu que ele o acompanhasse até o balcão da Braniff, a fim de obter informações sobre os brasileiros que haviam ficado em Washington. A Braniff informou que eles haviam partido para o Brasil pela VARIG, o que deixou Brizola calmo. Antes da partida, quatro peruanos sobreviventes de um naufrágio no golfo do Panamá subiram no avião até Lima.

Tudo pronto para continuar a viagem, o comandante anunciou, na saída do Panamá, que a tempestade já havia se dissipado, mas repentinamente comunicou que o avião entraria, novamente, em área de grande instabilidade. E lá foram todos completamente desnorteados até Lima, varando aquele céu de sombria turbulência causada pelos fortes ventos e imprevisíveis quedas de altitude, com raios a iluminar aquele céu escuro e chuvoso! Parecia que os céus conspiravam contra a viagem!

Ao chegar a Lima, por volta das três horas da madrugada, um grande número de jornalistas estava à espera dos quatro peruanos naufragos. Um dos jornalistas,

de um grande jornal de Lima, sem informar aos demais sobre a presença de Brizola no mesmo avião, esperou que a algazarra passasse e foi direto realizar seu furo de reportagem. Ao ver o repórter dentro do avião, o comandante proibiu a entrevista. O repórter, que não pretendia perder aquela oportunidade, trouxe, então, Brizola para fora do avião e ali na escada fez sua entrevista.

Encerrada a passagem por Lima, eles partiram para La Paz. Tudo normal, aparentemente. Ao pousar naquele aeroporto lunar, naquela altíssima altitude, o fotógrafo Carlos Contursi, que acompanhava Brizola registrando sua vida e trajetória política, começou a passar mal, ficou todo roxo e sem respiração, tendo que receber socorro médico de emergência.

Finalmente, na manhãzinha do dia 6 de setembro, depois de quase 20 horas de um voo longo e conturbado, a comitiva desembarcava no aeroporto de Assunção, mais tarde renomeado Silvio Pettrossi, célebre aviador paraguaio, em lugar do supremo ditador, general Alfredo Stroessner, que, depois de destituído do poder, exilou-se em Brasília, onde morreu.¹¹⁵

As autoridades paraguaias já haviam autorizado o trâmite especial das bagagens e de toda a comitiva. No saguão especial do aeroporto, o ministro do Interior, general Sabino Montacino, representando o governo da ditadura Stroessner, veio dar as boas-vindas ao casal Brizola. E ali mesmo deu ordens para que os opositores paraguaios – os históricos febristas e os liberais liderados por Domingo Layno –, que vieram saudar o líder brasileiro, fossem retirados do recinto do aeroporto.¹¹⁶ Também o acesso de jornalistas fora proibido, e o general Montacino apenas informou que as “declarações [de Brizola] ficariam para o território brasileiro em Foz do Iguaçu”.

Um grupo de brasileiros já os esperava e acenava para o casal: João Vicente Goulart, o filho mais velho de Jango; Sereno Chaise, trabalhista histórico e um dos homens mais chegados a Brizola, compadres duplamente; o senador Pedro Simon; o jornalista Augusto Nunes, da revista Veja; Trajano Ribeiro e, surpreendentemente, Cláudio Lembo, então o todo-poderoso presidente da Arena de São Paulo.

As autoridades paraguaias haviam proibido jornalistas de entrar no recinto onde Brizola era recepcionado. Augusto Nunes entrou como se fosse assessor de

Cláudio Lembo e, assim, pôde acompanhar o que se passava dentro do aeroporto. Houve bastante demora e todos ali permaneceram isolados, em uma área especial. Observador, Brigagão viu que Brizola e Lembo conversavam em um canto de uma sala reservada, e a imaginação soltou-se: a presença do arenista de São Paulo ali seria por conta de algum “recado” do governo de Figueiredo a Brizola? Essa ideia permaneceu em sua cabeça desde então (1979). Com a decisão de escrever este livro, nada mais imperativo do que realizar entrevista com o então vice-governador de São Paulo (2005), no Palácio Bandeirantes, para saber se ele confirmaria a teoria conspiratória do autor.

Cláudio Lembo riu muito quando a pergunta foi feita:

— Sua presença ali representava o “dedo” do governo para passar algum “recado” a Brizola?¹¹⁷



Brizola é recebido por grupo de brasileiros: Trajano Ribeiro, ao fundo, à direita; o senador Pedro Simon, do MDB; Wilson Vargas, velho companheiro de Brizola no início do PTB e o filho mais velho de Brizola, José Vicente, em Assunção, 6 de setembro de 1979.

Segundo Lembo, ele estava em Assunção casualmente de passeio com sua esposa, no mesmo hotel onde estava hospedado o jornalista Augusto Nunes, que, então, convidara Lembo para ir ao aeroporto receber Brizola. O fato é que os dois tiveram um trato muito carinhoso, e diante daquele homem que vinha de um longo exílio e da oposição a ele, sentiu-se muito confortável e alegre em receber, como brasileiro, aquele que estava retornando à sua terra. Foi, disse Lembo, um contato muito afetivo e muito carinhoso de brasileiros que se reencontravam, apesar de não se conhecerem antes.

Depois do encontro com Brizola no aeroporto de Assunção, Cláudio Lembo recebeu vários telefonemas de autoridades do governo que se mostraram confusas

e contrariadas com o acontecimento. Paulo Maluf o afastou da presidência da Arena-São Paulo. Golbery do Couto e Silva ligou e pediu-lhe que falasse com cautela sobre o assunto, porque a situação ainda era muito sensível contra Brizola. Para Lembo, ele estava a serviço da reconciliação e considerava ser de bom-tom encontrar-se com Brizola em sua volta ao país, e o que ocorreu foi positivo: como presidente da Arena de São Paulo, o primeiro brasileiro do partido da ditadura a receber Brizola foi fator positivo para a abertura política no Brasil.

Daí em diante surgiu uma amizade que permaneceu por toda a vida. O casal Brizola ia visitar os Lembo em São Paulo. Brizola e Neusa chegavam a levar quitutes e lembranças pessoais, toalhas bordadas, ao casal amigo, assim como os Lembo, quando iam ao Rio, compartilhavam o mesmo espírito de amizade e confraternização.

Dialogavam e mantiveram uma visão democrática e solidária. Lembo contou que, na última semana de vida de Brizola, teve a oportunidade de dialogar várias vezes com ele, pelo telefone, e Brizola chegou a relatar-lhe o cansaço nas pernas e o avanço de sua enfermidade.¹¹⁸

A presença daqueles primeiros brasileiros tinha um significado especial tanto para o casal Brizola, longe do país por 15 anos, quanto para os seus acompanhantes, pois eles estavam ali saudando, pelo Brasil, aqueles que haviam sido proscritos de sua prolongada convivência. Terminada a jornada de Assunção, partiu-se em um pequeno avião bimotor Piper PT-ESO (de oito lugares) de propriedade de João Vicente Goulart para Foz do Iguaçu. O piloto do Piper, Manoel Soares Leães, o Maneco Leães, foi o mesmo que levou Brizola para o exílio no Uruguai, pilotando um avião de Jango em maio de 1964.

A chegada ao Aeroporto de Foz do Iguaçu parecia que seria tranquila. No entanto, seria necessário que passar pelo posto da Polícia Federal a fim de receber o visto de entrada nos passaportes. Os agentes federais pegaram os passaportes e minutos depois informaram que eles teriam de esperar, pois foram obrigados a se comunicar com autoridades em Brasília, com a Polícia Federal (e certamente com o SNI).

Foram obrigados a confirmar se Brizola e os demais brasileiros teriam permissão para entrar no país. E haja espera de Brasília... Até que um dos agentes,

o major Mata Machado (da mesma família dos Mata Machado, de Minas Gerais, opositor ao regime militar e que teve um de seus jovens membros morto pela ditadura), decidiu, por conta e risco próprios, liberar a comitiva de Brizola.

Do lado de fora do aeroporto podia-se ver uma aglomeração de mais de uma centena de brizolistas, que ali permaneciam prontos para reagir ao boato de que o líder fora preso.¹¹⁹

Desde Nova York, com a aproximação da volta, Brizola vinha pensando, como um sobreaviso, na possibilidade de se criar algum clima militar em sua chegada, provocando tumulto que pudesse prejudicar o andamento da abertura. Conscientemente, excluiu a chegada pelo Rio de Janeiro e por Porto Alegre. Por isso a escolha daquele voo da Braniff, que vinha pingando pela América do Sul até Assunção, Foz do Iguaçu e, depois, a chegada à “Porteira da História”, São Borja.

Clóvis se lembra muito bem da grande e forte emoção ao pisar em solo brasileiro, tendo à frente o Hotel das Cataratas (da antiga VARIG), onde ficaram hospedados, aquelas cataratas brancas e, ao fundo, a espessa mata verde...

A primeira entrevista coletiva de Brizola, com inúmeros jornalistas, fotógrafos e seus flashes, despertou sentimentos de perplexidade e muitas perguntas diante da inusitada circunstância histórica. Brizola, em suas respostas – com seus cigarros Marlboro sempre acesos – mostrava-se cauteloso, colocando palavras genéricas que se encadeavam sobre cenários da vida política, da reorganização partidária, do futuro do regime militar e das possibilidades de eleições gerais no país democratizado.



“Quero me empapar de Brasil”: primeira entrevista de Brizola em território brasileiro, em Foz de Iguaçu. (Ao fundo, as Cataratas do Iguaçu.) Em 6 de setembro de 1979.

Notas

¹¹³. Entrevista a Tarso de Castro, *Enfim*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 12/9/79, p. 2.

¹¹⁴. Informações confirmadas por Eunice de Oliveira, Rio de Janeiro, 29/5/2011.

¹¹⁵. Segundo F.C. Leite Filho, “o presidente Stroessner tinha feito restrições àquele pouso do ilustre exilado em Assunção: ‘olha, eu sou amigo de seu pai; do Brizola, não’, disse ele ao filho de Jango, João Vicente Goulart, que lhe fora pedir autorização para o desembarque do tio Leonel, no país”. F.C. Leite Filho. *El Caudillo Leonel Brizola*, p. 371.

¹¹⁶. Informações da viagem e dos vários atropelos vividos durante o voo da Braniff foram passadas ao autor [CB], em entrevista, por José Carlos Mendes, Rio de Janeiro, 17/1/2011.

¹¹⁷. Entrevista com o vice-governador de São Paulo, Cláudio Lembo, Palácio dos Bandeirantes, São Paulo, 15/7/2005.

¹¹⁸. *Idem*, cf. entrevista com o vice-governador de São Paulo, Cláudio Lembo.

¹¹⁹. Entrevista de José Carlos Mendes a Clóvis Brigagão.

Entrando pela “Porteira da História”: São Borja

Passada a noite em Foz do Iguaçu, de pouco sono e de muitos sonhos, nas primeiras horas do dia 7 de setembro de 1979, novamente, o pequeno avião e um segundo que levava a comitiva decolaram rumo a São Borja, a “Porteira da História”. Próximo a São Borja já se podia ver, lá do alto, o movimentado cenário de cavaleiros e muita concentração popular na Fazenda Granja São Vicente, dos Goulart.

A foto expressa mais que as palavras: nos braços daquele seu povo, sob bandeiras do Brasil, do PTB, e com a presença dos cavaleiros com seus costumes gaúchos.



Em cima do teto de uma Kombi, Brizola é saudado por centenas de correlegionários, amigos e populares em São Borja, em 7 de setembro de 1979.

Para os que vinham com o casal Brizola, tudo aquilo era novidade: chegar ao Brasil, em pleno dia Sete de Setembro e, particularmente, desembarcar, junto com Brizola, no território sagrado do trabalhismo, de Getúlio, Pasqualini, Jango, e agora Brizola. Sentia-se o clima de festividade trabalhista-gaúcho, hospitaleiro, aconchegante: o churrasco sobre as brasas acesas parecia simbolizar o fim da escuridão da noite da ditadura...

A *Folha de S.Paulo* dá o toque da chegada: “Foi preciso muito esforço para que o ex-governador pudesse chegar seguro até um jipe. Daí, Brizola foi transferido para o teto de uma perua Kombi, que o levou à sede da Granja São Vicente. Trinta minutos depois, já em automóvel fechado, Brizola seguiu para o Cemitério de São Borja, onde fez o seu primeiro pronunciamento no Brasil. Brizola falou ao lado do túmulo de Getúlio Vargas e, em seguida, fez questão de visitar o jazigo da família Goulart, onde está enterrado o ex-presidente João Goulart.¹²⁰

Diante dos túmulos de Getúlio e de Jango, o discurso lido, ainda que cauteloso, era entusiasmado e flamejante. Nele, Brizola partiu a perscrutar o destino traçado desde ali sobre os próximos passos e as decisões que iriam contar, passo a passo, no limite ainda do regime de exceção – sobre a herança do trabalhismo e de sua reconstrução marcada naquele chão como seu ponto de não retorno... “Há em tudo o que vivemos e sentimos, neste momento, um intenso simbolismo que nos dá força e inspira confiança.”¹²¹ O regresso à sua terra teve grande repercussão, com manifestações populares durante os primeiros dias de sua permanência na “Porteira da História”.

Nas primeiras conversas de Brizola com os organizadores de sua inaugural agenda brasileira, percebeu-se, desde logo, que o trajeto traçado de São Borja até Porto Alegre parecia ser um roteiro carimbado pelo MDB de Pedro Simon. Não era para oferecer o protagonismo ao projeto que Brizola abria para o trabalhismo. Com efeito, o percurso apresentado e orientado pelo senador, junto aos seus companheiros – ainda em estado de dúvida – seguia interesses emedebistas, por um roteiro que atravessaria cidadelas guardiãs comandadas por políticos do MDB. Brizola pediu um tempo.

Reuniu-se com seus colaboradores mais próximos, os que vinham de fora e os velhos trabalhistas, e aí ficou decidido: iriam acampar ali em São Borja até que fosse possível ter melhor visão do quadro e de outros arranjos, cujos roteiros fossem mais trabalhistas do que emedebistas. E ali se instalou o acampamento do casal Brizola, em casa da mãe de Neusa, dona Vicentina – Tinoca – à rua Felix da Cunha com Presidente Vargas, hoje Museu João Goulart. No Hotel Charrua ficariam hospedados os dois autores e o amigo Antonio Tabajara. Outros, em casas de familiares e amigos dos Goulart.

O saguão do Hotel Charrua transformou-se em uma assembleia aberta durante semanas. Era muito difícil encontrar acomodação nos demais seis hotéis de São Borja e a solução foi colocar até cinco pessoas num só quarto de casal. Área de segurança nacional, em São Borja era vedada a colocação de faixas na zona urbana. O comitê de recepção passou a transportar bandeiras nas janelas dos carros que corriam as ruas da cidade conclamando o povo a comparecer à praça para o comício de Brizola naquela noite.

Cerca de 150 jornalistas, do Brasil e do exterior, cobriam a chegada, e a expectativa era enorme quanto à primeira entrevista coletiva – concedida no comitê de recepção na manhã de seu desembarque. Tanto a Brigada Militar do Rio Grande do Sul como a Polícia Federal, reforçadas, garantiam a ordem pública.¹²²

À noite, na principal praça de São Borja, praça Maurício Loureiro, uma multidão esperava pelo pronunciamento de Brizola, às 23 horas, sobre *Os direitos econômicos e sociais do povo brasileiro*, que ele vinha preparando com a ajuda de seus colaboradores, desde Portugal e, depois, Nova York, antes de seu regresso. Ao seu lado estavam Darcy Ribeiro e o senador Pedro Simon. Ali Brizola falou com paixão e fervor sobre as razões do Golpe, com a tomada do poder pelos militares e associados civis em 1964, as cassações sucessivas feitas contra o Partido Trabalhista Brasileiro e seus militantes por todo o país, especialmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Cassações, prisões, torturas e morte, exílio... Brizola falava sobre as condições em que o trabalhismo passou a viver durante aqueles anos de ditadura. Continuou refletindo sobre a dureza dessa perseguição, o que levou o trabalhismo a ter que sobreviver sob a sigla do MDB e a se manter como a brasa adormecida pelas cinzas da repressão política.

Seguiu seu raciocínio peculiar, adestrado em sintonia com o momento. Parou, levantou os braços, espalmou bem a mão, e com veemência disse:

— Aí, então, cortaram a cabeça do trabalhismo.

Esperou a ovação do público que o ouvia comovido e em silêncio. Mas, surpreendentemente, lá de baixo do palanque, um senhor, num inesperado grito, fez o aparte:

— E pescoço não brota.

A multidão não deixou de reagir com uma coletiva gargalhada, meio abafada, e Brizola retomou seu raciocínio, como se aquele aparte não o tivesse incomodado, até que a certa altura retrucou:

— E em comícios dos trabalhistas não poderia faltar um *borrachito* a incomodar.

O público conivente aplaudiu e gargalhou solto, enquanto Brizola, esperando pelo fim do tumulto causado pelo senhor bêbado, terminava seu discurso sobre os

direitos do povo brasileiro.

Reuniões e mais reuniões foram, então, sendo articuladas e a agenda reestruturada. O passo seguinte foi reunir trabalhistas, velhos e novos, para um seminário ali na “Porteira da História” trabalhista.

A partir da vitória do MDB em 1978, muitos desses trabalhistas históricos haviam assumido compromissos com o MDB gaúcho e estavam “recolhidos”, duvidosos, em cima do muro, entre o passado histórico do trabalhismo e a situação e os interesses emedebistas.

Neusa Brizola, então, assumiu o comando. Delicadamente, mas decidida, mobilizou todos os que ela conhecera na época de Jango, e que tinham sido do PTB e continuaram com Brizola durante o governo estadual, em que os trabalhistas haviam crescido muito. Falou com as principais e mais importantes lideranças e personagens e deu orientação para que se organizasse um seminário, que viria a ser conhecido como o Seminário Trabalhista de São Borja.¹²³

Na reunião, em um galpão cedido pelo velho companheiro e amigo, Artur Dornelles, Neusa, diante de Brizola e de centenas de companheiros trabalhistas, passou um bom pito, sem sabão, e puxou a orelha daqueles senhores, alguns já de cabelos brancos, que estavam traindo – “costeando o alambrado” – o legado do trabalhismo. O seminário acabou sendo um sucesso, com os participantes vibrantes e muitos comentando, com grande admiração, a destemida atuação de Neusa. No seminário houve Temário (de Quatro Pontos), o Regimento Interno e o Cronograma da Programação, além de um documento final defendendo a determinação de continuar a mesma luta do trabalhismo histórico, assinado pela Comissão Executiva Provisória do PTB de São Borja, como Florêncio Guimarães, Luiz Dutra, Manoel Loureiro, Artur Freire Nunes, Bonifácio de Sá, Vera Peixoto, Manoel Espina, Ramão Altair da Silva, Antonio Inda e Joveni Silveira.¹²⁴

No dia 10 de setembro, Brizola vai a Carazinho e segue até o distrito de Cruzinha, onde nascera. Foi visitar o túmulo de sua adorável mãe, Oniva Moura Estery, que havia falecido em 1968, quando ele se encontrava no exílio. No dia do falecimento da mãe, Brizola estava em Edimburgo, na Escócia, para uma cirurgia de seu filho João Otávio. Ali, diante do túmulo, surgiu a Sra. Maria da Graça Medeiros, de 70 anos, que lhe transmitiu recado da mãe, da qual fora vizinha:

— Ela me pediu para lhe dizer que morria pensando no senhor e mandou que lhe desse um abraço por ela.

Tal situação comovente o fez chorar.

Somente em 18 de setembro seguiu-se para Porto Alegre, onde a recepção foi, ao mesmo tempo, política e emocionante, particularmente para o casal Brizola. O ambiente de expectativa era enorme. Novos contatos foram surgindo, muitos deles em casa de Joaquim Macedo e Elfrides, irmã de Neusa, onde o casal ficou hospedado e onde se reuniram alguns correligionários.

Brizola criticava qualquer artifício que a legislação do governo pudesse impor à reforma partidária que viria, e reclamava uma que levasse à democracia:

— Podemos ter que enfrentar obstáculos maiores ou menores, mas a decisão [de recriar o PTB] é irreversível.

Encontrou-se com o senador Teotônio Vilela e rearticulou-se com o amigo Thales Ramalho, que afirmava conhecer apenas duas propostas expressas em documento: uma da reunião feita por alguns parlamentares do MDB e líderes sindicais em São Bernardo – sem que Brizola houvesse sido convidado, embora tivesse se oferecido a participar – e repetida em Brasília. Outra, dizia Thales, foi a reunião promovida no Encontro de Lisboa. “No meu entendimento pessoal, a proposta da chamada *Carta de Lisboa* é mais condizente com a realidade atual da vida política do que a outra.”¹²⁵

Brizola esteve na Assembleia Legislativa, onde foi recebido pelo então presidente, deputado Ibsen Pinheiro (MDB), e deu uma longa entrevista à imprensa, tocando seu realejo sobre a situação política do país, seu relacionamento com o MDB, com os sindicalistas, com os autênticos (grupo de esquerda do MDB) e, claro, sobre a organização do PTB.

Reafirmava que os partidos são os que encaminham a democracia. Era o seu beabá de princípios para consagrar a atitude de que a política de Oposição não pode ser conduzida na dependência dos passos do Governo ou das imposições da política internacional interessada em conservar, com roupas novas, a atual situação do país.

E falou sobre o papel das Forças Armadas: depois de dizer que não era um especialista no assunto, afirmou que como cidadão e político considerava que “a

garantia de que as Forças Armadas cumpram seu papel constitucional encontra-se numa sociedade civil organizada”. Finalmente, apontou para o PT que nascia, dizendo que Lula não sofria nenhum tipo de condenação como fazia o MDB ao seu papel de reorganizar o PTB.¹²⁶

Nota digna da situação da chegada de Brizola na capital gaúcha. Era uma sexta-feira e em nenhum meio de comunicação gaúcho apareceu qualquer manchete sobre sua chegada a Porto Alegre. Ele, realmente, não queria manifestações populares, preferindo reuniões em recintos fechados. Neusa aproveitava a chegada para congregar-se com seus familiares: as irmãs Elfrides, chamada pelos irmãos de Tia Fida; Tarcila, conhecida como Cila; Yolanda, chamada de Landa. Todas vivas quando Neusa chegou a Porto Alegre e hoje todas falecidas.

Brizola realmente sabia que qualquer grande manifestação de apoio popular para ele poderia parecer provocação e isso já não fazia mais parte de sua política, que pretendia criar, acima de tudo, um ambiente democrático. Mas também não lhe agradava em nada o silêncio de *toda* a mídia, o que fazia desconfiar de censura, uma ferida à liberdade de expressão. Aí vem a parte interessante: em *todos* os jornais e no topo da primeira página, manchetes sobre a prisão do sindicalista Olívio Dutra (e mais quatro líderes sindicais).

A mídia de Porto Alegre e de outras cidades médias e o MDB gaúcho chegaram a interpretar a greve comandada por Olívio Dutra como “demonstração de força ao Brizola”. Nascia ali a liderança petista do sindicalista Olívio Dutra: eleito prefeito de Porto Alegre (batendo o candidato do PDT) e depois governador do Estado do Rio Grande do Sul.¹²⁷

Brizola atuava como o tropeiro a cuidar de seu rebanho, e passou a cultivar um núcleo formado por um punhado de jovens que viram, com o Golpe civil-militar de 1964, ruir seus sonhos por um Brasil desenvolvido, soberano e sem as injustiças sociais que na década de 60 faziam com que cerca de 70% da população brasileira vivesse no campo, em condições miseráveis; a quem não restava outra alternativa senão a migração para os grandes centros urbanos, para continuarem miseráveis, amontoados nas favelas das principais capitais brasileiras.



Sede da Associação de Estudos e Debates do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Porto Alegre, 19 de setembro de 1979.

Entre esses jovens estavam Isaac Ajnhorn, Miguel Bodea, Carlos Araújo, Dilma Rousseff, Licia Peres, Glenio Peres, Miguelina Vechio, Vieira da Cunha, que lideraram a organização de forte segmento jovem do partido no Rio Grande do Sul. Esses jovens eram liderados pelos chamados “históricos” do trabalhismo, divididos àquela altura entre os membros da Associação liderada por Matheus Schmidt, que organizou o primeiro seminário trabalhista no Rio Grande do Sul, e os históricos propriamente ditos liderados por Sereno Chaise, Alceu Collares, Lidovino Fanton, Otavio Caruso da Rocha, Nadir Rossetti, Nei Ortiz Borges, Antonio de Pádua Ferreira da Silva, os deputados Aldo Pinto, Amauri Muller, Magnus Guimarães e Carlos Augusto Sousa.

Brizola e Neusa passariam vinte dias em Porto Alegre em constantes contatos políticos e ouvindo os companheiros sobre os próximos passos para a reorganização do PTB e seu papel dentro do cenário nacional.



Brizola escuta, com grande e atento público, a saudação da visita proferida pelo presidente da Associação de Estudos e Debates do Partido Trabalhista Brasileiro, Matheus Schmidt (segurando o microfone), em Porto Alegre, em 19 de setembro de 1979.

Notas

¹²⁰. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8/9/1979.

¹²¹. Ver F. C. Leite Filho, *El Caudillo Leonel Brizola*, p. 373.

¹²². *Folha de São Borja*, São Borja, 7/9/79.

¹²³. Já haviam sido realizados dois seminários antes, a partir de 1977, com a distensão de Geisel e a saída de Brizola do Uruguai e a ida para os Estados Unidos. Os autores foram os responsáveis-executivos do Seminário Trabalhista de São Borja, que ocorreu em 15/9/1979. A *Carta de São Borja* expressava a decisão de reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde logo, como tarefa principal e urgente que se impunha a todos os companheiros.

¹²⁴. Ata do Seminário.

¹²⁵. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25/9/79.

¹²⁶. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25/9/79.

¹²⁷. Mino Carta. “Em 77, o Planalto previa a volta. Mas...”, *IstoÉ*, São Paulo, 12/9/1979.

Desembarcando no Rio de Janeiro

Foto: Agência O Globo



Brizola chega no Aeroporto Internacional do Galeão, Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1979.

Tendo passado 15 anos no exílio, Brizola queria retornar à cidade que lhe dera um em cada quatro votos válidos nas eleições para deputado federal no ano de 1962, o que lhe garantiria o título de deputado federal mais votado do país até hoje. Para chegar ao Rio, fez o percurso desde Nova York, passando por Assunção, São Borja e Porto Alegre: foram 23 dias nesse retorno de meandros.¹²⁸

A Campanha da Legalidade de 1961, por ele liderada a fim de garantir a posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, bem como a fama de suas realizações enquanto prefeito da capital e governador do Rio

Grande do Sul, como a construção de 6 mil escolas, fizeram de Brizola o depositário da admiração dos cariocas.

Anistiado e sabedor de que o Rio de Janeiro ainda era o centro político do Brasil, o tambor que ecoava do Oiapoque ao Chuí, não hesitou em decidir recomeçar exatamente onde havia sido forçado a interromper sua trajetória política.

No escritório da avenida Nilo Peçanha, os esquemas de segurança para a recepção eram motivo de discussões que se estendiam por dias e dias, buscando oferecer a Brizola a recepção mais digna e com esquema popular de grande monta, com garantias de não haver qualquer espírito de revanche ou, muito menos, provocação.

Em razão de toda a história do Golpe militar, Brizola poderia ter armado uma megaoperação para recepcionar sua chegada ao Brasil e ao Rio de Janeiro. Reuniria entre 500 mil e 1 milhão de pessoas: o povo já estava farto do regime militar, do milagre econômico e da sociedade aprisionada politicamente, e suas frustrações levariam todos a ovacionar o líder trabalhista.

No entanto, Brizola já havia dado sinais para que não houvesse algo grandioso que pudesse parecer ato político contra a ditadura. Junto aos organizadores, insistia na moderação; algo festivo, mas que não viesse representar qualquer sinal de provocação aos militares. Um grande, e o mais entranhado, inimigo dos militares estaria liberado pela anistia, o que lhe abria caminho para que, diante das reformas, chegasse ao desafio máximo da Presidência. E os militares teriam de bater continência para ele.

Pois foi nesse cenário que o homem impulsivo e desafiador tornou-se moderado e paciente. A disputa política já estava instalada no Rio de Janeiro e a recepção revela as divisões, no MDB, com Chagas Freitas e seu grupo de um lado e, do outro, o senador Amaral e o prefeito de Niterói, Moreira Franco.

Os preparativos para seu retorno foram então iniciados. Na sede da Comissão Nacional Provisória do Partido, na avenida Nilo Peçanha, nº155, passou a funcionar a Comissão de Recepção, formada pela Comissão Nacional Provisória e pelos ex-sargentos Praxedes, Gelci e Barroso, liderados pelo simpático sargento Figueiredo, todos responsáveis pela segurança de Brizola.

O prefeito de Niterói, Moreira Franco, foi quem mobilizou a infraestrutura (transporte, faixas, placas e gente) para a recepção de Brizola no Galeão. Os companheiros foram convocados pelas lideranças comunitárias filiadas ao partido, com destaque para Alzira Leite na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Ruth Pardal na Zona Norte e João de Deus, que havia organizado núcleos de base. O número de pessoas que queria ir ao aeroporto esperá-lo era muito maior do que a disponibilidade de transporte. Foi quase uma mobilização espontânea, deflagrada pelo noticiário que anunciava a volta do líder trabalhista. O governo e os setores do regime militar estavam apreensivos e, lógico, de sobreaviso...



Brizola chega no Aeroporto Internacional do Galeão e é abraçado pelo povo. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1979.

No dia 1º de outubro de 1979, Brizola era recepcionado por uma multidão, em um ambiente festivo e popular, no recinto do Aeroporto do Galeão; com todos aqueles ingredientes característicos e emocionantes esperados depois de anos de afastamento da ex-capital.

A ida da Comissão Nacional até o avião não foi autorizada. O ex-sargento Figueiredo foi recebê-lo na porta do avião e tinha a incumbência de trazê-lo até o ponto do saguão onde Doutel de Andrade e demais membros da Comissão Nacional Provisória o aguardavam. Mas os esquemas de segurança foram deixados de lado com a festança popular, e não chegaram aos ouvidos do próprio

Brizola, que se deixou ser abraçado, beijado, carregado nos ombros de seus correligionários e populares que lá foram recepcioná-lo.

Junto à porta principal do aeroporto estava estacionado um Ford Galaxy preto de propriedade da Sra. Alice Tamborindeguy. Gessy Sarmiento postou-se ali, e Brizola e Brigagão entraram no carro. O sargento Barroso não titubeou, entrou na frente, ao lado de Gessy, que se fazia de motorista, mostrou-lhe um revólver dissimuladamente e advertiu:

— Eu não sei quem você é, mas veja bem aonde você vai levar o Dr. Brizola.

A intervenção de Barroso se deu porque o que estava planejado era que Brizola iria para o Hotel Everest em Ipanema no carro de Doutel de Andrade, parado alguns metros atrás do Galaxy.

A partida para o Hotel Everest foi dada pelo carro em que estavam Doutel de Andrade, Trajano Ribeiro e Eduardo Chuahy. Passados uns 500 metros, desde o início da reta da estrada do Galeão, eles constataram, surpresos, a presença de garateias¹²⁹ ao longo da via de acesso ao aeroporto. Quem as teria colocado ali, premeditadamente? A direita civil ou militar inconformada com o retorno do líder? Provavelmente a mesma turma de radicais, responsável pelo atentado do Riocentro.

Milagrosamente, o carro de Doutel passou incólume pelas garateias sem um pneu furado. Outros carros que seguiam a mesma direção começaram a sentir os efeitos das garateias: pneus explodindo, plac, plac, e com isso os motoristas perdiam a direção, o que poderia causar acidente – provavelmente o objetivo de quem colocara aqueles pregões espalhados pela estrada.

Logo após, o Galaxy dirigido por Gessy Sarmiento seguiu em direção à estrada do Galeão e as mesmas garateias começaram a explodir os pneus do carro... Gessy ainda conseguiu parar o grande automóvel e deixá-lo para trás com os pneus furados. Providencialmente havia ali um pequeno furgão da TVE, que levou o casal Brizola até o Hotel Everest, onde já os estavam esperando Doutel, Trajano e Chuahy.

Ficaram o susto e o aviso. Era o primeiro sinal de provocação daqueles setores que permaneciam atuando nos porões da ditadura.

No Everest, teve início a temporada de conversas preliminares e composições iniciais, num vai e vem constante de políticos, lideranças partidárias, líderes sindicais, representantes de movimentos sociais, militares e civis. Era interessante observar a “contabilidade” das pessoas interessadas em estar com o “homem”: quem seriam os primeiros a ser recebidos, quantos minutos ou horas demoraria a conversa etc.

Nessa primeira noite visitou-o o então prefeito de Niterói, Moreira Franco, e o diálogo com Brizola parecia frutífero. Além de agradecer pelo apoio logístico em sua chegada ao Rio, Brizola contabilizou a jovem representação de Moreira Franco, a ligação com o senador Amaral Peixoto e a filha de Getúlio, Alzira Vargas, com o simbolismo getulista a apoiar essa convergência.

Dias depois, Brizola e Neusa foram fazer uma visita a Niterói e jantaram com o casal Wellington Moreira Franco e Celina Vargas do Amaral Peixoto. Brizola manteve também várias conversas com o senador Amaral Peixoto, então um dos cardeais do MDB. Havia muita reação a ele no MDB de Chagas no Rio, mas principalmente no MDB de São Paulo. A reação do comando do MDB era mascarada por uma atitude de temor de abrir mão da sigla do MDB, que durante o período ditatorial havia acumulado um bom capital político-eleitoral.

Franco Montoro foi um dos mais aguerridos contra a união com o PTB de Brizola. Dizia que o PTB, desde Getúlio e Goulart, e com Brizola, não era afinado com o pensamento e a ação política dele e de seus associados, no passado e no presente.¹³⁰

A bomba

Corria o mês de novembro. Brizola, instalado no Hotel Everest, ensaiava os primeiros movimentos como líder do trabalhismo ressurgente, representado àquela altura, no Rio de Janeiro, por algumas centenas de pessoas mobilizadas desde que, de Nova York, ele determinara a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro.

Logo após sua chegada, Brizola convoca Trajano Ribeiro para um café da manhã em seu apartamento, pois queria acertar detalhes para a convocação de uma reunião partidária para começar a nova fase de organização, agora sob seu comando direto. Era uma dessas manhãs de primavera que no Rio de Janeiro se constituem em um verdadeiro espetáculo de cores e luminosidade, que a efervescência da grande metrópole não consegue empanar.

Trajano chegou por volta das nove horas. O apartamento era razoavelmente confortável. Possuía um pequeno hall de entrada, dois quartos e uma sala onde Brizola recebia as pessoas. Eles se sentaram à mesa e Brizola disse:

— Precisamos convocar o partido. Já mandei reservar um salão no térreo. Convoca todo mundo que esteja empenhado nas tarefas de mobilização e organização. Preciso ouvir esses companheiros e também dizer a eles o que nós estamos pensando. É preciso reafirmar a necessidade de assumirmos a nossa cara. Temos que sair dessa geleia geral que é o MDB, hoje. Temos que refletir também sobre as novas questões que estão na pauta, como a questão da mulher, do negro, dos índios. E temos que reafirmar a necessidade de cuidar das nossas crianças.

Naquele momento, o discurso foi interrompido. Alguém tocara a campainha e Neusa havia aberto a porta. Era um garçom trazendo-lhe um cafezinho, que ela solicitara alguns minutos antes. Da porta Neusa indagou:

— Este pacote é teu Trajano?

— Não — ele respondeu, já se dirigindo à porta.

Então, Trajano se lembrou do que Brizola falara no dia anterior, de que haviam colocado na porta do apartamento uma cesta de palha com uma garrafa contendo um líquido escuro e um bilhete ameaçador. O pacote lhe pareceu uma caixa de garrafa de uísque, embrulhada em um papel de cor desbotada, estampado, fechado com fita adesiva.

A essa altura o garçom já havia descido e naquele momento não ocorreu a Trajano outra atitude senão pegar o embrulho. Ele deu uma leve sacudida e sentiu que dentro havia algo, talvez uma garrafa. Mas depois daquela armadilha na estrada do aeroporto e do cesto com o bilhete ameaçador, foi inevitável a suspeita de algo perigoso. Trajano pegou o embrulho e o depositou cuidadosamente em um cinzeiro alto que ficava entre os dois elevadores que serviam ao andar.

Desfez parte do embrulho e abriu a tampa superior da caixa. Para seu espanto havia ali um cilindro metálico, de aço escovado, encimado por um relógio pequeno, redondo, fixado ao que seria uma tampa plástica preta do cilindro e a ele conectada por três fios em espiral, um vermelho, um verde e um amarelo.

Ele voltou rapidamente para o apartamento. Brizola indagou:

— E então?

Em voz baixa para que Neusa não escutasse, Trajano respondeu-lhe:

— É uma bomba.

— Como assim? — retrucou.

— Parece uma bomba-relógio. Vou chamar o diretor do hotel.

— Não — disse Brizola —, vamos chamar o Gessy.

Naquele momento Trajano não entendeu por que chamar o Gessy. Mais tarde ele compreenderia que Gessy tinha relações com pessoas da polícia, que poderiam intervir no assunto com a discricção com que Brizola queria tratar o caso.

Trajano não esperou outra providência – pois o que ele vira não permitia hesitações nem esperas – e chamou o gerente Alfeu Fett, que prontamente acorreu acompanhado de um segurança do hotel, a quem, depois de examinar rapidamente o conteúdo da caixa, determinou que a levasse para a rua. O segurança ficou lívido, com ar incrédulo, mas Fett insistiu:

— Leva para fora.

E o homem desceu no elevador com o artefato que, após ser colocado sobre o canteiro central da avenida Vieira Souto, foi desativado e recolhido pela polícia.

No dia seguinte a imprensa noticiou o fato com a seguinte versão: “Foi encontrado na porta do apartamento do ex-governador Leonel Brizola, no hotel Everest, um dispositivo composto de algumas bananas de dinamite em mau estado e um relógio despertador.” O dispositivo, segundo a notícia, não apresentava qualquer perigo. A foto que ilustrava a matéria era de umas bananas de dinamite quase desfeitas e um relógio despertador enorme, em suma, nada semelhante ao que Trajano encontrara e que foi visto também por Alfeu Fett e pelo segurança do Hotel Everest.

Brizola havia conseguido desmoralizar a bomba e minimizar o episódio. Dias depois, Trajano lhe comunicou:

— Governador, fui chamado para depor sobre a bomba.

— Não dá muita importância ao fato — disse —, não vale a pena. ¹³¹

Passado esse primeiro pouso em terras cariocas, Gessy Sarmento providenciou então o que seria a primeira residência do casal. Dois apartamentos na rua João Lira, 118, no Leblon. O apartamento de baixo era a residência e no de cima instalou-se o escritório político de reorganização do PTB. No escritório, a procissão era constante: entravam e saíam pessoas à procura de orientações e articulações voltadas para a reaglutinação do PTB, que continuava a progredir por todo o país.

Desde muito cedo, o escritório já estava preparado: cafezinho, água, salas separadas para conversas privadas... Eram velhos e novos adeptos, com a preparação de listas de nomes nos estados onde houvesse algum antigo ou novo contato a fim de formar os diretórios estaduais e municipais.

Ainda no final do ano de 1980, Brizola comprou da família Bornhausen o apartamento da avenida Atlântica, uma espécie de lugar público, do lado de fora, na calçada do edifício – sem garagem – e lá dentro do apartamento, o local onde seriam desenrolados episódios, encontros e decisões políticas marcantes durante os próximos 24 anos. Ali começaria outra história – após uma árdua luta política e judicial em que se perdeu a sigla do PTB –, com a organização do PDT e vários processos eleitorais em que Brizola se envolveu até sua morte, em 2004.

Para lá seguia, todos os dias, uma caravana de colaboradores envolvidos na organização do PTB, depois do PDT. Ainda nesse mesmo período foi transferido farto material e documentação¹³², trazidos do exílio de Nova York e de Lisboa, para uma casa na rua Dr. Júlio Otoni, 505 – cujo proprietário era Salvador Fernandes, político petebista de Mato Grosso e que comerciava pedras semipreciosas (acabaria sendo assassinado em sua fazenda) – e onde iria morar por algum tempo, durante a primeira eleição de 1982, o cacique Juruna.

Juruna, com seu inseparável gravador, possuía uma sabedoria indígena matreira comparada às raposas políticas tradicionais. Certa manhã, ao chegar à casa da rua Dr. Júlio Otoni, Clóvis Brigagão com os demais colaboradores encontraram o quarto de Juruna fechado por dentro. Bateram e chamaram, várias vezes, o Juruna, mas nada de resposta. Continuaram a insistir, até que Juruna respondeu, com sua voz peculiar, que apenas atenderia ao Brizola:

— Falar Brizola — repetia.

Eles então ligaram para Brizola e contaram o que estava acontecendo. Brizola disse que iria logo para lá, acompanhado pelo professor Darcy Ribeiro, padrinho político de Juruna.

Quando Brizola e Darcy chegaram, foram direto até a porta do quarto. Então perguntaram a Juruna o que ele queria. Passados alguns minutos, ele respondeu:

— Juruna querer fazenda.

Não houve entendimento imediato e Brizola novamente perguntou o que Juruna queria dizer com fazenda.

— Juruna querer fazenda, terra para mim e família.

Esclarecida a proposta, Brizola e Darcy prometeram a Juruna comprar terra na região de onde vinha Juruna. E de fato Juruna receberia sua fazenda, após as eleições em que sairia vitorioso como deputado federal.

Brigagão fora incumbido de dar aulas de português a Juruna, mas depois das primeiras lições percebeu que ele não queria aprender a falar o português do branco, pois se o aprendesse certamente deixaria de ser o cacique Juruna. Clóvis comunicou essa situação a Brizola, enfatizando que Juruna deveria continuar falando de seu jeito, pois assim ele continuaria a ser original. Certa vez levou-o para comer numa churrascaria em Botafogo e, ingenuamente, imaginou que índio só comia frutas, legumes e verduras (que Brigagão gostava, porque já não comia carne). Mas Juruna pediu todo tipo de carne que se possa imaginar. Brigagão lhe perguntou por que ele gostava tanto de carne e ele respondeu:

— Juruna não é coelho.

Nesse mesmo período, o primeiro debate público importante de Brizola foi travado na TV2 Guaíba de Porto Alegre, coordenado pelo jornalista Rogério Mendelski, com o senador Pedro Simon (MDB-RS), em 10 de março de 1980. Foram estabelecidas algumas regras para que o debate seguisse normalmente. Vale registrar aqui: de um lado, Brizola, fumando seu inveterado cigarro Marlboro; do outro, o senador Pedro Simon, do PMDB-RS, fumegando, incessante, seu inseparável cachimbo. O ambiente do estúdio da TV estava contaminado por essa densa fumaça provocada pelos dois gladiadores tabagistas.¹³³

O tema, com a presença de um grupo escolhido de pessoas do Rio Grande do Sul que fazia perguntas aos debatedores, concentrou-se na questão que dividiria os dois: a reorganização do PTB, o lugar do MDB e o do próprio senador Simon, que, em várias ocasiões, fora instigado a esclarecer sua declaração (ao professor Ajadil de Lemos e ao próprio Brizola, durante sua visita a Nova York, em companhia de Tancredo Neves) de que, extinto o MDB, iria para o PTB.

Brizola tramava em seu realejo a questão do renascimento do trabalhismo, suas histórias antes de 64, seus personagens e, sempre que possível, soltava aquelas frases irônicas contra o senador Simon. Sobre a dúvida shakespeariana do senador, Brizola alfinetava mencionando a simbologia da boca torta pelo uso constante do cachimbo.

Pedro Simon desviava o olhar e fazia uma ginástica verbal (e até mesmo física, pois não parava de se mexer na cadeira com seu cachimbo indo de uma mão à outra e delas para a boca) para responder. O teatro televisivo, com a atuação dos contendores, a magia do realejo tocado por Brizola e os escapes do senador Simon, foi um momento inesquecível. Ali ficou demarcado o espaço político, particularmente significativo, das diferentes propostas políticas entre o projeto de Brizola, do PTB/PDT, e o do senador Pedro Simon, representante da corrente favorável à manutenção da unidade da frente emedebista/PMDB.

Notas

¹²⁸. Nem o retorno de Jango Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961, que partiu da China para ocupar o Palácio do Planalto, deu tantas voltas como a viagem de Brizola de Nova York à São Borja, no RS. Cf. F. C. Leite Filho. *El Caudilho Leonel Brizola*, ps. 369-370.

¹²⁹. Instrumento cortante, formado por vários pregos apontados para cima que saem de uma base única e provocam furos ou explosões em materiais de borracha.

¹³⁰. Cf. entrevista de W. Moreira Franco a Brigagão, Rio de Janeiro, 21/8/2005.

¹³¹. Ver a reportagem de Chico Otávio e Alessandra Duarte, “A rede secreta do sargento – linha direta com o terror”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 24/4/2011, p. 3-5, que conta a colocação da bomba-relógio no Hotel Everest logo nas primeiras semanas em que o casal Brizola ali se hospedara.

¹³². Esse arquivo, muito rico sobre toda a trajetória de Brizola e as primeiras iniciativas de reorganização do PTB – segundo João Otávio Brizola, o “baú do Brizola” –, está hoje guardado enquanto não se decide se vai para a Fundação Darcy Ribeiro ou se espera a criação de um Memorial Leonel Brizola. Os autores não tiveram acesso a essa documentação, embora, pelo menos a parte internacional, tenha sido organizada por Brigagão. Em 20/4/2013 noticiou-se a precariedade do local onde estavam os arquivos de Brizola, sendo necessárias providências urgentes para que não se percam de vez.

¹³³. Nossos agradecimentos a Edison Luís Silva Martins, funcionário do Arquivo da TV2 Guaíba, que cedeu cópia do vídeo do debate aos autores.

Reorganizando o PTB

Dada a partida oficial para a reconstrução dos partidos políticos, após a guilhotina lançada sobre o corpo do bipartidarismo autoritário, começa a batalha. Primeiro, organizar nacionalmente o PTB. Era tarefa burocrática gigantesca em um país de dimensões continentais como o Brasil. Era como se estivéssemos a organizar uma autarquia político-partidária. No meio disso tudo, a liderança de Brizola estava dividida, entre ex-trabalhistas históricos, getulistas, janguistas e brizolistas, e os novos trabalhistas saídos da armadura do MDB e da Arena, socialistas, comunistas (ligados ao grupo de Luís Carlos Prestes) e a facção de Ivete Vargas, que disputava com o grupo de Brizola o registro definitivo da sigla PTB.

Ainda restavam os que chegavam do exílio, da Europa (Portugal e França majoritariamente), do México, da Argentina e do Uruguai, além de países africanos de língua portuguesa. Que valor tinha esse PTB para que se despendesse tanta energia, que gerasse tanta disputa? E, apesar de tantas críticas ao seu passado, ali estava o partido, naquele momento da virada política brasileira, novamente em ação.

Um dos seus mais íntimos colaboradores era o saudoso e respeitado coronel Dagoberto Rodrigues, exilado no Uruguai, ex-diretor geral do então estratégico Correios e Telégrafos no governo Goulart. Registramos aqui um episódio pitoresco.

Em março de 1960 o presidente JK dera, ao então jovem oficial-engenheiro do Exército, pleno poder para implantar a rede de telecomunicações de Brasília, ainda em construção. Dagoberto começou então a buscar equipamentos, principalmente com os suecos.

O embaixador dos EUA fez chegar a JK o desapontamento americano com a decisão do Brasil de instalar um sistema “de campanha” das Forças Armadas para funcionar na visita que o presidente Eisenhower faria a Brasília. Eles queriam que a

poderosa e americana ITT (encampada por Brizola em seu governo no Rio Grande do Sul) instalasse as linhas de telefonia e telex da nova capital. JK não cedeu. A ITT então enviou ao Brasil seu melhor negociador para entendimentos com o jovem oficial Dagoberto Rodrigues: Henry Kissinger, que viria a ser o homem forte do governo Nixon, anos mais tarde. Kissinger, sem conhecer o caráter de Dagoberto, partiu para uma proposta direta de aliciamento para se fazer o negócio.

Diante da imperturbável resistência de Dagoberto, o negociador Kissinger apelou para o “jeitinho” e perguntou-lhe *quanto* (*how much*) – e repetiu algumas vezes “*quanto*” – teria de pagar “por fora”. Dagoberto ouviu e, em inglês disse-lhe:

— *Please, can you repeat?*¹³⁴

E o negociador da ITT, Henry Kissinger, repetiu lentamente, com um sorriso amarelo:

— *How much?*

Dagoberto levantou-se e, em português, disse-lhe:

— Levante-se e ponha-se daqui para fora.

Dagoberto, às vésperas de tomar posse como diretor da Imprensa Oficial do estado do Rio de Janeiro, no governo Brizola, sofreu um ataque fulminante do coração e morreu!¹³⁵

Brizola havia chegado ao Brasil em setembro de 1979 e desde o início de 1980 carregava a responsabilidade de organizar seu partido pelo país afora. Cumprir toda a restritiva legislação para o registro partidário era tarefa gigantesca. Assinatura de várias fichas (eram três fichas para cada afiliado), cadastramento, composição das listas de nomes para a Comissão Nacional, as Comissões Estaduais e Municipais, os Diretórios, os suplentes... Aquilo tudo representava pesada quantidade de papel, documentação, tudo a ser registrado nos tribunais eleitorais.

Brigagão, que até então nunca tivera qualquer experiência dessa natureza legal,¹³⁶ colaborava com o carregar daquele piano, movendo-se por todo o país, em busca de velhos e novos adeptos, nas capitais e cidades do interior. Assinaturas e mais assinaturas nas indefectíveis, mas indispensáveis, fichas, organizar aquilo, voltar ao Rio, entregar à Direção Nacional e, novamente, render-se às viagens pelo norte, nordeste, leste, oeste, sul... Afinal, a conhecer mais seu próprio país.

Atormentava-se com o tamanho e o volume daquelas inscrições, Comissões, Diretórios para o registro do PTB, com data marcada...

Quem teve papel central na reorganização inicial do PTB em todo o Brasil foi o ex-deputado Doutel de Andrade, último líder do PTB na Câmara dos Deputados (1964) e que ocupou o segundo lugar mais importante na hierarquia do PTB e, posteriormente, do PDT.

O processo de articulação do PTB foi repleto de cenários, uns assimiláveis outros descartáveis, mas para Brizola o conflito fundamental estava em Brasília, não tanto no governo Figueiredo, mas no meio dos senadores do MDB. Se ele tivesse conquistado, não todos os senadores, mas boa parte deles, seu caminho teria sido outro, ampliando o movimento social, garantindo-lhe a liderança e hegemonia do processo de democratização até as eleições presidenciais, diretas, em que seria imbatível.

Segundo Cibilis Viana, “a primeira viagem de visitas que Brizola fez foi aos principais jornais paulistas e a personalidades; entre outros, dom Paulo Evaristo Arns, Franco Montoro, Euzébio Rocha e Lula. Esse primeiro encontro com Lula não foi nada amistoso. Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Lula aguardava Brizola sentado em sua mesa de trabalho. Brizola falou sobre as tradições trabalhistas, sobre Getúlio. Lula o interrompeu, dizendo: ‘Getúlio ferrou o trabalhador.’ A partir daí, o ambiente tornou-se constrangedor. Brizola o contradisse e a conversa terminou ali mesmo. Brizola se retirou, sem que Lula tivesse a gentileza de o acompanhar até a saída; permaneceu sentado em sua mesa.”



Tentativa de entendimento. Sindicato dos Metalúrgicos, em Osasco (SP). Brizola fumando, Lula cofiando seu bigode, os olhares para horizontes distantes...

Cibilis Viana comenta ainda que em seguida “Brizola encontrou-se com Franco Montoro, na fazenda de Paulo de Tarso, no interior de São Paulo, onde acertaram a entrada deles no PTB. Entusiasmado com os entendimentos, Montoro comentou comigo: ‘Vamos unir no Brasil as duas internacionais, a democrata cristã e a socialista.’ Dias depois, Montoro recuou da iniciativa, ao que sabemos, por ter obtido de Ulisses [sic] Guimarães o compromisso de fazê-lo candidato a governador de São Paulo, caso se mantivesse no PMDB. Brizola procurou Tancredo Neves, que concordava em participar do projeto de reconstrução do PTB, mas desejava fazê-lo em companhia de Chagas Freitas, fato que impossibilitou a continuidade dos entendimentos.

“Em outra oportunidade, Brizola foi recebido em Santo André, numa grande Assembleia [sic] de trabalhadores. O Presidente do Sindicato local era um antigo trabalhista, Deputado Federal Benedito Monteiro. Brizola, que fez um discurso inflamado, impregnado de nacionalismo, foi ovacionado”.¹³⁷ Os sindicalistas fizeram questão de dizer a Brizola que não trouxesse para dentro do PTB o Jânio Quadros: ele provocaria a saída dos sindicalistas!

Uma articulação nada desprezível foi justamente a que Brizola entabulou com o ex-presidente Jânio Quadros, que amargava o ostracismo, mas ainda tinha uma extraordinária comunicação popular e estava de volta à vida política de São Paulo. Por iniciativa do próprio governo Figueiredo e pela velha amizade que Golbery mantinha com o ex-presidente, seu nome foi incluído nas pesquisas de opinião de empresas de pesquisas eleitorais.

Brizola foi, então, convidado por Jânio para um almoço em sua residência, no Guarujá. Com o astuto Jânio, Brizola teria de fazer todo um malabarismo para examinar o quadro partidário e até mesmo convencê-lo para que examinasse a proposta do PTB.¹³⁸

A conversa durante o almoço foi um encantamento – bastante surrealista – entre dois políticos matreiros e experimentados. Brizola buscou um discurso que, aparentemente objetivo, navegava por parábolas e figuras de retórica, a fim de conquistar a figura paradoxal de Jânio. No início, Jânio ouvia; parecia que estava em outro lugar, distante. Brizola já gastara boa parte de seus argumentos para que o ex-presidente escolhesse seu caminho e entrasse no PTB. Jânio recompôs-se, ajeitou seus óculos e tratou de dirigir a conversa em seus termos, vagos, difusos, com seu linguajar característico, que perambulava por filigranas que resvalavam para um tom de comédia.

Depois do almoço passou-se para a varanda. Jânio começou dizendo:

— Governador, depois que o senhor se livrou da companhia daquela senhora [referia-se a Ivete Vargas], me declaro disposto a ingressar em seu partido, como soldado. Amanhã vou a Araraquara [SP] falar aos estudantes e irei transmitir sua palavra aos jovens.

Constrangido, Brizola falou sobre o partido, ressaltou que o ingresso em uma organização partidária era um ato de consciência, e que iria deixar ao ex-

presidente o programa dos estatutos do partido para que ele pudesse refletir sobre a proposta trabalhista, a fim de que pudesse assumir uma decisão definitiva.

A conversa se desenrolava com elogios mútuos, grandes expectativas sobre a convergência partidária, mas nada era conclusivo. E assim Brizola ficou sem Jânio, e este, mais tarde, conquistaria a Prefeitura de São Paulo à sua moda.

Outra história – e essa muito importante – que não vingou foi com o MDB. Contemos os fatos da reunião histórica entre Brizola e os senadores do MDB (praticamente o comando do MDB), em Brasília.

Logo no início de 1980, Brizola partiu do Rio, em companhia de Moreira Franco, para enfrentar e tentar convencer os caciques principais do MDB a examinarem as possibilidades de marchar com ele para o PTB. Ele chegou a expor aos seus principais companheiros da Comissão Executiva Nacional seu objetivo: convergência e fusão do seu PTB com o MDB. Foi uma reunião – tanto para ele quanto para os do MDB – decisiva no sentido de uma composição política de conciliação das elites ou de desentendimento entre elas. Durante a viagem, Moreira Franco procurou, mansamente, aconselhar Brizola a ouvir, a ter muita cautela com os senadores – apontava os possíveis prós e os contras. Brizola ouvia daquele seu jeito de segurar a cara com uma das mãos, as largas sobrelhas se enrugando junto à testa, ficava absorto, pensativo, mas não dizia nada.

A reunião contou com os principais senadores – com a ausência de Ulysses Guimarães e do mais importante político do MDB, Tancredo Neves, ligado a Getúlio e a Jango e que estivera com Brizola em Nova York. Mas estava presente uma expressiva bancada de senadores, como Franco Montoro (SP), Amaral Peixoto (RJ) e Pedro Simon (RS). Além de Paulo Brossard (RS), o *menestrel de Alagoas* Teotônio Vilela, Marcos Freire, de Pernambuco, morto prematuramente em acidente de avião. A avalanche das eleições de 1974 fizera o único partido de oposição engordar, e os senadores se transformaram em verdadeiros caciques do partido. E nenhum era biônico!¹³⁹

Nessa reunião Brizola avançou o sinal e falou muito, em vez de ouvir os políticos do MDB. Com sua capacidade de argumentação, combinada a seu charme e poder de convencimento, e tocando seu realejo, ele certamente criaria um ambiente de

simpatia, com a possibilidade de adesão do grupo – ou de provocar a cizânia – e, no final, arrebanhar aqueles senadores para seu projeto do PTB.

A reação foi grande, e a principal partiu do senador Franco Montoro: não era pelo Brizola – embora ele também tenha sido atacado –, mas pela mudança da sigla MDB (ele frisou: *movimento democrático brasileiro*), contra a hipótese de um PTB, que pela tradição do trabalhismo-getulismo tivera como fonte o período da ditadura varguista. Não cabia, pois, juntar democracia com autoritarismo. Teotônio o seguiu e depois outros e, no final, o senador Amaral Peixoto, que defendera a tese da incorporação do MDB ao PTB, ficou irritado com Montoro, como na velha rixa entre a UDN e o PSD (de Juscelino, e que fizera o pacto com o PTB de Jango).

Montoro pronunciou seu discurso, naquele seu estilo embaraçado e, às vezes, desconectado da realidade, mas pisou fundo no calo: era um absurdo o MDB, como o próprio nome indicava, trocar de sigla e tornar-se o PTB, partido fundado pelo ditador Vargas. Amaral reagiu e disse que, diante de tais circunstâncias, não poderia continuar no MDB, pois manteve e mantinha laços de lealdade ao Dr. Getúlio. Em seguida, levantou-se, saiu da reunião e nunca mais voltou. Sua briga era com Chagas Freitas, no Rio de Janeiro, e não quis combatê-lo ao lado de Brizola. Por isso foi buscar outro rumo... o PDS.

Brizola ficou sabendo naquele momento que teria de tocar seu próprio caminho: não poderia realizar um projeto político de refundação do PTB com o patrimônio adquirido pelo MDB nos últimos 15 anos de oposição consentida ao regime militar. Deveria partir para sua campanha solitária, cercado de seus fiéis seguidores: organizar nacionalmente o PTB, a partir do Rio de Janeiro e com o que ele conseguira manter no Rio Grande do Sul e alguns outros pontos do Brasil.

O ministro Golbery procurou saber mais sobre aquela reunião; não se sabe se Montoro estaria nesse jogo político ou mesmo se mantinha relações com Golbery, e aí dois movimentos foram formados: o primeiro foi o que estimulou Tancredo Neves a criar o Partido Popular (PP) e o segundo foi dar o PTB ao grupo da Ivete Vargas. Com essa manobra, Brizola ficou só com seu grupo, que, em vez de crescer, parecia ter se encolhido.

Notas

¹³⁴· “Por favor, você pode repetir?”

¹³⁵· Conforme relato por e-mail de Gilberto Araújo, em 5/7/2007, sobre o coronel Dagoberto Rodrigues, com quem ele e Clóvis Brigagão trabalharam nos Correios e Telégrafos até o Golpe de 1964.

¹³⁶· Fez parte da diminuta, mas tempestuosa, POLOP (Política Operária), de natureza trotskista e luxemburguista, mas ali não havia fichas, ao contrário, nem legalidade e burocracia a cumprir... e, claro, era a história clandestina da luta política contra a ditadura.

¹³⁷· Cf. Cibilis Viana, “Cibilis Viana relembra momentos marcantes de Brizola”. Disponível no site do PDT: <www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/meu-amigo-leonel-brizola/cibilis-viana>, Rio de Janeiro, 2/6/2011; acesso em 6/10/2014.

¹³⁸· Brigagão esteve presente e procurou sintetizar a longa conversa entre Jânio Quadros e Brizola, em princípio de longa camaradagem.

¹³⁹· Senadores nomeados pela ditadura não eram eleitos.

Cinzas e brasas: a perda da sigla PTB e o novo PDT

“Vi um homem chorar porque lhe negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos. Vi uma mulher beber champanha porque lhe deram esse direito negado ao outro.”

Carlos Drummond de Andrade. JB, 15/5/1980

Indeferido o primeiro pedido em 1979, foi preparado outro, de acordo com a nova resolução do TSE. Ivete dera entrada em seu pedido, após publicação dos documentos exigidos pela lei no *Diário Oficial* e de acordo com a resolução do TSE, teve, então, precedência sobre o pedido de Brizola. Aí veio a segunda parte do drama, da trama e do trauma. Contratou-se o renomado advogado de Brasília, Célio Silva, que viria a ser Consultor Geral da República no governo Collor. Havia certa divisão de opinião no seio do grupo trabalhista de Brizola. Doutel de Andrade e o deputado federal Fanton alinhavam-se com a posição de que o TSE adotaria uma postura neutra diante da precedência do registro desse ou daquele grupo.

O Dr. Adalberto Ribeiro opinava que o TSE iria decidir pela precedência e, no caso, pela posição do grupo da Ivete. A opinião do Dr. Célio Silva era a de que não se tratava de uma “gincana, em que vence quem chega primeiro”, e o TSE levaria em conta outros aspectos, como o número de deputados, de comissões abertas nos estados, a estrutura e composição das comissões etc.^{14º}

Na manhã do dia da decisão do TSE, Brizola reuniu-se no escritório da rua João Lira, no Leblon, com as comissões executivas, regional e metropolitana, além de integrantes da executiva nacional do PTB, para discutir a situação política. Foram abordadas três hipóteses:

- 1) ganhar a sigla do PTB;
- 2) perder o PTB para o grupo de Ivete; e

3) o TSE acatar sugestão para o registro provisório das duas correntes, e então se enfrentarem, em Convenção Nacional, na disputa pelo poder do PTB.

Presentes à reunião, entre outros: Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro, Cibilis Viana, Trajano Ribeiro, Paiva Muniz, Iara Vargas, Jorge Roberto Silveira, Nadir Rossetti, Sebastião Nery, Saldanha Coelho, Eduardo Chuahy, Clemir Ramos e Carmen Cenira Leite de Castro.¹⁴¹

A única fórmula que talvez sensibilizasse Brizola para uma conciliação e compor o seu PTB com o de Ivete seria se o TSE adotasse a fórmula de registrar a legenda e considerar os dois grupos titulares de sublegenda para disputar a formação do partido, desde a eleição de comissões municipais até a realização da Convenção Nacional.

Mas em caso de derrota, o que fazer? Brizola chegou a admitir a ideia de acordo com Ivete, tão grande era a sua atração – e mesmo obsessão – pelo PTB, no qual investiu toda a sua energia e sua vida. Mas foi logo convencido, por um grupo que exercia influência sobre ele, do desgaste político, dando munição ao governo para que tudo acabasse num cambalacho. Acompanhou o conselho do grupo.

O entendimento final do TSE acabou prevalecendo, dando vitória, por cinco votos contra um, à ex-deputada Ivete Vargas, atribuindo-se grande peso à influência do ministro Golbery do Couto e Silva na decisão do tribunal: possível e provável.¹⁴² Em Brasília, Ivete Vargas, com auxílio de tranquilizantes, encontrava-se ao lado do ex-governador do Amazonas Gilberto Mestrinho.

No início da noite Ivete recebeu telefonema do secretário do senador Pedro Simon (PMDB-RS), dando-lhe os primeiros resultados, o que levou Ivete a urrar pela vitória:

— Olha, eu sou mesmo amiga do general Golbery. Nunca escondi e não nego isto.¹⁴³

Enquanto isso no canto da sala a empregada, que assistia à novela da Globo, ficava bastante irritada com os berros da Sra. Ivete Vargas.

No momento em que Brizola via seu sonho desmoronado, ainda seria possível que ele voltasse a encarar a dura realidade e resolvesse ingressar com seu capital no partido cujo comando lhe fora tomado por decisão da Justiça Eleitoral, sob a inspiração de figuras marcantes do governo Figueiredo?

Claro que, com maior emoção e com seu pensamento, Brizola era quem melhor expressava o trabalhismo. Era ele quem reunia multidões, e em torno dele se aglutinaram personalidades e os núcleos realmente representativos do PTB quando perdeu a sigla pelo TSE. Sua primeira inclinação declarada foi a de repudiar a legenda e formar outro partido. Alguns meses antes ele deixou de entender-se com os senadores Franco Montoro e Pedro Simon, por não querer abrir mão sequer de uma letra da legenda.

Mas a história da perda da sigla do PTB por Brizola é ainda uma história que não está completamente esgotada. Um pouco antes da histórica e política decisão do TSE, foi tentado um acordo entre os dois grupos que disputavam a sigla.¹⁴⁴ Brizola não quis aceitar, era momento de grande comoção, pessoal e política. Seu receio, justificável, era de que haveria a divisão de espólios, com uns cargos para um grupo, aqui e acolá, outros para o segundo grupo, a Comissão Nacional dividida, regiões comandadas por facções, a luta seria devastadora. Tudo isso iria consumir toda a energia para novas e decisivas batalhas que apenas começavam no plano da política nacional pós-abertura.

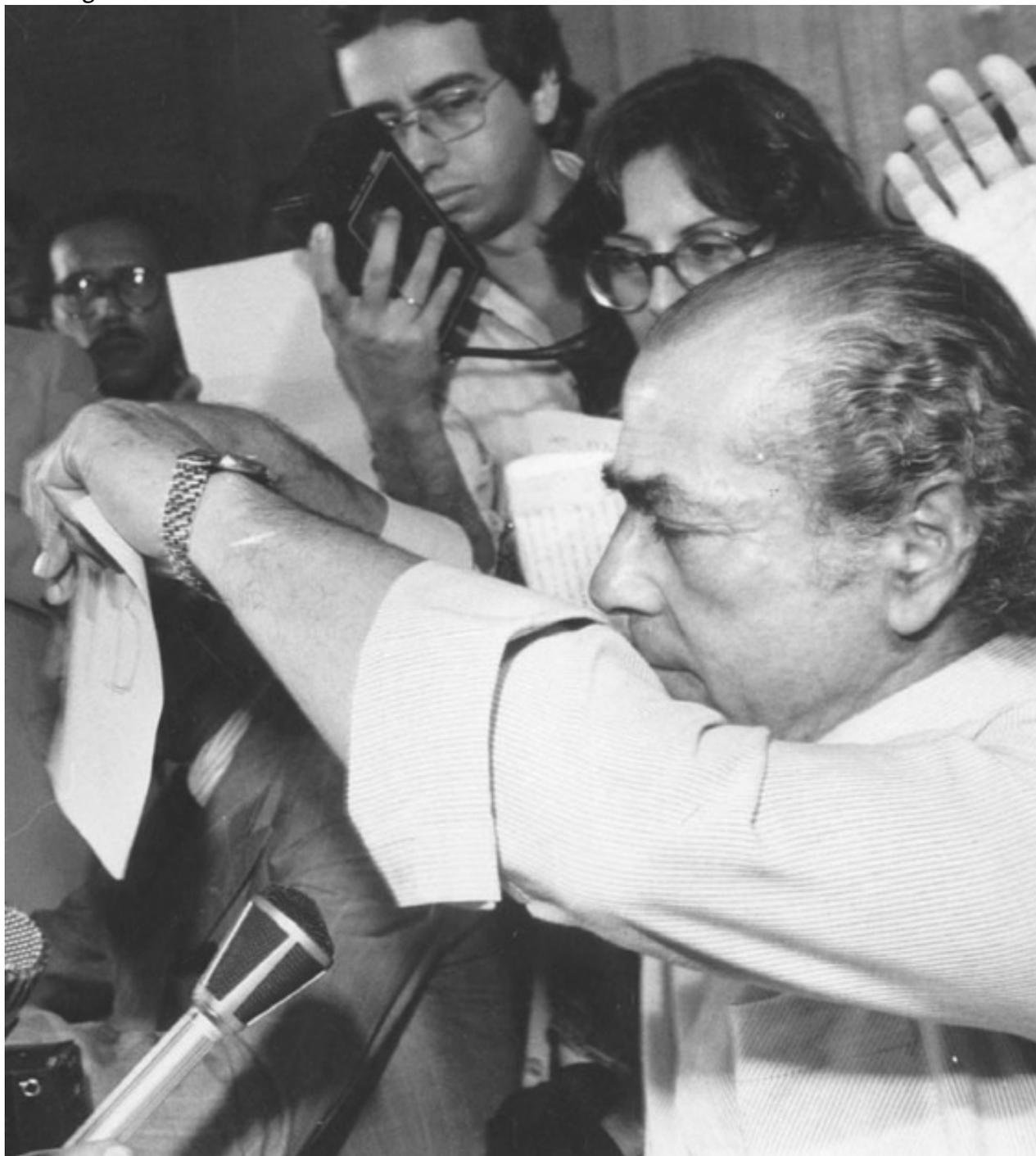
Mas, se reunidas as facções do PTB, haveria tranquilidade para se chegar a uma bancada inicial de 22 deputados e um senador, que o acompanhariam, e haveria estímulo para uma arregimentação inclusive em São Paulo, área na qual a Sra. Ivete Vargas era suspeita de estar agindo para pôr à disposição do general Golbery uma legenda da qual eventualmente se serviria Jânio Quadros. Brizola poderia entregar-se ao jogo de paciência e agir mantendo a cabeça no lugar.

Perdida a batalha, Brizola divulgou nota denunciando:

“[...] sórdida manobra governamental que conseguiu usurpar a nossa sigla para entregá-la a um pequeno grupo de oportunistas subservientes ao Poder. O objetivo desta trama é impedir a formação de um grande Partido popular e converter o PTB em instrumento de engodo para a classe trabalhadora, de defesa dos interesses de patrões exploradores, da corrupção administrativa, da entrega de nossa economia às multinacionais, uma das quais tem como diretor licenciado o Sr. Golbery do Couto e Silva, um dos homens que vem concentrando em sua mão maior soma de poderes nestes 16 anos de autoritarismo, e que foi um dos notórios responsáveis por essa expropriação de nossa legenda”.¹⁴⁵

No salão do último andar do Hotel Ambassador, com grande público – cerca de 200 pessoas –, tomou um papel onde escrevera a sigla PTB e o rasgou. Depois chorou, numa descarga emocional, diante das câmeras e do público atento e emocionado. Então saíram do hotel e caminharam até o busto do presidente Getúlio Vargas, na Cinelândia, onde fizeram um minuto de silêncio.

Foto: Agência O Globo



Emocionado, Brizola rasga o papel no qual escrevera a sigla "PTB". Hotel Ambassador, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1980.

Ainda sob o trauma da decisão do TSE, a impressão entre os principais nomes do grupo que apoiava Brizola era a de que ele havia caído numa armadilha preparada nos gabinetes do governo. Brizola, expulso do Uruguai, tomara o rumo dos EUA, unira-se à social-democracia europeia, retornara ao país com a anistia e

alimentara a esperança de ter o seu PTB forte nacionalmente... mas puxaram-lhe o tapete.

Ele próprio estava convicto de que, mais do que nunca, no Brasil existia uma consciência nacional, “uma opinião pública integrada pelas classes médias e populares, exigindo liberdade e democracia e condenando como imprestáveis e deprimentes os processos autoritários”.

“Perderam a credibilidade como administradores e como democratas, pois fizeram a revolução para defender a democracia e nos impuseram 20 anos de ditadura. Isto é o real. Fora disto, é apenas força de inércia que permanece como uma locomotiva que segue andando por algum tempo, mas não tem mais combustível.”¹⁴⁶

Passado o vendaval, Brizola mostrava-se mais tranquilo. Em entrevista à imprensa, disse que continuaria sua vida política, com moderação e determinação. Poderia agir com mais energia, mas ninguém o faria radicalizar e nem perder a calma, pois o tempo, afirmara, corria a seu favor. Nesse mesmo dia, passou o tempo em companhia do assessor Pedro Celso Cavalcanti redigindo nota que seria distribuída a todos os partidos com quem mantinha relações internacionais, informando-os detalhadamente sobre as circunstâncias que levaram à perda da sigla PTB.¹⁴⁷

Em uma noite, ao redor de uma mesa redonda no apartamento da avenida Atlântica, onde estavam sentados a grande figura do velho assessor Franklin de Oliveira, o professor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Clóvis Brigagão, Brizola, ainda fumando, dava volta à mesa expressando suas análises sobre a perda do PTB e a adoção do PDT, por palavras que passava para cada um deles para serem transmitidas, através de telegramas, aos principais líderes da IS, na Europa, EUA, América Latina e aos vários movimentos sociais internacionais. Ali permaneceram umas três horas, ouvindo Brizola a lhes ditar, palavra por palavra, os telegramas, para cada um deles um adjetivo, uma conotação especial, com aquela veemência que vivia naquele momento.

Era grande a quantidade de apoio recebido de personalidades brasileiras, como a do então presidente do Partido Popular (PP), senador Tancredo Neves; do senador Nelson Carneiro, do PMDB; de seu amigo, o deputado Thales Ramalho; e nas

centenas de telegramas de solidariedade do exterior. O governo, através do subsecretário de Imprensa da Presidência, Alexandre Garcia, informou que, tendo sido decisão da Justiça Eleitoral, não cabia mais comentários sobre a questão por parte do governo.¹⁴⁸

Ainda na mesma noite, Brizola participaria de reunião com líderes de outros partidos sobre a política nacional e a reformulação partidária, no Centro Acadêmico da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Tentara visitar Lula, preso no DEOPS, para discutir o futuro político e possível união entre os dois.¹⁴⁹ O encontro dos dois significaria a denúncia de repressão política ainda adotada pelo governo: Lula encarcerado e Brizola despejado de sua casa em reconstrução.

O cálculo era o de que, unidos, com forte presença em São Paulo, pelo lado do PT, e no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, com ele, a união iria representar uma força imbatível. Era um sonho... Reunidos em Brasília, após a decisão do TSE, os 23 deputados federais ligados a Brizola discutiram posição comum a ser adotada e que, inicialmente, era a de união com o PT, com deputados da chamada Tendência Popular do PMDB, dentro de uma nova sigla. No mesmo dia, o líder Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, comunicara à mesa da Câmara a extinção do bloco parlamentar do PTB.

Imediatamente, como reação política àquela decisão traumática, Brizola e seus companheiros tomam a iniciativa de criar um novo Partido Trabalhista. Que nome o novo trabalhismo ganharia? Pelo menos meia dúzia de siglas foi levantada: primeiro, PTN, Partido Trabalhista Nacionalista ou seu derivado, PNT, Partido Nacionalista Trabalhista, defendido pela corrente de Eduardo Chuahy. A corrente terceiro-mundista, de Neiva Moreira, sugeriu o PTP, Partido Trabalhista do Povo, e outro grupo, ainda mais à esquerda, o PTS, Partido Trabalhista Socialista. Os trabalhistas históricos fincaram a bandeira no PTA, Partido Trabalhista Autêntico, como resistência.

Não só não eram bons nomes do ponto de vista de composição de uma sigla popular ou de marketing político, mas eram política e ideologicamente pouco atrativos. O que teve certa sustentação maior foi o PTN, reunindo trabalhismo e nacionalismo, duas ideias que Brizola gostava. Mas no passado, PTN fora uma dissidência do próprio PTB: em 1947, Hugo Borghi, não encontrando lugar no PTB-

SP, o criou. Dele surgiram nomes como o deputado Emílio Carlos, e a dissidência serviu de legenda para voos políticos de Jânio Quadros.

A inversão das letras, para PNT, era pior.¹⁵⁰ Em torno da convocação e da organização do novo partido, os autores tiveram presença constante e influenciaram a configuração do PDT. A perda, claramente política, motivou fato inédito na vida política brasileira: em dez dias, os trabalhistas liderados por Brizola estavam fundando um novo e democrático trabalhismo.

Durante todos os nove dias seguintes à decisão do TSE, houve uma verdadeira força-tarefa para preparar, organizar e estabelecer a agenda do Encontro Nacional dos Trabalhistas, que seria realizado nos dias 17 e 18 de maio, na Assembleia Legislativa do Rio. Mais de 2 mil trabalhistas, representando, praticamente, todos os estados da federação, expuseram seus pontos de vistas sobre a situação política, o programa partidário, numa prática democrática singular.

Após um dia intenso de discussões em torno da nova sigla, Brizola fixou-se no nome Partido Trabalhista Nacionalista e Democrático, PTND, embora ele mesmo considerasse um nome não muito sonoro. Mas estava convencido de que a sigla abrigava as bandeiras mais caras da história do trabalhismo de Vargas, passando por Jango e por sua própria história. Defendeu durante meia hora a sigla escolhida. No entanto, um grupo de militantes entendia que a sigla ficara muito pesada, de difícil assimilação pelo povo e de pouca sonoridade eleitoral.

Neste grupo destacava-se Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, os autores e o jornalista Sebastião Nery. Conversaram rapidamente com alguns outros companheiros e Pedro Celso ficou encarregado de defender a alternativa de retirar o N da sigla, resultando no PTD, Partido Trabalhista Democrático, que recebeu grande apoio e aplausos. Brizola, após aqueles seus momentos de reflexão, resolveu então submeter as duas siglas ao plenário. Venceu o nome Partido Trabalhista Democrático. No final do Encontro, Brizola anunciou ainda que, “acatando o sentimento e o desejo da maioria trabalhista”, ficara aprovada a sigla PTD, e disparou:

— Depois dizem que sou caudilho... me submeto à vontade da maioria, está aprovado o nome do Partido Trabalhista Democrático – PTD. Foi ovacionado.

Mas pela norma do TSE, estavam proibidas siglas que foneticamente soassem de modo a confundir o eleitor, e a sigla PTD poderia confundir-se com PTB. Assim, a Comissão Executiva Provisória Nacional resolveu trocar as letras e ficar com a sigla PDT – Partido Democrático Trabalhista, que foi registrado. Era um ciclo que terminava com a histórica perda do PTB e recomeçava com o novo PDT, retomando o fio da História rompido pela ditadura.

Basicamente, voltara o texto da *Carta de Lisboa* como referência do PDT e do trabalhismo histórico, com a carta-testamento de Getúlio Vargas, os ensinamentos de Alberto Pasqualini e as reformas propostas pelo ex-presidente João Goulart e o programa das Escolas Públicas iniciado no governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Alguns pontos foram aprovados: manter a unidade e a integridade do partido, manifestar solidariedade a Lula e demais dirigentes trabalhistas presos no DEOPS de São Paulo, bem como a dom Paulo Evaristo Arns, dom Cláudio Hummes, à CNBB e aos sacerdotes que lutavam pelas liberdades democráticas e combatiam a injustiça social; defesa dos mandatos dos deputados João Cunha e Getúlio Dias, ameaçados pelo arbítrio; luta pela realização de eleições municipais; extensão da anistia aos ex-pracinhas da FEB e um minuto de silêncio aos que lutaram contra a repressão, como o ex-deputado Rubens Paiva, o dirigente comunista Luis Maranhão, o ex-presidente morto no exílio João Goulart, o ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão, o geógrafo Josué de Castro e o comunista Roberto Morena.

Apenas o grupo da Bahia, liderado pelo deputado Fernando Santana, decidiu abandonar o projeto trabalhista, argumentando com razões regionais e eleitorais. E saiu.

Finalizando, Brizola disparou:

— Do exílio começamos a tocar tambor para despertar as forças que pudessem atuar conosco nesse esforço pelo ressurgimento do Trabalhismo. Quando já se iniciava esse processo de abertura, passamos a fazer uma espécie de arqueologia política. Trabalhamos de pá e picareta... Fomos desenterrando e separando todos os valores das lutas sociais do passado do material inservível, distinguindo quem não era autêntico e, por isso, apodreceu, deteriorou-se. Obrigaram-nos a mudar a nossa sigla. Deram-nos esse golpe. Mas é justamente esse golpe que nos ensejou novo salto.

O Encontro terminou com todos, de pé, cantando o Hino Nacional.

Além de todo o trabalho para a organização do Encontro, da nova sigla, das articulações políticas, da gigantesca burocracia a ser, novamente, organizada em todo o território brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, nascido das cinzas do velho PTB, realizou, um mês após o Encontro Nacional no Rio, sua Convenção Nacional, em Brasília, em 12 de julho de 1981, no plenário do Senado Federal.

Com todas as cores de festa popular, do gaúcho de bombacha ao nordestino de chapéu de couro, a galeria cheia e muito lenço vermelho – inclusive no busto de Ruy Barbosa em frente à mesa diretora do Senado –, a Convenção teve presença marcante de cassados e ex-exilados que preencheram dois terços do Diretório Nacional, composto por 71 membros efetivos e 23 suplentes, o que dizia também a respeito da renovação.

A discussão movimentou-se em torno dos temas políticos nacionais, e também internacionais, resgatando as teses da *Carta de Lisboa*. Assunto de destaque foi a proposta de união das oposições com o PT, para enfrentar casuísmos que viriam a integrar a reforma eleitoral proposta pelo governo e pelo PDS.¹⁵¹

Ao final, Brizola defendeu, pela primeira vez, o lançamento de candidato próprio ao governo do Rio de Janeiro, “para ganhar ou perder”. A não ser que houvesse um novo terremoto, dentro de um ambiente de abertura e de liberdade, nada impediria o PDT de assumir candidatura própria ao governo do Rio de Janeiro, o tambor de ressonância do Brasil.¹⁵²

Notas

¹⁴⁰. Entrevista com Dr. Adalberto Ribeiro, Rio de Janeiro, 19/4/2008.

¹⁴¹. Ver *O Globo*, 12/5/1980.

¹⁴². Participaram do julgamento os ministros Moreira Alves, Cunha Peixoto (o único voto contrário), Aldir Passarinho, José Fernandes Dantas, Pedro Gordilho (relator) e Souza Andrade, sob a presidência interina de Cordeiro Guerra. Coincidência ou não, o advogado do grupo liderado por Ivete Vargas, José Guilherme Vilela, seria nomeado a seguir para ministro do TSE.

¹⁴³. *Jornal do Brasil*, 13/5/1980.

¹⁴⁴. Dois emissários incumbiram-se das tratativas: Lutero Vargas (indicado por Ivete Vargas) e Virgílio de Góes (indicado por Brizola).

¹⁴⁵. Assinado pela Comissão Organizadora Nacional Provisória, *Jornal do Brasil*, 13/5/1980, o documento teve a participação de Doutel de Andrade, Neiva Moreira, Cibilis Viana, Euzébio Rocha e Darcy Ribeiro. Interessante rever o artigo publicado pela *Folha de S.Paulo*, em 20 de outubro de 1978, denunciando articulações do general Golbery do Couto e Silva visando à organização de um PTB em moldes fisiológicos, incluindo o ex-presidente Jânio Quadros com importante papel. Dizia o artigo que “nos bastidores do ex-PTB, o general Golbery tem na ex-deputada Ivete Vargas, de quem é amigo particular, uma aliada”.

¹⁴⁶. *O Globo*, 14/5/1980.

¹⁴⁷. A nota, em inglês, *A Democratic Labor Party's Viewpoint on the Brazilian Political Life [Ponto de Vista do Partido Democrático Trabalhista sobre a Vida Política Brasileira]*, só foi divulgada depois da organização da nova sigla PDT, e foi enviada para centenas de partidos da IS e partidos latino-americanos. Assinada por Leonel Brizola, presidente do PDT, incluía um Mapa da Situação Nacional (julho de 1981) onde o PDT realizara Convenções (14 estados), e assinalava os dois estados majoritários do PDT (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), indicando a data para a Convenção Nacional, Brasília, 12 de julho de 1981. Ainda listava a 1ª. Comissão Executiva Nacional, eleita pelo Conselho Nacional, com setenta membros.

¹⁴⁸. *O Globo*, 14/5/1980.

¹⁴⁹. *Tribuna da Imprensa*, 14/5/1980.

¹⁵⁰. Além dessas, povoaram o ambiente durante os dias que precederam o Encontro Nacional para a organização do Trabalhismo, no Rio de Janeiro, diversas siglas: PTP, Partido Trabalhista Popular; PTIndependente; PTLibertador; PTGN, Partido Getulista Nacionalista (Brizola mesmo chegou a escrever a sigla, demoradamente), o PTdoBrasil; o PTVerdadeiro e o PTOperariado.

¹⁵¹. O deputado e líder na Câmara do PDT, Alceu Collares, chegou a defender a formação da FRENAP, Frente Nacional dos Partidos de Oposição, mas reiterou que o PDT não participaria da reunião, programada para o dia 15 de julho, na residência do senador Tancredo Neves, presidente do PP, uma vez que o PTB de Ivete havia sido convidado, mostrando a insensibilidade dos dirigentes partidários para o fato de o PTB ter sofrido uma usurpação e agora teria que conviver, no seio da oposição, com o PTB, que nada mais era do que o partido auxiliar do governo e do PDS.

O povo fala em 1982: Brizola na cabeça

“Felicidade em política é entre a eleição e a posse. Depois são momentos, e momentos de distintas graduações.”

Leonel Brizola

Bem no início das discussões em torno das primeiras eleições diretas para governo de Estado, em 1982, o PDT tinha diante de si duas posturas: procurar um entendimento com os demais partidos de oposição, como o PMDB, o que não prosperara, ou com o PT, que perseguia sua história. Ainda na agenda não se descartava a hipótese de uma reunificação com o PTB. Ou então, analisar e verificar se uma candidatura própria corresponderia às aspirações populares. O que se pensava naquele momento é que o PDT considerava estar dentro de um processo muito novo e ainda longe das decisões definitivas sobre as eleições de 1982, o que incluía também eleições para o Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Prefeituras e Câmara dos Vereadores.

Brizola não perdia sua vocação para o otimismo: esperava fazer, segundo seus cálculos, uns cinquenta representantes para a Câmara Federal: 14 deputados no Rio Grande do Sul, outros 15 no Rio de Janeiro, além de outros 25 em estados como Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Ceará etc.

Parecia que a corrente mais forte dentro do PDT era mesmo a de postular ação própria para construir suas bases, tanto de filiação como de força política eleitoral (obter 20% do eleitorado brasileiro em 1982). No Rio Grande do Sul, a postura de Brizola era a de manter a unidade das oposições e não partir para ser fator de quebra dessa aspiração, o que acabou ocorrendo, enquanto no Rio iria enfrentar o

PMDB chaguista, o PTB de Sandra Cavalcanti, o PDS do governo federal e até mesmo o PT liderado por Lysâneas Maciel.

Feito o balanço, naquele momento calculava-se que o PDT já havia ultrapassado os 500 mil filiados, e Brizola afirmara que nada o preocupava a este respeito, mas, sim, o cenário existente, com os meios de comunicação alimentados pelas declarações, comentários dos políticos e agentes do governo. Nesse cenário, realmente, existiam estas dúvidas, enquanto a realidade eleitoral estava começando a acenar – com a verve nos debates da TV sobre as grandes questões, sua visão trabalhista seria receptiva aos seus acenos e propósitos.

Por outro lado, como extensão da viabilidade da candidatura ao governo do Rio, o natural seria que o PDT lançasse seus candidatos em todos os estados, mesmo para perder. Brizola chegara a afirmar:

— Se perder na primeira, como já havia ocorrido com o velho PTB, o novo partido se firmará perante o povo brasileiro.

E acabou alfinetando o lançamento de “candidaturas pessoais”, numa alusão ao senador Pedro Simon para o governo do Rio Grande do Sul, onde havia um ambiente para a união das oposições com apoio popular.

Brizola estava convicto:

— Aonde nós vamos não temos dificuldades de filiar. E só não estamos organizados na maioria dos municípios por falta de meios para o deslocamento de pessoas e até mesmo de quadros para viajar por todo o Brasil.

E, além disso, o PDT não dispunha de caixa, de dinheiro, para estruturar-se por esse imenso território brasileiro. E mesmo para encarar a candidatura de Brizola ao governo do Rio, as contribuições ainda eram, inicialmente, bastante minguadas.

Toda a discussão em torno da candidatura ao governo do Rio de Janeiro, e que, certamente, teria repercussão nacional, ainda não levava a uma decisão definitiva. Havia os que defendiam a sua candidatura pelo Rio Grande do Sul, onde teria chances mais certas de vitória. Outros achavam que naquele ambiente, em que o regime militar mantinha o controle sobre a abertura democrática, nada ainda estava garantido e talvez Brizola devesse esperar o ambiente clarear e jogar seu poderio quando as eleições presidenciais fossem marcadas, quando, esperava-se, ele teria grandes chances de se eleger presidente.

Mas era o próprio presidente Figueiredo que passara a fazer, quase que obsessivamente, pronunciamentos afirmando que, a despeito de tudo, o povo iria às urnas em 1982. O PDS, como partido do governo, corria meio sem rumo e com falta de unidade em torno de uma solução política. Entre a grande frente formada pelo PMDB e o Partido Popular (PP), criação mineira de Tancredo Neves e de seu grupo moderado-conservador, existia uma relação de amor e ódio. Mas Tancredo, matreiríssimo, dá a volta atrás e retorna ao PMDB, e com ele, no Rio de Janeiro, Chagas Freitas e Miro Teixeira voltariam a dar as cartas.

Houve, então, novas recomposições das forças políticas no cenário nacional, com impacto especial no Rio de Janeiro. O candidato ao governo do Rio pelo PMDB deveria ser o senador Saturnino Braga, ou, numa segunda hipótese, o senador Nelson Carneiro; mas com a incorporação do PP ao PMDB e a volta de Chagas Freitas a comandar a refusão, a candidatura do senador Saturnino refluíu.

Saturnino Braga, no início, pensou em poder brigar por dentro do PMDB e sair candidato, mas viu-se diante da predominância chaguista nos diretórios fluminenses. Chagas Freitas, que deixara seu domínio no PMDB fluminense para acompanhar Tancredo no PP, repensou suas chances e chegou a querer flutuar sobre os partidos. Em conversas com políticos e a alta cúpula do governo Figueiredo, chegou até a lançar seu ex-secretário de Obras, Emílio Ibrahim, à sucessão, com apoio do ministro Mário Andreazza, dentro do PDS. Mas a realidade dos fatos é que, para o PMDB fluminense, dominado por Chagas Freitas, não haveria outra saída a não ser apoiar a candidatura de Miro Teixeira.

Concentremos nossa atenção no cenário do Rio de Janeiro: as forças políticas dominantes no estado eram fortes e consolidadas. Lá estava o esquema peemedebista, na capital, comandado por Chagas Freitas; no interior do estado e em Niterói o comando era do senador Amaral Peixoto. À esquerda, havia os luas pretas e o grupo de Saturnino Braga, que acabaria vindo para o PDT. E o Partido Comunista, no seu final!

Saturnino era o candidato natural ao governo pelo PMDB – foi eleito em 1974 por votação expressiva, mas o velho comando do PMDB do Rio era guardado a sete chaves por Chagas Freitas e, por delegação, por Miro Teixeira e seu grupo político.

O senador Amaral Peixoto, que era um dos líderes do partido no estado do Rio, apoiava Saturnino, e a campanha parecia ter começado. O senador Nelson Carneiro, articulado com o senador Amaral Peixoto e com o ministro da Justiça, Petrônio Portela (Arena-PI), rejeitou a fórmula e foi parar no PTB de Ivete Vargas, pois achava que tinha mais chances de vencer com o apoio do governo. Rompidos definitivamente, o senador Amaral Peixoto segue para o PDS, levando consigo o então prefeito de Niterói, o jovem e ascendente político, Wellington Moreira Franco.

Saturnino assinala que manteve relações com Brizola desde 1962, “quando fomos deputados federais eleitos pelo estado da Guanabara”, e que gostava da ideia de o PDT ser um partido socialista democrático, pois o PMDB era uma salada democrática, não era um partido social-democrata...

Saturnino prossegue:

— Então, diante de tudo isso, eu decidi, na passagem de 1981 para 1982, o Brizola me chamou e eu atendi e prontamente aderi!

“O Chagas, imediatamente me garantiu a vaga de senador, desde que o candidato ao governo fosse o Miro, e eu tinha uma eleição ‘garantida’, porque o PMDB do Rio tinha uma força muito grande, e com o poderio do Chagas a minha candidatura seria quase que imbatível. Eu rejeitei esta proposta e fiquei com o Brizola. E recebi muitas críticas dos cientistas sociais – os luas pretas – pois eu estaria jogando pela janela uma reeleição garantida ao Senado para aderir a uma proposta que, na ocasião, o Brizola tinha uns 2%... E eu aceitei essa alternativa, que acabou dando certo.”¹⁵³

O caminho tomado pelo senador Saturnino Braga e seu grupo, como Luiz Alfredo Salomão, Vivaldo Barbosa e Fernando Lopes, foi beneficiar-se da Lei de Inelegibilidade e emigrarem para o PDT, numa aliança com Brizola, onde ambos poderiam sair reforçados. Só que o lugar de candidato a governador seria do próprio Brizola. No próprio *front* trabalhista havia a divisão entre os históricos petebistas do antigo estado do Rio, originários da liderança de Roberto Silveira, ex-governador fluminense nos anos 60 e morto em um acidente de helicóptero, seu irmão Badger da Silveira, Paiva Muniz, Álvaro Fernandes, entre vários outros, e a força nascente do brizolismo na cidade do Rio de Janeiro.

Às vésperas das primeiras eleições diretas para governador, em 1982, realizou-se uma reunião decisiva dos Diretórios Nacional e Regional (do Rio de Janeiro).¹⁵⁴ O comando político do PDT discutia e arguia sobre a dificuldade da candidatura de Brizola e o quadro dos oponentes. Uns insistiam que a candidata que ganhara a sigla do PTB para disputar as eleições e que contava com o apoio do regime militar, Sandra Cavalcanti, despontava com mais chances, e as pesquisas davam a ela, naquele momento, mais de 60% das intenções de voto.

Outros, no entanto, afirmavam que o pleito seria decidido por fatores regionais e nesse sentido o esquema de Chagas Freitas, com domínio forte do PMDB no Rio e controle de redutos em cidades da periferia do Rio, teria força suficiente para eleger seu afilhado, o jovem deputado Miro Teixeira. Nessa altura, Brizola mantinha-se, segundo pesquisas eleitorais, em torno de uma média que variava entre 2% e 3% dos eleitores.

Brizola passara grande parte da reunião em silêncio, ouvindo a opinião de todos – experientes políticos –, e, no final, fez sua análise política:

— Não se impressionem com esses resultados de agora. Estamos ainda nas preliminares, a população vai reconhecer quem é o candidato natural da Oposição com o início do debate na TV. — Parou, olhou em volta, sentindo as prováveis reações de seus companheiros, e concluiu: — Nós não vamos concorrer, não vai ser nem a Sandra, nem o Miro, mas, quero dizer, e estou mesmo convicto aqui nas minhas elucubrações, que vamos concorrer com o candidato que o governo federal apoiar!

Ninguém ali presente aceitou aquele raciocínio, e as contestações logo surgiram: o governo nem tinha candidato, tal seu desgaste e impopularidade, mesmo que lançasse um candidato ele seria fraco. Brizola ouviu com paciência e, então, rebateu:

— O governo vai lançar seu candidato e será com ele que iremos concorrer. Ele será um candidato forte, com todo o apoio da máquina do governo. — E voltou a repetir: — Será com ele que vamos concorrer.¹⁵⁵

O candidato do governo apareceu: o prefeito de Niterói, Wellington Moreira Franco. O governo tentara o ministro Mário Andreazza e não deu certo, tentou então o ex-secretário de Chagas Freitas, Emílio Ibrahim. Não deu certo! O senador

Amaral Peixoto, já no PDS, realizou prévias nos diretórios municipal e estadual do Rio e fez com que o genro, Moreira Franco, ganhasse maiores chances na convenção. E ganhou!

Na opinião de Moreira Franco, no início, essa transferência não parecia muito confortável. Apesar de gostar do sucesso e embora fosse conhecido em Niterói, e em zonas de domínio do senador Amaral, ele era desconhecido na capital do Rio de Janeiro. Mas isso é que lhe parecia promissor: tornar-se conhecido na capital com ganhos de notoriedade, coisa que em processo eleitoral conta muito e para um jovem político conta mais ainda! Assim, por circunstâncias da política regional, separou-se do esquema dominante de Chagas Freitas e foi para o PDS, partido que substituíra a Arena e era o principal apoio do governo Figueiredo. Sua lealdade à liderança do sogro o fez sair do PMDB para acompanhá-lo ao PDS.¹⁵⁶

Previdente e experiente, Brizola usou a Lei do TSE que determinava o direito de falar em cadeia nacional de TV com 30 dias de antecedência e excluiu a utilização desse meio de comunicação nos seis meses anteriores à eleição para apresentar o programa do PDT. E foi o único de todos os políticos a ter o cuidado de requerer tempo na TV.¹⁵⁷



Cartaz da campanha de 1982 com os nomes das três candidaturas.

Talvez Brizola fosse um dos que mais destaque poderia ganhar com suas aparições no rádio e na TV, e como tinha o “faro” da mídia! Sabia trabalhar, a seu modo, a arte da comunicação, muito embaraçosa, é verdade, para a mídia e esta para com ele. Brizola sabia debater através da mídia, exercia o debate público – era o seu prato preferido –, portanto, sua postura democrática quanto aos produtores de informações e comunicações, que ele conhecia bem desde quando fora governador do Rio Grande do Sul e nacionalizara duas “*big american companies*”, a ITT e a Bond and Share, bastaria!

Pouco antes do início dos debates na TV, o quadro já mudara: Sandra (PTB) estava com pouco mais de 30%, e Miro Teixeira (PMDB), com 30%. Sandra havia

perdido alguns pontos e Miro Teixeira ganhara uns pontinhos a mais.

O candidato do governo e do PDS, aqui no Rio, Moreira Franco, com 1%, poderia preencher o espaço eleitoral que era ocupado pelo eleitorado de Sandra Cavalcanti. Ele ainda foi escolher Célio Borja (antigo secretário de Lacerda) como candidato ao Senado, e, como seu vice, Francisco Melo Franco, vinculado à família mineira-udenista dos Melo Franco. Cabe aqui um adendo: seguindo a pista de Castelinho. “Sua candidatura [de Moreira Franco] fora politicamente articulada na aliança das bases do senador Amaral Peixoto com a estrutura eleitoral montada no estado pelo ministro Mário Andreazza. Com *João um brasileiro*, o governo teria usado uma versão publicitária da sua imagem como fator auxiliar da campanha.”¹⁵⁸

Lysâneas Maciel (PT) não aparecia na contagem de votos e Brizola (PDT) continuava a patinar nos seus 2%: mas quase 40% dos eleitores continuavam indecisos.

Os debates no programa *O Povo na TV*, do SBT, iriam mudar esse quadro significativamente, e Brizola começaria a crescer. Para ele, primeiro teria de conquistar a classe média, e, se ela aderisse ao seu programa, o povão da Baixada, da periferia da cidade do Rio, e em algumas cidades-chave do estado viriam atrás e, então, ele poderia pensar, concretamente, em ser o vencedor.

Antes de iniciar os debates na TV, Brizola e Moreira Franco, a sós, tiveram um encontro de mais de quatro horas no Hotel Othon (vizinho ao apartamento de Brizola), repassando o processo político, desde a criação dos partidos até o desenrolar das suas candidaturas. E concluíram esse encontro com um pacto: estabelecer o adversário principal, que seria Miro Teixeira. A estratégia era a de Brizola bater no Lysâneas e Moreira Franco na Sandra e depois, resolvidos esses dois casos, iriam partir para cima do Miro.

No primeiro desses debates, Brizola aparecia com aquela sua roupa jeans-brim azul, cabelos soltos, enquanto Moreira era o único que se vestia de terno, formal. Sandra Cavalcanti vinha toda bem-arrumada, senhorial, e Miro mais esporte. Logo de início Miro bateu forte em Brizola, repetindo todos aqueles ataques que a ditadura havia feito contra ele. Brizola não dava a mínima atenção aos ataques de Miro, preocupado em tirar Lysâneas de seu caminho. E Moreira batia em Sandra.¹⁵⁹

Para Gessy Sarmento, a vitória de Brizola já estava escrita, pois ele retomava o fio da meada daquela triunfal eleição para deputado federal em 1962 no Rio, onde obtivera 300 mil votos. Isso era a garantia da vitória de Brizola agora, 20 anos depois. Todo mundo gozava Gessy, dizendo:

— O cara é doido, como é que pode entender de política dizendo que o Brizola com 2% vai ganhar?

Mas Gessy baseava-se naqueles 300 mil votos de 1962 e garantia que o Brizola ganharia essa parada eleitoral.

Gessy levava Brizola a andar pelas ruas e acontecia de encontrarem pessoas que o reconheciam. Diziam: “Olha, Leonel, em 62, éramos eu e a minha esposa, mas agora somos cinco.” Outros falavam e prometiam mais três votos, outros, sete. Gessy conclui:

— Então, quem pensou, ou nem se lembrou, que ele teve 300 mil votos não atentou para isso. A gente nem precisava fazer campanha, a única coisa que precisava mesmo era entrar nas faculdades e ir à TV.

“Nas faculdades, o Brizola não era conhecido e pensavam sobre ele o mesmo que a Terezinha, minha esposa que, quando a conheci, achava que o Brizola comia criança assada, matava para se divertir. A campanha contra ele era muito grande. Aí fomos testar ali na Faculdade Santa Úrsula, perto do Palácio Guanabara. Chegamos lá – e eu fico até arrepiado quando falo – a garotada toda sentada no chão e ouvindo o Brizola falar. A garotada que não o conhecia, mas começou a escutá-lo e a se aproximar. E aí veio a TV, quando o Brizola e o Moreira combinaram não baterem um no outro.¹⁶⁰”

Gessy jogava futebol – havia uns 20 anos – com o Armando Nogueira, diretor de Jornalismo da TV Globo. Armando afirmava que a Globo não iria fazer debate algum. Mas Gessy retrucava dizendo que ele, Armando, não sabia nada da Rede Globo e continuava a repetir a frase. E ainda acrescentava, diante da incredibilidade de Armando:

— Escreve aí, a Rede Globo vai fazer o debate.

Na segunda semana da campanha, Trajano e um grupo de companheiros acompanharam Brizola a Nova Friburgo. Na comitiva estava Juruna, candidato a deputado federal pelo PDT. A caravana parou numa rua do centro de Friburgo e

todos desembarcaram dos carros. A figura de Juruna logo chamou a atenção dos transeuntes, que se juntavam em número cada vez maior ao redor dele. Percebendo que ninguém se aproximava de Brizola, Trajano e os demais companheiros cercaram-no e passaram a dar-lhe atenção. No final da campanha, a uma semana da eleição, o mesmo grupo voltou com Brizola a Friburgo. Juruna aproximou-se de Trajano e reclamou:

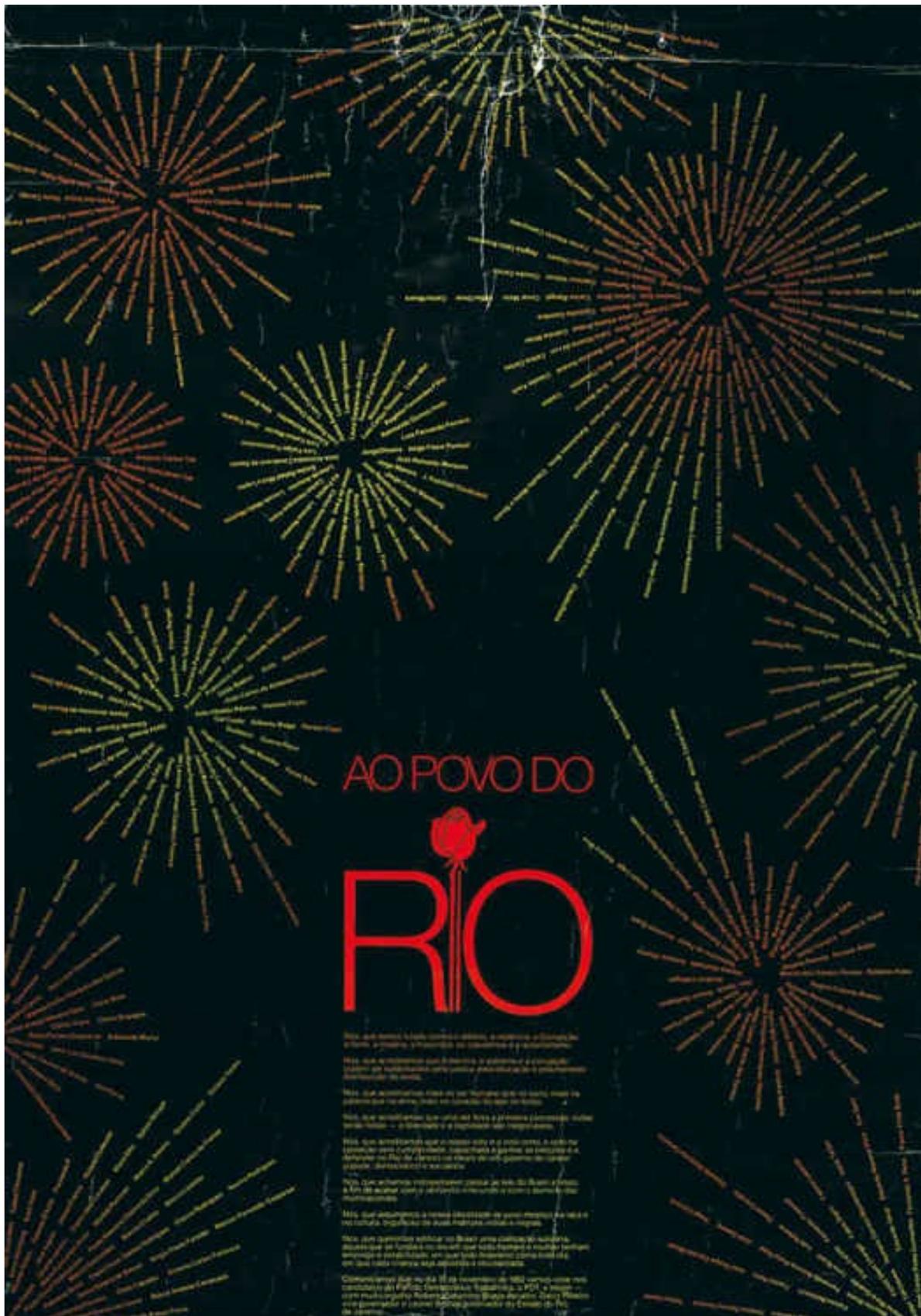
— Ninguém agora fala com Juruna, só querem Brizola.

Esse episódio revela bem o crescimento de Brizola, que acabou por levá-lo à vitória.

A estratégia entre Moreira Franco e Brizola continuava, e em todos os demais debates públicos o esquema funcionava à risca. Alguns meses depois do início dos debates na TV, Miro descobriu que Brizola e Moreira estavam mancomunados e passou, então, a denunciar o encontro em seu jornal de campanha, feito com os melhores jornalistas do Rio: até o número do apartamento do encontro no Hotel fora fornecido.¹⁶¹

A campanha continuava e Brizola iniciava a reação, crescendo junto à classe média: as figuras de Darcy (como vice) e Saturnino (para o Senado) ajudaram muito junto à intelectualidade e ao meio artístico do Rio. Um cartaz de propaganda política das três candidaturas do PDT tornou-se símbolo de criatividade e manifestação do grande apoio recebido dos formadores de opinião pública.

Em julho a eleição para governador do Rio não estava definida. Aparentemente, o favoritismo apontava para Sandra Cavalcanti, tendo como fatores negativos a frágil estrutura do PTB e a vinculação de votos, além da competição em sua área da candidatura Moreira Franco–Célio Borja. A mobilização estadual do dispositivo chaguista sustentava Miro Teixeira, além da incidência dos recursos do Finsocial que o ministro Andreazza investia no Rio juntamente com seu poder de aliciamento.



Cartaz das assinaturas dos artistas e outros profissionais do Rio de Janeiro.

Miro Teixeira contava com a maior massa de apoio político que uma candidatura poderia agrupar: o governo estadual, a Prefeitura do Rio, o PMDB, o PCB, o MR-8, donos dos três mais influentes jornais do Rio, jornalistas e editores. Era um gigantesco poder de agitação e mobilização.¹⁶²

Dois meses antes das eleições, o quadro evoluíra para que a reta final fosse disputada entre Miro Teixeira e Moreira Franco, sustentados pelas máquinas partidárias e administrativas, federal e estadual. A segunda opção seria entre Moreira Franco – que deslocara de posição a candidata Sandra Cavalcanti – e Leonel Brizola, que crescia em cima de Miro Teixeira, conforme havia previsto o próprio Brizola aos seus correligionários da Comissão Executiva do PDT tempos atrás.

A política é, por natureza, surpreendente e cheia de nuvens, que se movem com rapidez ou param. Nas eleições de 1982 para governador, a sociedade indignada superou a realidade das máquinas e dos poderes consolidados no estado nos últimos 20 anos. Sem estrutura partidária forte, Brizola, através de sua comunicação, levantou o eleitorado carioca, identificado como o candidato da oposição, “paralisando o PT e perturbando profundamente o projeto de campanha do Sr. Miro Teixeira”.¹⁶³ Além de ter derrotado a máquina do governo federal colocada à disposição do candidato do PDS: foi uma vitória incalculável, mas cujas consequências para os cálculos políticos a partir daí seriam de grande peso.

A cidade do Rio, festiva, vivia a eleição com entusiasmo, e por toda parte, em todas as conversas, o tema era a eleição. Ainda assim, essa comoção não se traduzia, três meses antes das eleições de 15 de novembro, em opções definidas. Sandra e Miro continuavam à frente, mas ninguém mais ignorava a presença de Brizola e de Moreira Franco. Este vinha aumentando sua força eleitoral e chutando para escanteio a candidatura de Sandra, que se promovera por quase dois anos. Como dizia outro colunista ilustre, Villas-Bôas Corrêa, citado pela coluna do Castello: “[Sandra] é fruto em grande parte da competente utilização dos meios de comunicação de massa, mas sua mensagem é dirigida sobretudo às donas de casa, que, hoje, pela alta do custo de vida, querem uma solução antigovernista, mas não ideologicamente oposicionista.”¹⁶⁴

Para Castello, “o Sr. Leonel Brizola, candidato do PDT, é uma presença em ascensão na política fluminense. Num debate na sexta-feira, com dezenas de jornalistas reunidos na ABI, impressionou-me o número dos seus partidários e a ênfase que dão a uma escolha que apresentam como a mais nítida [...]. O ostracismo lhe acentuou a vocação democrática. Hoje ele sabe que é pelo voto e pela ação política que se mobiliza o povo para reformas e não pela organização revolucionária da população. Brizola disputa com Miro a condição de principal candidato opositorista e pretende chegar em posição privilegiada no final da campanha”.¹⁶⁵

O grande e festivo comício na Cinelândia, em 12 de novembro de 1982, expressou como nada antes a euforia política eleitoral daquele momento e havia grande esperança não só da vitória de Brizola e Darcy ao governo do Estado do Rio como da eleição de Saturnino Braga para o Senado e de uma bancada bastante significativa na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

As eleições prontas, o TRE se ajustara à primeira eleição direta para governador desde 1965 (que substituíra, pelo Ato Institucional 2, o pluripartidarismo pelo bipartidarismo da Arena e do MDB) e o eleitor estava ávido para colocar seu voto na urna. Parecia que íamos ter eleições limpas, sem maiores problemas.

Notas

¹⁵³. Entrevista com o ex-senador Roberto Saturnino Braga, Rio de Janeiro, 15/3/2011.

¹⁵⁴. Entre eles: Doutel de Andrade (vice-presidente do PDT), Darcy Ribeiro, Cibilis Viana, Neiva Moreira, Marcelo Alencar, Saturnino Braga, Baby Bocaiúva Cunha, José Colagrossi, Alceu Collares, Getúlio Dias, Matheus Schmidt, Trajano Ribeiro, Abdias do Nascimento, Eduardo Chuahy e outros deputados federais e estaduais membros dos dois diretórios. Neusa Brizola e Cláudia Zarvos (então casada com Darcy Ribeiro) eram as únicas mulheres presentes. Clóvis esteve presente à reunião, mas, como não pertencia a nenhum dos dois Diretórios, funcionava como ouvido e guarda-memória, assim como Trajano.

¹⁵⁵. Essa história foi contada por Cláudia Zarvos, presente à reunião. Ela diz ter ficado muito impressionada com a certeza da visão de Brizola ao apontar seu concorrente, o candidato do PDS, e o desenrolar da campanha acabou provando sua visão. Entrevista de Cláudia Zarvos a Clóvis Brigagão.

¹⁵⁶. Entrevista de Moreira Franco, Rio de Janeiro, 21/8/2005 e 2/4/2007.

¹⁵⁷. Cf. Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 24/4/1982 e 4/7/1982. Nesse sentido, o uso do rádio e da TV pelos candidatos foi executado experimentalmente, com possibilidades da reformulação da famigerada Lei Falcão, que censurava a propaganda eleitoral nos 60 dias anteriores às eleições.

¹⁵⁸. Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 16/9/1982.

¹⁵⁹. Na reunião, Brizola e Moreira fizeram um segundo pacto. Brizola disse que, se ele ganhasse, Moreira seria o prefeito do Rio, e, se Moreira ganhasse, ele indicaria o prefeito, já que ele mesmo não poderia pelo ainda veto militar. Moreira pensou, “tudo bem, mas aquilo foi uma mosca que não me mordeu”. Nessa reunião, os dois designaram Álvaro Santos (que fora secretário de Moreira Franco em Niterói e, anos mais tarde, seria o diretor do Metrô de Brizola e, mais à frente, do governador Marcelo Alencar) e Gessy Sarmiento, do lado de Brizola, para manterem conversas a fim de resolver assuntos pendentes dessa estratégia. Entrevista de Moreira Franco, Rio de Janeiro, 21/8/2005 e 2/4/2007.

Gessy Sarmiento contou a Clóvis em diversas entrevistas (Petrópolis, 11/3, 17/3, 31/3 e 17/6/2007) que fez um trato com Álvaro Santos, já sabendo o que ia acontecer: “Se o Brizola ganhar, eu te trago, e se o Moreira ganhar, você me leva... e o Álvaro entrou na conversa e isso aconteceu.”

¹⁶⁰. Entrevista de Gessy Sarmiento ao autor Clóvis Brigagão, Petrópolis, 11/3; 17/3; 31/3 e 17/6/2007.

¹⁶¹. Entrevista de Moreira Franco, Rio de Janeiro, 25/8/2005 e 2/4/2007.

¹⁶². O governador Chagas Freitas era dono absoluto do MDB/PMDB fluminense, com 96% dos diretórios, manietado por uma máquina política criada desde 1968, “exatamente quando o AI-5 depenou o MDB”, cf. *IstoÉ*, 12/9/1979, p.10.

¹⁶³. Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 26/9/1982.

¹⁶⁴. Ver a citação em Carlos Castello Branco, *Jornal do Brasil*, 10/8/1982.

¹⁶⁵. *Ibidem*. No mesmo período eleitoral, o PDT não lançou seu próprio candidato ao governo de Pernambuco. Tanto o pedetista Armando Monteiro como Francisco Julião, cassado e exilado, consideraram ser correto abrir caminho ao senador Marcos Freire. Essa abdicação deixaria de fora do poder legislativo alguns cassados, que

se elegeriam sob a legenda do PDT, como os próprios dois citados e o, já falecido, José Carlos Guerra, que mais tarde seria o presidente do PSDB.

No ar, a Proconsult

O governo tratou logo de criar mais um casuísmo – o do “voto vinculado”: o eleitor votaria nos candidatos do mesmo partido para todos os cargos (governador, vice, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador). Caso a escolha fosse diferente, o voto era anulado, pura e simplesmente. No cômputo geral, o que o partido governista, o PDS, ganhou foi numericamente parecido ao da oposição, composta por três partidos (PMDB, PDT e PT) e tal resultado iria influenciar, finalmente, a composição do colégio eleitoral em 1985, onde seria eleito, indiretamente, o candidato da Aliança Liberal (PMDB-dissidentes da Arena), Tancredo Neves.

Por sua vez, a Justiça Eleitoral impôs às eleições de 1982 um formato híbrido: a votação manual e a apuração informatizada. Era o que parecia ser possível naquele momento, em que o país caminhava ainda lentamente em termos de um processo eleitoral como temos hoje: totalmente digital. Mas o fato real é que a Justiça Eleitoral estava desaparelhada para a contagem de votos e decidiu informatizar a fase final da apuração.

O somatório dos mapas realizados manualmente nas juntas apuradoras em cada zona eleitoral seria, então, feito por uma empresa particular. Eis que surge a empresa Proconsult-Racimec, de propriedade de antigos oficiais de informação do Exército, contratada exclusivamente pelo TRE do Rio de Janeiro, que seria o único Tribunal Eleitoral no Brasil a contratar empresa privada. Em outros estados, como São Paulo e Minas, a empresa estatal SERPRO seria a contratada para realizar a apuração.¹⁶⁶

A história da Proconsult, em sua tentativa de fraudar as eleições no Rio, foi concebida, claro, à sombra da primeira experiência democrática, depois de décadas de ditadura e controle dos meios de comunicação. Aparentemente poderia

chegar a ter êxito. A Proconsult criou um sistema informatizado de apuração dos votos contabilizando os nulos ou brancos para serem transferidos ao candidato do PDS, através de uma fórmula que ficou conhecida como Fator Delta: era levado em consideração um aumento dos votos brancos e nulos. Pelo regime estabelecido, em que o voto iria para o mesmo partido, estimava-se que haveria um alto índice de votos nulos, pois, segundo a visão elitista, o eleitorado brizolista, mais pobre, seria a principal vítima dos votos nulos e brancos transformados em Fator Delta.

Os indícios de que os resultados seriam fraudados surgiram da apuração paralela contratada pelo PDT à empresa Sysin Sistemas e Serviços de Informática, coordenada por Cibilis Viana, mas, de fato, comandada por César Maia, que havia adquirido conhecimento sobre programas de computação e tinha disposição política.¹⁶⁷ E logo no início, os resultados não batiam com os da apuração oficial dirigida pela Proconsult e divulgados pelo TRE.

Outra fonte que obteve resultados diferentes dos oficiais foi a Rádio Jornal do Brasil. Segundo o então chefe do Departamento de Jornalismo da Rádio JB-AM, Procópio Mineiro:

— [...] Com uma pequena equipe, integrada em grande parte por estudantes de jornalismo, foi possível oferecer inúmeros boletins diários formados do somatório dos mapas coletados nas juntas de apuração. Ao final do primeiro dia tínhamos cerca de 2% dos votos totalizados e pude ousar a previsão de que Leonel Brizola era o vitorioso.¹⁶⁸ — Procópio prossegue:

— No finalzinho da noite desse primeiro dia, o responsável pela Proconsult, Arcádio Vieira, nos telefonou. Como matemático, analisava minha apuração e concluía que a vitória final seria de Moreira Franco por uns 60 mil votos. Os argumentos, porém, eram pouco matemáticos: falavam na elevada proporção de votos que seriam anulados na conferência final antes da entrada dos dados no computador.

“Ou seja, os mapas procedentes das juntas apuradoras iriam ser alterados, porque os pobres não teriam competência para preencher com correção a cédula, muito complexa, pois a eleição envolvia também a escolha de senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Somado tudo, daria vantagem de 60 mil votos para o candidato do PDS [...] Um mês depois, imerso em

crise, o TRE apresentou seus números: eram os nossos com diferenças de milésimos.¹⁶⁹

Segundo Ali Kamel, atual diretor da Globo (à época era estagiário na Rádio JB):

— [...] A TV Globo e *O Globo* jamais contrataram os serviços da Proconsult. Desde o dia da eleição, até o fim da apuração, *O Globo* deu manchetes atribuindo a vitória a Leonel Brizola. Jamais disse em manchete ou em título interno que Moreira Franco ganharia a eleição. A TV Globo previu a vitória de Brizola já no dia da eleição, com a divulgação da pesquisa de Boca de Urna do Ibope, dando a vitória de Brizola por cinco pontos percentuais.

“Nos dias subsequentes, foram divulgados os resultados oficiais do TRE e os da apuração paralela do *Globo*, que apresentava números defasados em relação à apuração paralela do PDT e da Rádio Jornal do Brasil. Mas, já no dia 18 de novembro, [*O Globo*] fazia projeções que davam a vitória a Brizola. *O Globo* desenvolveu sistema próprio, sem qualquer vinculação com a Proconsult. Estagiários foram contratados para, durante a apuração, trabalhar nas zonas eleitorais de todo o estado. As mesas apuradoras, depois de contar os votos, registravam tudo em boletins, que eram afixados em lugar visível. A tarefa dos estagiários do *Globo* era copiar todos os dados dos boletins: os votos para todos os candidatos eram enviados por carro ou moto para a sede do jornal, onde eram digitados para alimentar os computadores.

“No dia 16 de novembro de 1982, um dia depois da eleição e com os votos sendo contados, a manchete de primeira página do *Globo* era: ‘Ibope aponta vitória de Brizola’. No texto está dito: a última pesquisa do Ibope antes das eleições, divulgada ontem, prevê a vitória do candidato do PDT, Leonel Brizola, com 31,3% dos votos; Moreira Franco, do PDS, com 26,8%; Miro Teixeira, do PMDB, 14,1%; Sandra Cavalcanti, do PTB, 8,9%, e Lysâneas Maciel, do PT, 3%.¹⁷⁰

Apenas dois dias passados da data da eleição, já se sentia no ar o cheiro da fraude na apuração da Proconsult: tudo andava muito lento, os votos do interior chegavam mais rápido e os da capital – com mais de dois terços do eleitorado de todo o estado e onde Brizola obteve cerca de 70% dos votos – não apareciam ou se arrastavam. Estava montado o esquema fraudulento para que Brizola não ganhasse a eleição.

No meio desse imbróglio político-tecnológico, o principal responsável pela Proconsult, Sr. Arcádio Vieira, procura sigilosamente Cibilis Viana e propõe-lhe o seguinte negócio: se Brizola o nomeasse para a presidência do BANERJ, ele abortaria a operação. Cibilis, sempre muito fiel a Brizola, levou-lhe o recado. Ouvida a história, Brizola apenas disse que iria mandar prender Arcádio. Mas, de fato, partiu para a ofensiva, convocou a imprensa estrangeira sediada no Rio e denunciou a operação fraudulenta executada pela Proconsult.¹⁷¹

Diante das denúncias, o TRE do Rio de Janeiro pediu abertura de inquérito da Polícia Federal e aprovou a realização de uma auditoria técnica na Proconsult.¹⁷²

Um bilhete escrito a mão pelo general Newton Cruz revela que a ditadura tentou intervir nas investigações do escândalo da Proconsult, que marcou a eleição do ex-governador Leonel Brizola em 1982. Símbolo da linha-dura dos quartéis, o general recorreu ao então procurador-geral da República, Inocêncio Coelho, para reclamar da atuação do Ministério Público. Os papéis não permitem concluir se o SNI tentou fraudar o resultado para impedir a eleição de Brizola.

Em 24 de fevereiro de 1983, Cruz enviou a Coelho um relatório com duros ataques aos procuradores e promotores eleitorais que investigavam a Proconsult, contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral para totalizar os votos no Rio. Segundo arapongas, o MP estaria determinado a desmoralizar o SNI e a Polícia Federal, que arquivou o inquérito sem qualquer indiciamento. O documento faz críticas ao então chefe da Procuradoria no Rio, Carlos Roberto Siqueira Castro: “À sanha dos chefes da Procuradoria Regional da República contra o governo e a Revolução não escapa a figura respeitável do presidente Figueiredo.”

O procurador Siqueira Castro havia tirado da parede de sua sala o retrato de Figueiredo e as críticas a ele foram endossadas por Cruz: “Subscrevo-as inteiramente”, anotou no bilhete. Siqueira Castro informou que ouvia aquilo com muita honra. “As denúncias impediram uma fraude para desviar votos do ex-governador Brizola.” Os arquivos do SNI não apontam vínculos entre o órgão e a Proconsult, que tinha um tenente-coronel do Exército como diretor de computador [da Proconsult]. Siqueira Castro afirmou que a fraude ficou comprovada. “Mas não foi possível apontar o envolvimento direto de agentes da ditadura.”

Dois dias depois, a divulgação de boletins do TRE foi suspensa e uma auditoria da SERPRO entregava seu relatório ao TRE apontando inúmeros erros de procedimentos da Proconsult, evidenciando que a totalização de votos tinha sido mal planejada, mas mesmo assim os trabalhos da Proconsult continuaram... depois das medidas corretivas apontadas pelo SERPRO.

Na noite do dia 18 de novembro, Brizola foi à sede da Rede Globo, no Jardim Botânico, que lhe concedeu espaço para entrevista ao vivo, por cerca de meia hora, entrando no ar depois das 22 horas, conduzida pelos jornalistas Paulo César de Araújo e André Gustavo Stumpf, sob a coordenação de Armando Nogueira, diretor de jornalismo da TV Globo: era o programa diário *Show das Eleições*.

Vamos aqui dar os principais trechos da entrevista, pois não resta dúvida de que se trata de um episódio *sui generis*, em que se mistura política, meios de comunicação e comportamento psicológico.

Paulo César de Araújo — Nós estamos aqui com o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal pela antiga Guanabara, o engenheiro Leonel de Moura Brizola.” [Segundo as últimas projeções do Centro de Computação de *O Globo*, o candidato do PDT ganharia as eleições no Rio por uma margem apertada sobre o candidato do PDS.] “Dr. Brizola, segundo suas previsões, por quanto o senhor ganharia, com que índice o senhor ganharia as eleições no Rio – na capital, no interior e na periferia?”

Leonel Brizola — Rigorosamente, eu, sob o ponto de vista pessoal, não tenho, nunca fiz projeções. Sabe que eu sou empírico. Essas técnicas americanas, por exemplo, eu não entendo delas. E acho que elas são muito relativas num país como o Brasil. Em geral, elas não dão certo aqui. Agora, a minha convicção sempre foi a de que nós iríamos vencer as eleições... e agora que as eleições já estão com as suas apurações mais ou menos avançadas, já se superando um pouco esse quadro de confusão, o nosso pessoal, o partido, que está fazendo ali as suas projeções, os seus cálculos...

Paulo César de Araújo — O senhor está eleito, hoje?

Leonel Brizola — Só a fraude pode ameaçar a nossa vitória... seria a vitória do povo do Rio de Janeiro. Porque – olha que sacudir essa parafernália de propaganda, esses golpes todos que nos deram aí. Esse rio de dinheiro, sem nada, essa

população do Rio de Janeiro – tem que se tirar o chapéu! O mundo tem que tirar o chapéu para o Rio de Janeiro!

André Gustavo Stumpf — O senhor falou que só a fraude pode impedir de o senhor se considerar eleito. O senhor acha razoável, o senhor teme a fraude?

Leonel Brizola — Tememos sim! Tememos! Tememos, sim!

Paulo César de Araújo — Só que o candidato do PDS tem essa mesma opinião. Ele acha que só a fraude o tirará do governo.

Leonel Brizola — Eu não sei no que ele pode se basear... Porque, quando nós víamos o noticiário – e eu me aprontei como cidadão para acompanhar pelos meios de comunicação... que em todo o Brasil o noticiário caminhava certo. Veja São Paulo, como chegou, tudo caminhando... E no Rio de Janeiro, nós para trás, confusos, a população atônita. Então, isso levou até as apurações. Sabe que lá, no recinto das apurações, se criou um quadro de tensão entre os fiscais; as pessoas na rua, por toda parte... e isso criou um clima favorável à fraude no Rio de Janeiro.

Paulo César de Araújo — O senhor acha que a Justiça Eleitoral podia se deixar ficar tumultuada com esses números?

Leonel Brizola — Não! Nós confiamos na Justiça Eleitoral, nos seus juízes, nos seus tribunais. Agora, acho que ela ficou em dificuldades e, por isso mesmo, ineficiente, sob muitos aspectos, por desaparelhada, tanto de pessoal quanto materialmente. As juntas apuradoras se transformaram em muitos casos quase que num tumulto... Porque faltou à Justiça Eleitoral, aqui, uma colaboração real da administração estadual.

Paulo César de Araújo — Só uma observação: o primeiro boletim parcial do TRE deu 25 urnas da capital, 25 urnas do interior e duas da periferia: 52 urnas. E o resultado foi o candidato do PDS em primeiro lugar...

Leonel Brizola — Mas acontece o seguinte... Eu não quero me referir aos primeiros resultados, não. Não, foram dias. O TRE está vivendo dificuldades... contratou uma firma particular. É uma firma que está fazendo a computação em vários lugares e os mapas estão sendo elaborados com muitos problemas... nós mesmos constatamos muitas imperfeições. Vamos dizer, o resultado oficial, sempre mais atrasado e demorado, embora causasse espécie também o fato de que o TRE só tenha dado um boletim oficial praticamente 48 horas depois...

Paulo César de Araújo — Cinquenta e quatro[horas]!

Leonel Brizola — Veja o seguinte: falando aos correspondentes estrangeiros, eles próprios disseram: “Bom, para nós, isso não existe. Há 30, 40, 72 [horas]. A três dias e três noites das eleições, o Rio de Janeiro está vivendo a indefinição, enquanto em todos os estados a situação já estava praticamente definida”.

Paulo César de Araújo — Um momentinho só, porque agora nós vamos aos nossos estúdios, em São Paulo, onde o nosso companheiro Armando Nogueira tem uma pergunta a fazer ao senhor.

Armando Nogueira — Estamos acompanhando aqui a sua entrevista, com natural interesse, e a certa altura pareceu que o senhor ficou preocupado, em dado momento da apuração, com a correção do trabalho dos profissionais da Rede Globo, entre os quais eu figuro, humildemente, mas com muito orgulho. E eu perguntaria ao senhor, governador, se é justo que profissionais com um passado, alguns com um futuro, quase todos com um futuro, devam merecer, numa hora de paixão, um tratamento tão rigoroso da parte de um homem público, por parte de quem a gente tem um apreço. Eu gostaria de fazer esta pergunta, que ela é quase pessoal. O senhor me desculpe introduzir uma pergunta pessoal, mas em nome de cerca de dois mil jornalistas... Eu me sinto no dever de fazer essa pergunta ao senhor.

Leonel Brizola — Perfeito. Com muito carinho, com muito prazer, Armando. Sabe que eu dou essa resposta com aquela franqueza que me caracteriza – não é verdade? E nós devemos sempre usar esse método da franqueza, da lealdade. Eu registrei o que era real. Eu não cheguei a entrar no mérito. Eu não cheguei, de forma nenhuma, a considerar que tivesse havido má-fé... Não cheguei, absolutamente. Eu registrei uma situação real existente aqui no Rio de Janeiro e também os meus próprios sentimentos. Porque eu senti o nosso Rio, no conjunto, desmerecido. Chegava a ser anunciado: “Olha, logo em seguida, vem o Rio de Janeiro!” E depois vinha o Acre, vinha Rondônia, e nada... Agora, pode ser que tenha entupido... os canais tenham se entupido aí. Havia dificuldades... Porque uma organização grande é assim, às vezes o gigantismo, uma doença das organizações. Isto pode acontecer... sem desmerecer os profissionais... Muitas vezes grandes médicos vão fazer uma operação e o doente morre. Quer dizer, eu registro o fato... Neste

momento, Armando, a mensagem que eu dirijo a todos quantos me ouvem, com a consideração da minha palavra, de uma mensagem minha... que se mantenham tranquilos, se mantenham calmos, cabeça fria... Vamos trabalhar para que a verdade eleitoral flua e surja, seja qual for. Vamos honrar a justiça, vamos respeitar... Fazer com que a justiça paire acima de qualquer suspeita, seja prestigiada. Se não tivermos uma justiça prestigiada, não temos ordem jurídica, não temos democracia... muito menos a verdade eleitoral. Quer dizer, Armando, não tome esses meus comentários como uma desconsideração, como um desmerecimento aos profissionais. Ao contrário, eu até fiquei admirado como é que um conjunto, uma equipe extraordinária de profissionais, como são vocês todos, pudesse entrar nesse descompasso que houve. E tanto que gerou esse estado de espírito. Mas, felizmente, eu acho que tudo está retornando... aos seus níveis normais. Eu fiquei muito honrado de ouvir essa projeção final, que está canalizando no sentido de um reconhecimento da possibilidade de que a maioria eleitoral se estabeleça em torno de meu nome. Como veria também se a verdade fosse outra.

Armando Nogueira — Pois é, governador, eu gostaria que o senhor, já nesse estado de espírito de compreensão, o senhor aproveitasse a oportunidade para, ao desagrar a Rede Globo, desagrar também de certa maneira o Tribunal Regional Eleitoral. Porque, o senhor sabe que, fosse qual fosse a discrepância dos números, jamais os magistrados da Justiça Eleitoral iam se deixar perturbar por uma manipulação. Eu sei o que é a Justiça Eleitoral... e o senhor sabe também, porque o senhor exaltou essa retidão da Justiça Eleitoral ao longo de toda a campanha, e o senhor sabe perfeitamente que os números que estão chegando agora – eles estão chegando porque eles correm um ritmo normal e não o delírio, governador. Nós não entramos no delírio dos números. Aqui, em São Paulo, também, no primeiro dia, nós ficamos aquém, mas quisemos ficar aquém da fantasia, para ficar de acordo com a realidade, governador.

Leonel Brizola — Não, mas pode crer que foi uma satisfação muito grande contar com a sua participação, sobretudo uma honra maior ainda. Mas eu gostaria de dizer o seguinte: que, agora sim, nós discordamos. Em primeiro lugar, nunca, em nenhum momento, tanto eu quanto o PDT, pusemos em dúvida a lisura da

Justiça Eleitoral. Ao contrário, nós trabalhamos para que ela fosse respeitada na campanha eleitoral. E [ela] foi muito desconsiderada, principalmente por parte do candidato do governo e a sua campanha. E muitos outros setores, que desconsideraram reiteradamente a Justiça Eleitoral. De modo que eu não tenho nada que desagravar a Justiça Eleitoral, Armando. Ao contrário, o meu primeiro passo como candidato foi visitar a Justiça Eleitoral e prestigiá-la. Eu tenho uma tradição de prestígio e de acatamento ao Poder Judiciário. Agora, a minha referência sobre uma possibilidade de fraude não se refere aos juízes: refere-se a este submundo que passou a se mover, em função desta confusão que se criou aqui. Porque nós temos indícios muito concretos a esse respeito. Então, isto pode se passar, independentemente do cuidado e do zelo dos juízes. E depois constatar essas providências é muito difícil. Nas minhas críticas – porque, na verdade, é crítica mesmo, no bom sentido, no sentido elevado. Não tem nada com exaltação, me desculpe, Armando. Pelo contrário, a cabeça aqui, oh... quando começa a adquirir uma temperaturazinha, eu boto na geladeira. Cabeça fria, a minha... Mas como é que eu posso me conformar que vocês computem a toda hora urnas do interior e deixem as urnas da cidade, aqui?... Custa muito mais uma viagem – me desculpe – lá de Campos, lá de Bom Jesus, lá de Itaperuna, do que uma corrida de automóvel ali em Bonsucesso, ali na Baixada. E isso foi ficando para trás. Eu acho que era uma ideia parelha do resultado das eleições. Isso se foi – alguém teve a intenção de esvaziar, enfim, a projeção dos resultados do Rio de Janeiro, cometeu um erro... Mas, enfim, Armando, olha, com toda a franqueza, pode crer que, em mim, não existe mais nenhuma restrição a esse respeito... Pode crer que, assumindo essas responsabilidades de governo, no Rio de Janeiro, nós vamos ter de trabalhar juntos por essa comunidade... Então, falar em Rede Globo, falar no Rio de Janeiro, é como falar de uma coisa só... está entrosado, está interligado. E nós vamos ser companheiros de viagem, vamos trabalhar juntos. Podemos discordar um momento, discordar noutro, mas vai nos sobrar terreno comum de trabalho conjunto por essa terra e por essa gente querida do Rio de Janeiro.¹⁷³

Refeito o susto da possível fraude, recomposta a contagem dos votos, o TRE deu, quase um mês depois da data das eleições de 15 de novembro, a vitória ao candidato do PDT, Leonel Brizola, com 1.709.264 votos (34,2%) contra 1.530.728

(30,5%) do candidato do PDS, Moreira Franco: foram 178.536 votos de diferença. Em terceiro lugar ficou Miro Teixeira, PMDB, com 1.073.444 (21,5%), Sandra Cavalcanti, do PTB, ficaria em quarto lugar com 536.383 (10,7%) e por último o candidato do PT, Lysâneas Maciel, com 152.614 (3,1%).

O PDT apresentara candidatos a governador em 11 estados: Maranhão, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (o único vitorioso), São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (em terceiro lugar, depois do PDS e do PMDB), Mato Grosso e Goiás. No plano das eleições proporcionais, de deputados federais e estaduais, o PDT teve o seguinte resultado: no Rio de Janeiro elegeu 16 deputados federais (entre outros, o cantor Agnaldo Timóteo, com meio milhão de votos, o Cacique Juruna e o poeta J.G. de Araújo Jorge) e no Rio Grande do Sul, 7, enquanto 24 deputados estaduais foram eleitos no Rio e 12 no Rio Grande do Sul. Elegeu em todo o país 22 prefeitos, em grande parte no Rio Grande do Sul. No estado do Rio, a capital, Angra e Volta Redonda eram cidades de segurança nacional e não houve eleições.¹⁷⁴

Brizola arrematou:

— Minha vitória é para oferecer uma alternativa verdadeiramente democrática ao povo fluminense, como o único representante da oposição autêntica, sem cumplicidades.¹⁷⁵

Notas

¹⁶⁶. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é uma empresa pública de Tecnologia, Informação e Comunicação do governo federal, vinculada ao Ministério da Fazenda.

¹⁶⁷. Ver blog do Oliveira Ramos, disponível no site *Jornal pequeno*: <blog.jornalpequeno.com.br/josedoliveiraramos>, postagem de 10/10/2009. “Remember – Quiseram roubar Leonel Brizola!”.

¹⁶⁸. *Ibidem*.

¹⁶⁹. *Ibidem*. Segundo outro Oliveira Ramos no texto “O outro Golpe que Brizola evitou”, 27/11, o *Jornal do Brasil* denunciou que, juntamente com a Rádio Jornal do Brasil, havia sofrido pressões da Proconsult, por meio de seu vice-presidente, Arcádio Vieira, para mudar os resultados que vinha divulgando. O *JB* informou que recusara oferta de Arcádio para que usasse os números da Proconsult e que demitira seu gerente de Métodos e Sistemas, Tadeu Lanes, que se mostrara receptivo aos argumentos do executivo da Proconsult. Basta consultar os arquivos dos jornais da época, disponível no site *Jornal pequeno*, <blog.jornalpequeno.com.br/josedoliveiraramos>, postagem de 10/10/2009.

¹⁷⁰. Cf. Oliveira Ramos, “O outro Golpe que Brizola evitou” disponível no site *Jornal pequeno*: <blog.jornalpequeno.com.br/josedoliveiraramos>, postagem de 10/10/2009.

¹⁷¹. Cf. entrevista de Gessy Sarmiento ao autor Clóvis Brigagão, Petrópolis, 11/3, 17/3 e 31/3 e 17/6/2007, p. 23.

¹⁷². Cf. *O Globo*, 29/3/2009, p. 3.

¹⁷³. Cf. Oliveira Ramos. “Remember - Quiseram roubar Leonel Brizola”, disponível no site *Jornal pequeno*: <blog.jornalpequeno.com.br/josedoliveiraramos>.

¹⁷⁴. Ver <jairnicolau.iesp.uerj/banco.2004.html>

¹⁷⁵. Ver Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*, p. 494.

Anexos

Carta de Lisboa

Lisboa, 17 de junho de 1979

(Fundação do PDT em pleno exílio)

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. E com eles estamos nós, Trabalhistas.

Não podemos deixar de salientar, também, que aqueles que defendem uma posição de paciência face ao regime, na luta contra a opressão, não são os que se encontram em condições de sofrimento e perseguição, mas, ao contrário, navegam nas águas da abastança e dos privilégios. Invoca-se, por outro lado, que a restauração da vida democrática e o ressurgimento de partidos autênticos dependem do sistema e de suas fórmulas jurídicas e legais. Consideramos, todavia, um ato de incompetência política e de deslealdade para com o nosso povo aguardar as providências dos juristas do regime, de cujas fórmulas, somente por ingenuidade ou má-fé, pode se esperar algo de diferente da vontade de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção de uma estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro.

Fato novo mais importante da conjuntura brasileira não é nem a crise do regime, nem o fracasso de todos os seus projetos e promessas.

O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do País. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas – nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais – com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia. Como parte desta emergência se devem destacar as conquistas do movimento estudantil e a luta agora vitoriosa pela reorganização da UNE.

A experiência histórica nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar e se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro lado, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade através do poder do Estado. A falta de apoio popular organizado pode levar a situações dramáticas como aquela que conduziu o Presidente Getúlio Vargas a dar um tiro em seu próprio peito.

Partidos e povo organizados constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

Nós, Trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.

Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. Nós, Trabalhistas, participamos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projeto é profundamente democrático, procuraremos alianças com as outras forças também democráticas e

progressistas do nosso País. Nós, Trabalhistas, militaremos ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.

Entendemos a necessidade de um intenso debate para o desenvolvimento constante da Democracia e nós, Trabalhistas, estaremos sempre empenhados em discutir com todas as forças populares e democráticas do nosso País. É por isso que favorecemos o surgimento de outras organizações, que auspiciamos o aparecimento de outros partidos e que, nas nossas lutas, respeitaremos os seus princípios.

A consecução destes objetivos exige, como requisito prévio e fundamental no campo do pensamento e da cultura, a conquista da plena liberdade de criação intelectual, de expressão e de imprensa. Neste sentido, torna-se imprescindível a revogação de todas as formas de censura.

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos.

Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe.

A verdade que afinal se fez evidente (depois copiosamente comprovada) é que o governo do Presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de

superlatifundiários, subsidiados com recursos públicos. E temos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais.

O regime militar que sucedeu ao governo constitucional, sendo regressivo no plano histórico, se fez repressivo no plano político e, em consequência, totalmente infecundo e despótico. Apesar de contar com todo o poderio do arbítrio, legislando em nível constitucional da forma mais discriminatória, só fez acumular mais riqueza nas mãos dos mais ricos e mais regalias no colo dos mais privilegiados. O bolo que tão reiteradamente prometeram repartir quando crescesse, agora o sabemos, é o de uma dívida externa gigantesca, que montava a 3 bilhões de dólares em 1964.

Nessas circunstâncias, o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que – havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas – não seja escamoteada a vontade popular. A República a que aspiramos há de estar defendida contra todo intento de golpismo e contra toda e qualquer manifestação de despotismo e repressão, para assegurar permanentemente ao povo brasileiro o direito elementar de viver sem medo e sem fome.

Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalhismo para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração da renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.

Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores. Nosso terceiro

compromisso é de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especialmente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a superprosperidade das empresas – especialmente as estrangeiras – e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em boias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas imensas multidões vivem em condições tão extremas de carência elementar que já têm sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas.

Por tudo isso é que devemos definir prontamente as forças de ação política e os procedimentos legais mais adequados para mobilizar o nosso povo para uma campanha de salvação nacional. Através dela, nós, Trabalhistas, buscaremos dar solução, dentro do prazo o mais breve possível, ao problema máximo de nossa Pátria, que é a marginalidade. Com efeito, um dos aspectos mais desumanos da política econômica da ditadura é a conversão da força de trabalho nacional num exército de excedentes. Nem a singela aspiração de um emprego permanente em que se ganha um salário mínimo para a sobrevivência, o sistema pode assegurar. O drama social pungente dessas massas marginalizadas, que humilha e envergonha a Nação brasileira, afeta especialmente a quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária dos trabalhadores.

Primeiro, o de salvar milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os 18 anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira.

Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada

pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos.

Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros assumamos a causa do povo trabalhador do norte e do nordeste, tanto por uma economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados àquelas populações extremamente carentes.

No plano da ação política, duas tarefas se impõem com a maior urgência a todos os Trabalhistas.

Em primeiro lugar, a luta por uma Anistia ampla, geral e irrestrita de todos os patriotas brasileiros perseguidos por sua resistência à ditadura. Este é o requisito indispensável à reunificação da comunidade nacional para a retomada do esforço conjunto para fazer do Brasil uma Pátria solidária de cidadãos livres, emancipados do medo, da ignorância e da penúria.

Em segundo lugar, a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efetivará no Brasil quando após a reimplantação da liberdade de organização partidária o nosso povo eleger a Assembleia Nacional Constituinte. Reconhecemos as dificuldades para que nosso povo tenha uma participação efetiva. E por participação efetiva entendemos crítica via e permanente e não atuação eleitoral episódica ou simplesmente a adesão a propostas impostas verticalmente.

A proposta do novo Partido Trabalhista, a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que veem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados.

Neste particular e dentro de um horizonte que não é absolutamente cristão, mas marcado por um capitalismo impiedoso, impõe-se a nossa defesa constante dos pobres contra os ricos, ao lado dos oprimidos contra os poderosos.

Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e, sobretudo, com incidência cruel sobre as camadas mais pobres da população.

Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão Trabalhista.

A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo PTB, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980.

No Congresso, recolheremos, através de nossas bases, as grandes aspirações e definições da vontade popular.

Com o Congresso, continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria.

Lisboa, 17 de junho de 1979

Lista de participantes da *Carta*

1. A.M. Doutel de Andrade
2. Ajadil de Lemos
3. Alberto Martins da Silva
4. Alex Souza
5. Alfredo Hélio Sirkis
6. Almir Dutton Ferreira
7. Álvaro Petraco da Cunha
8. Anatailde de Paula Crespo
9. Anselmo Francisco Amaral
10. Antônia Gonçalves da Silva Oveira
11. Antônio Alves de Moraes
12. Antônio Sérgio Monteiro
13. Artur José Poerner
14. Augusto Calmon Nogueira da Gama
15. Benedito Cerqueira
16. Calino Pacaheco
17. Carlos Augusto de Souza
18. Carlos Cunha Contursi
19. Carlos Fayal
20. Carlos Franco
21. Carlos Minc Baumfeld
22. César Behs
23. Chizuo Osava
24. Cibilis da Rocha Viana
25. Cícero Silveira Vianna
26. Cláudio Augusto de Alencar Cunha
27. Clóvis Brigagão
28. Danilo Groff
29. Darcy Ribeiro
30. Derli M. Carvalho
31. Diana Valadares
32. Domingos Fernandes
33. Edmauro Gopfert
34. Eduardo de Azevedo Costa
35. Erasmo Chiapeta
36. Eric Nepobuceno
37. Eunice de Souza
38. Eva Ban

39. Fernando Perrone
40. Flávio Tavares
41. Francisca Brizola Rotta
42. Francisco Barreira
43. Francisco Dal Pra
44. Francisco Goulart Lopes de Almeida
45. Francisco Julião
46. Genival Tourinho
47. Georges Michel Sobrinho
48. Geraldo Lopes Burmeister
49. Getúlio Pereira Dias
50. Gil Cuneggato Marques
51. Haroldo Sanford Barros
52. Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura
53. Herbert de Souza
54. Hildérico Pereira de Oliveira
55. Índio Vargas
56. Irany Campos
57. Irineu Garcia
58. Isaac Ajnhorn
59. J. G. de Araújo Jorge
60. Jackson Kepler Lago
61. João Otávio Goulart Brizola
62. João Vicente Goulart
63. Jorge Roberto da Silveira
64. José Carlos Mendes
65. José Gomes Talarico
66. José Guimarães Neiva Moreira
67. José Macedo de Alencar
68. José Maria Rabelo
69. José Maurício
70. José Wanderley
71. Josino de Quadros Assis
72. Landa Maria Lopes de Almeida Ajnhorn
73. Leonel Brizola
74. Lúcio Rigo Marques
75. Luiz Alberto Moniz Bandeira
76. Luiz Carlos Soares Severo
77. Lygia de Azeredo Costa
78. Lysâneas Dias Maciel
79. Magnus Francisco Antunes Guimarães
80. Manoel Sarmiento Barata
81. Marcelo Carvalho
82. Márcio W. de Almeida
83. Marco Antônio de Andrade Leão
84. Maria do Carmo Brito
85. Maria Margarida Parente Galamba de Oliveira
86. Maria Zélia Brizeno Costa Lima
87. Martha Maria Maurício Vianna

88. Matheus Schmidt
89. Maurício Vieira de Paiva
90. Maurílio Ferreira Lima
91. Miguel Bodea
92. Mila Cauduro
93. Moema São Thiago
94. Murilo Rocha Mendes
95. Neusa Goulart Brizola
96. Nelson Castam
97. Ney Ortiz Borges
98. Nielsen de Paula Purês
99. Nielsen Pires
100. Norma Marzola
101. Olga Martins
102. Orcinio Freire Pereira
103. Orlando Maretti
104. Osvaldo Lima Filho
105. Oswaldo Pimentel
106. Otávio Caruso da Rocha
107. Paulo César Timm
108. Paulo Medeiros
109. Pedro Celso Ulhoa Cavalcanti Neto
110. Pedro Dietrich Júnior
111. Pedro Veronese
112. Raimundo Arroio
113. Ronaldo Dutra Machado
114. Saulo Saija
115. Sebastião Nery
116. Sereno Chaise
117. Tania Lyra
118. Tertuliano de Passos
119. Theotônio dos Santos
120. Trajano Ribeiro
121. Tuffik Mattar
122. Vânia Bambirra
123. Vera Mathias
124. Wilson Vargas da Silveira
125. Yara Castan
126. Zoé Rodrigues Dias

Resumo da história política de Brizola

1946: Eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, pelo PTB.

1951: Perde a eleição para prefeito de Porto Alegre.

1954-58: Prefeito de Porto Alegre.

1958: Eleito governador do Rio Grande do Sul, pelo PTB.

1961: Lidera a Campanha da Legalidade, movimento popular de defesa à posse como presidente constitucional de João Goulart.

1962: Eleito deputado federal pelo estado da Guanabara, pelo PTB, com a maior votação na história do parlamento brasileiro.

1964: É exilado e em 9 de maio de 1964 dá a primeira entrevista em solo uruguaio.

15 de setembro de 1977: O diretor-geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência do Uruguai, Vitor Castiglioni, assina uma instrução de expulsão de Brizola do país.

17 de setembro de 1977: Chega a Nova York e se hospeda no tradicional Hotel Roosevelt.

22 de janeiro de 1978: Brizola e Neusa desembarcam em Lisboa, com passaporte dado pelo primeiro-ministro do PS Português, Dr. Mário Soares.

1978-1979: Brizola viaja entre Europa, EUA e América Latina.

1979: Volta ao Brasil com a anistia brasileira e retorna à política.

1980-1981: Luta pela reconquista da sigla do PTB, é derrotado pela justiça do governo militar e organiza o PDT.

1983-1986: Eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, pelo PDT.

1989: Candidata-se à Presidência da República, ficando em terceiro lugar.

1991-1994: Eleito governador do Estado do Rio de Janeiro pela segunda vez, com 60% dos votos, sem a necessidade de segundo turno.

1994: Candidata-se novamente à Presidência da República, com seu vice Darcy Ribeiro, sendo derrotado com uma diferença de 3,18% dos votos.

1998: Candidata-se a vice-presidente na chapa de Lula, sendo derrotados pela chapa Fernando Henrique Cardoso–Marco Maciel.

2000: Candidata-se a prefeito do Rio de Janeiro e é derrotado.

2002: Em sua última candidatura a cargo eletivo, agora ao Senado, é derrotado.

2004: Falecimento no Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Foram muitos e muitos os amigos e colaboradores anônimos que contribuíram para que estas memórias fossem escritas.

Em primeiro lugar, nossa gratidão às assistentes e aos estudantes que participaram, em vários momentos, e colaboraram de diferentes formas para o andamento de nosso trabalho: Maria Carolina Arruda, graduada em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes, que iniciou a organização do livro e preparou as entrevistas; Isabelle Balthazar, graduada em História pela Universidade Candido Mendes, que organizou as referências a Brizola feitas na coluna de Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil* (1963-1993); Ana Cristina Correa de Matos, graduada em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes, que pesquisou os arquivos de *O Globo* sobre fatos e notícias que enriqueceram o livro. Finalmente, somos gratos a Nianuy Carteador, pela reorganização dos arquivos e entrevistas, pela revisão dos textos originais, pela primeira organização das fotos, e pela seleção das referências na coluna de Carlos Castello Branco. Um agradecimento também a Fernanda Fernandes, que ajudou nas várias etapas deste trabalho. A todas elas, a nossa maior gratidão.

A todos os amigos, pesquisadores, fotógrafos, profissionais dos meios de comunicação que tornaram possível e facilitaram o nosso trabalho. Também aos correligionários do PDT, sempre de boa vontade para contar novas histórias sobre a vida de Leonel Brizola.

Às nossas famílias, esposas, filhos e netos, que suportaram a carga – às vezes emocional, outras de “enervação” – e sempre nos apoiaram durante esta jornada.

Agradecimentos pessoais a todos os que, de uma forma ou de outra, colaboraram com o nosso trabalho, em especial:

Ao ex-prefeito César Maia, por ter contribuído, através da Secretaria Municipal da Cultura, com a única ajuda financeira para o início do livro e viagem à Europa (Londres – Internacional Socialista; Amsterdã – Instituto Internacional de História Social; e Lisboa – Fundação Mário Soares).

A Ana Guimarães, pelas informações, acompanhamento e pelas fotos cedidas.

A Ascânio Seleme e sua equipe na Direção de Redação de *O Globo*, por sua inestimável ajuda na cessão de *clippings* e fotos que ajudaram muito a montar o livro.

Ao caro amigo Daniel Berman, que localizou o Sr. Cheek – encarregado de Negócios da Embaixada dos EUA em Montevideu quando Brizola recebeu asilo do presidente Carter – e possibilitou que o entrevistássemos, além de ter fornecido muitos informes sobre as relações dos EUA com Brizola.

À querida Kathryn Taverna, sempre disposta a ceder seu loft, em Nova York, para reuniões de Brizola e seus colaboradores nos anos 1978-79.

A Muñoz Ledo, embaixador do México na ONU, em 1978-79 que apoiou integralmente a presença de Brizola nos EUA.

A Brady Tyson, sempre íntegro e disposto, admirável apoiador, assim como a Sra. Fay Haussman, da Universidade da Columbia (NY), figura humanista ímpar na defesa dos direitos humanos e que sempre apoiou, sem pestanejar, a figura e a obra de Brizola.

Ao assistente de Carter, Robert Pastor (University of Maryland) e ao próprio ex-presidente Carter, que abriu as portas dos EUA à entrada de Brizola.

A Alex Souza, Eunice de Oliveira e Saulo Saija, companheiros desde os primeiros momentos em Nova York.

A Vera Mathias, sempre companhia e companheira nos círculos da IS.

A toda a equipe da VARIG, pela carinhosa demonstração de solidariedade e companheirismo durante a estada do casal Brizola em Nova York.

A Pedro de Barros Cassal, do Hotel de La Paix, em Paris, que acolheu, além do casal Brizola, uma verdadeira turba que passava dia e noite em seu simpático hotel.

A Edison Luis Silva Martins, do Arquivo da TV Guaíba, por nos ceder cópia do debate entre Brizola e Pedro Simon.

Ao fotógrafo Aguinaldo Ramos.

A Gilberto Araújo, que nos contou a história do coronel Dagoberto Rodrigues com Henry Kissinger.

A Ephim Schluger, pela foto do comício de encerramento da campanha de Brizola ao governo do Estado do Rio na Cinelândia.

A Dione Khun, jornalista da *Zero Hora*, que nos cedeu a série de artigos “O Baú do Brizola”, reportagens que revelam muitas intimidades e fatos desconhecidos pelo público.

Aos funcionários, exemplares, do Instituto Internacional de História Social (IISH), em Amsterdã, que nos abriram todos os arquivos da Internacional Socialista sobre a formação do PTB e o papel de Brizola.

Ao querido amigo ex-deputado Matheus Schmidt, por sua conduta exemplar na política.

A todos os amigos portugueses, de Mário Soares aos militantes do Partido Socialista Português (entre eles, Bernardino Gomes, que, na campanha ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982 previu, em relatório a Mário Soares e aos dirigentes da IS, a vitória de Brizola, quando ainda muito poucos acreditavam em seu sucesso), que nos abriram os braços e nos acolheram com grande carinho, o nosso afetuoso agradecimento.

À Editora Paz e Terra, seus editores e funcionários.

Rio de Janeiro,

Maior de 2015.

Referências bibliográficas

Arquivos e periódicos

Afinal;

Cadernos de Textos, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro;

Folha de São Borja, São Borja (RS);

Comissão Externa, Câmara dos Deputados, Relatório Final, Coordenação de Publicações, Brasília, 6/6/2000;

Correio Braziliense;

Diário de Lisboa;

Época;

Enfim;

Folha de S.Paulo;

Informativo do IRS, Rio de Janeiro;

Instituto Internacional de História Social (IISH), Amsterdã, Holanda;

Fundação Mário Soares, Lisboa, Portugal;

IstoÉ;

New York Times;

O Estado de S. Paulo;

O Globo;

Jornal do Brasil;

O Rio Grande Semanal;

Perfis Parlamentares, Leonel de Moura Brizola. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004;

Secretaria Geral da Internacional Socialista, Londres;

Socialist Affairs;

Tribuna da Imprensa;

Última Hora;

Veja;

Zero Hora

LIVROS

- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (cords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Forense; Finep; FGV/CPDOC, 1984.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova Polícia*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Fundação Ford, 2001.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (orgs.) *Memórias do Exílio. Brasil 1964-1979*. volume 2: Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Eduardo Azeredo. *Anos desta noite*. Niterói: NitPress, 2011.
- CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- DIONI, Cleber. *Leonel de Moura Brizola: O menino que se tornou Brizola*. Porto Alegre: Já, 2004.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: a revolta do exílio. Histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rígel, [s.d.].
- HIPPOLITO, Lucia. *Por dentro do governo Lula*. São Paulo: Futura, 2005.
- LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.
- MONIZ BANDEIRA; *Brizola e o trabalhismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MOREIRA, Neiva. *O pilão de madrugada*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.
- MOURTHÉ, Arnaldo. "O PDT e o governo Lula". In: *Cadernos de textos 1*. Rio de Janeiro: Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, 2006. (Projeto Brasil trabalhista).
- NEVES, Marcos Eduardo. *Vendedor de sonhos: a vida e a obra de Roberto Medina*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- RODRIGUES, Gilberto M. A. *Política externa federativa: análises e ações internacionais de estados e municípios*. (Doutorado em Ciências Sociais: Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SCHORI, Pierre. *Los Años de La Semilla del mal*. Barcelona: Icaria, 2008.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Globo, 1999.
- _____. *1961 – O Golpe derrotado: luzes e sombras do Movimento da Legalidade*, Porto Alegre: L&PM, 2011.
- UCHÔA CAVALCANTE, Pedro Celso e RAMOS, Jovelino (orgs). *Memórias do exílio. Brasil 1964-1979* volume 1: De muitos caminhos. Lisboa: Arcádia, 1976.

Entrevistas (por ordem cronológica)

Ana Cristina Correa de Matos, 27/7/2012;

José Sarney, senador pelo PMDB, Brasília, 29/2/2012;

Fernando Collor, senador, 29/2/2012;

Gilberto Rodrigues, ex-líder do PMDB na ALERJ, II governo de Brizola, 2/10/2011;

Roberto Saturnino Braga, fundador do PDT, Rio de Janeiro, 15/2/2011;

Cibilis da Rocha Viana, fundador do PTB e do PDT, Rio de Janeiro, 2/6/2011;

Eunice de Oliveira, fundadora do PDT e assessora de Neusa e Leonel Brizola, Rio de Janeiro, 29/5/2011;

Carlos Araújo, fundador do PDT, Porto Alegre, 26/3/2011;

José Carlos Mendes, fundador do PTB e do PDT, Rio de Janeiro, 17/1/2011;

Abdias do Nascimento e Elisa Larkin do Nascimento, fundadores do PTB e do PDT, Movimento Negro, Rio de Janeiro, 2/6/2011;

Moniz Bandeira, entrevista por carta, 22/10/2009;

Michel Jorge Sobrinho, fundador do PTB e do PDT e chefe da Liderança da Bancada de senadores do PDT no Senado, Brasília, 11/1/2009;

Adalberto Ribeiro, fundador do PTB e do PDT, e seu advogado, 19/4/2008 e via internet em 19/5/2009;

Nilo Batista, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro e fundador do PDT, Rio de Janeiro, 27/10/2007;

Archie Cheek, ex-encarregado de Negócios da Embaixada dos EUA em Montevidéu (que recebeu Brizola em 1977), via internet, EUA, 20/4/2007, 03/8/2007 e 3/9/2007;

Ary Ahmed, jornalista, fundador do PTB e do PDT, Rio de Janeiro, 22/6/2007;

Arnaldo Mourthé, fundador do PTB e do PDT, ex-secretário de Relações Internacionais do PDT, Rio de Janeiro, 23/5/2007;

Eduardo Chuahy, ex-presidente da ALERJ e secretário da Fazenda Municipal, Rio de Janeiro, 30/6/2007;

Gessy Sarmiento, trabalhista histórico, fundador do PTB e PDT, Petrópolis, 11 e 30/3/2007, 1/4/2007 e 17/6/2007;

José Maurício, fundador do PTB e do PDT e deputado federal do PDT, Rio de Janeiro, 13/6/2007;

Paulo Jabour, fotógrafo, militante do PTB e do PDT, Rio de Janeiro, via internet, 30/4/2007;

Denise Goulart, fundadora do PDT, 12/4/2007;

Adolfo Singer, senador, membro da oposição ao regime militar do Uruguai e grande amigo de Brizola, via internet, 26/8/2006 e 9/10/2006;

Cláudia Zarvos, designer, foi casada com o vice-governador Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 1/7/2006;

Alfredo Sirkis, participou do Encontro de Lisboa e foi fundador do PTB, Rio de Janeiro, 21/6/2006;

Francisco Costa, Rio de Janeiro, 19/6/2006;

Marcelo Monteiro, engenheiro químico, Rio de Janeiro, 20/12/2006;

Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, professor e fundador do PTB e do PDT, Petrópolis, 20/10/2006;

Carlos Luppi, presidente do PDT, Rio de Janeiro, 22/9/2009;

Eduardo Costa, ex-secretário de Saúde do I e do II governo Brizola, 18/9/2006;

José Eduardo de Lima Pereira, assessor da presidência da FIAT, Belo Horizonte, 14/11/2005;

Carlos Fayal de Lyra, ex-militante da luta armada, fundador do PTB e do PDT, ex-deputado estadual pelo PDT, 11/11/2005;

Maria do Carmo Brito e Mário Osawa (Mário Japa), ex-militantes da luta armada e fundadores do PTB e do PDT,
Rio de Janeiro, 2/11/2005;

Marcelo Alencar, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, fundador do PDT, 14/9/2005;

Wellington Moreira Franco, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, 2/4, 17/7 e 21/08/2005;

Cláudio Lembo, ex-vice-governador do Estado de São Paulo e ex-presidente da Arena-SP, 15/7/2005;

Luís Ayala, secretário-geral da Internacional Socialista (IS), Londres, 12/10/2005;

Mário Soares, fundador do Partido Socialista Português, ex-primeiro-ministro e ex-presidente de Portugal,
Lisboa, Fundação Mário Soares, 23/10/2004.

Índice onomástico

A

Afonso, Almino

Ahmed, Ary

Ajnhorn, Isaac

Aldunarte, Juan Ferreira

Alencar, José Almino

Alencar, Marcelo

Alfonsín, Raúl

Allende, Hortensia

Allende, Salvador

Almeida, Jacintho Rego de

Almeida, Paulo Roberto de

Alves, Hermano

Amaral, Antonio César

Amaral Peixoto, Celina Vargas do

Amaral Peixoto, Ernâni do

Andrade, Doutel de

Andreazza, Mário

Arafat, Yasser

Aragão, Cândido da Costa

Aranha Filho, Oswaldo

Araújo, Carlos

Araújo, Gilberto

Araújo Jorge, J. G. de

Araújo, Paulo César de

Arns, dom Paulo Evaristo

Arraes, Madalena

Arraes, Miguel

Arruda, Marcos

Ayala, Luís

B

Bahiense, Jonas

Baldacci, Rafael

Bambirra, Vânia

Baptista, João

Barbosa, José

Barbosa, Ruy

Barbosa, Vivaldo
Barbosa Lima, Fernando
Barleze, Romeu
Barrios, Ruben
Barroso [ex-sargento]
Batista, Nilo
Beatriz, rainha
Behs, César
Bernardo, Cleo
Berta, Ruben
Besotri, Beliti
Bissio, Beatriz
Bocaiúva Cunha, Baby
Bodea, José Miguel
Borge, Tomás
Borges, Nei Ortiz
Borghi, Hugo
Borgia, César
Borja, Célio
Bornhausen, família
Branco, Rafael
Brandão Monteiro, José Carlos
Brandt, Willy (nascido Herbert Ernst Karl Fraham)
Brigagão, Clóvis
Britto, Maria do Carmo
Brizola, João Otávio (filho)
Brizola, José Vicente (filho)
Brizola, Laila (neta)
Brizola, Neusa Goulart (esposa) [miolo: Neusa]
Brizola, Neusa Maria (filha)
Brossard, Paulo
Buarque, Cristovam
Burgos, Elizabeth
Burmam, Beno
Bush, George W.

C

Caetano, Marcelo
Calixto, Jair
Callado, Antônio
Campos, Altair
Cano, Obregon
Cardim, Jefferson
Cardoso, Fernando Henrique
Cardoso, José Pedro
Carneiro, Nelson
Carreira, Evandro
Carta, Mino

Carter, Jimmy
Carthy, Albert
Caruso, João
Carvalho, Derly
Casado, José
Cassal, João Pedro de Barros
Castello Branco, Carlos
Castiglioni, Vitor
Castro, Augusto de
Castro, Carmen Cenira Leite de
Castro, Josué de
Castro, Paulo de
Castro, Tarso de
Cauduro, Mila
Cavalcanti, Pedro Celso Uchoa
Cavalcanti, Sandra
Cerqueira, Benedito
Cerqueira, Marcelo
Chagas Freitas, Antônio de Pádua
Chaise, Sereno
Chakian, João
Cheek, Archie
Chuahy, Eduardo
Cibilis Viana, Márcia
Clark, Ramsey
Coelho, Inocência
Coelho, José Fidelis Ramos
Coelho, Saldanha
Colagrossi Filho, José
Colagrossi, José
Collares, Alceu
Conde, Jaime
Contursi, Carlos
Cordeiro de Farias, Osvaldo
Cordeiro Guerra, João Baptista
Costa, Albertina de O.
Costa, Francisco,
Couto e Silva, Golbery do
Covas, Mário
Cunha, João
Cunha Peixoto, Carlos Fulgência da

D

D'Ávila, Roberto
Dada, Idi Amin
Dantas, José Fernandes
Dantas, San Tiago
Dassin, Joan

David, Beatriz
David, Mauricio Dias
Debray, Regis
Della Cava, Ralph
Deus, João de
Dias, Getúlio
Dietrich, Pedro
Domingos (fotógrafo)
Domingos Fernandes
Domingues, frei Beto
Dornelles, Artur
Doutel de Andrade, Lígia
Drummond de Andrade, Carlos
Dutra, Luiz
Dutra, Olívio
Dutton, Almir

E

Eanes, general Ramalho
Eisenhower, Dwight D
Eldridge, Joe
Ennals, David
Espina, Manoel
Estenssoro, Víctor Paz
Estery, Oniva Moura (mãe)

F

Fadul, Wilson
Falcão, Armando
Fanton, Lidovino Antônio
Farah, Alexandre
Fayal, Carlos de Lyra
Fayal, Tania
Felizardo, Joaquim José
Fernandes, Álvaro
Fernandes, Domingos
Fernandes, Florestan
Fernandes, Rubem César
Fernandes, Salvador
Ferrão, Valeriano
Ferreira, Glória
Ferreira, Joel
Ferreira, Jorge
Ferreira, Luis Henrique
Ferreira da Silva, Antonio de Pádua
Ferreira Lima, Bruno
Ferreira Lima, Maurílio

Fett, Alfeu
Figueiredo, Euclides
Figueiredo, João Batista
Figueiredo, Newton Carlos de
Fonseca, Maximiano da
Fontoura, Fernando
Fontoura, Hélio
Franco, Carlos
Franco, Francisco Melo
Frazão, Celso
Freire, Marcos
Freire, Paulo
Freitas, Jânio de
Freitas do Amaral, Diogo
Freitas Nobre, José de
Frota, Sylvio
Furtado, Celso

G

Gabeira, Fernando
García, Alan
Garcia, Alexandre
Garcia, Irineu
García Márquez, Gabriel
Gaspari, Elio
Gasparian, Fernando
Geisel, Bernardo
Geisel, Ernesto
Gelci, [ex-sargento]
Gikovate, Febus
Góes, Virgílio de
Goetsert, Edmauro
Gomes, Severo Fagundes
González, Felipe
Gonzalez, Lélia
Gordilho, Pedro
Goulart, João (“Jango”)
Goulart, João Vicente
Goulart, Maria Ribeiro
Goulart, Maria Theresa
Goulart, Vicentina (“Dona Tinoca”, mãe de Neusa)
Goulart, Yolanda (“Landa”)
Groff, Danilo
Groff, Ione
Guaragna, João Carlos
Guazzelli, Synval
Gueiler, Lidia
Guerra, José Carlos

Guimarães, Florêncio
Guimarães, Josué
Guimarães, Magnus
Guimarães, Ulysses
Guterres, António

H

Hausman, sra. Fay
Herculino, João
Holtz, Uwe
Hovey, Graham
Hughes, Patrick
Hummes, dom Cláudio
Huntzinger, Jacques
Hynd, John B.

I

Ibrahim, Emílio
Inda, Antonio

J

Jorge Sobrinho, Michel
Julião, Francisco
Juruna, Cacique

K

Kamel, Ali
Kaulinge, Pendukeni
Kennedy, família
Khader, Anisio
Khair, Edson
Khomeini, Aiatolá
Khun, Dione
Kirillos, Emílio Carlos
Kissinger, Henry
Kotscho, Ricardo
Kreisky, Bruno
Kubitschek, Juscelino
Kubitschek, Márcia
Kuhn, Dione

L

Lage, Carlos
Lamarca, capitão Carlos
Lanes, Tadeu

Layno, Domingo
Leães, Manoel Soares (o Maneco Leães)
Leandro, Fernando Alberto da Costa
Ledo, Muñoz (Porfirio Alejandro Muñoz Ledo y Lazo de la Vega)
Leitão de Abreu, João
Leite, Alzira
Lembo, Cláudio
Lemos, Ajadil de
Lenin, Vladimir
Lenzi, Eloy
Lerer, David
Lima, Hermes
Lima, Luís Henrique
Lima, Valentina da Rocha
Lima Filho, Oswaldo
Lima Sobrinho, Barbosa
Linhares, José Maurício
Lins e Silva, Evandro
Lopes, Fernando
Loureiro, Manoel
Lucena, Mário Paglioli de
Lula da Silva, Luis Inácio

M

Macedo, Elfrides Goulart (irmã de Neusa)
Macedo, Joaquim
Machado, José Newton
Machado, Ronaldo Dutra
Maciel, Lysâneas
Maciel, Marco
Magalhães, Antônio Carlos
Magalhães, Sérgio
Maia, César
Mangabeira, João
Manley, Michael
Maranhão, Djalma
Maranhão, Luis
Marighella, Carlos
Marinho, Roberto
Márquez, Pompeyo
Martins, Edison Luís Silva
Marzola, Norma
Mata Machado, major
Mathias, Vera
Matos, Ana Cristina Correa de
Mattar, Toufik
Mattos, Délio Jardim de
Mauroy, Pierre

Medeiros, Marcelo
Medeiros, Maria da Graça
Medeiros, Paulo
Melo Franco, Francisco
Mendelski, Rogério
Mendes, Aparício
Mendes, José Carlos
Mestrinho, Gilberto
Michel Sobrinho, Georges
Miguel, Sidnei de
Miller, Marilena
Minc, Carlos
Mineiro, Procópio
Mitterrand, François
Moniz Bandeira, Luiz Alberto
Montacino, Sabino
Monteiro, Armando
Monteiro, Benedito
Monteiro Filho, Armando
Montoro, Franco
Moraes, Manuel Tito de
Moraes, Maria Teresa Porciúncula
Morais, Antonio
Morais, Vamberto Lopes de
Moreira Alves, Márcio
Moreira Franco, Wellington
Morena, Roberto
Moreno, Gustavo Carvajal
Mossri, Flamarion
Mourão, Gerardo Mello
Mourthé, Arnaldo
Muller, Amauri

N

Nakano, Maria
Nascimento, Abdias do
Nascimento, Elisa Larkin do
Nasser, David
Neiva Moreira, José Guimarães
Nepomuceno, Eric
Nery, Sebastião
Neves, Antonio Pimenta
Neves, Tancredo
Nogueira, Armando
Nogueira, Otaciano
Nunes Leal, Victor
Nunes, Artur Freire
Nunes, Augusto

O

Oduber, Daniel
Oliveira, Eunice de
Oliveira, Franklin de
Osawa, Mário (“Mário Japa”)

P

Paiva, Maurício
Paiva, Rubens
Paiva Muniz, Joaquim de
Palme, Olof
Pardal, Ruth
Pasqualini, Alberto
Passarinho, Aldir
Pastor, Robert
Paz, Firmino Ferreira
Peçanha, Ivan Senra
Pedreira, Fernando
Peixoto, Vera
Pelacani, Dante
Peña Gómez, José Francisco
Pereira, Armando Temperani
Pereira, Nuno Teotônio
Peres, Glenio
Peres, Licia
Peres, Shimon
Pérez, Carlos Andrés
Perón, Juan Domingo
Perrone, Fernando
Pertence, Sepúlveda
Pettirossi, Silvio
Pezzulo, Larry
Pimenta Neves, Antonio
Pimenta, Aluísio
Pinheiro, Ibsen
Pinochet, Augusto
Pinto, Aldo
Pires, Nielsen
Pires, Waldir
Pires, Walter
Poerner, Arthur Jose
Portela, Petrônio
Prats, Juan
Praxedes, [ex-sargento]
Prestes, Luís Carlos

Q

Quadros, Jânio
Queiroz, Eça de

R

Rabelo, José Maria
Ramalho, Helena
Ramalho, Thales
Ramos, Alberto Guerreiro
Ramos, Clemir
Ramos, Jovelino
Reagan, Ronald
Real, José (“Batoque”)
Rego Monteiro, Márcio do
Reis, Antonio
Ribeiro, Adalberto
Ribeiro, Darcy
Ribeiro, José Augusto
Ribeiro, Maria
Ribeiro, Paulo
Ribeiro, Trajano
Riff, Raul
Rito, Agostinho
Rocha, Euzébio
Rocha, Francisco Brochado da
Rocha, Otávio Caruso da
Rocha, Valentina
Rodrigues, Chagas
Rodrigues, Dagoberto
Rodrigues, Gilberto M. A.
Rodrigues, Jaime
Rodrigues, Newton
Rodrigues Tomás, Américo de Deus
Rodriguez, Leonidas
Roett, Riordan
Rossetti, Nadir
Rousseff, Dilma

S

Sá, Bonifácio de
Salazar, António de Oliveira
Salomão, Luiz Alfredo
Santana, Fernando
Santos, Adalberto Pereira dos
Santos, Álvaro
Santos, Fernando Piteira
Santos, Jair Sebastião dos
Santos, Theotônio dos

São Thiago, Moema
Sarmiento, Gessy
Sarmiento, Terezinha
Sarney, José
Saturnino Braga, Roberto
Schiling, Paulo
Schmidt, Matheus
Schori, Pierre
Seagan, Edward
Sequeira, Cláudio Dantas
Silva, Amandio
Silva, Célio
Silva, Ramão Altair da
Silveira, Badger da
Silveira, Joveni
Silveira, Pelópidas
Silveira, Roberto (ex-governador)
Silveira, Jorge Roberto Saad
Simon, Pedro
Simonsen, Mário Henrique
Singer, Juan Adolfo
Sintra, José Thiago
Siqueira Castro, Carlos Roberto
Sirkis, Alfredo Hélio
Sloop, Sandy
Soares, Jair
Soares, João
Soares, Mário
Sodré, Nelson Werneck
Sousa, Carlos Augusto
Souza, Alex
Souza, Herbert de (“Betinho”)
Steinbruch, Aarão
Stroessner, Alfredo
Struwe, Carlos
Stumpf, André Gustavo
Sule, Anselmo
T
Tabajara, Antonio
Talarico, José Gomes
Tamborindeguy, Alice
Tavares, Flávio
Teixeira, Miro
Teodoro, Ário
Tepedino, Gustavo
Timm, Paulo César
Timóteo, Agnaldo
Todman, Terence
Torrijos, Berta

Torrijos, Omar
Tourinho, Genival
Trigueiros, Rui
Tsé-tung, Mao
Tyson, Brady

U

Unger, Mangabeira
Ungo, Guillermo
Uyl, Joop Den

V

Vaananen, Pentti
Valente, Rubens
Valle, Tarcila Goulart do ("Cila", irmã de Neusa)
Vargas, Alzira
Vargas, Cândida Ivete
Vargas, Getúlio
Vargas, Iara
Vargas, Índio
Vargas, Lutero (filho de Getúlio)
Vargas, Manuel Sarmanho (filho de Getúlio)
Vargas, Osório
Vargas da Silveira, Wilson
Vasconcelos, Jarbas
Vechio, Miguelina
Viana, Ana Luiza e Márcio
Viana, Aurélio
Viana, Cibilis da Rocha
Vianna, Cícero Silveira
Vieira, Arcádio
Vieira, Liszt
Vieira da Cunha, Carlos Eduardo
Vieira de Mello, Elizabeth
Vilela, José Guilherme
Vilela, Teotônio
Villas-Bôas Corrêa, Luiz Antônio

W

Waisman, Emanuel
Weffort, Francisco
Woods, Bretton

X

Xavier, Julio Rocha

Y

Young, AndrewZ

Zapata, Margarida

Zarvos, Cláudia

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.

Brizola

Facebook do autor

<https://www.facebook.com/clovis.brigagao.5>

Currículo Lattes do autor

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780231H4>

Sobre Brizola

http://pt.wikipedia.org/wiki/Leonel_Brizola